

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

KAMILA DRAGO BONA

**PATRIMONIALIZAÇÃO SOCIAL. A COMUNIDADE COMO LABORATÓRIO DE
REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA: EXPERIMENTO EM ALTO LIBERDADE –
MARILÂNDIA / ES**

VITÓRIA - ES
2020

KAMILA DRAGO BONA

**PATRIMONIALIZAÇÃO SOCIAL. A COMUNIDADE COMO LABORATÓRIO DE
REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA: EXPERIMENTO EM ALTO LIBERDADE –
MARILÂNDIA / ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de Cidade e Impactos no Território - linha de pesquisa de Patrimônio, Sustentabilidade e Tecnologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renata Hermanny de Almeida

VITÓRIA - ES
2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

B697p Bona, Kamila Drago, 1986-
Patrimonialização social. : A comunidade como laboratório de representação identitária: experimento em Alto Liberdade - Marilândia/ES / Kamila Drago Bona. - 2020.
176 f. : il.

Orientadora: Renata Hermanny de Almeida.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Patrimônio Cultural. 2. Territórios sociais. 3. Identidades. I. Almeida, Renata Hermanny de. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

KAMILA DRAGO BONA

“PATRIMONIALIZAÇÃO SOCIAL. A COMUNIDADE COMO
LABORATÓRIO DE REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA:
EXPERIMENTO EM ALTO LIBERDADE - MARILÂNDIA / ES”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 01 de abril de 2020.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Renata Hermanny de Almeida
(orientadora – PPGAU/UFES)

Dra. Latussa Bianca Laranja Monteiro
(membro externo – IJSN)

Profa. Dra. Gisele Girardi
(membro externo – UFES)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
RENATA HERMANNY DE ALMEIDA - SIAPE 1172746
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAR
Em 13/05/2020 às 14:19

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/22746?tipoArquivo=O>

AGRADECIMENTOS

A Deus pela força e bênçãos em todos os momentos de minha vida.

Agradeço imensamente a minha família. Meus queridos pais, Pedro e Idália, por todo amor, exemplo de persistência e de fé na caminhada da vida. Minha irmã Alexandra, pela lição de garra em todos os dias de sua vida. E a Cíntia, irmã que esteve ao meu lado dia a dia dessa jornada, me lembrando de que era possível e eu seria capaz.

Aos moradores da minha querida comunidade de Alto Liberdade, por toda disponibilidade, carinho e atenção, possibilitando o desenvolvimento desse trabalho. E a Secretaria de Educação do Município de Marilândia, juntamente com as professoras da escola da comunidade, pela disponibilidade do espaço físico da unidade escolar para realização das atividades desenvolvidas com os moradores.

À professora Renata, por todo conhecimento, paciência e confiança na elaboração do trabalho. Muito obrigada por mais uma vez contribuir em minha formação como profissional e pessoa.

Aos companheiros da jornada de mestrado do Patri_Lab, Damiany, Beatriz, Luciano, Maisa, Mariana e Miguel, que sempre estiveram dispostos a ajudar nos momentos decorrentes da dissertação.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) por todas contribuições e atendimento cordial.

À Gisele Girardi e Latussa Laranja Monteiro, pela disponibilidade de avaliação de minha dissertação e contribuições para minha formação profissional.

Aos amigos e familiares pela compreensão de minha ausência e indisposição em alguns momentos, e por torcerem comigo na realização desse momento.

A todas as pessoas e instituições que de alguma forma me auxiliaram para que mais uma etapa pudesse ser escrita em minha vida.

“O mundo é formado não apenas pelo que já existe,
mas pelo que pode efetivamente existir”.

(Milton Santos)

RESUMO

O trabalho tem como temática central a patrimonialização, a partir de seu entendimento como um processo que promove a redefinição dos lugares culturais e da natureza em escalas globais, e em que o objeto patrimonial (edifícios, lugares e paisagens) abrange a dimensão social, tornando-se agente atrativo de valor, em processos de desenvolvimento (continuidade) e redesenvolvimento (transformação) urbano e territorial. Logo, a problemática está na compreensão da patrimonialização social – como um processo instaurado a partir do reconhecimento do patrimônio por quem faz parte deste; equilíbrio da evolução entre sociedade humana, *milieu* e técnica (POLI, 2015), viabilizando riquezas duradouras para a comunidade local –pessoas e território. O objeto de estudo, a comunidade de Alto Liberdade, município de Marilândia, região norte do Estado do Espírito Santo, tem o início de seu processo de ocupação entre as décadas de 1920 e 1930, realizado por colonizadores italianos. O lugar, coberto por matas, dá lugar às plantações de café, além do plantio de arroz, feijão, hortaliças, mandioca e outros, constituindo a base de sobrevivência da população. Como à época de sua formação, a comunidade tem sua economia estruturada na agricultura, complementada pela atividade pecuarista. No plano social, em um período de aproximadamente noventa anos, a comunidade se estrutura e se enraíza em práticas socioculturais promovidas por agentes-lideranças que, de geração em geração, sustentam uma dialética interação entre continuidade e transformação do espaço da comunidade. Um processo, com existência de multiplicidades e não como um sistema fechado, que permite a abertura para o futuro. De outro modo, são os modelos socioculturais de longa duração, de saberes e conhecimentos contextuais que sustentam a permanência de valores locais em Alto Liberdade, influenciando o relacionamento intersocial e intercultural dos habitantes. Frente a esse cenário, o estudo propõe investigar e estabelecer motores locais em prol de uma patrimonialização social em Alto Liberdade, entendendo este território como laboratório, por permitir a realização de experimentos e considerações, sobre questões estabelecidas na pesquisa. Para isso, adota-se um procedimento metodológico qualitativo e empírico por meio de i) abordagem conceitual da temática central da investigação, a patrimonialização, da noção de patrimônio territorial e da metodologia de representação identitária; ii) representação de valores de existência de Alto Liberdade (território laboratório), através de ferramenta de geoprocessamento, o software QGIS, segundo três sínteses: ambiental, territorial-paisagística e socioeconômica, nos âmbitos técnico-científico e social, por meio da aplicação de duas atividades: mapa cognitivo -representação livre da compreensão pelo sujeito do seu ambiente, e indagações com resposta no programa online e gratuito *Google Earth Pro* -objetivo de representar valores patrimoniais sob a ótica do habitante; iii) estabelecer motores locais de patrimonialização, a partir do reconhecimento dos valores patrimoniais sob a ótica do habitante do lugar. Como resultado, os experimentos realizados no território laboratório da pesquisa, permitem constatar, em Alto Liberdade, processos de patrimonialização social articuladora de motores locais vinculados aos valores de identidade, recurso e capital do patrimônio. Assim, manifestações constituídas no passado, praticadas pelos moradores, são ativos na elaboração do presente, com projeções para o futuro do lugar e dos habitantes.

Palavras-chaves: Patrimonialização. Representação identitária. Tecnologia de geoinformação. Território.

ABSTRACT

The main theme of this work is patrimonialization, starting from its understanding as a process that promotes the redefinition of cultural places and nature on global scales, and in which the patrimonial object (buildings, places and landscapes) cover the social dimension, becoming an attractive agent of value, in development processes (continuity) and urban and territorial redevelopment (transformation). The object of study, the community of Alto Liberdade, municipality of Marilândia, northern region of the State of Espírito Santo, began its occupation process between the 1920s and 1930s, carried by Italian colonizers. The place, covered by forests, gives way to coffee plantations, in addition to the planting of rice, beans, vegetables, cassava and others, constituting the population's survival base. As at the time of its formation, the community's economy is structured in agriculture, complemented by livestock farming. At the social level, in this period, of approximately ninety years, the community is structured and rooted in socio-cultural practices promoted by leadership agents who, from generation to generation, sustain a dialectical interaction between continuity and transformation of the community space. For Massey (2009), this process, with the existence of multiplicities and not as a closed system, allows the opening for the future. On the other hand, it is long-term socio-cultural models, of contextual knowledge and knowledge that allow the permanence of local values in Alto Liberdade, influencing the inhabitants' inter-social and intercultural relationship. Faced with this problem, the study proposes to investigate and establish local engines in favor of a social patrimonialization in Alto Liberdade. Therefore, it is adopted a qualitative and empirical methodological procedure through i) conceptual approach of the central themes of the investigation: the patrimonialization, the notion of territorial patrimony and the methodology of identity representation; ii) representation of the values of existence of Alto Liberdade, with the help of geoprocessing tool, such as QGIS software, according to three syntheses: environmental, territorial-landscape and socio-economic, in the technical-scientific and social spheres, through the application of two activities: cognitive map - free representation of the individual's understanding of one's environment - and questions answered on the online and free Google Earth Pro program, in order to represent heritage values from the perspective of the inhabitant; iii) establishment of local heritage engines, based on the recognition of heritage values from the perspective of the local inhabitant. As a result, this study presents the local engines in favor of the self-sustainable patrimonialization of places, with Alto Liberdade as laboratory territory, interpreting and confirming the integrating character of the manifestations constituted in the past, practiced by its residents, as active in the elaboration of the present and with projections for the future of the place and its inhabitants.

Keywords: Patrimonialization. Identity representation. Geoinformation technology. Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema para desenvolvimento local autossustentável	29
Figura 2 - Tela do PeopleGrid com indicação de um questionário a ser respondido - pesquisa elaborada pelo Laboratório de Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas/RS	49
Figura 3 - Representação ilustrativa da intensidade das respostas e ferramentas disponíveis para responder o questionário	50
Figura 4 - Representação ilustrativa de elementos de um território através das ferramentas disponíveis pelo software (ponto, polígono e linha).....	51
Figura 5 - Localização do município de Marilândia/ES. Destaque para a comunidade de Alto Liberdade.....	54
Figura 6 - MAPA TÉCNICO: Hidrografia da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES	56
Figura 7 - MAPA TÉCNICO: Hipsometria da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES	58
Figura 8 - MAPA TÉCNICO: Geomorfologia da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES	60
Figura 9 - MAPA TÉCNICO: Uso e Cobertura vegetal da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES	62
Figura 10 - MAPA TÉCNICO: Patrimônio Ambiental de Alto Liberdade - Marilândia/ES	64
Figura 11 - MAPA TÉCNICO: Edificações da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES	66
Figura 12 - MAPA TÉCNICO: Vias da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES.....	68
Figura 13 - MAPA TÉCNICO: Patrimônio Territorial-paisagístico da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES	70
Figura 14 - MAPA TÉCNICO: Propriedade de terras da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia /ES	72
Figura 15 - MAPA TÉCNICO: Modelos socioculturais de longa duração da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES	74
Figura 16 - MAPA TÉCNICO: Patrimônio Socioeconômico da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES	76
Figura 17 - “EMPEF Alto Liberdade”	78
Figura 18 - Sala utilizada para realização da pesquisa (atividades 01 e 02) com os moradores	78
Figura 19 - Mapa cognitivo de um morador - representação comunidade por meio de desenhos apenas da.....	79
Figura 20 - Mapa cognitivo de um morador – representação da comunidade por meio de desenhos e escritas.....	79

Figura 21 - MAPA SOCIAL: cursos e massas d'água da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (representação por faixa etária)	81
Figura 22 - MAPA SOCIAL: síntese dos cursos e massas d'água da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (união da representação de todas as faixas etária)	82
Figura 23 - MAPA SOCIAL: geomorfologia da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (representação por faixa etária)	82
Figura 24 - MAPA SOCIAL: síntese da geomorfologia da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (união da representação de todas as faixas etária).....	83
Figura 25 - MAPA SOCIAL: elementos naturais da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (representação por faixa etária)	84
Figura 26 - MAPA SOCIAL: síntese dos elementos naturais da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (união da representação de todas as faixas etária).....	85
Figura 27 - MAPA SOCIAL: Patrimônio Ambiental da Comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES	86
Figura 28 - MAPA SOCIAL: edificações da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (representação por faixa etária)	87
Figura 29 - MAPA SOCIAL: edificações da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (união da representação de todas as faixas etária).....	88
Figura 30 - MAPA SOCIAL: estradas e caminhos da comunidade da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (representação por faixa etária)	88
Figura 31 - MAPA SOCIAL: estradas e caminhos da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (união da representação de todas as faixas etária).....	89
Figura 32 - MAPA SOCIAL: plantações e criações de animais da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (representação por faixa etária)	90
Figura 33 - MAPA SOCIAL: plantações e criações de animais da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (união da representação de todas as faixas etária).....	91
Figura 34 - MAPA SOCIAL: espaços coletivos, de lazer e praças da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (representação por faixa etária)	91
Figura 35 - MAPA SOCIAL: espaços coletivos, de lazer e praças da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (união da representação de todas as faixas etária).....	92
Figura 36 - MAPA SOCIAL: fornecimento de atividades econômicas e serviços básicos da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (representação por faixa etária)	93
Figura 37 - MAPA SOCIAL: fornecimento de atividades econômicas e serviços básicos da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (união da representação de todas as faixas etária)	94
Figura 38 - MAPA SOCIAL: Patrimônio Territorial-Paisagístico da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES	95

Figura 39 - MAPA SOCIAL: locais de festividades e tradições de repetição anual da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (representação por faixa etária)	96
Figura 40 - MAPA SOCIAL: locais de festividades e tradições de repetição anual da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (união da representação de todas as faixas etária)	97
Figura 41 - MAPA SOCIAL: pessoas que desenvolvem atividades culturais e tradições (conhecimentos e saberes) da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (representação por faixa etária).....	98
Figura 42 - MAPA SOCIAL: pessoas que desenvolvem atividades culturais e tradições (conhecimentos e saberes) da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (união da representação de todas as faixas etária)	99
Figura 43 - MAPA SOCIAL: Patrimônio Socioeconômico da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES	100
Figura 44 - Família de Atílio Casagrande e Ângela Paier Casagrande (1946)	103
Figura 45 - Comunidade de Alto Liberdade dividida pelo Rio Liberdade	103
Figura 46 - Moradores trabalhando em suas plantações, sustento da família na época	103
Figura 47 - Moradores a cavalo. Transporte da época de colonização da comunidade	104
Figura 48 - Tropa de animais do Sr. Atílio Casagrande.....	104
Figura 49 - Agricultores usando veículo para transporte do café	104
Figura 50 - Transporte de café para Colatina.....	104
Figura 51 - Primeira Igreja da comunidade	105
Figura 52 - Segunda Igreja da comunidade	105
Figura 53 - Terceira Igreja da comunidade	105
Figura 54 - Igreja atual da comunidade com reforma em andamento	105
Figura 55 - Grupo escolar, a direita da casa de comércio da família Molini (em primeiro plano)	106
Figura 56 - Espaço interno atual da escola de campo de Alto Liberdade.....	106
Figura 57 - Atual escola da comunidade.....	106
Figura 58 - Áreas naturais (1970)	107
Figura 59 - Áreas naturais (2012-2015)	107
Figura 60 - Núcleo da comunidade de Alto Liberdade, vista da Pedra do Cruzeiro.....	108
Figura 61 - Destaque para a comunidade de Alto Liberdade no município de Marilândia ..	109
Figura 62 - Localização de Marilândia em relação à capital, Vitória	109
Figura 63 - Cabana Água Viva.....	111
Figura 64 - Pedra do Cruzeiro.....	111
Figura 65 - “EMPEF Alto Liberdade”	111
Figura 66 - Unidade de saúde “Lautero Carlos Lorencini”	111

Figura 67 - Igreja Católica.....	111
Figura 68 - Centro Comunitário “Pe. José de Souza Brasil”	112
Figura 69 - Campo de futebol	112
Figura 70 - Bar da comunidade.....	112
Figura 71 - Gráfico do perfil moradores entrevistados: sempre morou em Alto Liberdade .	116
Figura 72 - Mapa cognitivo, moradora Pâmela Monteiro (Faixa etária 01)	119
Figura 73 - Mapa cognitivo, morador Mirela Magnago Fiorot Bona (Faixa etária 03)	119
Figura 74 - Mapa cognitivo, moradora Isabela Lorencini Bertoldi (Faixa etária 01)	119
Figura 75 - Mapa cognitivo, moradora Polyana Moysés Gabriel (Faixa etária 03).....	119
Figura 76 - Mapa cognitivo, morador Rafael Smarzaró (Faixa etária 02)	119
Figura 77 - Mapa cognitivo, moradora Vanderléia Casagrande Gabriel (Faixa etária 04) ..	119

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2. PATRIMONIALIZAÇÃO SOCIAL: A COMUNIDADE COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO	19
2.1 A PATRIMONIALIZAÇÃO	19
2.2 TERRITÓRIO PATRIMÔNIO	25
2.3. COMUNIDADE: PERMANÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL.....	32
2.4. A PATRIMONIALIZAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO	35
3 COMUNIDADE-LABORATÓRIO: EXPERIMENTO DE REPRESENTAÇÃO DE VALORES PATRIMONIAIS	39
3.1 SUPORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO	39
3.1.1 A comunidade-laboratório como locus de representação	39
3.2 REPRESENTAÇÃO DE VALORES PATRIMONIAIS EM PLATAFORMA ONLINE <i>GOOGLE EARTH PRO</i>	45
3.3 EXPERIMENTO METODOLÓGICO NA COMUNIDADE DE ALTO LIBERDADE.....	52
3.3.1 A representação técnico-científica	53
3.3.2 A representação social	77
4 POTENCIALIDADES DE PATRIMONIALIZAÇÃO SOCIAL EM ALTO LIBERDADE/ES	101
4.1 A COMUNIDADE DE ALTO LIBERDADE: UMA TESSITURA TERRITORIAL.....	101
4.2 MOTORES LOCAIS DE UMA PATRIMONIALIZAÇÃO SOCIAL	113
4.2.1 Aproximar e envolver o patrimônio - valor de identidade	120
4.2.2 Apropriar e continuar o patrimônio – valor de recurso	121
4.2.3 Produzir e dinamizar o patrimônio – valor de capital	123
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130

1 INTRODUÇÃO

O trabalho possui duas vertentes de estudo: conceitual e investigativa. A conceitual aborda três temas -patrimonialização, patrimônio territorial, representação identitária. A investigativa dedica-se ao seu objeto-concreto, a comunidade de Alto Liberdade/ES, inserida na lógica de território como “laboratório”, segundo conceituação de Eugenio Turri. O desenvolvimento do estudo conceitual ocorre por meio da revisão bibliográfica, para a compreensão do processo de patrimonialização -de acordo com Everaldo Batista da Costa e Regina Abreu-, do entendimento do patrimônio territorial e da representação identitária- segundo a abordagem da Escola Territorialista Italiana, estabelecida por Alberto Magnaghi, professor emérito em Planejamento Territorial, na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Florença, e por Daniela Poli; e da patrimonialização social – baseada em Ana Carvalho, Paulo Peixoto e Sandra Siqueira da Silva.

Segundo Choay (2017), a palavra patrimônio tem sua origem ligada às estruturas econômicas, familiares e jurídicas, estabelecendo-se no tempo e no espaço. Significa uma herança, um bem transmitido entre as gerações de pais e filhos. A ideia de patrimônio como um bem coletivo e público começa a surgir na formação das nações modernas. Assim, a ação deliberada de patrimonializar passa a expressar a seleção de bens ou artefatos que possam representar a ideia da humanidade. Além disso, segundo Costa (2015), é uma forma de dar novo significado à cultura e à natureza dos lugares em escala planetária.

A Escola Territorialista Italiana, a partir de Magnaghi (2005), entende o território como patrimônio e, de maneira a possibilitar o retorno dos lugares em projeto de planejamento urbano e projetos de arquitetura, propõe cinco movimentos: definição teórico-metodológico do conceito de desenvolvimento local autossustentável; definição de metodologias e técnicas de representação da identidade dos lugares (atlas, códigos, figuras); elaboração dos estatutos dos lugares (processo participativo, que conduz a um auto conhecimento do território); elaboração de visões estratégicas do futuro (cenários estratégicos); e redefinição das tarefas, ferramentas e processos de planejamento, a partir de inovações presentes nos quatro primeiros movimentos (planos e projetos específicos).

Os cinco movimentos apresentados pela escola territorialista permitem um processo analítico projetual para o desenvolvimento autossustentável e evidenciam a impossibilidade desse desenvolvimento sem o envolvimento e a valorização dos sujeitos locais, portadores de autossustentabilidade. É a consciência individual e coletiva de cada lugar viabilizando a reconstrução do conhecimento e dos saberes na transformação do modelo de desenvolvimento em autossustentabilidade, ou seja, participação e autossustentabilidade estão ligados de maneira indissolúvel.

Magnaghi (2005) indica que a representação identitária vai ser motivada por evidenciar a possibilidade da produção de riqueza a partir da valorização sustentável das particularidades de cada lugar. Essa representação se materializa por meio da elaboração do que ele denomina Atlas do Patrimônio Territorial, o qual representa os elementos locais dotados de valores patrimoniais -bens comuns- que podem ser recursos nos projetos de transformação com a condição de manutenção ou aumento de valor. Nesse sentido, os bens comuns - representação identitária do lugar- ocorre em três dimensões do patrimônio: ambiental, territorial-paisagística e socioeconômica.

Dessa forma, o estudo apresenta o entendimento de patrimonialização dos lugares de maneira a identificar a ampliação do conceito de patrimônio, o qual tem sua continuidade no reconhecimento na proteção institucional, mas, sobretudo, quando é reconhecido e pensado segundo a perspectiva do habitante do lugar, de modo a identificar ações promotoras de formas de manutenção da vida das pessoas e dos territórios. Isto é, a pesquisa considera o olhar do habitante sobre o local em que vive -comunidade de Alto Liberdade, identificando o que é próprio dali, uma vez que esse homem “comum” conhece e reconhece os elementos do passado e presente e pode então projetar o futuro, com estruturas de continuidade e adaptações das práticas naquele território e conseqüentemente em sua vida.

De outra maneira, uma patrimonialização que estabeleça vínculos na memória coletiva e adquira valor patrimonial -patrimonialização social, não sendo apenas assimilada a uma lógica institucionalizante, a qual muitas vezes não se alimenta e nem produz memória, recurso essencial para a valorização e preservação do território enquanto patrimônio - identidade territorial. Assim, conforme Chuva e Nogueira (2012), deve ser uma apropriação consciente e crítica por parte dos indivíduos e das comunidades do seu patrimônio, fortalecendo as identidades -individual e coletiva, e os processos de preservação.

Frente ao desafio da representação do patrimônio como território e dos valores de existência do lugar, adota-se a geotecnologia para a interpretação de valores patrimoniais sob a ótica do habitante. Os sistemas de informações geográficas (SIG) se destacam no campo técnico e operacional, facilitando a aquisição, o tratamento, a análise e o arquivamento das informações espaciais. Expõe-se, ainda, a utilização contemporânea das geotecnologias como uma forma de compreensão e representação do território, em constantes processos de transformações, tanto nas paisagens do ambiente natural quanto no ambiente urbano construído.

Assim, com o objetivo de verificar os valores patrimoniais na perspectiva de habitantes, e, dessa maneira, contribuir na montagem de cenários de desenvolvimento local autossustentável - concebidos na perspectiva do desenvolvimento das comunidades, utiliza-se o programa online e gratuito *Google Earth Pro*, esse selecionado por ser considerado uma

interface de simples manipulação pelo usuário, onde é possível a interação com o território. Nesse sentido, o programa, através das ferramentas de edição -linhas, polígonos e pontos-, permite ao pesquisador conduzir de forma acertada um estudo que tem o processo participativo como indicador.

O software *Google Earth Pro* disponibiliza imagens do território em alta resolução permitindo a compreensão visual e também crítica dos aspectos geográficos de uma localidade. Dessa forma, o software pode gerar mapas, manipulados pelos usuários, em respostas as questões sobre o território e sobre a relação do homem com esse território. Assim, esses mapas têm como objetivo compreender os interesses e os desejos dos moradores dos lugares. As tarefas realizadas no *Google Earth Pro* podem ser consideradas relativamente simples, contudo, representam uma evolução no que se refere ao compartilhamento de informações especializadas. Além disso, a plataforma compreende diferentes áreas de conhecimento, demonstrando um caráter interdisciplinar na atividade desenvolvida.

Justifica-se a importância da consciência do patrimônio territorial, principalmente nos lugares onde as modificações decorrentes da modernização e do desenvolvimento urbano ainda são menos impactantes, podendo, por essa condição, ser o suporte para o fortalecimento do contexto local e de suas identidades. Nesse caso, o território pesquisado funciona como um laboratório de estudos, com aplicação de experimentos, atividades e observações de dinâmicas do lugar, que possibilita respostas para a problemática proposta no trabalho -patrimonialização social, além da identificação pela comunidade do território que vive, sua delimitação do território. Ademais, a pesquisa permite que o território laboratório de Alto Liberdade funcione como um esboço para auxílio a outros territórios na compreensão do processo para um desenvolvimento autossustentável do lugar. O percurso conceitual busca estabelecer uma discussão orientadora de ações em favor de formas de manutenção da vida cotidiana -modelos socioculturais de longa duração, de saberes e conhecimentos contextuais- que permitam a permanência de valores locais em áreas patrimonializadas e áreas que ainda possam ser patrimonializadas, possibilitando o relacionamento intersocial e intercultural dos habitantes do lugar.

Nesse contexto temático, o problema do trabalho é investigar a patrimonialização social em Alto Liberdade -investigar e estabelecer motores locais para este, tendo em vista o reconhecimento do patrimônio territorial como uma associação de práticas de gestão, transformação e cuidado do território e não apenas como um fator de reconhecimento e proteção por uma instituição governamental, ou seja, construção de cenários estratégicos, que, segundo a Escola Territorialista Italiana, deve ocorrer na produção social, reinterpretação cultural, iniciativas de inovações locais de transformações dos valores de identidade, recurso e capital, pois esta é garantia da durabilidade do território.

A comunidade de Alto Liberdade se localiza a noroeste do Estado do Espírito Santo, a 06 (seis) quilômetros do município de Marilândia, ao qual pertence, e a 150 (cento e cinquenta) quilômetros da capital do estado, a cidade de Vitória. Os primeiros colonizadores italianos chegam à comunidade hoje denominada Alto Liberdade, por volta de 1928. O lugarejo era coberto por matas, mas os recém-chegados logo substituem as matas por plantações de café. A sobrevivência ocorre mediante o plantio de arroz, milho, feijão, cana, hortaliças, mandioca, árvores frutíferas: laranja, manga, abacate, jaca, banana e outras. Como à época de sua formação, a base econômica da comunidade é voltada para a agricultura, sendo o principal produto o café, havendo também atividade pecuarista. Também enraizado por seus colonizadores, Alto Liberdade apresenta manifestações socioculturais sustentadas por agentes locais e transmitidas de geração em geração. Tais práticas possibilitam a continuidade e transformação do espaço da comunidade, o qual, segundo Massey (2009), é um processo, com existência de multiplicidades e não um sistema fechado, ou seja, no qual há o reconhecimento dos valores patrimoniais existentes no lugar, condição, para a Escola Territorialista Italiana, viabilizadora da comunidade local projetar o próprio futuro.

O objetivo geral do estudo é apresentar uma discussão acerca da patrimonialização, identificando ações promotoras da manutenção da vida cotidiana, em cidades diferenciadas, por seu valor histórico-crítico, “sobreviventes” no território. Para isso propõe-se: i) abordagem conceitual da temática central da investigação, a patrimonialização, da noção de patrimônio territorial e da metodologia de representação identitária; ii) realização de representação de valores da comunidade de Alto Liberdade -território laboratório da pesquisa, no âmbito técnico-científico e no âmbito social; segundo três sínteses: ambiental, territorial-paisagística e socioeconômica; iii) estabelecimento de motores locais de patrimonialização a partir do reconhecimento dos valores patrimoniais sob a ótica do habitante do lugar, comunidade de Alto Liberdade.

Assim, de posse dos resultados das pesquisas qualitativa e empírica -representação técnico-científico por meio da descrição e análise do território-laboratório de Alto Liberdade; e representação social, através de mapa cognitivo e representação em plataforma online *Google Earth Pro*, realiza-se a identificação dos valores patrimoniais na perspectiva dos habitantes, segundo a interpretação de dimensões sociais, formas criadas no passado como ativos na elaboração do presente. O reconhecimento de bens comuns na visão social é associado às interpretações técnico-científico do território e logo permitem a leitura de três dimensões de valores (motores locais): valor de identidade – com aproximação e envolvimento do patrimônio; valor de recurso – onde o patrimônio é apropriado e permite sua continuidade; e valor de capital – através da produção e dinamização do patrimônio, não apenas como desenvolvimento economicista, mas, sim, e mais relevante, como um

desenvolvimento de (re)construção de relações, equilíbrio entre o crescimento da sociedade humana, da técnica e do *milieu*.

Por conseguinte, é possível afirmar, as bases para a patrimonialização -motores locais, a qual oportuniza projeções autossustentáveis para o futuro do lugar e dos habitantes, são resultado da participação social. O território-laboratório de Alto Liberdade reconhece e mantém, desde a época de sua conformação, sua identidade territorial -caracterizada pelos recursos materiais e imateriais que compõem os ambientes físico, construído e antrópico-, confirmando o caráter integrador dessas práticas para a estruturação do patrimônio territorial da comunidade, ou melhor, da existência de uma patrimonialização social em Alto Liberdade.

Isto posto, o trabalho possui metodologia qualitativa, com abordagem conceitual e empírica, com intuito de conhecer, apreender e representar o patrimônio territorial da comunidade de Alto Liberdade, Marilândia-ES, o laboratório dessa pesquisa. Desse modo, a dissertação é estruturada em três fases:

- Capítulo 02: pesquisa bibliográfica a respeito da definição da patrimonialização, tendo como suporte Everaldo Batista Costa e Regina Abreu; conceito de patrimônio territorial e identidade territorial (processo construído por permanências e transformações), baseado nos estudos da escola territorialista de Alberto Magnaghi, incluindo considerações de Daniela Poli; e o entendimento da patrimonialização social, reconhecimento dos valores do território por quem nele vive, através dos autores: Ana Carvalho, Paulo Peixoto e Sandra Siqueira da Silva.
- Capítulo 03: revisão bibliográfica no que diz respeito à representação gráfica de elementos do território, compreendido a partir de estudos baseados em Eugenio Turri, como laboratório; seguido da análise da representação – após a compreensão - de valores do território através de ferramentas de geoprocessamento, determinadas em função do objetivo da pesquisa desenvolvida; e representação gráfica - em âmbito técnico-científico e social -, dos valores patrimoniais de Alto Liberdade, fundamentada na escola territorialista italiana de Alberto Magnaghi, nas três camadas: ambiental, territorial-paisagística e socioeconômica.
- Capítulo 04: investigação de Alto Liberdade, através da aproximação e apresentação dos processos de sua constituição, com base em livros, e entrevistas orais a moradores mais antigos; e apontamentos das evidências da patrimonialização social de Alto Liberdade, ou seja, do reconhecimento por seus habitantes, dos valores de identidade, recurso e capital existentes no território.

2. PATRIMONIALIZAÇÃO SOCIAL: A COMUNIDADE COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO

2.1 A PATRIMONIALIZAÇÃO

Segundo Choay, em *A alegoria do patrimônio* (2017), a palavra patrimônio tem sua origem ligada às estruturas econômicas, familiares e jurídicas, estabelecidas no tempo e no espaço. Significa uma herança, um bem transmitido entre as gerações de pais e filhos. A ideia de patrimônio como um bem coletivo e público começa a surgir na formação das nações modernas. Por sua vez, a expressão patrimônio histórico denota um bem destinado ao usufruto da comunidade, sendo constituído por obras, obras primas das belas artes agrupadas por seu passado comum. Essa expressão vai sendo construída pela fusão e acréscimo do que se denomina, a princípio, de antiguidades - edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos constituintes das categorias de monumentos históricos.

As expressões “monumento histórico” e “patrimônio” chegam a ser compreendidas como sinônimas em determinada época, contudo, segundo Choay (2017), a partir da década de 1960, os monumentos históricos, com o alargamento do quadro cronológico, das áreas geográficas e das tipologias arquitetônicas, passam a representar uma parte de uma herança que não para de crescer. O monumento deriva do termo latim *monumentum* e significa aquilo que traz à lembrança alguma coisa, de modo que:

A natureza afetiva de seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. (CHOAY, 2017, p. 18).

Dessa forma, o monumento estimula a luta contra a angústia da morte e da destruição, e, da maneira possível, favorece a manutenção e a preservação da identidade de uma comunidade, quer seja nacional, tribal, familiar, étnica ou religiosa. Assim, verifica-se, a essência do monumento é concebida da relação com o tempo vivido e a memória.

De acordo com Choay (2017), por muito tempo a noção de monumento histórico se desenvolve na Europa, onde tem sua origem; depois, contudo, atravessa os limites europeus. Paralelamente, os Estados Unidos começam a proteger seu patrimônio natural, introduzindo a Natureza em processos de patrimonialização. Em contrapartida, contudo, as políticas americanas praticamente excluem da conservação o patrimônio constituído pela herança edificada, condição alterada recentemente no país.

A interpretação da conservação dos monumentos antigos, a partir da teoria dos valores, vai se constituir com Alöis Riegl, em *O culto moderno aos monumentos* (1903). Conforme Choay (2017) Riegl focaliza o raciocínio sobre o monumento histórico e não sobre o patrimônio, que

perdura até a década de 1960. O primeiro valor é o cognitivo, o qual impede a afirmação de que os monumentos históricos são condutores de valores específicos e gerais para todas as categorias sociais, mas sim, os monumentos permitem a construção de várias histórias – política, arte, costumes. - além de contribuir na pesquisa intelectual e na formação das profissões e dos artesanatos. Em seguida, na teoria de valores de Alöis Riegl, tem-se o valor econômico e, por último, o valor artístico, uma vez que o conceito de arte e a noção de estéticas ainda não possuem um conceito claro.

São exceções os historiadores no século XIX e de outros tempos, que sabem e querem olhar os monumentos antigos. Entendem que os edifícios não contribuem para o saber, mas, sim, para servir e ilustrar um sentimento nacional. Contudo, em alguns casos, são essas edificações, sem preocupação científica, a única fonte documental dos historiadores referentes, por exemplo, à França rural e urbana, do começo do século XIX.

A noção de patrimônio ultrapassa os limites do tempo e do gosto. Além disso, sua compreensão não se restringe mais aos edifícios individuais - os aglomerados de edificações e a malha urbana passam a ser entendidos como patrimônio. Assim, têm-se aldeias, concentrações de casas e bairros, e mesmo conjuntos de cidades. Essa nova visão pode ser confirmada segundo a lista do Patrimônio Mundial – Natural e Cultural (1972), estabelecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Com isso, percebe-se, em uma mesma cidade ou em um mesmo edifício, a sobreposição e a articulação de estilos, técnicas e contextos distintos, no tempo e no lugar, impede uma conservação rígida, mas, sim, possibilitar a dinâmica das vivências socioeconômicas presentes em distintos lugares. Assim sendo, segundo Carvalho (2016), o patrimônio manifesta-se como um mecanismo em benefício da diversidade cultural, da pessoa humana e do desenvolvimento durável, resultante do trabalho de homens e mulheres, residentes, moradores e usuários do lugar. Portanto,

Quando falamos de respeito mútuo entre culturas e as diversas expressões da criatividade e da tradição estamos, assim, a considerar o valor que a sociedade atribui ao seu patrimônio cultural e histórico ou à sua memória como factor fundamental para evitar e prevenir o “choque de civilizações”, mas, mais do que isso, para criar bases sólidas de entreaajuda e de entendimento. (CARVALHO, 2016, p. 27).

O patrimônio, ainda, segundo as bases da legislação francesa referente aos monumentos históricos, divide-se em patrimônio móvel e imóvel, exigindo diferentes tratamentos no que diz respeito à sua proteção e ao seu controle, o qual possui dificuldades práticas em ser realizado. Isso porque, sobre o destino dos objetos patrimoniais da nação, é preciso definir de que forma o interesse coletivo deve ser resguardado. Segundo Choay (2017), o museu, lugar para o qual os bens são transferidos, tem a função de instruir a nação, ensinando história, civismo e competências artísticas e técnicas sobre o bem.

Choay (2017) denomina de conservação primária ou preventiva as medidas adotadas desde o começo da Revolução Francesa para proteger o patrimônio. As Instruções Complementares - *Suite d'instructions* – de 3 de março de 1971, estabelecem critérios para a conservação dos bens condenados, constituindo uma definição de monumento e do patrimônio histórico, primórdios da conservação reacional. Os escritos sobre e para a proteção do patrimônio são muito precisos e orientados para uma preocupação prática, e, dessa forma, a preservação não é possível se indivíduos e sociedades não desenvolvem e protegem sua identidade, senão pela duração e pela memória.

Dessa forma, de acordo com Sarlo (2007), o passado se faz presente, ou seja, o passado sempre chega ao presente, não há como ser eliminado. A menos que sejam eliminados todos os sujeitos responsáveis por sua proteção e conservação. Em associação à ideia de ser o passado indissociável do presente, em decorrência a identidade, Halbwachs (1990) afirma não ser possível pensar em nada e só em nós mesmos, pois sempre se tem o pensamento associado a outros e para os outros.

Não é o indivíduo em si nem nenhuma entidade social que se recorda; mas que ninguém pode lembra-se efetivamente, senão da sociedade, pela presença ou evocação, e portanto, pela assistência dos outros ou de suas obras; nossas primeiras lembranças e, por conseguinte, a trama de todas as outras, não são trazidas e conservadas pela família? (HALBWACHS, 1990, p. 23).

De acordo com Ivano (2015), o que se esquece e o que se lembra depende de como a memória é discutida em determinados aspectos – sociais, culturais -, de como as condições históricas são definidas e compreendidas, ou seja, não é uma falha apenas das funções cerebrais. Segundo Ivano, em *Memória e esquecimento: argumentos de Paul Ricoeur* (2015), Ricoeur, entende ser a fundamentação dessas condições decorrência da compreensão dos sujeitos como sendo históricos, de acordo com suas posturas diante do passado e do futuro.

Para Halbwachs, em *Memória Coletiva* (1990), a confiança na exatidão das lembranças é maior quando se pode apoiar em uma impressão, individual e/ou coletiva, ou seja, em uma experiência reavivada por uma pessoa ou por grupo de pessoas. Ainda segundo o autor são coletivas as lembranças individuais, mesmo quando apenas uma pessoa tenha vivido determinado acontecimento, uma vez que nunca se está só.

Em todos os momentos, em todas essas circunstâncias, não posso dizer que estava só, que refletia sozinho, já que em pensamento eu me deslocava de um tal grupo para outro, aquele que eu compunha com esse arquiteto, além deste, com aqueles, dos quais ele era o intérprete junto a mim (...). (HALBWACHS, 1990, p. 26 e 27).

Assim, a definição de patrimônio é ampliada. No artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, o patrimônio cultural brasileiro é definido como “constituído pelos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto”.

Conforme Abreu, em *Memória e novos patrimônios* (2015), a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, lançada em 15 de novembro de 1989, é uma espécie de discurso fundador que se reflete em desdobramentos posteriores no referente à salvaguarda. Em 04 de agosto de 2000, é criado no Brasil, por meio do Decreto Federal nº 3.551, o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, onde são descritos os mecanismos para o inventário dos bens culturais imateriais, com o objetivo de identificar e proteger a diversidade do patrimônio cultural brasileiro. A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, deriva de uma aspiração universal e da preocupação comum de salvaguardar o patrimônio cultural da humanidade. O Brasil promulga essa convenção em 12 de abril de 2006, pelo Decreto nº 5.753.

Abreu (2015) afirma que a noção de patrimônio está associada a um bem coletivo e público de uma sociedade, ou seja, patrimonializar significa a definição de bens ou artefatos capazes de representar a ideia abstrata de nação. De acordo com a autora, a ampliação de conceito de patrimônio não rompe com a concepção fundada em critérios históricos e artísticos – preservação de prédios históricos, obras de arte - mas tem como intuito a conciliação desse patrimônio com as diversas culturas tradicionais e populares existente no país – festas, rituais, saberes, música, artes, modos de expressão- ou seja, o eixo norteador da “singularidade nacional”, passa agora para a “singularidade local”.

Patrimonializar é selecionar um bem cultural (objetos e práticas) por meio da atribuição de valor de referência cultural para um grupo de identidade. O bem patrimonializado tem como atributo a capacidade de amalgamar grupos de identidade. Uma nova trajetória se impõe aos bens instituídos como patrimônio, que, a partir desse momento, estão submetidos a uma nova ordem jurídico-legal, bem como a condições de existência diferenciadas, marcadas por essa singularidade. (CHUVA E NOGUEIRA, 2012, p. 74).

Abreu, em *Questões Indígenas e Museus* (2012), ressalta a importância de sinalizar ser a Recomendação da Unesco, de 1989, decorrência da “elitização” das políticas públicas patrimoniais, as quais privilegiam os legados da elite dos países, segundo os Estados-membros. Assim, explicita-se uma vontade política de redirecionar as políticas públicas às esferas das culturas populares e tradicionais. Ou seja, o que deve ser patrimonializado passa a ser uma definição dos “detentores” do patrimônio e não apenas dos gestores das políticas públicas e dos gestores estatais. Chuva e Nogueira, em *Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil* (2012), alerta para a capacidade do processo de patrimonialização das práticas culturais promover concorrência, e, por vezes, levar à disputas e tensões de representação – de legitimidade entre os grupos.

Conforme Castro e Tavares (2016), o patrimônio não é um elemento pensado com esse objetivo, mas em função do meio - decisões, interesses, ações políticas – acaba tornando-se ou sendo compreendido como tal. Nesse contexto, reconhece-se, principalmente em áreas

centrais antigas, a revalorização, por meio de recursos destinados à preservação e ao uso às dimensões imateriais e materiais dos espaços. Dessa forma, o patrimônio tem contribuído para a produção social do espaço urbano. Ainda segundo os autores, a valoração e a representação da história e da cultura dos lugares e dos grupos sociais resulta de uma escolha realizada por agentes do presente, ou seja, a definição do patrimônio ocorre a partir do presente. Abreu (2012), afirma que a eficácia desses patrimônios está associada ao seu reconhecimento pelos setores da população, sendo um novo discurso o de “conhecimento tradicional”, que articula tanto aspecto universal - descoberta, revelação, quanto aspecto singular - legado, transmissão.

Conforme indicado por Abreu (2015), os bens patrimonializados são considerados sagrados para um grupo social ou cultural, e, referindo-se à Richard Handler (1985), apresenta a ideia de como a patrimonialização tem tornado palpável e materializado ideias muito abstratas, como a ideia de nação. Assim, por exemplo, “possuir” um patrimônio significa ter uma certificação cultural ou nacional. Diante disso, o patrimônio é elemento essencial na identificação de diferenças e de singularidades dos estados-nações.

Os processos de patrimonialização, segundo Abreu (2015), podem ser considerados próprios do Ocidente moderno, em decorrência da criação de agências nacionais e internacionais, formação de agentes e definição de políticas públicas. A autora, em um esforço de síntese, indica três momentos no que se refere aos processos de patrimonialização. O primeiro momento, do século XIX à primeira metade do século XX, é fundamentado na “reconstrução do passado ou na busca e valorização de uma arte nacional”; o segundo momento, com marco da criação da UNESCO - 1940, apresenta “o conceito antropológico de cultura”; e por último, no final dos anos de 1980; o terceiro momento, particularmente com o lançamento da Recomendação de Salvaguarda das Culturas Tradicionais e Populares – 1989, “estimulando uma dinâmica globalizada de identificação, proteção, difusão e circulação de valores e signos patrimoniais” (ABREU, 2015, p.69).

Diante disso, a autora apresenta o que identifica como tendência à “patrimonialização das diferenças”, visto ser preciso reconhecer a noção de especificidades ou singularidade local.

A nova dinâmica da patrimonialização das diferenças vai estimular um amplo sistema de informações numa esfera global. Inventários, bancos de dados, listas intermináveis de bens preservados ou passíveis de preservação passaram a ser elencados por um contingente crescente de profissionais especialmente formados para trabalhar em processos de patrimonialização. (...) O fenômeno da “patrimonialização das diferenças” pode ser descrito como uma área em ebulição e, num certo sentido, como uma área de excesso. O excesso de demandas de patrimonialização convive com políticas de distinção, principalmente com a implantação das “listas” com várias gradações: lista dos patrimônios imateriais ameaçados; lista dos patrimônios mundiais; lista das obras-primas do patrimônio oral e imaterial da humanidade. (ABREU, 2015, p. 70 e 71).

Ainda segundo Abreu, o desejo do processo de patrimonializar cresce no tecido social e traz consequências, como deixar de ser entendido apenas como coisa duradoura, ouro, prata, e compreender também o efêmero, o barro; não ser atributo apenas às falas autorizadas – ao Estado, mas, sim, ter falas diversas - organizações não-governamentais, comunidades, patrocinadores, entre outros.

Ao analisar os processos de patrimonialização, Costa (2015) propõe a nomenclatura “patrimonialização global”, definida como sendo um “brusco movimento universal de espetacularização e banalização, pela cenarização progressiva, dos lugares promovidos pela dialética” (COSTA, 2015, p. 35), compreendida, ainda, como um “mecanismo socioeconômico e cultural moderno de transformação dos territórios de identidade, de ressignificação dos lugares da memória” (COSTA, 2015, p. 38). A patrimonialização global representa a transformação da história dos lugares em história mundial, ou seja, que a forma criada no passado, referente ao estudo do urbano e da cidade, tem expressiva função na elaboração do presente. Nesse processo, o autor procura identificar ações capazes de auxiliar a continuidade e a manutenção da vida existente em cidades antigas que “sobrevivem” no território (COSTA, 2015).

Segundo Costa (2015), os processos de patrimonialização global ganham força após as duas Guerras Mundiais, como uma das decorrências da intensa e extensa devastação do território. Com isso, é preciso preservar o que ainda resta de um passado ou de uma identidade materializada. Peixoto (2001) reconhece a intensificação dos processos de patrimonialização na linha das políticas locais, onde os particularismos locais são vistos como um recurso e uma vantagem competitiva – mediatização. O autor afirma, ainda, que, a partir dos anos 1980, as cidades começam a ser descobertas com fins turísticos, ou seja, o patrimônio é integrado à indústria internacional.

Neste domínio, o espaço público, e particularmente os centros históricos das cidades, passaram a ser encarados, no âmbito das políticas urbanas, como um equipamento cultural. Assim, a intensificação dos processos de patrimonialização fica também a dever-se ao facto de o patrimônio ser um recurso importante na criação e promoção de um mercado urbano de lazer. (PEIXOTO, 2001, p. 175).

Conforme Peixoto (2001), recorrendo a José Madureira Pinto (1995), os projetos de patrimonialização têm importância no estímulo dado à criação cultural autônoma e à recuperação de festas, saberes, celebrações, em que todos são personagens, e não somente no plano de conservação da arquitetura do passado. Abreu (2015) afirma que o campo da patrimonialização tem um novo dinamismo, como, por exemplo, a inserção de segmentos sociais – camadas populares e tradicionais – até então sem visibilidade. Além disso, a autora discute como as tecnologias têm contribuído para a produção e o controle da catalogação e

da documentação das diferenças culturais existentes, ademais, é preciso tornar esses patrimônios visíveis globalmente, por meio da *web*.

Além da caracterização do processo de patrimonialização não mais significar apenas a “coisa duradoura”, passa a agregar o efêmero. Para Abreu (2015), cabe aos grupos sociais ligados aos bens a pretensão da patrimonialização e não somente as instituições. Peixoto (2001) afirma ser preciso interrogar os habitantes dos lugares, indagando se esses se identificam com a identidade urbana que lhes é imposta. Por outro lado, a patrimonialização, segundo Abreu (2015), tem possibilitado a reaproximação entre as gerações, ou seja, a aproximação entre os mais velhos e os mais novos, e, com isso, novas formas de valorização das tradições e de si próprios; e tem apresentado aspectos do cotidiano ainda não identificados, contribuindo para a construção e a continuidade do lugar e de sua comunidade.

2.2 TERRITÓRIO PATRIMÔNIO

Magnaghi (2001) afirma que a curiosidade pelos lugares está crescendo, e isso ocorre porque a “terra da modernização” se torna arrasada de desertificação social, ambiental e espiritual, isto é, uma terra com baixa qualidade de vida. O conhecimento dos lugares, de suas identidades, reaparece como fundamento para o projeto futuro de regiões, ou seja, o reconhecimento do território é fundamental na construção das civilizações, as quais possuem patrimônio, herança, reconhecendo-se culturalmente, condição necessária ao apoio de grupos sustentáveis no novo pensar para os lugares. Assim, “o lugar ressurgue na cultura econômica, geográfica, urbanística, sociológica como patrimônio a ser valorizado para o projeto futuro” (MAGNAGHI, 2001, p. 3, tradução nossa).

Ainda segundo Magnaghi (2001), é preciso um conhecimento multidisciplinar ou, ao menos, um diálogo com muitas disciplinas para o conhecimento do lugar, o qual é indivisível, resultado de longos processos de coevolução entre civilizações, povoamento humano, ambiente natural e história. O uso de tecnologias possibilita uma ampla visão do território, contudo, para a visão densa do local e do seu patrimônio, um complexo em constante evolução, é preciso, à descrição das relações profundas, no tempo, entre o ambiente físico, construído e antrópico, acrescer a presença *in loco*.

Conforme Magnaghi (2001), de acordo com a abordagem territorialista italiana, o território é patrimônio, ou seja, essência da construção temporal do homem; resultado da alternância de culturas; dotado de centralidades em planejamento, projeto e gestão para um desenvolvimento sustentável na contemporaneidade, produzindo riquezas duradouras. O autor afirma ser a pretensão do seu trabalho poder contribuir para uma metodologia que interprete, descreva e represente o patrimônio territorial na sua complexidade de um sistema interrelacional de ambientes físico, construído e antrópico.

O patrimônio territorial, entendido não como uma coleção de objetos, monumentos, a serem preservados, mas como um sujeito vivo cuja pluralidade é dada por ser constituída por relações coevolutivas entre ambiente natural, ambiente construído e ambiente antrópico, requer um conhecimento do processo de sua construção histórica e das regras que o mantém vivo e faz crescer. (MAGNAGHI, 2001, p. 4, tradução nossa).

O território como um ativo, pode ser dissipado, preservado ou valorizado, sendo pensado então para as gerações futuras. De acordo com Magnaghi (2001), o território é dissipado com o crescimento econômico por meio da industrialização. Assim, para preservá-lo, deve-se conter o consumo dos recursos ambientais e territoriais; já para a valorização desse território é preciso existir a interação entre os sistemas ambientais, territoriais e urbanos, além das sociedades e culturas locais. Ou seja, se aumentado, o valor do patrimônio territorial possibilita planos e projetos para o desenvolvimento autossustentável dos lugares.

A compreensão da identidade de um lugar, dos seus processos históricos de territorialização, segundo Magnaghi (2001), ocorre através de sucessivos ciclos de civilizações -relação entre o assentamento humano e o meio ambiente. Assim, estes ciclos não se referem à natureza original, mas, sim, são nutridos pelos atos territorializantes dos ciclos anteriores que, se reinterpretados, estruturam de modos diferentes o território. Dessa maneira, o espaço natural, composto por personalidade, identidade, individualidade da paisagem, torna-se um território originário dos “lugares”. Magnaghi (2001) também define a territorialização, em concordância com o entendimento de Turco (1988), como um processo no qual o espaço engloba o valor antropológico, não adicionando às propriedades físicas, mas, sim, absorvendo-as e então, remodelando e colocando em círculo e funções que são culturalizadas, condição desconhecível para uma análise natural do ambiente geográfico.

Cada lugar é o resultado de uma longa história e de forma como, a um dado momento sobre, a terra, cada civilização reinterpretou os sinais e as estruturas das civilizações precedentes, destruindo-as por vezes, mas muito frequentemente reciclando-as e reutilizando-as com novos significados. (MAGNAGHI, 2017, p. 17).

O “tipo territorial”, definido assim por Magnaghi (2001), decorre das transformações, inovações e reutilizações dos processos de territorialização histórica, que permeiam as diferentes civilizações constituintes de uma região. Assim, as alterações referentes ao ciclo anterior correspondem a processos denominados de desterritorialização, onde, por exemplo, há a destruição parcial de elementos de assentamentos anteriores. Em seguida, uma nova estrutura é elaborada para a localidade, constituída pela reinterpretação e recuperação das estruturas territoriais pré-existentes, isto é, ocorre o processo de reterritorialização do lugar.

Segundo Magnaghi (2001), a abordagem do ciclo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização – ciclo TDR – realizada por Claude Raffestin, possibilita a conservação e a reprodução do tipo territorial, uma vez que reorganiza, transforma e deposita o conhecimento

ambiental e as peculiaridades culturais do local, ou seja, os atos territoriais determinam a “massa territorial”, o valor do lugar. Dessa forma, o ciclo constrói uma ligação entre a história e o futuro, e potencializa, por meio dos valores e particularidades locais, o território para usos futuros. Portanto, entendendo o território como resultado de um processo coevolutivo de longa duração, não é possível separar os eventos histórico-culturais do processo temporal, os quais propiciam a força da identidade do próprio local, influenciando na existência individual e coletiva da população do lugar.

Poli (2015) afirma que, nos últimos anos, o patrimônio territorial tem sido um elemento chave do planejamento territorial, o qual supera o próprio conceito de desenvolvimento, ao reposicionar a estratégia de estilo de vida como um equilíbrio na evolução entre sociedade humana, *milieu*¹ e técnica. Além disso, a autora afirma que o patrimônio tem sido reconhecido como fundamento no conhecimento e na recordação, estimulando a consciência local por meio da contínua construção de memória coletiva. Magnaghi (2001) afirma, ainda, que a descrição, a interpretação, a representação das identidades e das particularidades dos lugares em sua evolução histórica, são as bases para o desenvolvimento do projeto duradouro, se compreendidos de forma correta.

É necessário, de acordo com Magnaghi (2001), analisar as regras destrutivas do próprio desenvolvimento para se chegar ao desenvolvimento sustentável. Não se pode deixar uma “nova pobreza” ser construída em função das leis da globalização econômica. As individualidades regionais, as paisagens históricas, os modelos socioculturais – patrimônio territorial - em contato com os novos habitantes, possibilitam consistência e importância à história analítica dos lugares.

Segundo Magnaghi (2005), a escola territorialista italiana empreende vários anos para dar substância ao retorno do lugar no projeto de planejamento urbano e, esperançosamente, em projetos de arquitetura. Para esse retorno, cinco movimentos são propostos: definição teórico-metodológico do conceito de “desenvolvimento local autossustentável”; definição de metodologias e técnicas de representação da identidade dos lugares (atlas, códigos, figuras...); elaboração dos estatutos dos lugares; elaboração de visões estratégicas do futuro (cenários); e redefinição das tarefas, ferramentas e processos de planejamento a partir de inovações presentes nos quatro primeiros movimentos.

¹ Magnaghi refere-se à definição de Giuseppe Dematteis, onde, a expressão *milieu* não significa um conjunto simples de condições materiais, mas sim, um conjunto de características socioculturais de determinada área geográfica por meio de evolução histórica de suas relações, as quais possuem relação com o uso de ecossistemas naturais locais.

Assim, os cinco movimentos permitem um processo analítico projetual para o desenvolvimento autossustentável e evidenciam a impossibilidade desse desenvolvimento sem o envolvimento e a valorização de sujeitos portadores de autossustentabilidade. Participação e autossustentabilidade estão ligadas, portanto, de maneira indissolúvel.

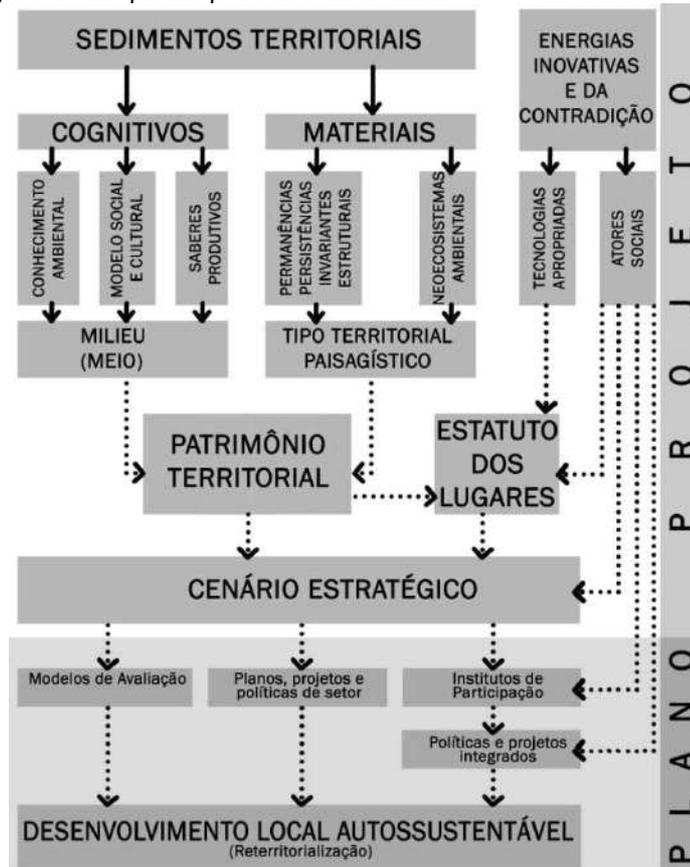
No novo paradigma, é, portanto, o *território existente*, a sua *oferta* de sedimentos de conhecimento de assentamentos e de equilíbrios ambientais que condiciona a demanda por mudanças. (...) O problema prioritário se torna a capacidade dos instrumentos analíticos e da prática operativa de descrever o patrimônio da identidade dos lugares; e de individualizar os modos para perpetuar o repertório de regras e de princípios de realização virtuosa entre ação e ambiente. (LUCCHESI; CARTA; VANNETIELLO, 2005, s.p., tradução nossa).

Segundo Haesbaert (2012), os espaços representam, além dos prédios, montanhas e estradas, o caráter especial e particular, que ultrapassam sua utilização material e seu limite físico.

É o que os autores como Poche (1983) denominam “espaços de referência identitária” a partir dos quais se cria uma leitura simbólica, que pode ser sagrada, poética ou simplesmente folclórica, mas que, de qualquer forma, emana uma apropriação estética específica, capaz de fortalecer uma identidade coletiva que, neste caso, é também identidade territorial. (HAESBAERT, 2012, p. 149).

Assim, a identidade territorial é construída através do território, ou seja, a identidade não é “dada”, está sempre em curso, não é uma, mas, sim, múltipla. Representado pela identidade de longo prazo; personagens da paisagem; aspectos materiais e cognitivos; persistências e permanências, Magnaghi (2001) apresenta o que chama de “sistema de informação territorial”, ou seja, a interpretação da sociedade local, de seus modelos socioculturais e seus atores, estrutura para os planos de desenvolvimento sustentável dos territórios (Figura 1).

Figura 1 - Esquema para desenvolvimento local autossustentável



Fonte: Magnaghi, 2005, p. 8. Tradução por Damiany Farina Nossa, 2019²

Lucchesi, Carta e Vannetiello (2005) apresentam duas linhas para a pesquisa: numa, a construção técnica da nova descrição territorial, identificada como nova por apresentar uma visão integrada do patrimônio - dos recursos locais naturais e antrópicos; noutra, a articulação da apresentação do patrimônio territorial e da construção de mecanismos coesos e ações de transformações com a lista de regras identitárias caracterizadas por esta descrição.

A pesquisa assume que a prática da descrição da identidade local atua em um terreno livre da necessidade de determinar *imediatamente* um resultado em instrumentos de planejamento, e se propõe enriquecer, vice-versa, através da comunicação pública da informação territorial, o processo de "**crescimento de consciência**" da comunidade habitante em relação ao que está "posto em jogo" ligada às relações entre a determinação de escolhas de transformação e destino do patrimônio da identidade local. Com esta premissa, a pesquisa apresentada nestas páginas começou a experimentação de **técnicas de representação da "figura territorial"**, ou seja, da estrutura territorial persistente na longa duração dos processos de transformação iniciados. (LUCCHESI; CARTA; VANNETIELLO, 2005, s.p., tradução nossa).

² Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo "RISCOS TERRITORIAIS EM PROJETOS REPRESENTACIONAIS: INVESTIGAÇÃO DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL DE JOÃO NEIVA – ES", com previsão de defesa em 2020.

De acordo com Andrade (2015), por meio de mapeamentos, os valores patrimoniais podem demonstrar o caráter multidimensional do território e, assim, ampliar o conceito de patrimônio. Conforme Magnaghi (2005), a concretização da representação ocorre com a construção experimental do Atlas do Patrimônio Territorial, que tem por finalidade representar os elementos complexos, considerados valores patrimoniais.

A pesquisa tem por título “O Atlas do Patrimônio Territorial do Distrito Empolese Valdese” e é essencialmente uma iniciativa de exploração das estruturas de insediativas – ocupação construtiva/morfológicas- e paisagísticas baseadas na capacidade de construir conhecimento de representação cartográfica e de tecnologia de informação geográfica, construídas em estreito contato com as instituições e a sociedade local. (LUCCHESI; CARTA; VANNETIELLO, 2005, s.p., tradução nossa).

A representação do patrimônio territorial, segundo Magnaghi (2005), diz respeito ao patrimônio ambiental (água, bacias hidrográficas, identidade bioregional, etc.); patrimônio territorial-paisagístico (tipos morfológicos, figuras territoriais e paisagísticas, etc.); e ao patrimônio socioeconômico (modelos socioculturais de longa duração, ambientes socioeconômicos, planejamento social, etc.). Essa representação possibilita a valorização das peculiaridades patrimoniais de cada lugar e pode proporcionar, por meio da consciência individual e coletiva, uma reconstrução de conhecimento e saberes capacitadores de um modelo de desenvolvimento autossustentável.

Ainda, afirma Magnaghi (2001), as energias inovadoras de um local possibilitam identificar as tecnologias sociais, econômicas e culturais mais apropriadas para o estabelecimento de projetos viabilizadores de sua sustentabilidade. Além disso, afirma que essas energias, juntamente com o patrimônio territorial, produzem o que denomina “*status* de lugares”, ou seja, a descrição consistente da identidade dos lugares através dos invariantes estruturais e das regras de transformação territorial.

A expressão “invariantes estruturais” alude ao reconhecimento das características dos lugares, de suas identidades, as quais possibilitam, nos processos de transformação, sua manutenção e crescimento “não apenas elementos valiosos, mas acima de tudo estruturas territoriais e morfotipologias, paisagens urbanas interpretadas como resultado de processos coevolutivos entre assentamentos humanos e o meio ambiente (...)”. (TOSCANA, 1999, apud MAGNAGHI, 2001, s.p, tradução nossa).

Os "invariantes estruturais" são, portanto, elementos (bens, tipos territoriais, relações entre os sistemas territoriais e ambientais, etc.) estruturando o território, a sua identidade, sua saúde, sua qualidade, sua paisagem, seu potencial como um bem duradouro. O invariante torna-se o reconhecimento de elementos do designer de valor particular (...) a ser protegido ou "melhorar" e que dizem respeito a sistemas ambientais, redes ecológicas, reservatórios sistemas hidrográficos, sistemas costeiros, paisagens históricas, tipologias de assentamento territorial e urbano, caracterizando a identidade de longo prazo, tecidos agrários, modelos socioculturais, valores relacionais entre assentamento e meio ambiente e assim por diante, cuja perda ou degradação

pode comprometer a sustentabilidade do desenvolvimento, fundado justamente no pressuposto desse patrimônio como recursos. (TOSCANA, 1999, apud MAGNAGHI, 2001, s.p, tradução nossa).

Os invariantes estruturais, aplicadas no projeto de desenvolvimento de uma região, de acordo com Magnaghi (2001), configuram um corpo normativo, um sistema de regras de transformação – inovação, do que como regras de conservação. Assim, os invariantes estruturais possibilitam que as transformações do valor do patrimônio territorial ocorram com qualidade territorial e não simplesmente como consumo do território, constituindo o principal indicador do desenvolvimento autossustentável da região.

Os invariantes estruturais podem ser considerados como a manifestação localizada de recursos naturais e outros recursos essenciais, e não constituem meramente permanências fragmentárias, testemunhos episódicos de estruturas anteriores do território a ser protegido. Pelo contrário: elas - como manifestações de relações equilibradas e virtuosas entre transformações antrópicas e recursos localizados - constituem o paradigma resumido de futuros possíveis para o desenvolvimento sustentável de um território, representando sua memória. (LABORATÓRIO PATRIMÔNIO & DESENVOLVIMENTO, 2019, p. 60).

Assim, conforme Poli (2012), as regras identificadas, parte das invariantes estruturais, vão garantir a proteção e a reprodução do território, diante das transformações do presente e do futuro que este pode sofrer, ou seja, são regras de reprodução do patrimônio territorial. Lucchesi, Carta e Vannetiello (2005) apresentam a figura territorial como representação da regra territorial de longa duração, a qual representa um conjunto mínimo de elementos que estruturam o território – cobertura vegetal, dado geomorfológico, estrutura social -, e pode estabelecer a unidade mínima de intervenção no planejamento territorial, quer seja para proteção ou novas intervenções. No caso de proteção, a figura territorial se estende a todo o território, atuando em objetos materiais e nas formas de assentamento, as quais constroem a longo prazo o território, tendo como objetivo a representação do território em estado de equilíbrio e completude, que talvez nunca tenha ocorrido.

Cada lugar é o resultado de uma longa história e de forma como, a um dado momento sobre a terra, cada civilização reinterpreto os sinais e as estruturas das civilizações precedentes, destruindo-as por vezes, mas muito frequentemente reciclando-as e reutilizando-as com novos significados. (MAGNAGHI, 2017, p. 17).

Isto posto, segundo Poli (2015), o patrimônio territorial não é visto como um “limitador” para o desenvolvimento do lugar ou simplesmente como um fator de proteção e reconhecimento das particularidades do local, mas sim representa uma possibilidade de práticas de gestão, transformação e cuidado do território com definição de estratégias que possibilitem a produção de riquezas duradouras para a comunidade local, ou seja, “o território não é uma coisa, mas um conjunto de relações”. (MAGNAGHI, 2017, p. 17).

2.3. COMUNIDADE: PERMANÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL

Uma noção chave em diferentes campos disciplinares, o território, quando abordado do ponto de vista de sua duração e valoração, exige o enfrentamento das condições de sua degradação e abandono. Entre essas, esse estudo realiza abordagem conceitual com vista a conferir relevância à sua dimensão social e reordenar os poderes globais e as decisões locais. Para Marandola, Holzer e Oliveira (2014), as cidades sofrem contínuas transformações, que podem ser catástrofes ecológicas, crises econômicas, epidemias, utilização de novos materiais, além da assimilação de novos estilos de vida. Ou seja, o território vive contínuos processos de mudanças, os quais podem ser positivos ou negativos – potencializadores ou imobilizadores de suas energias.

De acordo com Santos (1997), em função de uma sociedade mundial, o espaço também se torna mundial. É um espaço global, com uma multiplicidade de influências: mundiais, nacionais, regionais locais. “A cidade torna-se estranha à região, a própria região fica alienada, já que não produz mais para servir às necessidades reais daqueles que a habitam” (SANTOS, 1997, p. 19). Além disso, o autor reflete sobre a proximidade física entre os lugares, a qual é necessária para a reprodução da estrutura social. Contudo, revela que essa proximidade não se reflete em uma proximidade social, condição agravada pela separação de classes. Ou seja, as pessoas vivem “lado a lado”, mas estão isoladas umas das outras.

O território possui identidade, relação e história, não é simplesmente uma área geográfica - “o território não é uma coisa, mas um conjunto de relações” (MAGNAGHI, 2017, p. 17), sendo então considerado vivo - nasce e cresce. Santos (1997) considera a paisagem como o resultado da acumulação de tempos, condição de sua diferenciação em cada lugar. Porque a paisagem está sujeita a diferentes velocidades e direções, além de ser alterada continuamente, como decorrência das transformações da sociedade, suas necessidades. Isto posto, o território é:

(...) o produto de processos de coevolução entre o trabalho humano e a natureza, estes processos não produzem um artifício total, mas antes neocossistemas vivos, um processo em que a natureza transformada assume de forma alternada equilíbrios diferentes. (MAGNAGHI, 2017, p. 18).

Dessa forma, os neocossistemas têm como essência o entendimento de um território não como reflexo do passado, mas, sim, concebido enquanto sujeito, ou seja, um organismo vivo, “produzido pelo encontro entre os eventos culturais e a natureza, composto por lugares (ou regiões) dotadas de uma identidade, de uma história, de um caráter e de uma estrutura de longa duração” ((MAGNAGHI, 2017, p. 18).

Com a intenção de entender os “problemas” existentes no território, Magnaghi (2017) apresenta o conceito de “biorregião urbana”, definido por ele como um processo de resenhar

o território a partir das ações, relações e interação entre os assentamentos humanos e a natureza, ocorridos no tempo, ou seja, dos processos territoriais fortemente antropizados e sua influência com o ambiente. E, assim, pretende “promover o reencontro com o solo fértil das nossas vidas” (MAGNAGHI, 2017, p. 11).

Por sua vez, Chuva e Nogueira (2012) afirma ser o patrimônio histórico e cultural uma forma de compreensão dos processos de desenvolvimento da identidade nacional, dos territórios, visto ser um processo de transmissão de heranças, para as futuras gerações dos testemunhos do passado – manutenções e renovações. Somado a isso, Magnaghi (2011) defende a consciência do aumento de valor do patrimonial territorial, uma vez que o entendimento desse valor possibilita a continuidade dos lugares, os quais não são estáticos; estão em contínuos processos de transformações, presentes e futuras.

Portanto, é preciso entender o território enquanto resultado dos saberes coletivos das gerações que vivenciam processos de territorialização do lugar, o que produz assim uma comunidade, que reconhecida por seus habitantes, com permanências e transformações decorrentes de seus processos, estabelece o reconhecimento da identidade do lugar. Ou, segundo Magnaghi (2017), a obra coletiva da história humana é manifestada na paisagem, num processo de coevolução entre o assentamento humano e o meio, com suas invariantes estruturais, regras genéticas e regras de transformação indicativas do conhecimento e do cuidado coletivo do território enquanto um bem comum.

Assim, bens, relações entre sistemas territoriais e ambientais, tipologias territoriais, entre outros, são as invariantes estruturais de acordo com Magnaghi (2011). Elementos que estruturam a identidade do território, sua qualidade, potencial, saúde, ou seja, compõem o território, possibilitando sua manutenção, com adaptações necessárias ou não as características existentes nos lugares. “A invariante não é objeto no modelo, mas sim a regra” (CHOAY, 1980, apud MAGNAGHI, 2011, p. 153). Dessa forma, segundo Magnaghi (2001), as invariantes estruturais devem apresentar as peculiaridades dos bens, que representam os valores do lugar, e permitem indicar diretrizes direcionadas à sustentabilidade do território, ou seja, o território é entendido como um organismo vivo, sendo influenciado por relações internas e externas - além de seu contexto local.

(...) as regras não se limitam a indicar um objetivo, por exemplo, a salvaguarda do ativo, ou negar ou aprovar certo tipo de transformação, mas sim atuar estrategicamente para obter a reprodução do ativo levando em conta, em vez disso, partindo das transformações em andamento, portanto, também e acima de tudo, dos pontos críticos. (LABORATÓRIO PATRIMÔNIO & DESENVOLVIMENTO, 2019, p.63).

Ainda segundo Magnaghi (2017), é preciso entender que, se a urbanização que ocorre atualmente não é o ideal para o território, deve-se ir contra, em um processo por ele denominado contra êxodo:

O processo exige a promoção da “consciência dos lugares” para a reconstrução das relações de sinergia entre os assentamentos humanos e o ambiente; para a promoção de novas formas de se habitar e de se produzir que sejam conviviais e sóbrias; para a valorização de uma cidadania ativa, de redes cívicas e de formas de autogestão de bens comuns capazes de produzirem uma riqueza durável em todos os lugares do mundo. (MAGNAGHI, 2017, p. 14).

É possível, assim, entender, consoante com Magnaghi (2017), que a dissolução dos territórios - processos de desterritorialização, afeta as relações, dos indivíduos e da comunidade, as quais simbolizam a existência dos lugares. Ou seja, a riqueza dos territórios, resultante de suas diversidades, é a base para que estes possam se desenvolver e se manter no futuro. Assim, planos de transformação do território, referenciados em um horizonte temporal de médio e longo prazo, podem definir os valores patrimoniais, a identidade dos lugares, o bem comum, de maneira a permitir a reprodução e valorização dos territórios.

Chuva e Nogueira (2012) afirma ser o patrimônio um grande acervo, que muitas vezes se perde, por exemplo, em função das mudanças ocasionadas pelo mundo globalizado - perda de identidade com a comunidade. Ou, até mesmo, da não atualização de registros. Dessa forma, segundo a autora, é preciso “o conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das comunidades e indivíduos do seu ‘patrimônio’” (CHUVA E NOGUEIRA, 2012, p. 299), o qual pode fortalecer a cidadania e a identidade dos indivíduos e, assim, possibilitar a preservação sustentável dos bens do lugar. Além disso, o conhecimento do patrimônio do lugar apresenta a diversidade existente na comunidade, colaborando para o desenvolvimento do respeito às diferenças, e o entendimento de que um lugar, cultura, ou povo não é melhor que outro.

As ações sobre o lugar são diversas, e estão todas aí. Santos (1997) afirma caber a nós fazer com que esses fatos se tornem históricos, ou seja, se organizem para formar um sistema com relações, com características novas e antigas. Assim, o autor afirma ser o espaço resultado das diversas intervenções humanas sobre a terra, composto “pelo espaço construído que também é espaço produtivo, pelo espaço construído que é apenas uma expectativa, primeira ou segunda, de uma atividade produtiva, e ainda pelo espaço não-construído, mas suscetível”. (SANTOS, 1997, p. 19).

Assim sendo, os territórios possuem um traço comum, combinação de objetos fabricados e de objetos naturais, - objetos sociais, que, segundo Haesbaert (2012), vão apropriar-se do território e produzir multiplicidades, identidades, símbolos, ou seja, variam conforme o contexto em que são elaborados – espacial/geográfica e temporal/histórica. Isso é confirmado por Marandola, Holzer e Oliveira (2014), quando afirmam ser a lógica do lugar um paradigma das interrelações vividas pelo homem entre si e com o seu ambiente, nas diversas épocas.

Dessa forma, conforme Santos (1997), as estruturas dos lugares, sua função e forma, evoluem no tempo, não são fixas; além disso, são diferentes qualitativamente e quantitativamente. À medida que a história vai sendo construída, os lugares mudam de valor e de papel, e, por isso, a noção de tempo é essencial para essa construção, uma vez que “a sociedade é atual, mas a paisagem, pelas suas formas, é composta de atualidades de hoje e do passado” (SANTOS, 1997, p. 41). Marandola, Holzer e Oliveira (2014) afirmam que o lugar sempre acompanha o homem, e dessa forma o sentido de lugar origina o sentido de vida e de tempo. Portanto, lugar e tempo estão intimamente ligados, e entender o lugar possibilita o entendimento dos desafios cotidianos.

Lugar não é uma forma nem uma matéria, aristotelicamente falando. Também não é um intervalo ou um vazio espacial que pode ser sucessivamente ocupado por diferentes corpos físicos e por si mesmo. (...) A concepção atual de lugar é de tempo em espaço; ou seja, lugar é tempo lugarizado, pois entre espaço e tempo se dá o *lugar*, o movimento, a matéria. (MARANDOLA, HOLZER e OLIVEIRA, 2014, p. 5).

Além disso, independentemente de ser um local natural ou construído, uma pessoa ao conhecer um lugar se liga a ele, e, em concordância com Marandola, Holzer e Oliveira (2014), o lugar passa a ter um significado mais íntimo, adquire identidade diante das diversas dimensões espaciais que o compõem - “em suma, lugar é um mundo de significados organizados, a um tempo estático e a outro dinâmico; são caminhos que se tornam lugares significativos”. (MARANDOLA, HOLZER E OLIVEIRA, 2014, p. 12).

A mudança e a recorrência dos lugares, segundo Marandola, Holzer e Oliveira (2014), possibilitam um sentido de estar vivo, sentir-se vivo. O território, com sua estrutura social e seu conteúdo, varia no tempo, em sua história. Ademais, processos de permanência e transformações entre sociedade e ambiente - os processos coevolutivos, como definidos por Magnaghi (2017) - vão possibilitar a constituição de uma comunidade e suas singularidades.

2.4. A PATRIMONIALIZAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

De acordo com Magnaghi (2005), o território é uma estrutura articuladora de elementos materiais e imateriais. Esses elementos, as invariantes estruturais, são “as características identitárias, os princípios generativos e as regras de reprodução do patrimônio territorial, tanto pelo seu valor de existência, quanto pelo seu valor de recurso” (LABORATÓRIO PATRIMÔNIO & DESENVOLVIMENTO, 2019, p. 63). Assim, o território é entendido como um organismo vivo, com relações internas e externas, que vão além do contexto local. A participação da população, como usuária e produtora do território, é necessária para o entendimento do funcionamento deste, e, assim, para garantir sua proteção e sua propagação diante das transformações presentes e futuras as quais o território está sujeito. Inovar não é limitar-se a um único objetivo.

Este movimento é uma resposta aos problemas da eficácia do planejamento territorial e pressupõe a consciência de que não basta ter um objetivo para alcançá-lo, nem uma regra para obter a conformidade. Em vez disso, é necessário enfrentar as dificuldades e, em particular, identificar as razões para os problemas e, portanto, as ações e o comportamento de sujeitos, grupos, organizações e instituições específicos que destroem o valor do bem territorial. (LABORATÓRIO PATRIMÔNIO & DESENVOLVIMENTO, 2019, p.63).

A identidade é uma das qualidades relacionadas ao patrimônio cultural. Entretanto, de acordo com Chuva e Nogueira (2012), novos recortes são feitos, motivados por dimensões além do pertencimento à nação, mas, sem perder a referência ao pertencimento local. As identidades locais e suas particularidades dialogam com o nacional. Ainda segundo a autora, se os bens são eleitos e reconhecidos pela população, passam a ser vistos e percebidos de outra forma, com valor e necessidade de manutenção, e, assim, sua preservação torna-se facilitada. “O patrimônio cultural pertence à comunidade que produziu os bens culturais que o compõem. Não se pode pensar em proteção de bens culturais senão no interesse da própria comunidade” (CHUVA E NOGUEIRA, 2012, p. 301).

Sendo assim, a intensificação da patrimonialização mundial deve ser questionada, segundo Peixoto (2001), uma vez que está sendo colocada como meta, para obtenção de estatuto de patrimônio mundial, ou seja, regiões com fins do turismo histórico e patrimonial - objetivos políticos e econômicos -, e, dessa forma, com identidades simbólicas. Essas identidades segundo Peixoto (2001), são elaboradas de maneira a contrariar as possíveis imagens negativas das cidades, e serem obstáculos ao alcance dos objetivos estratégicos de atração propostos para as cidades.

É visível o fato da imagem das cidades, o patrimônio do lugar, está sendo desenhada por meio do *marketing*, e não por um estudo aprofundado do espaço urbano e da paisagem social constituintes e constituidoras do território. Para Peixoto (2001), a procura por um estatuto de patrimônio não tem vinculação com as dinâmicas do espaço; o que segundo Silva (2011), pode constituir em um processo de mercantilização do patrimônio cultural, uma exploração em massa do patrimônio capaz de destruí-lo.

Na verdade, o enobrecimento do passado pode ter como consequência o esquecimento e o empobrecimento do presente. Nesse sentido, e dadas as contestações populares à rigidez que a patrimonialização impõe (Milbert, 1996), e como afirma Legué-Dupont (1996:39), devemos interrogar-nos se os habitantes da cidade se revêm numa identidade urbana que lhes é imposta, na medida em que todas as iniciativas que visam promover a visibilidade e competitividade da cidade têm a ver com a ordem do prestígio e da *performance*. (PEIXOTO, 2012, p. 177).

Peixoto (2004) considera que, mesmo frequentemente, os termos patrimônio e identidade são entendidos como integrantes de uma mesma equação, e, afirma, nem sempre uma identidade resulta em um patrimônio e nem todo patrimônio cria uma identidade. Muitas vezes, os bens

e as práticas que dão forma material ao patrimônio, são reinventados, idealizados, num processo condutor de uma consciência identitária. Ou seja, são retirados de sua vivência cotidiana. O patrimônio não corresponde à versão mais essencialista da identidade, contudo,

(...) procurando olhar para aquilo que pretendem representar os objetos e os bens patrimonializados, e para as trajetórias que seguem até adquirirem um estatuto patrimonial, sustento a tese que a identidade é um recurso metonímico de processos de patrimonialização. (PEIXOTO, 2004, p. 185).

Assim, a identidade essencialmente construída por seus atores é, sim, o sustento da patrimonialização. Carvalho (2016) confirma essa ideia, ao afirmar não ser incomum o envolvimento de grupos, pessoas, comunidades, em projetos no setor cultural, uma vez serem esses os construtores das visões complexas e abrangentes da realidade. Ou seja, serem os responsáveis por permitir o desenvolvimento individual e coletivo do território “e o afirmar da cidadania através de um processo de ‘empoderamento’ por via da educação e da cultura; e finalmente, a sustentabilidade”. (CARVALHO, 2016, p. 4). Nessa perspectiva, a participação não está vinculada à organização de um “evento”, mas, sim, ao compartilhamento nas decisões, no agir e criar junto, proporcionando uma patrimonialização como recurso de desenvolvimento durável e de qualidade de vida.

A compreensão do patrimônio como inovador, criativo e democrático conduz ao entendimento das diferenças, do aprender com os outros. O patrimônio entendido nos três tempos - o passado (memória), o presente (vida) e o futuro (espera) - permite que “a memória seja revivida e respeitada, assumindo a relação que se estabelece entre as pessoas, a sociedade e a herança que recebem e que projetam no futuro” (CARVALHO, 2016, p. 18 e 19), de modo a contribuir para um mundo melhor. Ou seja, ao entendimento da importância do valor acrescentado às gerações, como forma de afirmação histórica de uma humanidade em transformação, representada, de um lado, em monumentos, em tradições, em costumes; e, de outro lado, em inovação, em modernidade e em cultura contemporânea. Ou, ainda, a cultura entendida no tempo, história e sociedade, uma vez ser criação humana.

Trata-se de procurar os caminhos adequados para garantir a um tempo o reconhecimento das diferenças culturais contra todas as tentações de homogeneização e de centralização uniformizadora, bem como da importância da preservação e do desenvolvimento da proteção dos valores comuns da cultura. (CARVALHO, 2016, p. 23).

Nesta lógica, o patrimônio tem a finalidade de preservação e conservação, inversa ao colecionar antiguidades, e é portador de impulso promotor de democracia participativa - “valor primordial ou o valor-fonte de todos os demais valores” (CARVALHO, 2016, p. 25). Por tudo isso, é um valor mútuo, entre culturas e as diversidades, refletido não em embates, mas em bases de entendimentos e ajudas entre as civilizações. Um valor de envolvimento das comunidades como meio de compreensão dos sentidos e valores do dia a dia, além da interação e criação de situações do repertório local.

Pelo exposto, entende-se a patrimonialização - valorização e preservação – não como mecanismo de desenvolvimento econômico e, sim, como mecanismo de desenvolvimento de bem-estar social. Nessa perspectiva, segundo Silva (2011), é preciso apreender as necessidades básicas em três campos - físico, mental e social – para alcançar um desenvolvimento que priorize o lado econômico, social, ambiental e cultural. O reconhecimento, a proteção, a revitalização do patrimônio ocorrem quando a comunidade local com ele se identifica, um processo associado à sua valorização e utilização como ferramenta de desenvolvimento local, um desenvolvimento capaz de articular totalidade das dimensões patrimoniais do território – ambientais, territorial-paisagísticas e socioeconômicas. “O valor dos bens culturais não é somente econômico, esses valores são simbólicos e reproduzem os aspectos culturais, sociais, políticos de uma determinada comunidade”. (SILVA, 2011, p. 112).

A cultura é a mola propulsora para que a comunidade local tome posse da sua identidade, se reconheça nela, e através dela se organize socialmente. Com a valorização da cultura torna-se possível o funcionamento de toda a engrenagem social local. (SILVA, 2011, p. 112).

Dessa forma, segundo Peixoto (2001), o processo de patrimonialização deve ocorrer diante de um trabalho sobre o espaço urbano e a paisagem social, e não somente voltado como propaganda, comercialização dos lugares, ou seja, uma patrimonialização que não seja equivalente às dinâmicas do lugar. O autor afirma, ainda, ser mais fácil alcançar os objetivos patrimoniais quando há ligação com outros projetos e os objetivos comunitários existentes. É preciso a inserção da comunidade local na ação da patrimonialização para alcançar o desenvolvimento social e econômico (Silva, 2011). Ou seja, é imprescindível que os habitantes do lugar reconheçam sua identidade local, de forma a efetivar uma patrimonialização social, e conseqüentemente um desenvolvimento social, econômico e cultural do território.

3 COMUNIDADE-LABORATÓRIO: EXPERIMENTO DE REPRESENTAÇÃO DE VALORES PATRIMONIAIS

3.1 SUPORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

3.1.1 A comunidade-laboratório como locus de representação

De acordo com Turri (2002), é imprescindível o reconhecimento do território por aqueles que o administram, além dos que trabalham com ele – construtor, arquiteto, urbanista -, ou, simplesmente, os que vivem nele –os habitantes. Dessa forma, a compreensão do território e de suas características, históricas, culturais, físicas e ambientais, permite que um sentido seja dado aos objetos territoriais, possibilitando que intervenções estejam condizentes com o contexto existente.

Em outras palavras, é uma questão de tornar-se consciente dos problemas e condições locais e depois lidar com problemas e situações externas, regionais, nacionais ou globais. (...) **O conhecimento do território e de seus valores culturais surge então como uma forma de defesa das identidades locais**, que as tensões globalizantes da grande economia e da comunicação midiática tendem a obliterar. (TURRI, 2002, p. 7, tradução e grifo nossos).

Entender como o saber local é produzido, sustentado e defendido por comunidades, e assim refletem na memória social, identidade e participação, é uma questão apresentada por Jovchelovitch (2004), afirmando ser por meio da representação que os saberes, sobre si mesmos e sobre os outros – seu modo de vida -, são apresentados, de modo a também entender a diversidade e a legitimidade existentes nas práticas sociais, ou melhor, a construção do saber está vinculada a um lugar com o qual, e no qual, estabelece relações socioculturais.

Em um primeiro momento, o entendimento do território se associa a um espaço, cuja representação, de acordo com Acselrad e Coli (2008), é elaborada por meio de mapas inicialmente produzidos com a ideia de ficção, crença, mitos, e não propriamente a partir da Geografia, ciência dedicada ao estudo do espaço geográfico. Ao longo do tempo, os mapas tornam-se mais “objetivos”, informando algo sobre o real e produzindo efeitos sobre esse. Diversas são as modalidades de mapas, administrativos, de desenvolvimento, de zoneamento, e, a partir de 1990, os mapas denominados “participativos”, relacionados, principalmente, às agências motivadoras do “desenvolvimento” dos lugares. “Para Herlihy e Knapp (2003), o mapeamento participativo é aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento”. (ACSELRAD; COLI, 2008, p. 14 e 15).

Jodelet (2011) define o campo de estudos das representações sociais, no Brasil, a “Escola Brasileira”, como sendo a escola entendida como “o ensinamento, oral ou escrito, que é

recebido por um conjunto particular de pessoas ligadas a um pensador que difunde sua doutrina” (JODELET, 2011, p. 20). Contudo, a autora também apresenta o entendimento das representações como um “movimento”, uma vez que este preserva a liberdade de cada grupo em uma visão compartilhada, e, dessa forma, exclui a ideia de uma liderança única, que é associada ao conceito de escola. Qualquer que seja a nomenclatura, as representações sociais procuram oferecer uma contribuição científica sobre os lugares. E, conforme Jovchelovitch (2004), o processo representacional é parte do processo de constituição dos saberes: “não há saber que não deseje representar” (JOVCHELOVITCH, 2004, p. 20). Ainda, segundo a autora, a representação é produto de uma ação comunicativa, onde são colocados em relação os sujeitos a outros sujeitos e ao objeto-mundo, no tempo e no espaço.

Na contemporaneidade, os problemas de complexidade caracterizadores do viver dos lugares, segundo Turri (2002), só são possíveis de serem reconhecidos a partir do contínuo estudo dos territórios. Essa caracterização sempre tem envolvimento com a política e com as correntes culturais e sociais, as quais estão sempre em mudança de curso, ou seja, as mudanças são vinculadas em seus “tempos” e em suas formas pelas políticas no poder. Assim, a observação continuada do território possibilita uma designação do mesmo como um território-laboratório, “no sentido de que pode gradualmente aplicar conhecimentos e métodos de pesquisa que o avanço das disciplinas territoriais propõe de maneira sempre nova”. (TURRI, 2002, p. 8 e 9, tradução nossa). Somado a esse estudo sobre o território, pode-se utilizar o mapeamento participativo, uma vez que, de acordo com Acselrad (2008), o entendimento do território necessita do envolvimento direto dos moradores das comunidades, ou seja, aqueles envolvidos nos processos de transformação do lugar.

As “persistências históricas” de um território são, de acordo com Turri (2002), as forças transmitidas ao longo do tempo, e que afirmam a ligação entre o passado e o presente. Além disso, o autor indica a possibilidade de abordagem do território segundo duas fases: imobilidade ou regressão; ativação e transformação. Em ambas, ocorre a investigação histórica, onde a paisagem – sinais do presente e do passado - é considerada como um meio de comunicação no que diz respeito às relações entre sociedade e território. Território entendido como espaço de vivência, produção e ação do homem, e paisagem como a projeção visual do território, reconhecida pelas formas físicas e pelas obras do indivíduo, da sociedade.

A leitura do território e de sua paisagem pode ser realizada por meio das pesquisas participativas, que, segundo Acselrad (2008), combinadas com tecnologias, como as dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), do *Global Positioning Systems* (GPS), permitem um novo horizonte de produção de representação espacial. Entretanto, de acordo com Colchester (2002), essas tecnologias podem aumentar a distância entre as pessoas da

comunidade e as produtoras dos mapas, podendo se ter, inclusive, o entendimento dos mapas como sendo dos técnicos responsáveis por sua execução, ou seja, esses podem ser considerados os “donos” dos mapas e não os moradores do lugar, participantes do processo de produção dos mesmos.

Conforme Turri (2002), são os momentos históricos, diferentes uns dos outros, que vão compor o entendimento do território, ou melhor, o estudo do território é “uma espécie de pesquisa arqueológica ou geológica nessas sedimentações” (TURRI, 2002, p. 17), um estudo do passado desse território de modo a reconhecer suas origens e conseqüentemente identidades, além de entender o presente, suas condições, demandas e problemas, ou seja, de não ser um território desconhecido. A análise das ações emergentes no território permite a identificação das informações e dos problemas relativos à sociedade e aos seus modos de evolução. Deste modo, o território

(...) deve ter em conta de forma proeminente a relação entre a sociedade e o meio ambiente, os processos de anexação territorial e a adaptação desta sociedade ao meio ambiente, do uso que fez ao longo do tempo de seus recursos, razões e modos que afetou sua ação, transformou-a, organizando sua própria existência. Tudo isto é resultado de um processo guiado pelas forças que emergem gradualmente da sociedade, da sua história, do seu condicionamento interno e externo, passado e presente, bem como, obviamente, sugerido pelas possibilidades do território ligado a uma dada condição morfológica, climática e vegetal, etc. (TURRI, 2002, p.20, tradução nossa).

Assim, os recursos ambientais são utilizados conforme a necessidade da sociedade, e essa relação (sociedade – meio ambiente) é determinada pela variação de um desses, um se adequa em função do outro. De acordo com Turri (2002), as mudanças territoriais ocorrem em função da relação das forças externas sobre as forças internas, ou seja, sobre o modo “atual” de viver. Não há mais sociedade fechada em seu espaço, dialogando somente com seu ambiente; cada vez mais, ações externas agem sobre os lugares e formam sistemas complexos em suas interações.

Isto pode ser confirmado, conforme Acselrad (2008), por meio dos projetos de pesquisa que utilizam as tecnologias SIG, os quais são guiados pelos interesses populares, de base comunitária e servem como um instrumento de capacitação e mudança social, “uma ferramenta poderosa, tanto para o controle, a organização e a criação de estratégias comunitárias quanto para transmitir as visões locais ao exterior” (COLCHESTER, 2002, apud, ACSELRAD, 2008, p. 19), além de reafirmar a relevância e o valor do conhecimento tradicional, através do respeito pelas práticas tradicionais e seus anciãos. Colchester (2002) afirma que, para esses mapeamentos, faz-se necessário o treinamento e o preparo das pessoas envolvidas no nível da comunidade.

As mudanças são entendidas como um caminho temporal, com processos de afirmação e consolidação de novas estruturas sociais e territoriais – novas técnicas de produção, diferentes estilos de vida. Assim, segundo Turri (2002), a relação meio ambiente–sociedade possui diferentes influências, que se entrelaçam de formas variadas, as quais vão permitir reflexões sobre o território, a partir de suas relações internas, realidades políticas, econômicas e culturais externas. Ou seja, um território pode ser amostral e apresentar sua evolução, se for escolhido com critérios adequados em relação à região de sua localização. Para Christmann, Borges e Graebin (2016), a mudança de uma realidade só ocorre se os sujeitos em que nela vivem participem do processo de modificação, seja pela geração presente ou pela geração futura.

Turri (2002) considera o território em dois sentidos, que justificam justamente o entendimento do mesmo como laboratório. Um primeiro entendimento se dá a partir da resolução dos problemas em nível teórico, conhecido em função dos dados obtidos do lugar. O segundo entendimento se dá a partir da base teórica, da indicação de ações para novos assentamentos, ou seja, do entendimento como laboratório, pois vive-se nesse e com esse espaço, uma relação entre a sociedade e o meio ambiente. Assim, o conhecimento é um elemento fundamental da vida do território e da sociedade, ou melhor, da cultura, dimensão essencial da relação da população com o território em que vive.

Entendemos como aqueles que fazem do território um laboratório para estudar e fazer pesquisas têm a tarefa essencial de garantir que seu conhecimento seja recebido não apenas por aqueles que administram, mas também por qualquer pessoa que viva no território (...). (TURRI, 2002, p. 34, tradução nossa).

O estudo e conhecimento do território devem ser multidisciplinares, sendo necessário, conforme Turri (2002), o planejamento, partir do conhecimento, ser compreendido pelos que estão no poder – políticos, administradores. Planejamento que, segundo Moura (2003), deve ocorrer em escala temporal e espacial, e remeter ao futuro. Somado a isso, tem-se a preocupação, conforme destacado por Acselrad e Coli (2008), de que os mapas produzidos por esses estudos não representem as prioridades dos grupos sociais, e resultem apenas em processos de aumento de áreas administrativas do lugar.

Precisamente nesse sentido, o estudo do território pretendido como um território de laboratório, que convive com o pesquisador, assume uma função decisiva, pois deve ser entendido como uma possibilidade de vincular as premissas às mudanças que vêm de fora. A contribuição que o estudo do território pode fazer a esse respeito diz respeito às maneiras pelas quais podem ser realizadas intervenções que desencadeiam novas demandas sobre a realidade existente e, essencialmente, as formas de cumprir com a necessidade de soldar as forças de continuidade com as forças de renovação na dimensão transformada dos territórios como espaços a serem organizados e como "territórios problemáticos" que são gradativamente reconfigurados de forma aberta, repleta de correlações que ultrapassam as realidades locais. (TURRI, 2002, p.35 e 36, tradução nossa).

Dessa forma, as representações dos lugares podem ser consideradas um processo que possibilite a indicação de alternativas de desenvolvimento, transformação e continuidade do território e suas características. Segundo Acselrad e Coli (2008), nos processos de mapeamento, faz-se necessário o cuidado para evitar o congelamento dos lugares, propriamente, no que diz respeito aos seus limites, mas, também, nas características identitárias dos habitantes, os quais podem ter sido de alguma forma “eliminados” dos procedimentos de pesquisas. Além disso, o mapear “não se trata somente de uma operação coletiva de produção de conhecimento, mas de um momento de construção de um projeto, que transforma concepções *a priori* dos participantes” (JOLIVEAU, 2004, p. 380, apud ACSELRAD, 2008, p. 38). Assim, a cartografia não é somente o processo de planejamento dos territórios, mas, sim, o envolvimento dos atores no planejamento, o qual, segundo Christmann, Borges e Graebin (2016), constitui-se como Cartografia Social, processo que pressupõe a participação dos indivíduos envolvidos no contexto social e no qual atores e territórios podem ser transformados e construir o território “comum”, que é facilitado pela continuidade da informação digital.

Aqui a representação não é o ato único de um sujeito cuja ação dá forma à representação. A materialidade do objeto-mundo é integral ao processo representacional e interage com o sujeito dando forma tanto quanto ele dá ao resultado representacional. (JOVCHELOVITCH, 2004, p. 23).

Os mapas, como meio de representação, no papel ou na tela, possibilitam, segundo Acselrad (2008), a compreensão dos fenômenos do território, sua construção, um processo sempre em progresso e nunca fechado: “os saberes locais, concretos e pragmáticos, (...), de um lado, e os tratamentos espaciais, sistemáticos e abstratos de outro, que pode nascer uma compreensão melhor dos fenômenos que transformam o território” (ACSELRAD, 2008, p. 47). Um trabalho colaborativo - dados existentes e coleta de dados complementares, pelos técnicos ou atores. Estes últimos com papel importante no planejamento participativo por meio dos mapas, os quais passam, de acordo com alguns autores, a serem construídos a partir da junção da interface *mouse*-tela e do documento em papel, ou melhor, a construção de um mapa é impossível sem o uso das tecnologias informáticas, as quais permitem que ele seja dinâmico (diferentes formas de movimento), multimídia (combinação de mapa, texto, sons, imagens) e interativo (o usuário produz seu próprio mapa).

O planejamento comunicativo e participativo tem por missão não somente pensar e organizar o futuro do território, mas permitir sua construção contínua pela sociedade local, ao mesmo tempo em que os atores locais se inscrevem cada vez mais em redes que ultrapassam ou ignoram o território. (...) Esta forma de planejamento pretende ligar atores e territórios, construir o território com os atores e mobilizar os atores através do território com a hipótese de que, nesta relação, uns e outro mudarão. (Acselrad, 2008, p. 54).

Isto significa que os atores precisam produzir conhecimentos sobre o lugar em que habitam, e a informação digital pode facilitar esse conhecimento, e pode circular entre leigos,

especialistas técnicos. Acselrad (2008) apresenta a participação ou colaboração como uma operação complexa, visto ser necessário incluir parceiros externos, o que pode significar risco, uma vez ser preciso um trabalho coletivo, com equipes multidisciplinares, para atender a demanda, que é de todos. Além disso, Colchester (2002) indica a necessidade de mapeamentos comporem as estratégias comunitárias de longo prazo para as atividades refletidas nas representações serem efetivas. Representações essas – Cartografia Social - que têm como embasamento de pesquisa “os conceitos de espaço, identidade e memória, pois estes são os elementos que emergem no reconhecimento do sujeito como protagonista da ação social que se busca com o empoderamento” (CHRISTMANN; BORGES; GRAEBIN, 2016, s.p - 4).

Christmann, Borges e Graebin (2016) referem-se ao espaço como físico e ao espaço como uma construção social, concebida a partir das relações estabelecidas pelo homem, entendimento referenciado em Milton Santos (1994): lugar onde ocorrem os eventos, associados a um tempo – ações do presente acontecem, mas também é o encontro do passado e futuro; e Rogério Haesbart (2006): espaço geográfico configurado por meio de forças políticas, econômicas, culturais e naturais, específicas de cada lugar. Observa-se, dessa maneira, as características coletivas – as identidades – como reflexos dos aspectos econômicos, físicos e das relações sociais, ou seja, o espaço tem a imagem do indivíduo que ali se encontra, com base em experiências vividas ou nas recordadas. A compreensão da identificação do lugar não ocorre somente pelo entendimento do espaço, mas por todo conhecimento associado aos usos nele, o que compreende a definição da Cartografia Social.

O que tem despertado o interesse de comunidades, para Gorayeb (2014), é que a Cartografia Social configura-se como um instrumento que possibilita mapear os seus territórios e de defender seus interesses, assegurando seus direitos e atende seus anseios. A Cartografia Social busca preservar o patrimônio socioeconômico e cultural das comunidades e também buscar melhoramentos estruturais que possibilite uma melhora na qualidade de vida daquele grupo. (CHRISTMANN, BORGES e GRAEBIN, 2016, s.p – 7).

As representações do território são meios de identificação da utilização do espaço, apresentando o conhecimento do grupo sobre si mesmo, mas, também, seus anseios materiais para com o lugar. Além disso, para Christmann, Borges e Graebin (2016), além da identificação das práticas sociais, esses estudos podem apresentar os conflitos, ou seja, possuírem a preocupação em preservar a memória de práticas e saberes - reforçar o caráter identitário e, assim, auxiliarem nas reflexões sobre o uso do espaço por um grupo. Ou ainda, segundo Jodelet (2011), na contemporaneidade, as perspectivas das representações sociais e da teoria no Brasil procuram enfrentar as questões vivas, que transpassam a sociedade, por meio de estudos sobre problemas sociais importantes – orientação social -, condição caracterizadora de uma diferença relativa aos estudos europeus, tendo em vista esses se dedicarem ao aprofundamento de temas e processos teóricos.

O estudo de um lugar e sua representação necessitam ir além das análises teóricas e chegar às análises das realidades sociais, as quais permitem “identificar a evolução ou a estabilidade das representações sociais, no contexto nacional, e obter uma visão cumulativa das diferentes pesquisas” (JODELET, 2011, p. 25). Essa ideia é confirmada por Lefebvre (2006) apud Serpa (2014), quando apresenta o entendimento das representações como elementos de comunicação e reelaboração do mundo, aproximando a realidade, ou seja, cada agente produtor do espaço tem sua representação, e é capaz de intervir ou formular existência. Assim, segundo Wolkmer (2001), os novos atores sociais instigam uma reordenação do espaço público, do “modo de vida”, onde a participação nas decisões e o controle comunitário retomam a consciência do poder participativo – efetividade do “poder local” - como contraposição às ações ditadas pela sociedade globalizada. A coletividade expressa suas vontades e defende seus interesses, elaboram sua identidade.

(...) o “novo” e o “coletivo” não devem ser pensados em termos de identidades humanas que sempre existiram, segundo critério de classe, etnia, sexo, idade ou religião, mas em função da postura que permitiu que sujeitos inertes e dominados passassem a sujeitos participantes e criadores de sua própria história. (WOLKMER, 2001, p. 91).

Desse modo, o conceito de comunidade é retomado, visto esta ser uma invocação das subjetividades coletivas e individuais, das necessidades humanas possíveis, segundo Wolkmer (2001), por meio da adoção de ações transformadoras com a participação ativa dos sujeitos sociais, descentralização e redefinição de cidadania, gerando reflexos na política, ou melhor, possibilitando uma política democrática – nasce de baixo e influi os detentores do poder. Ou seja, uma cidadania caracterizada como conquista, exercício cotidiano, construção e prática social.

3.2 Representação de valores patrimoniais em plataforma online *Google Earth Pro*

O entendimento do território como patrimônio, conforme a abordagem territorialista italiana conduz a uma preocupação cada vez maior quanto à preservação e construção dos lugares pelas ações do homem, levando em consideração o meio e a técnica. Assim, identificar os valores patrimoniais, atribuídos pelos habitantes de um determinado lugar é essencial, uma vez serem estes que vivem o presente do lugar e projetam seu futuro. Além disso, o reconhecimento do patrimônio como essencial ao conhecimento e à recordação estimula a consciência local mediante a constante estruturação da memória coletiva.

(...) o patrimônio pode ser compreendido como esse esforço constante de resguardar o passado no futuro; e para que exista patrimônio é necessário que ele seja reconhecido, eleito, que lhe seja conferido valor, o que se dá no âmbito das relações sociais e simbólicas que são tecidas ao redor do objeto ou do evento em si. (FERREIRA, 2006, p. 79).

A concepção de monumentalidade, natureza isenta da ação humana, associada à definição de patrimônio, opõe-se, de acordo com Ferreira (2006), ao discurso da experiência social, ou

seja, o patrimônio não é entendido mais como a natureza em si, mas, sim, o agrupamento das relações simbólicas que envolvem o lugar e o sujeito. Dessa forma, busca-se estudar, conforme afirma Costa (2015, p. xx), “novas ações que nos remetem a formas de manutenção da vida cotidiana nas cidades antigas que ‘sobrevivem’ no território e no seu ordenamento presente, junto à revalorização da paisagem urbana Histórica”. Além disso, para o autor, a análise do urbano e da cidade deve verificar como as formas do passado possuem papel ativo na elaboração do presente.

De acordo com Oliveira et al. (2014), a utilização de geotecnologias tem sido um caminho para a compreensão do território, o qual, devido ao crescimento urbano, é alterado constantemente, seja nas paisagens do ambiente natural seja no ambiente urbano construído. Os Sistemas de Informações Geográficas (SIG) se destacam no campo técnico e operacional, facilitando a aquisição, o tratamento, as análises e o arquivamento das informações espaciais. Rosa (2005, p. 88) indica que “atualmente a maioria das aplicações das geotecnologias está ligada à gestão municipal, meio ambiente, planejamento estratégico de negócios, agronegócios e *utilites*”. De acordo com Moura (2003), os instrumentos de realidade virtual facilitam diálogo entre administradores, técnicos e comunidade.

Na contemporaneidade, a produção e a utilização de informações referentes às questões urbanas se apresentam ampliadas. Para Bugs e Reis (2017), atualmente, qualquer pessoa pode produzir um mapa e publicá-lo *online*, ou seja, mesmo se involuntário, há aumentado da consciência da informação geográfica pela população, possibilitando a compreensão de ferramentas dos SIGs. Nesse processo, a partir dos anos 2000, a utilização dos SIG e dos mapeamentos participativos se constitui e se estabelece; constitui, de acordo com Acselrad (2008), uma espécie de “sub-campo” da cartografia participativa.

Este sub-campo da cartografia participativa constitui o domínio social delimitado por premissas institucionais, culturais e cognitivas, onde atores sociais orientam estrategicamente suas ações disputando legitimidade no âmbito das representações espaciais. Neste sub-campo constroem-se fronteiras simbólicas, técnicas e morais com relação a outras práticas organizadas, configurando certa perícia legitimada, redes inter-pessoais e organizacionais, distribuição de recursos e regras internas de jogo. (ACSELRAD, 2008, p. 17).

Os mapas produzidos pelos SIGs são reflexos de uma realidade. Contudo, conforme Acselrad (2008), os objetos que neles aparecem não estão exatamente no seu lugar. D’Aquino, Seck et al. (2022, apud Acselrad, 2008), apresenta a oposição da cartografia baseada no SIG e da cartografia dita de atores, a qual possui os saberes locais e as representações demonstradas de forma mais esquemáticas, sendo mais úteis, então, para os agentes externos do que para os atores locais. Ainda de acordo com Acselrad (2008), os SIGs são percebidos como parte da gestão da informação técnica e objetiva, entretanto, também devem estar vinculados à subjetividade - representações, ideias, discussão, argumentação. São eles que permitem aos

atores o confronto, a discussão e a elaboração de suas representações e concepções sobre o território onde habitam.

Os SIGs devem estar acessíveis ao maior número possível de pessoas, e não limitado a alguns gestores ou serviços exclusivos, ou seja, devem ter o intuito de ser cada vez mais participativos e colaborativos (BUGS e REIS, 2017). Por outro lado, os autores destacam o fato de a participação do público não ser direta e simples, e, de certo modo, a inexistência de uma maneira consistente de abordagem a partir da perspectiva da população. A participação pressupõe responsabilidade e compartilhamento de poderes. É necessária a remodelação do planejamento dos lugares orientada para a inclusão de tecnologias capazes de viabilizar metodologias e técnicas mais colaborativas, interativas e emancipatórias. Assim, estudos recentes apresentam a Participação Pública com Sistema de Informação Geográfica (PPSIG) como forma de aprimorar a participação pública no planejamento dos lugares, utilizando as ferramentas SIGs para conectar o conhecimento local e a capacidade técnica dos habitantes, ou seja, “o público participa produzindo mapas e/ou dados espaciais que representam a sua percepção do espaço urbano em questão” (BUGS, 2014 apud BUGS e REIS, 2017, p. 113).

Lucchesi, Carta e Vannetiello (2005), por meio da pesquisa, afirmam como a interação de diferentes saberes disciplinares é útil, além de apresentar o novo papel da representação cartográfica na estruturação formal das bases de dados geográficos. Conforme afirma Magnaghi (2005), uma comunidade pode traçar seu futuro quando possui autoconhecimento dos valores patrimoniais. Assim, é preciso verificar junto à comunidade os valores espaciais de onde habita. A representação dos valores identificados pode ser através de geotecnologias.

As geotecnologias são o conjunto de tecnologias para coleta, processamento, análise e oferta de informações com referência geográficas (...) compostas por soluções em *hardware*, *software* e *peopleware* que juntos constituem poderosas ferramentas para tomada de decisões. Dentre as geotecnologias podemos destacar: sistemas de informação geográfica, cartografia digital, sensoriamento remoto, sistema de posicionamento global e a topografia. (ROSA, 2005, p. 81).

Para Moura (2003), a utilização da navegação virtual para a implantação de intervenções nas cidades possibilita incorporar o olhar do usuário, representado por técnicos, comunidade e projetistas atuantes na cidade. Rosa (2005) afirma serem vários os termos para as especialidades com a evolução da tecnologia de geoprocessamento e de softwares gráficos. Geoprocessamento e Sistema de Informação Geográfica ou *Geographic Information System* (GIS) são algumas vezes confundidos. Contudo geoprocessamento “representa qualquer tipo de processamento de dados georreferenciados, enquanto um SIG ou GIS processa dados gráficos e não gráficos (alfanuméricos) com ênfase em análises espaciais e modelagens de superfícies”. (BURROUGH, 1987 apud ROSA, 2005, p. 81).

GIS é um conjunto de ferramentas computacionais composto de equipamentos e programas que, por meio de técnicas, integra dados, pessoas e instituições, de forma a tornar possível a coleta, o armazenamento, o processamento, a análise e a oferta de informação georeferenciada produzida por meio de aplicações disponíveis, que visam maior facilidade, segurança e agilidade nas atividades humanas referentes ao monitoramento, planejamento e tomada de decisão relativas ao espaço geográfico. (ROSA, 2005, p. 81).

As técnicas geomáticas³ utilizadas para representação por meio de mapas possibilitam a participação dos membros das comunidades. Mas, esses mapas dependem, conforme Acselrad (2008), de preparo anterior, de uma equipe treinada para a execução de um mapa básico para, em seguida, ser possível a realização da pesquisa. Sieber (2006, apud ACSELRAD, 2008) aponta três interesses principais para o uso dos SIG: i) as informações para a formulação das políticas contêm um componente espacial; ii) uma melhor formulação das políticas em função da ampliação do uso das informações espaciais; iii) as informações podem ser visualizadas e analisadas espacialmente, onde o produto pode transmitir as ideias de forma persuasiva e convencer as pessoas de sua importância. Ou seja, o SIG é um sistema projetado para coletar, gerenciar, armazenar e analisar informações de um espaço geográfico, sendo utilizado, cada vez mais, em questões de interesse das comunidades.

Nesse sentido, há ferramentas SIGs e GPS que permitem a participação social, onde os moradores de um território demonstram suas concepções e conhecimento do mesmo. Segundo Peil et al. (2014), a plataforma do *Peoplegrid*⁴ - Sistema de Informação Geográfica para *Web* - permite criar questionários onde é possível a manipulação desde as perguntas até a localização geográfica, ou seja, indica a liberdade dada ao pesquisador para conduzir de forma acertada seu estudo, e assim auxiliar as decisões para uma determinada área geográfica.

Motivado por estes propósitos o *Peoplegrid* é uma plataforma que irá permitir integrar todas as partes envolvidas através de um formulário de perguntas com o foco em questões sobre planejamento urbano. O diferencial da ferramenta é a facilidade de compreensão por parte do usuário, podendo ele ser um leigo no assunto de planejamento urbano.

Com a expectativa de alcançar uma amplitude maior de pessoas, a essência do trabalho é conseguir capturar através da percepção dos usuários, os seus desejos e interesses baseado nas suas cognições, juízo de valores, cultura e outros pontos importantes no que dizem respeito à formação do cidadão, estes detalhes são raros e possuem um nível de dificuldade elevado para

³ A geomática é a matemática da terra; a ciência da coleta, da análise, e da interpretação dos dados, especialmente dados instrumentais, em relação à superfície da Terra (Dicionário Oxford). É uma disciplina moderna, que envolve a aquisição, a modelagem, a análise, e a gestão de dados espaciais, isto é, os dados identificados de acordo com suas posições. (<http://ceops.furb.br/index.php/pesquisa/geomatica>).

⁴ *Peoplegrid* é o nome do Sistema, sua composição é a soma de duas palavras, *People*, tradução do inglês é Pessoas e *Grid* significa grade, o modelo é baseado em uma grade de células, o nome dá a percepção de pessoas interagindo na grade.

serem capturados através de softwares convencionais. (PEIL et al., 2014, p. 96).

A produção do *Peoplegrid*, de acordo com Peil et al. (2014), começa em 2013, por meio de atividades com questionários virtuais referentes ao planejamento urbano, sem a intenção da produção de uma plataforma, condição alterada após o progresso das atividades e o reconhecimento do potencial da ferramenta. Sendo assim, a plataforma começa a ser construída no início de 2014. A ferramenta assim, passa a proporcionar à gestores, especialistas e pesquisadores uma maneira de envolver um maior número de pessoas na tomada de decisões, ou seja, “carrega a metodologia participativa nos processos de planejamento urbano contemporâneo, onde a inclusão da opinião popular é fundamental para a construção de um ambiente melhor”. (PEIL et al., 2014, p. 99).

Ainda segundo os autores, é possível constatar tanto o potencial e a abrangência da ferramenta *PeopleGrid*, quanto sua adaptação à pesquisa, conforme a necessidade do pesquisador, além de permitir uma fácil interação do usuário, tendo em vista a facilidade de seu uso. Bugs e Reis (2017) confirmam ser preciso, para a satisfação das interpretações das informações coletas com a PPSIG, que a pesquisa tenha objetivos claros na formulação de seus questionamentos e na base espacial criada para a interação com os usuários.

O *PeopleGrid* está disponível na internet e, com um clique na tela, é possível responder as questões propostas pelo pesquisador. O objetivo do “*maptionnaire*” (mapa + questionário) é compreender os interesses e os desejos de cada participante, por meio do questionário virtual, em um mapa que possui formato de *grid* (cada célula possui lado de 125m) (Figura 2), além da sobreposição da coletividade das respostas.

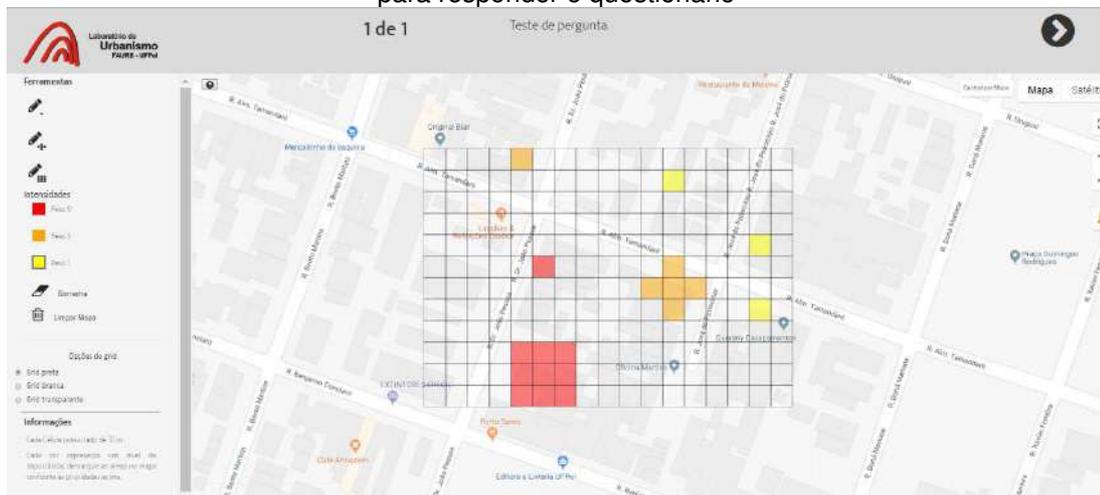
Figura 2 - Tela do PeopleGrid com indicação de um questionário a ser respondido - pesquisa elaborada pelo Laboratório de Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas/RS



Fonte: Disponível em <<http://www.peoplegrid.com.br/publico/home/colaborar/013b00a1>>, acessado em 02 de Janeiro de 2019

Não há um limite de perguntas, estas devem ser conforme a necessidade da pesquisa. São disponibilizadas 04 (quatro) ferramentas para as respostas (preenchimento do *grid*), sendo que 03 (três) são no estilo de marcador com clique único (1 *grid*; 5 *grids*; 9 *grids*) e 01 um marcador é no estilo de pincel para marcação livre. Além disso, as respostas possuem intensidade – alta (peso 9), média (peso 3) e baixa (peso 1) - que são representadas por cores, vermelho, laranja e amarelo respectivamente, demonstrando assim a escala de importância atribuída pelos pesquisados, os quais são determinados pelo pesquisador de forma a responder os questionamentos propostos pela pesquisa, podendo ser os habitantes e/ou os usuários do lugar (Figura 3).

Figura 3 - Representação ilustrativa da intensidade das respostas e ferramentas disponíveis para responder o questionário



Fonte: Disponível em <<http://www.peoplegrid.com.br/publico/home/colaborar/013b00a1>>, acessado em 02 de Janeiro de 2019

Conforme Oliveira et al. (2014), as tarefas realizadas através do *PeopleGrid* podem ser consideradas relativamente simples, contudo, representam uma evolução no que se refere ao compartilhamento de informações especializadas. Os autores destacam que os mapas temáticos da plataforma compreendem diferentes áreas de conhecimento; sendo assim, há um caráter interdisciplinar na atividade desenvolvida. Dessa forma, é possível que a análise dos resultados ocorra de maneira distinta, uma vez depender dos fatores em avaliação. É possível, ainda, a partir das análises identificadas, após as respostas dos questionamentos, que as ações determinadas possibilitem a permanência e a continuidade dos territórios, uma vez que as particularidades identitárias de seus habitantes e promotores da vida na região são analisadas e consideradas.

Outra ferramenta que permite interagir com a localização geográfica pretendida pelo pesquisador e/ou usuário é o *Google Earth Pro*, segundo Lima (2012), é uma ferramenta de modificação da configuração tradicional do atlas para o meio digital on-line, que surgiu em

função demanda cartográfica surgida no início do século XXI. Além disso, o autor afirma que a ferramenta associa a tradição ocidental dos atlas geográficos e as demandas do sistema capitalista de consumo - informações de tráfego, estabelecimentos, entre outros.

O Google Earth (GE) é um software gratuito que combina imagens de satélite com as características do terreno para fornecer uma renderização digital em 3D da superfície da Terra em uma interface considerada de fácil manipulação para o usuário final e de vasto potencial de aplicação tanto para o mundo corporativo como para fins acadêmicos. (LIMA, 2012, p. 17 e 18).

Assim, sendo o *Google Earth Pro* oferece recursos de interação do morador com seu território, podendo através de “ferramentas de edição de vetores em formatos de pontos, linhas e polígonos” (LIMA, 2012, p.21) (Figura 4), mapear elementos segundo suas necessidades, com base nas imagens de satélite do programa. As marcações são possíveis de serem configuradas: definição de cores, espessuras/tamanhos, opacidade, formatos. Além disso, o *software* permite a importação ou exportação de dados de SIG. Para tanto é preciso que os arquivos sejam salvos em formato KML, extensão utilizada *Google Earth Pro*.

Figura 4 - Representação ilustrativa de elementos de um território através das ferramentas disponíveis pelo software (ponto, polígono e linha)



Fonte: Bona, 2020

A sociedade contemporânea está em um processo de mudanças constantes – mesmo sem entender os efeitos destas para o planejamento urbano - as quais são estimuladas pelas revoluções digitais e geoespaciais. Nesse contexto, Bugs e Reis (2017) afirmam ser preciso entender como utilizar as novas tecnologias para o planejamento urbano participativo; sendo necessário, em alguma medida, a renovação das práticas de coleta e interpretação de dados. Os autores também afirmam ser essencial, aos profissionais da área, a adoção de postura de ouvintes em prol de processos participativos – mudanças contemporâneas. Além disso, os especialistas precisam ir mais a fundo para entender “o conhecimento escondido nas experiências cotidianas dos indivíduos, bem como habilidades para lidar com ele” (BUGS e REIS, 2017, p. 117). Há uma complexidade em lidar com a opinião pública – o conhecimento local. Entretanto, é necessário conseguir filtrar as informações, abstraindo o irrelevante e

aplicando o possível, pois isso permite resultados mais efetivos. Caso contrário, ficam impossibilitadas as respostas às demandas dos cidadãos e aos desafios da realidade urbana. Portanto, é fundamental a articulação do saber técnico/especialista à experiência do cidadão.

Portanto, a definição da ferramenta de participação social deve ser condizente com o tipo de pesquisa, ou seja, em casos de estudos de escalas maiores (planejamentos regionais e municipais) ferramentas com delimitações mais abrangentes e menos flexíveis responderão as demandas, já a leitura de particularidades de um território necessita de técnica que permita a determinação dos pormenores, sendo então mais maleável. Por isso, a escolha do *Google Earth Pro* como ferramenta para a pesquisa com os moradores de Alto Liberdade, ocorre pela possibilidade de maior designação dos elementos característicos da comunidade para os pesquisados, uma vez que estes possuem compreensões próprias desse território.

3.3 EXPERIMENTO METODOLÓGICO NA COMUNIDADE DE ALTO LIBERDADE

O patrimônio territorial, na compreensão da escola territorialista Italiana, é um composto das peculiaridades das relações entre o ambiente físico (clima, flora, fauna, estruturas geohidromorfológicas, sistemas e neoecossistemas ambientais), o ambiente construído (permanências e persistência de longa duração, tipologias construtivas urbanas e territoriais, técnicas e materiais, qualidade da massa territorial, características da paisagem) e o ambiente antrópico (saberes e conhecimento ambiental, modelos socioculturais, peculiaridades linguísticas, características do meio) (Magnaghi, 2010). Em Saquet e Sposito (2008), “o ambiente constitui a matéria-prima sobre a qual o homem trabalha, socialmente, para produzir o território que resulta, eventualmente, mais tarde, por intermédio da observação, ‘em uma paisagem’” (2008, p. 17). Nessa mesma perspectiva, Magnaghi (2005) afirma que a abordagem do patrimônio territorial, utilizando os valores como recursos, necessita da integração entre si dos três aspectos do patrimônio (físico, construído e antrópico).

Ainda, de acordo com Magnaghi (2010), a elaboração do “atlas do patrimônio territorial” é produto de pesquisa orientada para a representação identitária, uma vez que esta sintetiza o que é considerado valor e sedimento patrimonial, ou seja, os bens comuns específicos de cada lugar, evidenciando, dessa maneira, as informações do território que proporcionam sua transformação ou seu aumento de valor, possibilitando então à comunidade local a projeção de seu futuro. Assim sendo, devem ser representados elementos do ambiente relativos ao que Magnaghi (2010) denomina patrimônio ambiental - a partir da interpretação do ambiente físico; patrimônio territorial-paisagístico - a partir da interpretação do ambiente construído; e patrimônio socioeconômico - a partir da interpretação do ambiente antrópico.

Conforme Magnaghi (2010), o patrimônio ambiental pode conter elementos como bacias hidrogeológicas, identidades biorregionais, biótopos e ecomosaicos, redes ecológicas,

biomassas, potenciais energéticos, etc; já o patrimônio territorial-paisagístico apresenta elementos associados à morfotipos urbanos e territoriais, figuras territoriais e paisagísticas, estruturas e infraestruturas urbanas, espaços coletivos, estradas, praças, portões, centralidade, tipos de relações – e rurais – morfotipologias agropecuárias, bosques, colinas cultivados, pastagens; e o patrimônio socioeconômico, que inclui modelos socioculturais de longa duração, ambiente socioeconômico, planejamento social, saberes e conhecimento contextual, artístico, produtivo, etc.

Esse conjunto de componentes geográficos e biológicos denota e particulariza um território; não requer uma patrimonialização arbitrária ou museificação da natureza, mas a proteção, conservação e qualificação de recursos capazes de potencializar a produção de riqueza durável e sustentável (não apenas, mas incluindo a perspectiva econômica), visando garantir, por conseguinte, boas condições ambientais para presentes e futuras gerações. (BARCELOS, 2019, p. 3).

Dessa forma, a abordagem territorialista indica a construção do atlas identitário do patrimônio territorial como expressão da associação entre o conhecimento contextual e o conhecimento especializado. Assim sendo, propõe-se a representação do patrimônio ambiental, territorial-paisagístico e socioeconômico de Alto Liberdade sob uma dupla visão - técnico-científica e social -, como forma de entendimento e continuidade do desenvolvimento autossustentável da comunidade, o qual pode proporcionar, também, integração a sistemas informativos territoriais propostos por órgãos públicos para o desenvolvimento da região.

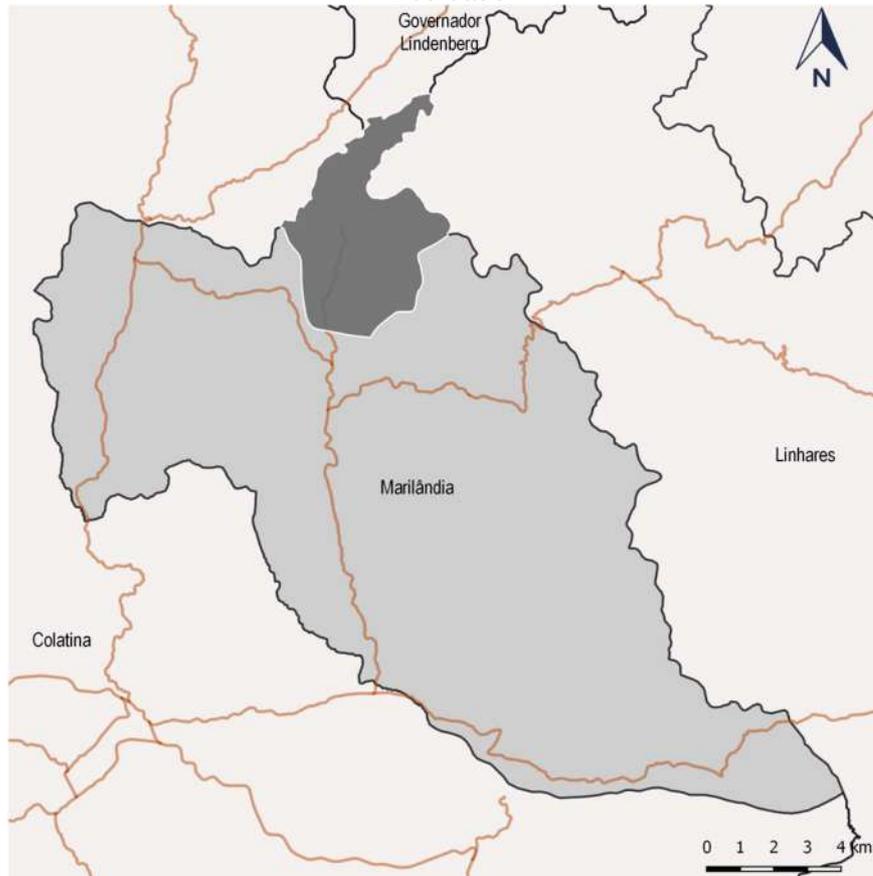
3.3.1 A representação técnico-científica

De acordo com Serra (2006), metodologia é entendida como uma teoria ou questões, associadas a métodos, os quais dizem respeito a atividades ordenadas para alcançar um objetivo. Ainda segundo o autor, a abordagem a ser utilizada para a pesquisa é muito importante para o sucesso da mesma.

O método qualitativo visa a “descrição do seu objeto, com o objetivo de conhecê-lo aprofundadamente” (SERRA, 2006, p. 81), sendo utilizado para esse fim, métodos de ação participativa ou estudos de casos. Nesta perspectiva, para a representação técnico-científica do patrimônio da comunidade de Alto Liberdade, localizada no município de Marilândia, descreve-se e analisa-se o território da comunidade, suas características, por meio de representações cartográficas interpretativas do ambiente físico, construído e antrópico, através de ação participativa.

O município de Marilândia tem como confrontantes os municípios de Colatina, Linhares e Governador Lindenberg (Figura 5). Segundo dados do site do IBGE, a área da unidade territorial (2018) é de 327,642 km². Sua população de acordo com o último censo, realizado em 2010, é de 11.107 pessoas, sendo a população estimada para 2019 de 12.833 pessoas.

Figura 5 - Localização do município de Marilândia/ES. Destaque para a comunidade de Alto Liberdade



Fonte: Bona, 2020

As representações dos mapas são georreferenciadas através de dados obtidos em bases de acesso aberto, como o Sistema Integrado de Bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo (GEOBASES), o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) – criado pelo Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente, que fornecem informações do estado do Espírito Santo. As informações obtidas nas instituições são analisadas e editadas no *software* livre QuantumGIS (QGIS), conforme sua influência na área de estudo, a comunidade de Alto Liberdade. A disposição dos dados na elaboração das representações cartográficas é inserida de maneira a facilitar a leitura e a interpretação do mesmo. Assim, descreve-se a sequência de inserção das camadas com os dados, identificando-as como 1ª, 2ª, 3ª e quantas mais ocorrerem para a produção de determinado mapeamento. A ordem, 1ª, 2ª, 3ª, indica que a 1ª camada está no primeiro plano da representação, a 2ª camada está abaixo da 1ª, a 3ª camada abaixo da 2ª e assim sucessivamente.

Realiza-se, assim, uma abordagem sistêmica, a qual, segundo Serra (2006) consiste em um agrupamento de definições de forma a definir os elementos que fazem ou não parte do sistema, ou seja, verificam-se quais dados permitem representar cada camada do território.

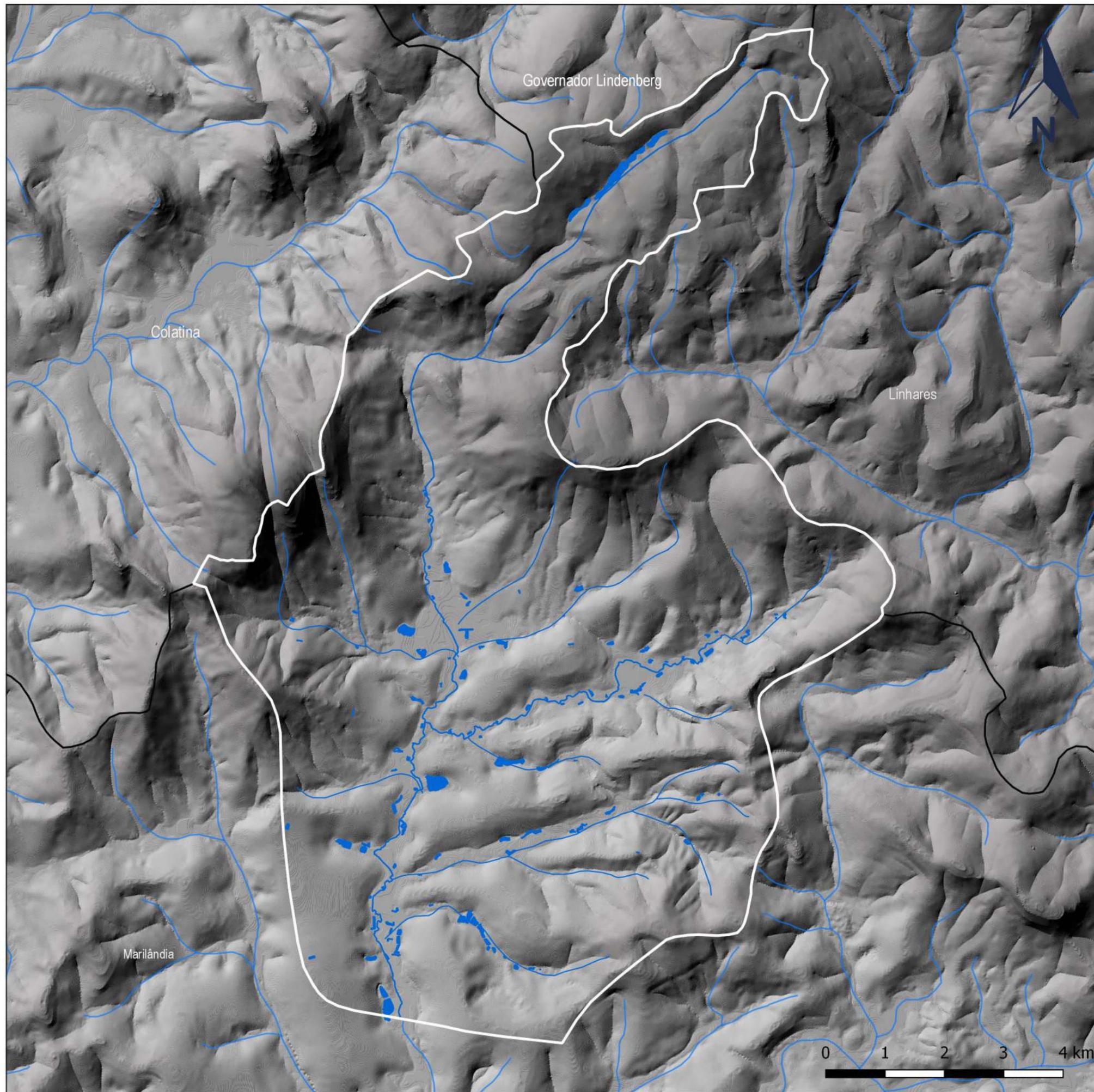
Em concordância com a abordagem da escola territorialista italiana, propiciando alcançar o objetivo do estudo, adota-se a representação do patrimônio ambiental, territorial paisagístico e socioeconômico de Alto Liberdade.

A produção dos mapas é baseada nas referências bibliográficas de Alberto Magnaghi, fundador da escola territorialista italiana; nos trabalhos de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo de Anna Biccias Rigo (2018) e no de Júlia Pedruzzi do Nascimento (2019) e em artigo de Beatriz Barcellos Mourão (2019), os quais apresentam como resultados produções cartográficas de regiões do Espírito Santo, tendo como suporte de representação as teorias da escola territorialista italiana. Essas referências permitem verificar, cuidadosamente, os elementos intrínsecos e de valor ao território da comunidade estudada, e correspondente descrição do patrimônio de Alto Liberdade nas três camadas territoriais - ambiental, territorial-paisagístico e socioeconômico.

A partir dos dados existentes nas bases de acesso aberto, para a concepção do mapa do Patrimônio Ambiental da comunidade de Alto Liberdade (ambiente físico), são produzidos os seguintes mapas: i) hidrografia; ii) hipsometria; iii) geomorfologia; iv) uso e cobertura do solo.

O mapa da hidrografia da comunidade de Alto Liberdade (Figura 6) apresenta os cursos d'água, a ottobacia⁵ na qual a comunidade está inserida -Rio Liberdade- e as ottobacias que fazem fronteira com a comunidade - Córrego Joaquim Távora, e ottobacia sem classificação do IJSN. A representação dessa cartografia é realizada com a utilização de *shapefiles* obtidos no banco de dados do Geobases -cursos d'água- e do IJSN -ottobacias nível 6 e limites municipais. Para melhor leitura e clareza dos elementos inseridos no mapa, realiza-se o ordenamento da sobreposição das camadas inseridas na seguinte ordem: 1º curso de água; 2º ottobacias. Além desse ordenamento, trabalha-se com distinção de cores das camadas para a classificação das ottobacias.

⁵ Áreas de drenagem individuais, por trecho de drenagem, codificadas pelo método de Otto Pfafstette. (AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS, 2012, p.6)



LOCALIZAÇÃO DE ALTO LIBERDADE - ES



Estado do Espírito Santo
Município de Marilândia

Município de Marilândia
Alto Liberdade

LEGENDA

-  Limite comunidade de Alto Liberdade (IJSN)
-  Limites municipais (IJSN)
-  Cursos d'água
-  Massas d'água

DADOS CARTOGRÁFICOS:

Sistemas de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Limites municipais: IJSN.
Modelos digitais de terreno: Geobases (2012-2015).
Sombreamento: IEMA (2012-2015).
Cursos d'água: adaptado GEOBASES (Autora, 2020).

MESTRANDA: KAMILA DRAGO BONA
ORIENTADORA: RENATA HERMANNY DE ALMEIDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO



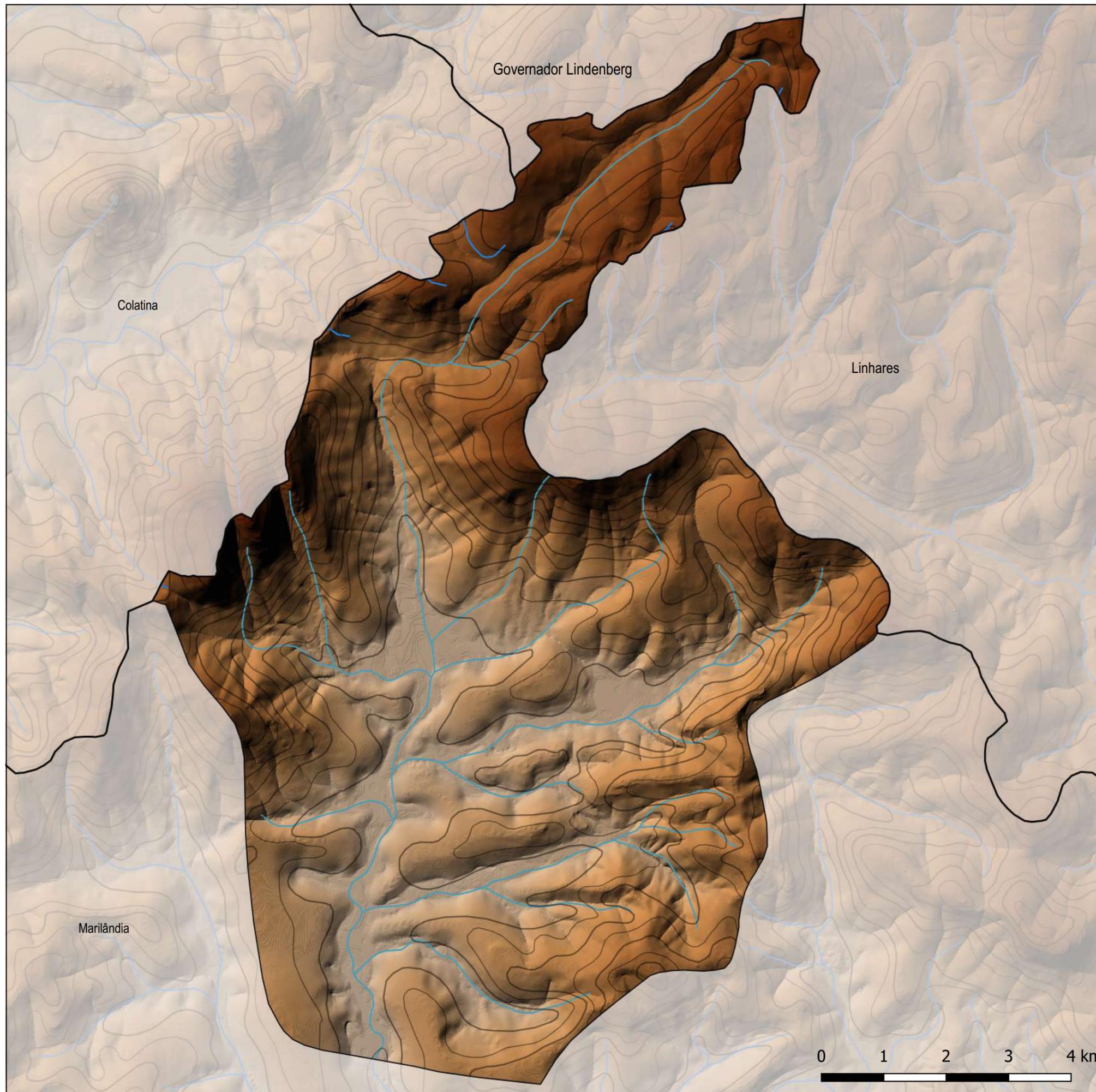
Figura 6: MAPA TÉCNICO
Hidrografia da comunidade de Alto Liberdade
Marilândia/ES

A segunda cartográfica diz respeito ao mapa hipsométrico da comunidade de Alto Liberdade (Figura 7), ou seja, às elevações do terreno, onde, por meio de uma progressão de cores, é indicada a altitude no território. Para a configuração desse mapeamento utiliza-se arquivos *raster*⁶ e *shapfile*. Do Geobases são obtidos os modelos digitais do terreno (MDT)⁷ e os cursos d'água, do IJSN os limites municipais, do IBGE as curvas de nível e do IEMA o sombreamento. As massas de águas representadas em Alto Liberdade são produzidas pela autora, uma vez que o *shapfile* de "massa_de_agua", produzido pelo GEOBASES, não possui elementos representados na comunidade em estudo.

Para o *raster* do modelo digital de terreno (MDT), atribui-se uma escala de matiz da cor marrom, onde as cores mais claras indicam as cotas do terreno mais baixas e as cores mais escuras indicam as cotas mais elevadas do terreno. O gradiente das cores é definido em intervalos de 100m, sendo o ponto mais elevado na comunidade de 830m de acordo com a base de dados utilizada. Para uma melhor percepção da elevação do terreno, multiplica-se os *raster* MDT e de sombreamento, de forma a destacar a profundidade do território e sua melhor compreensão. O ordenamento das camadas é: 1^a cursos de água; 2^a massas de água; 3^a curvas de nível; 4^a limites municipais; 5^a modelos digitais de terreno; e 6^a sombreamento.

⁶ São dados compostos por linhas (horizontais) e colunas (verticais) de pixels (também conhecidas como células). Cada pixel representa uma região geográfica, e o valor do pixel representa uma característica dessa região.
https://docs.qgis.org/2.14/pt_BR/docs/gentle_gis_introduction/raster_data.html

⁷ O Modelo Digital de Terreno (MDT) é uma representação numérica tridimensional da superfície física terrestre ao nível do solo – isento das alterações da superfície. (IEMA_MAPEAMENTO_ES_2012_2015_REFERENCIA_TECNICA.pdf)



LOCALIZAÇÃO DE ALTO LIBERDADE - ES



Estado do Espírito Santo
Município de Marilândia

Município de Marilândia
Alto Liberdade

LEGENDA

Limite comunidade de Alto Liberdade (IJSN)		
Limites municipais (IJSN)		
Massas d'água		
Cursos d'água		
Curvas de Nível		
Intermediária	0	400
Mestra	83	500
	100	600
	200	700
	300	800
		830

DADOS CARTOGRÁFICOS:
 Sistemas de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S.
 Limites municipais: IJSN.
 Modelos digitais de terreno: Geobases (2012-2015).
 Sombreamento: IEMA (2012-2015).
 Curvas de nível: IBGE.
 Cursos d'água: adaptado GEOBASES (Autora, 2020).

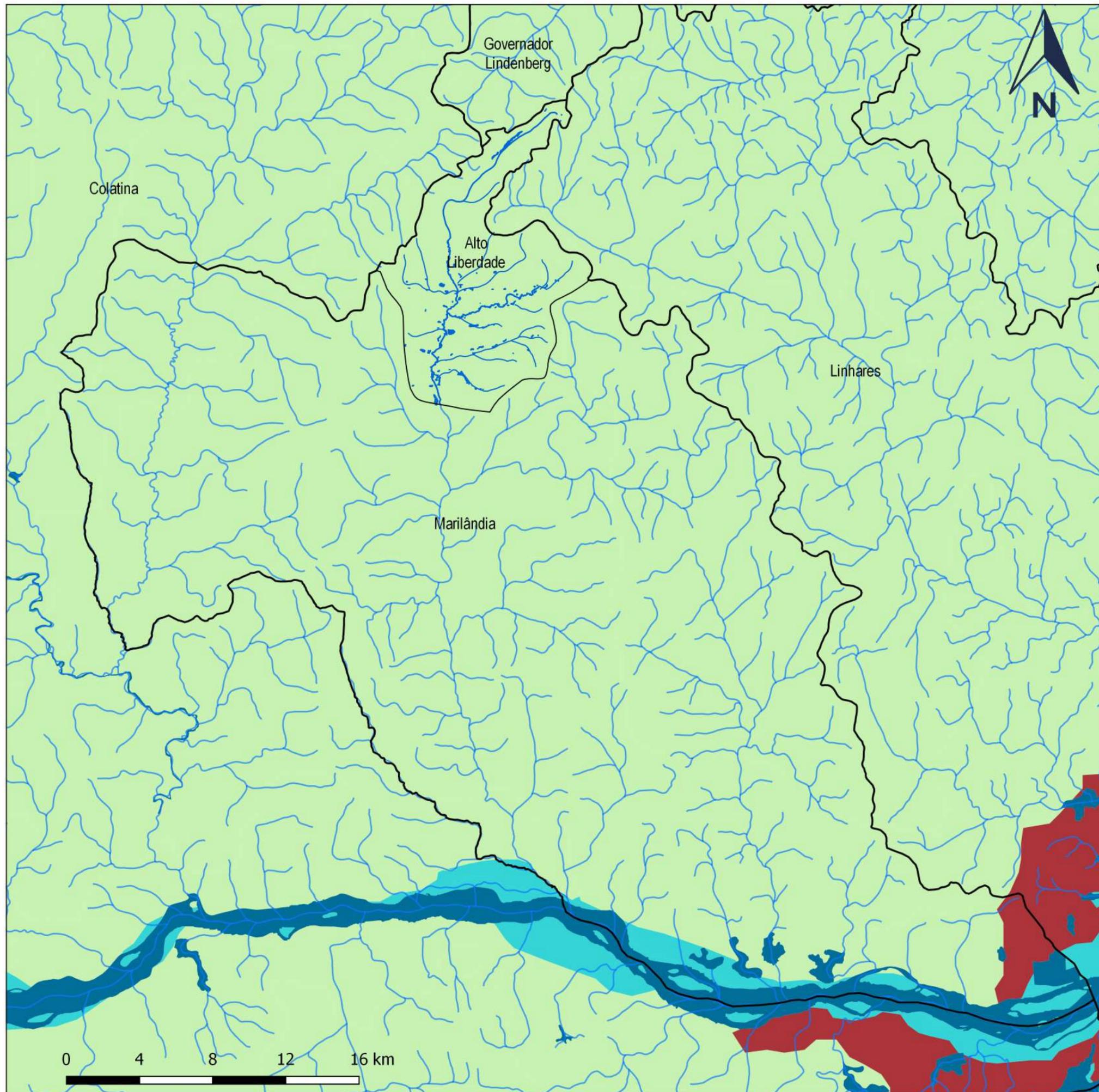
MESTRANDA: KAMILA DRAGO BONA
 ORIENTADORA: RENATA HERMANNY DE ALMEIDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO



Figura 07: MAPA TÉCNICO
Hipsometria da comunidade de Alto Liberdade
Marilândia/ES

A Figura 8 indica a geomorfologia da comunidade, isto é, as formas do relevo que constituem o território de Alto Liberdade. Para sua composição são utilizados *shapefile* do banco de dados do IJSN dos limites municipais e mapeamento geomorfológico, e do Geobases com os dados dos cursos de água. O território de Alto Liberdade está na área classificada como “Patamares Escalonados do Sul Capixaba”. A ordem das camadas com os dados ocorre de modo a permitir a leitura e conseqüentemente interpretação das informações utilizadas nessa representação, sendo a 1ª camada cursos de água; 2ª camada limites municipais; 3ª camada mapeamento geomorfológico.



LOCALIZAÇÃO DE ALTO LIBERDADE - ES



Estado do Espírito Santo
Município de Marilândia

Município de Marilândia
Alto Liberdade

LEGENDA

- | | |
|--|---|
| Limite comunidade de Alto Liberdade (IJSN) | Massas d'água |
| Limites municipais (IJSN) | Cursos d'água |
| Geomorfologia ES | |
| Acumulação Fluvial | Patamares escalonadas do Sul Capixaba |
| Bloco Montanhoso Central | Planícies costeiras, complexos deltaicos, estuarinos e praias |
| Colinas e Maciços Costeiros | Tabuleiros Costeiros |
| Corpo D'água | |

DADOS CARTOGRÁFICOS:

Sistemas de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
 Limites municipais: IJSN.
 Modelos digitais de terreno: Geobases (2012-2015).
 Sombreamento: IEMA (2012-2015).
 Cursos d'água: adaptado GEOBASES (Autora, 2020).

MESTRANDA: KAMILA DRAGO BONA
 ORIENTADORA: RENATA HERMANNY DE ALMEIDA

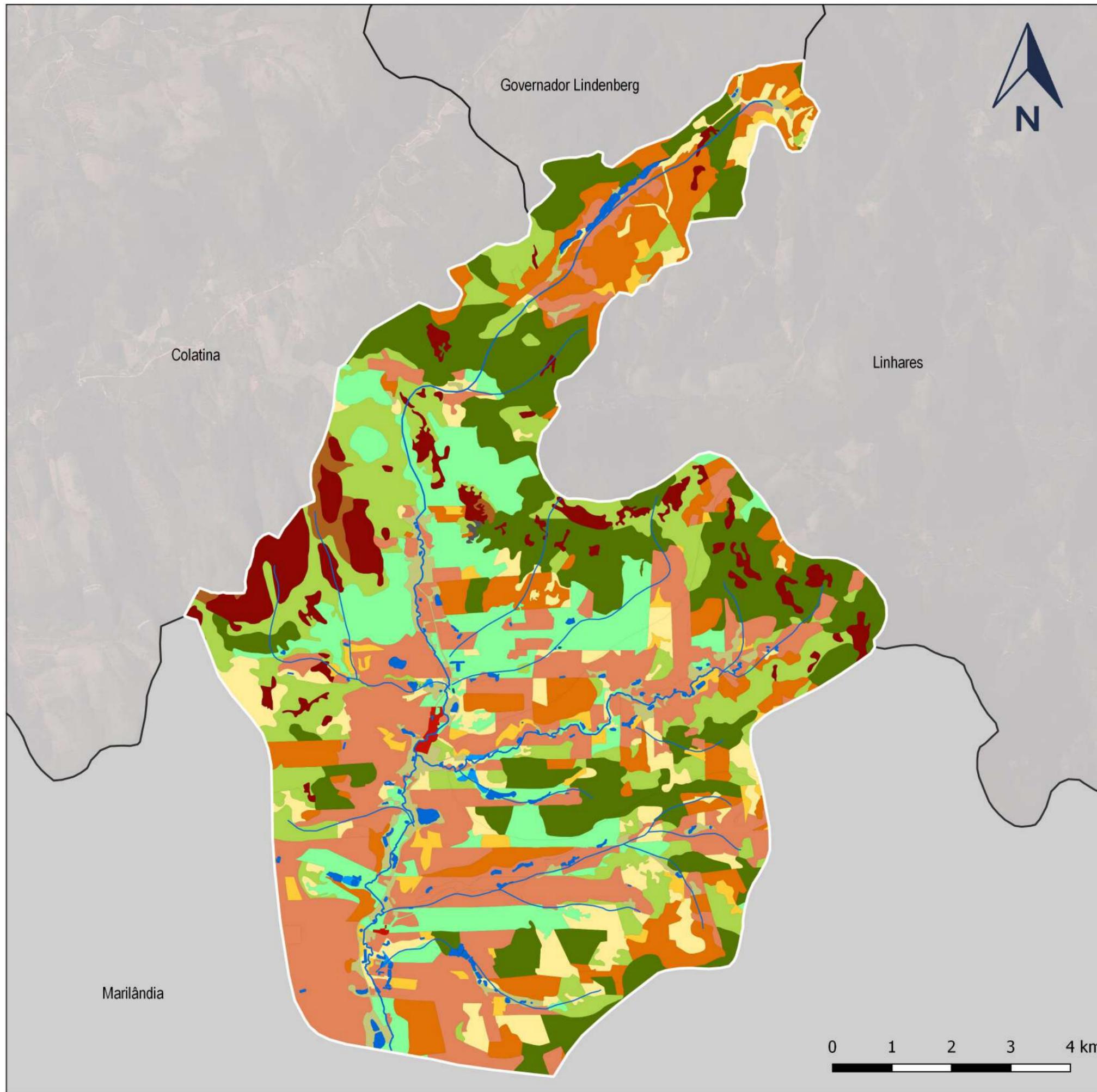
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO



Figura 08: MAPA TÉCNICO
Geomorfologia da comunidade de Alto Liberdade
Marilândia/ES

O último mapa produzido para compor o Patrimônio Ambiental da comunidade na visão técnica é o de uso e cobertura do solo (Figura 9). Para a produção desse mapeamento são utilizados os dados de limites municipais fornecidos pelo IJSN, o ortofotomosaico⁸ e o *shapefile* com a classificação de uso e cobertura vegetal do Geobases. Como nas representações anteriores, as camadas são dispostas de modo a possibilitar a leitura e o entendimento das informações na área de estudo. Dessa forma, as bases são inseridas na seguinte sequência: 1^a uso e cobertura vegetal; 2^a limites municipais, ortofotomosaico. De acordo com o dado do Geobases os usos presentes na comunidade são: afloramento rochoso, área edificada, campo rupestre, reflorestamento – eucalipto, solo exposto, outros cultivos, macega, mata nativa, mata nativa em estágio inicial de regeneração, pastagem, extração mineral, massa d'água, brejo. O Geobases classifica os cultivos agrícolas para o Espírito Santo em: abacaxi, banana, café, cana de açúcar, coco da bahia, mamão e outros. Na comunidade em estudo os cultivos presentes são: banana, café, coco da bahia, outros cultivos temporários e outros cultivos permanentes.

⁸ Mapeamento realizado em todo o estado do Espírito Santo pela empresa Hiparc Geotecnologia, entre os anos de 2012 e 2015, a serviço do Instituto Estadual de Meio ambiente e Recursos Hídricos –IEMA. <https://geobases.es.gov.br/links-para-mapas1215>.



LOCALIZAÇÃO DE ALTO LIBERDADE - ES



Estado do Espírito Santo
Município de Marilândia

Município de Marilândia
Alto Liberdade

LEGENDA

- Limite comunidade de Alto Liberdade (IJSN)
- Limites municipais (IJSN)
- Cursos d'água
- Massas d'água

Uso e cobertura vegetal

- | | | |
|---|---|---|
| Afloramento Rochoso | Outros | Pastagem |
| Área Edificada | Cultivo | Extração Mineral |
| Campo Rupestre | Macega | Massa d'água |
| Reforestamento (eucalipto) | Mata Nativa | Brejo |
| Solo exposto | Mata Nativa Rege | |

DADOS CARTOGRÁFICOS:

Sistemas de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
 Limites municipais: IJSN.
 Cursos d'água: adaptado GEOBASES (Autora, 2020).
 Uso e cobertura vegetal: GEOBASES

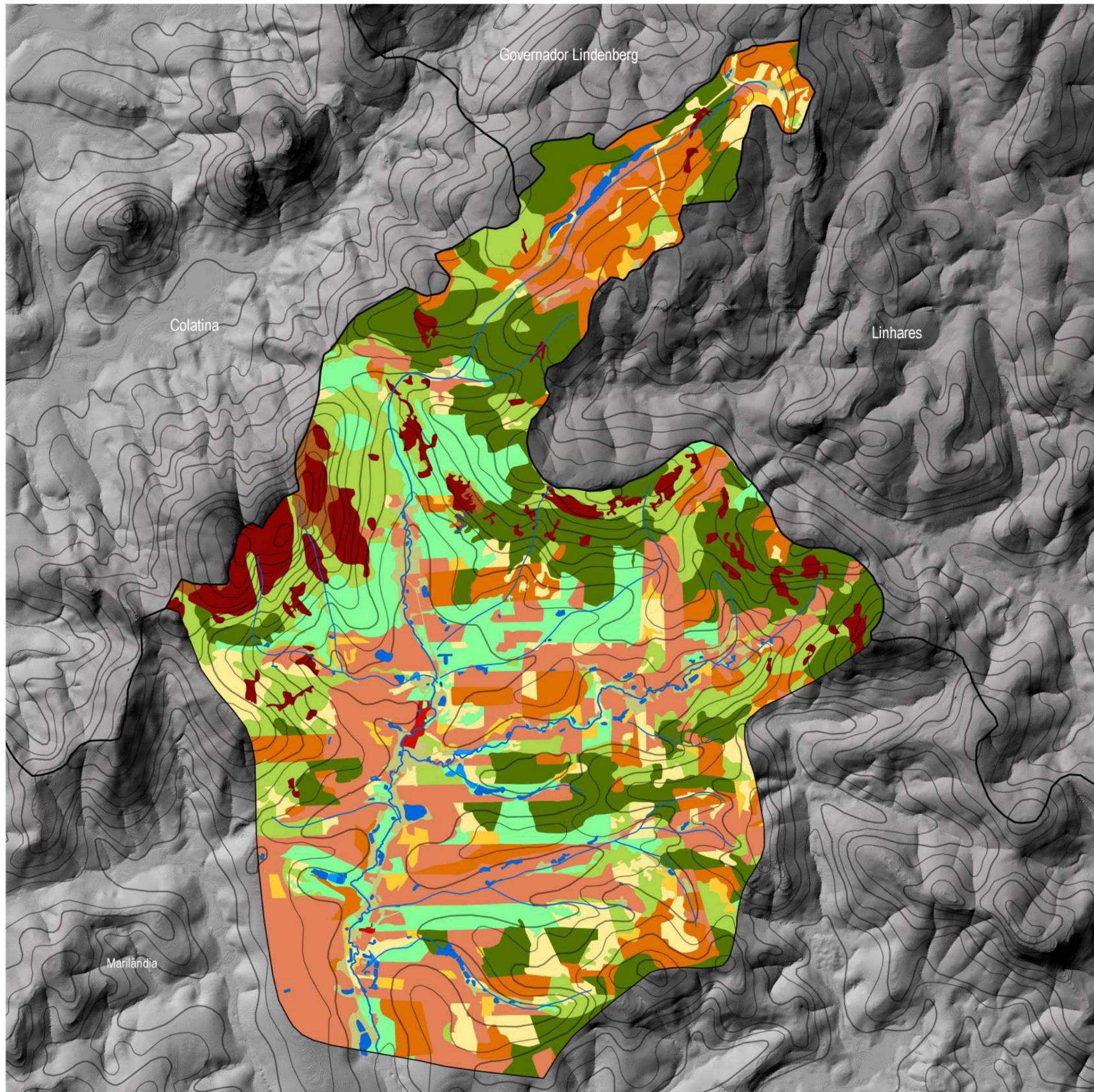
MESTRANDA: KAMILA DRAGO BONA
 ORIENTADORA: RENATA HERMANNY DE ALMEIDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO



Figura 9: MAPA TÉCNICO
Uso e Cobertura vegetal da comunidade
de Alto Liberdade
Marilândia/ES

Por fim, elabora-se um mapa síntese com a junção dos mapas apresentados de forma a representar e evidenciar o Patrimônio Ambiental de Alto Liberdade (Figura 10). Os dados são dispostos de modo a possibilitar sua compreensão e em alguns momentos são reformulados para esse objetivo. Estão presentes nos mapas os dados referentes aos limites municipais, trecho rodoviário, cursos de água, massas de água, curvas de nível, hipsometria (não visível em função da camada de uso e cobertura vegetal), otobacias nível 6, geomorfologia e uso e cobertura vegetal, os quais apresentam a leitura do ambiente físico do território da comunidade em estudo.



LOCALIZAÇÃO DE ALTO LIBERDADE - ES



Estado do Espírito Santo
Município de Marilândia

Município de Marilândia
Alto Liberdade

LEGENDA

- Limite comunidade de Alto Liberdade (IJSN)
 - Limites municipais (IJSN)
 - Intermediária
 - Mestra
 - Cursos d'água
 - Massas d'água
- Uso e cobertura vegetal**
- | | | |
|----------------------------|------------------|------------------|
| Afloramento Rochoso | Outros | Pastagem |
| Área Edificada | Cultivo | Extração Mineral |
| Campo Rupestre | Macega | Massa d'água |
| Reforestamento (eucalipto) | Mata Nativa | Brejo |
| Solo exposto | Mata Nativa Rege | |

DADOS CARTOGRÁFICOS:

Sistemas de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
 Limites municipais: IJSN.
 Modelos digitais de terreno: Geobases (2012-2015).
 Sombreamento: IEMA (2012-2015).
 Curvas de nível: IBGE.
 Cursos d'água: adaptado GEOBASES.
 Uso e cobertura vegetal: GEOBASES.

MESTRANDA: KAMILA DRAGO BONA
 ORIENTADORA: RENATA HERMANNY DE ALMEIDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO

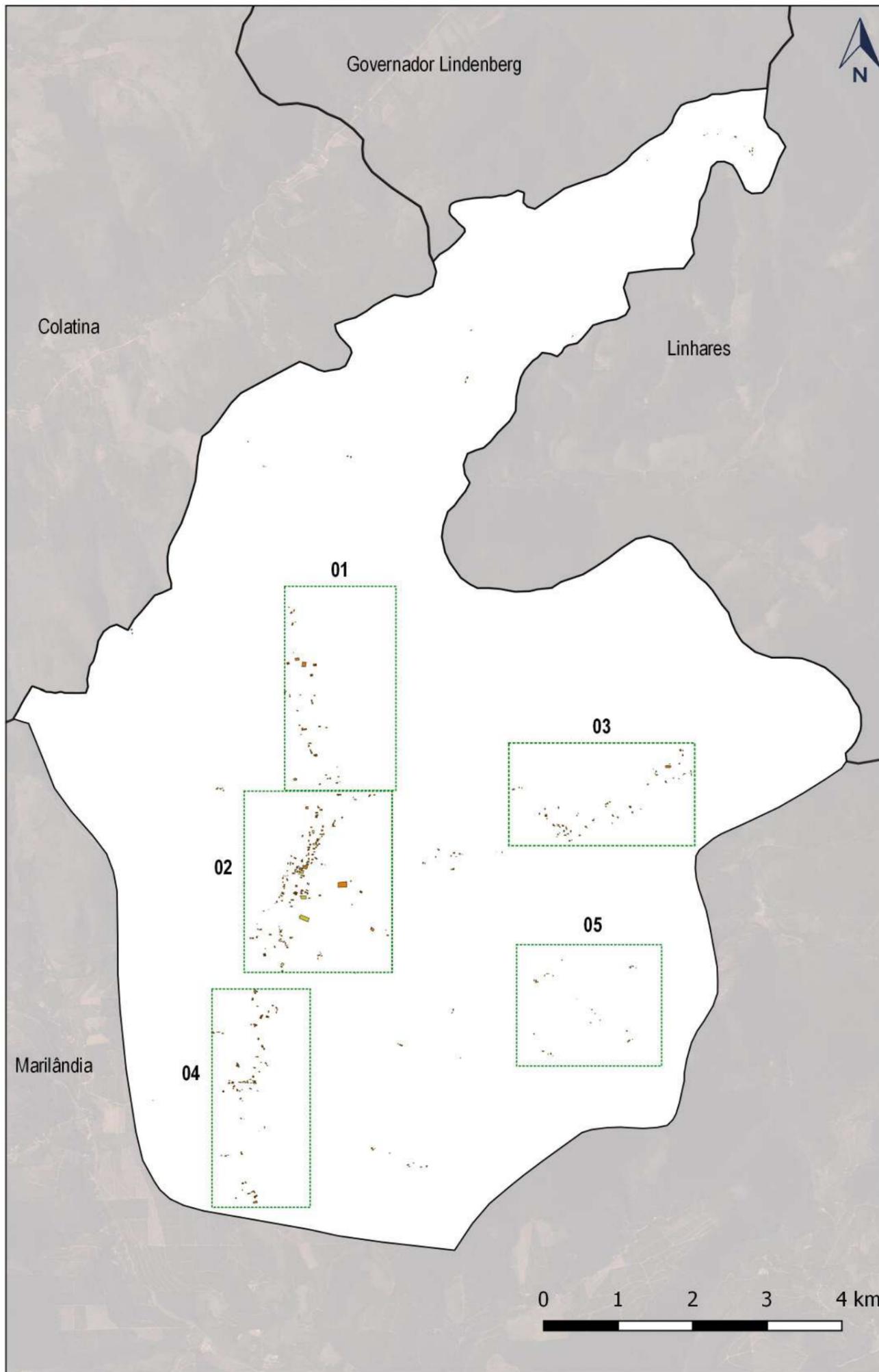


Figura 10: MAPA TÉCNICO
Patrimônio Ambiental de Alto Liberdade
Marilândia/ES

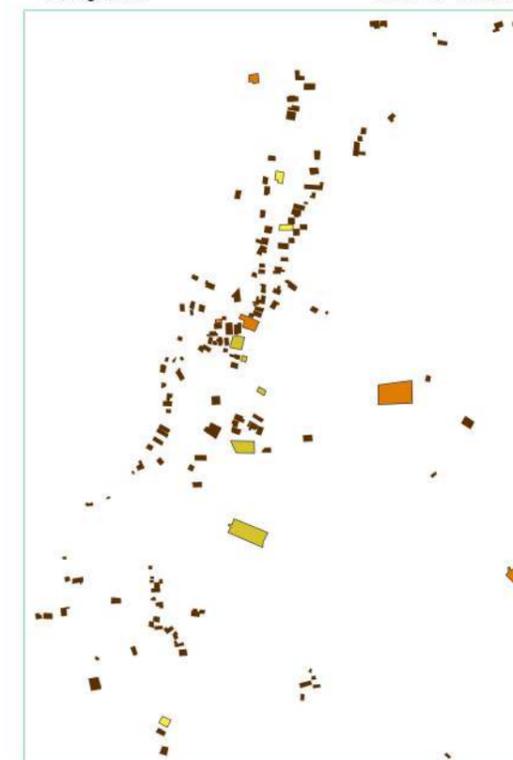
O segundo mapa do patrimônio estruturado é o mapa do Patrimônio Territorial Paisagístico de Alto Liberdade (ambiente construído) realizado a partir da produção dos seguintes mapas: i) edificações (usos); e ii) vias.

O mapa das edificações (Figura 11) identifica todas as construções existentes na comunidade. Sua representação é realizada com base no ortofotomosaico do município de Marilândia (2012-2015). As edificações são identificadas a partir de suas coberturas visíveis na ortofotomosaico da região e representadas por meio de polígonos – elaboração de um *shapefile* -, com atribuição de cores, a partir de uma classificação de usos pré-estabelecidos pela autora: residencial; residencial + comercial; comercial; institucional. Para a classificação dos usos, utiliza-se da compreensão da autora sobre a região, uma vez que é ex-moradora e atualmente visitante da comunidade, além de dirimir dúvidas relativas ao uso de edificações junto a alguns moradores.

As edificações de uso residencial se caracterizam pela ocupação apenas como moradia; o uso residencial e comercial é caracterizado pela combinação da edificação como moradia e fornecimento de alguma atividade econômica (bares), as construções caracterizadas como comercial possuem uso exclusivo vinculado a alguma atividade econômica (fábrica, secador de café); e as edificações identificadas como institucionais são caracterizadas como construções com serviços e/ou atividades associadas ao estado, ao município, e por atender a uma grande demanda do público da comunidade (escola, posto de saúde, igreja católica, centro comunitário, cemitério, cruzeiro). O ordenamento das camadas para leitura da representação cartográfica é: 1º *shapefile* edificações (elaborado pela autora); 2º ortofotomosaico do município de Marilândia.



Recorte edificações 01 - "Casagrande" Recorte edificações 04 - "Oliari" e "Bertoldi"



Recorte edificações 02 - Centro



Recorte edificações 03 - Jequitibá



Recorte edificações 05 - Jeremias

LOCALIZAÇÃO DE ALTO LIBERDADE - ES



Estado do Espírito Santo
Município de Marilândia

Município de Marilândia
Alto Liberdade

LEGENDA

- Limite comunidade de Alto Liberdade (IJSN)
- Limites municipais (IJSN)

EDIFICAÇÕES

- Edificações residenciais
- Edificações institucionais
- Edificações residenciais+comerciais
- Edificações comerciais

DADOS CARTOGRÁFICOS:

Sistemas de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Limites municipais: IJSN.
Modelos digitais de terreno: Geobases (2012-2015).
Edificações: Autora.

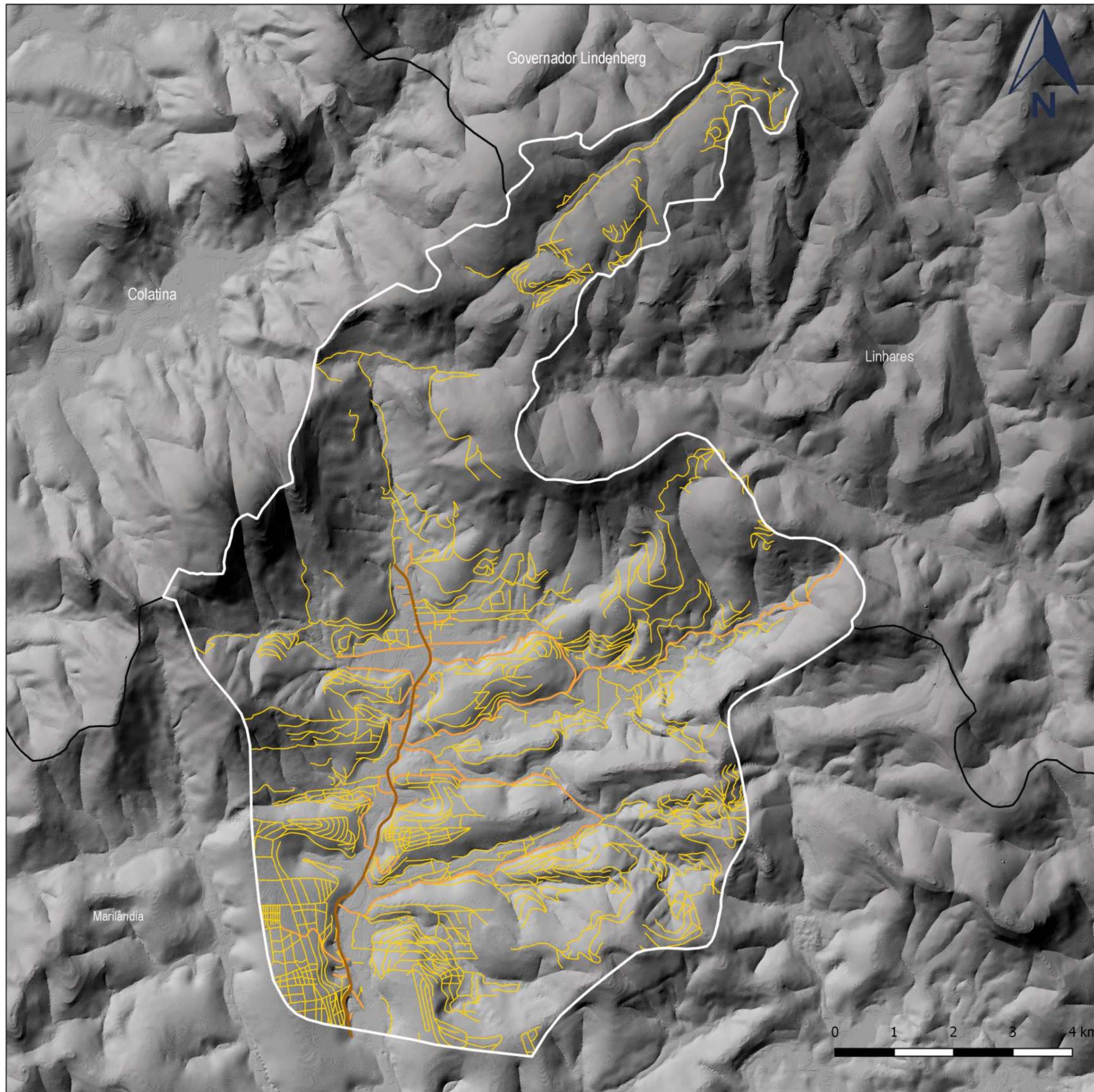
MESTRANDA: KAMILA DRAGO BONA
ORIENTADORA: RENATA HERMANNY DE ALMEIDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO



Figura 11: MAPA TÉCNICO
Edificações da comunidade de Alto Liberdade
Marilândia/ES

A Figura 12 apresenta as vias presentes em Alto Liberdade. A representação dessas vias é realizada tendo como base o ortofotomosaico do município de Marilândia (2012-2015), os *shapefiles* “trecho_rodoviario_ES” e limites municipais do IJSN. Por meio do ortofotomosaico de 2012-2015, são identificadas vias com pavimentação (asfáltica, paralelepípedos, blocos de concreto) e de terra, representadas no QGIS através de linhas, e atribuição de cores para as 03 (três) classificações estipuladas: trecho rodoviário – ES; pública-privada; e privada. O trecho rodoviário - ES apresenta as rodovias do estado - vias de transportes interurbanos -, esta via na comunidade em estudo é a responsável por interliga-la ao município de Marilândia. As vias classificadas como públicas-privadas são aquelas que se originam diretamente do trecho rodoviário - ES, e as vias privadas são as que derivam das públicas-privadas.



LOCALIZAÇÃO DE ALTO LIBERDADE - ES



Estado do Espírito Santo
Município de Marilândia

Município de Marilândia
Alto Liberdade

LEGENDA

- Limite comunidade de Alto Liberdade (IJSN)
- Limites municipais (IJSN)
- VIAS
 - Trecho rodoviário ES (pública)
 - Pública-privada
 - Privada

DADOS CARTOGRÁFICOS:

Sistemas de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
 Limites municipais: IJSN.
 Modelos digitais de terreno: Geobases (2012-2015).
 Sombreamento: IEMA (2012-2015).
 Trecho rodoviário ES: IJSN.
 Vias: Pública-privada e privada: Autora 2020.

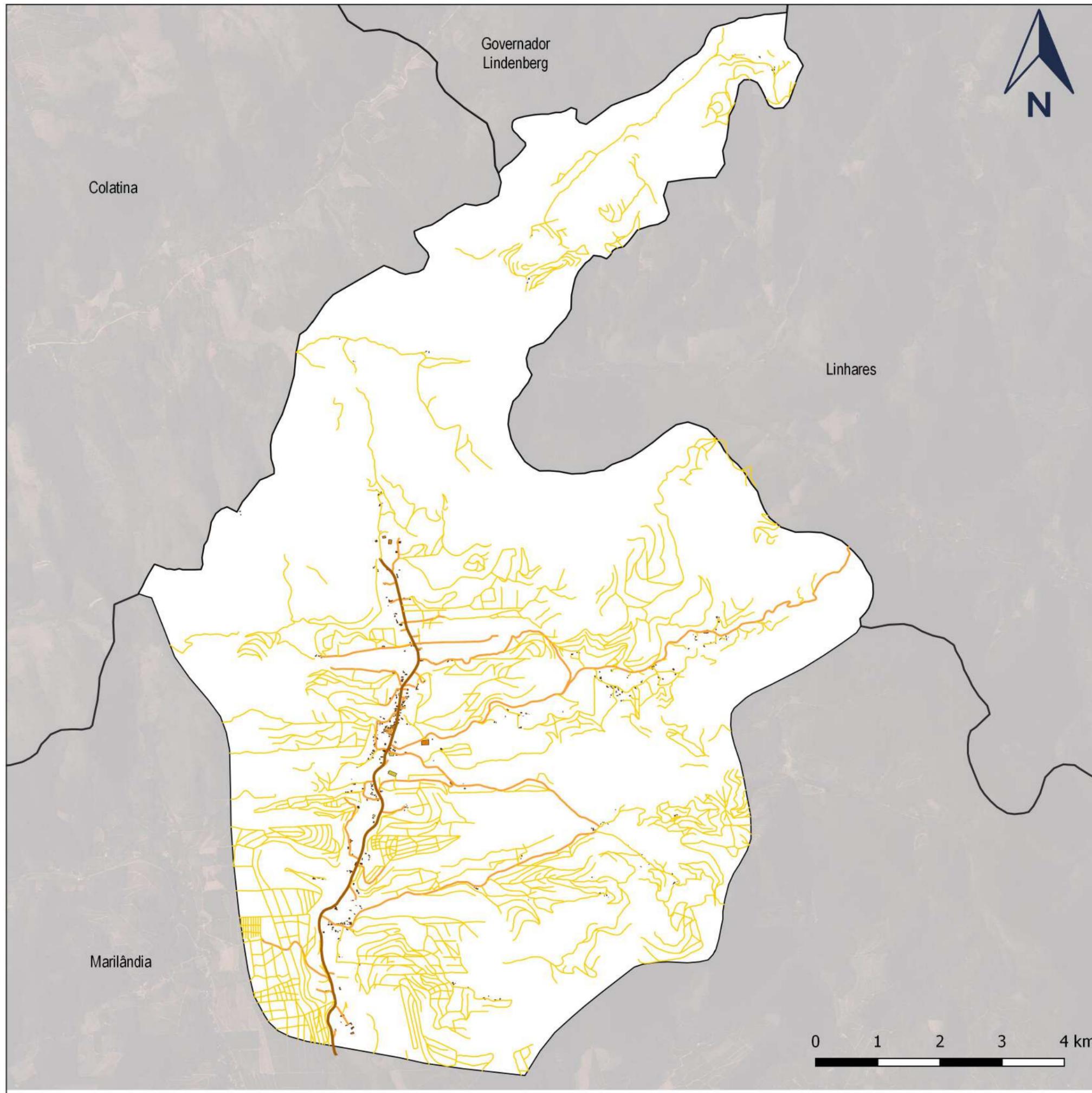
MESTRANDA: KAMILA DRAGO BONA
 ORIENTADORA: RENATA HERMANNY DE ALMEIDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
 CENTRO DE ARTES
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 ARQUITETURA E URBANISMO



Figura 12: MAPA TÉCNICO
 Vias da comunidade de Alto Liberdade
 Marilândia/ES

A partir das representações cartográficas individuais acima, elabora-se um mapa síntese para apresentar e evidenciar o Patrimônio Territorial Paisagístico da comunidade (Figura 13). Os dados são dispostos de modo a possibilitar sua compreensão e, em algumas situações, são reformulados para alcançar esse objetivo. Esta representação cartográfica reúne informações a respeito dos limites municipais, trecho rodoviário – ES, edificações e vias, e permite o entendimento atual do ambiente construído da comunidade de Alto Liberdade.



LOCALIZAÇÃO DE ALTO LIBERDADE - ES



Estado do Espírito Santo
Município de Marilândia

Município de Marilândia
Alto Liberdade

LEGENDA

- Limite comunidade de Alto Liberdade (IJSN)
 - Limites municipais (IJSN)
- | | |
|---|--|
| <p>EDIFICAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> Edificações residenciais Edificações residenciais+comerciais Edificações comerciais | <p>VIAS</p> <ul style="list-style-type: none"> Trecho rodoviário ES (pública) Pública-privada Privada |
|---|--|

DADOS CARTOGRÁFICOS:
 Sistemas de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
 Limites municipais: IJSN.
 Modelos digitais de terreno: Geobases (2012-2015).
 Sombreamento: IEMA (2012-2015).
 Cursos d'água: adaptado GEOBASES (Autora, 2020).

MESTRANDA: KAMILA DRAGO BONA
 ORIENTADORA: RENATA HERMANNY DE ALMEIDA

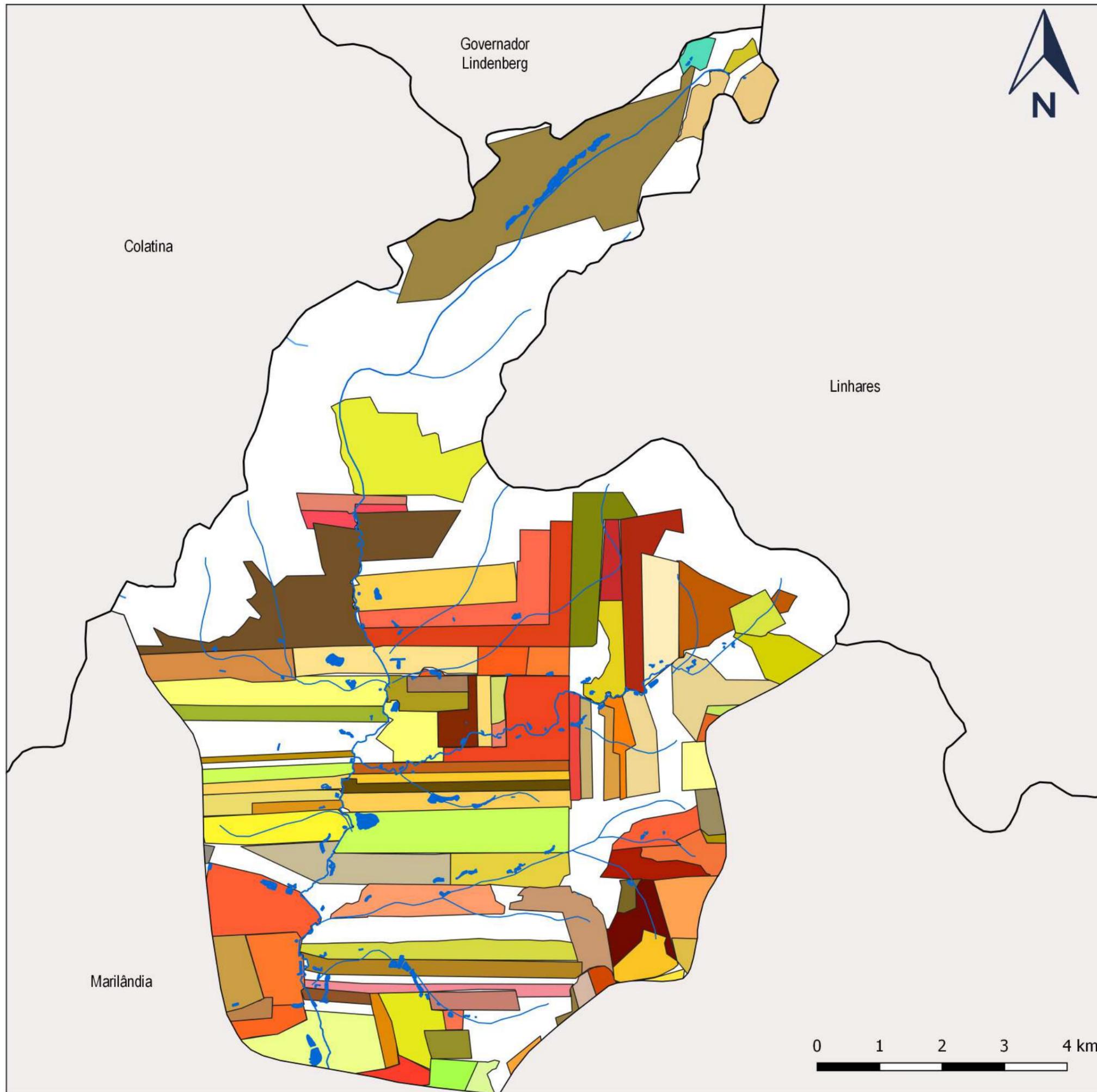
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO



Figura 13: MAPA TÉCNICO
Patrimônio Territorial-paisagístico da comunidade
de Alto Liberdade
Marilândia/ES

O último mapa elaborado do patrimônio da comunidade de Alto Liberdade é o do Patrimônio Socioeconômico (ambiente antrópico). Para sua produção são elaborados os seguintes mapas: i) propriedades; e ii) locais de ocorrência dos modelos socioculturais de longa duração (tradições, atividades culturais).

O mapa das propriedades da terra (Figura 14) é realizado tendo como base o ortofotomosaico do município de Marilândia (2012-2015), os limites municipais fornecidos pelo IJSN e o *shapefile* “*área_imovel*” do CAR, que apresenta a delimitação das propriedades da comunidade. Como em outras representações, as camadas são dispostas de modo a possibilitar a leitura e o entendimento das informações na área de estudo. Dessa forma, as bases são inseridas na seguinte sequência: 1) limites das propriedades; 2) limites municipais, ortofotomosaico. As propriedades são representadas com cores diferentes de maneira a auxiliar o entendimento desse território, além de dimensionar as propriedades da comunidade. A representação das propriedades de terra (Figura 14) aponta na legenda apenas 3 (três) propriedades, “Propriedade (a); Propriedade (b); e Propriedade (c)”, tendo como objetivo auxiliar o leitor no entendimento de que cada cor presente no mapa, representa uma propriedade delimitada de Alto Liberdade. Algumas áreas da comunidade não tiveram a delimitação da propriedade estabelecida pela instituição executora da base de dados, assim, essas áreas foram representadas pela cor branca e identificadas na legenda como “Propriedade não demarcadas”.



LOCALIZAÇÃO DE ALTO LIBERDADE - ES



Estado do Espírito Santo
Município de Marilândia

Município de Marilândia
Alto Liberdade

LEGENDA

- Limite comunidade de Alto Liberdade (IJSN)
- Limites municipais (IJSN)
- Massas d'água
- Cursos d'água
- Área imóveis (propriedades)**
- Propriedade (a)
- Propriedade (b)
- Propriedade (c)
- Propriedades não demarcadas

DADOS CARTOGRÁFICOS:

Sistemas de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
 Limites municipais: IJSN.
 Modelos digitais de terreno: Geobases (2012-2015).
 Cursos d'água: adaptado GEOBASES (Autora, 2020).
 Área imóveis: CAR.

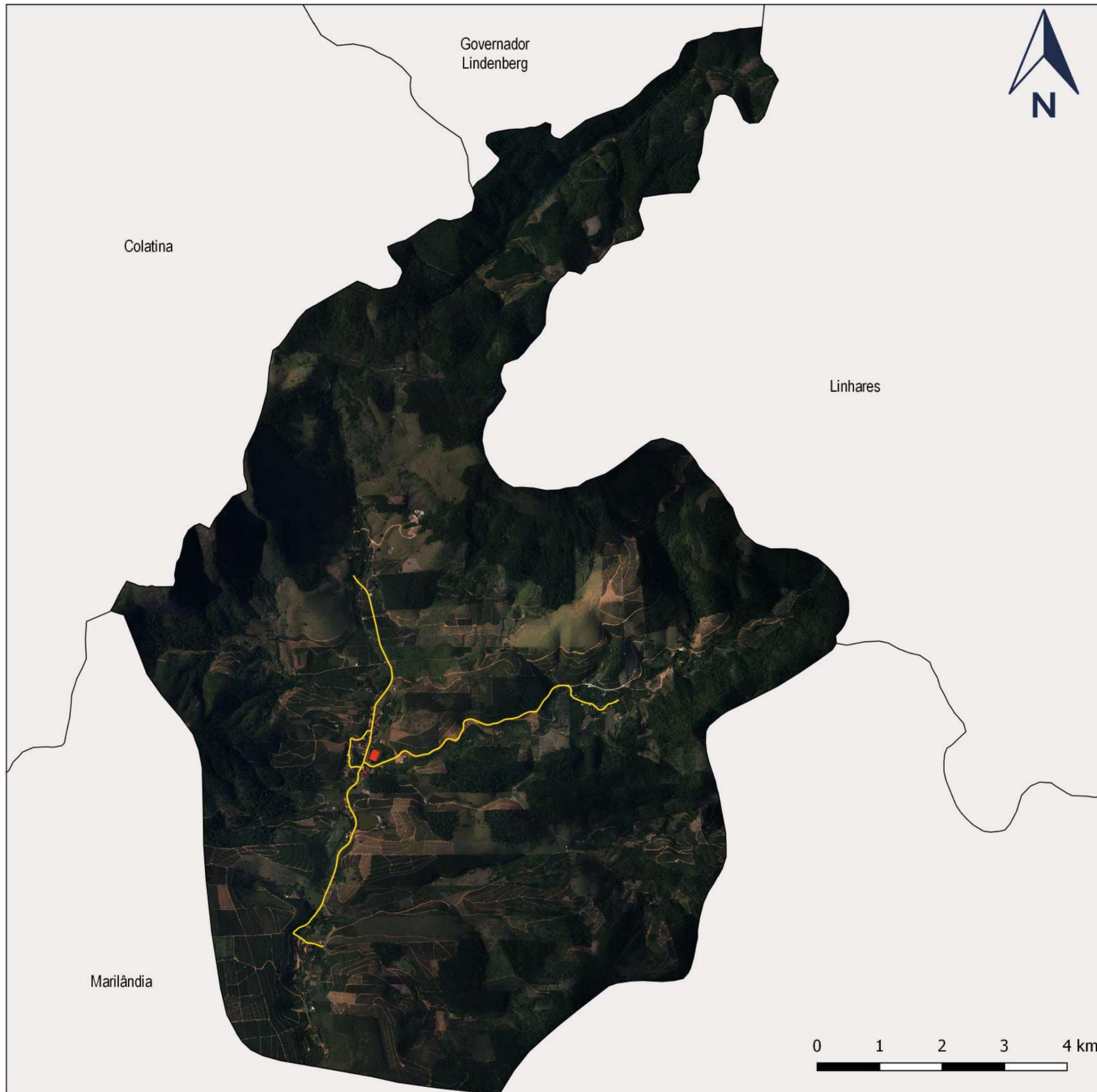
MESTRANDA: KAMILA DRAGO BONA
 ORIENTADORA: RENATA HERMANNY DE ALMEIDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
 CENTRO DE ARTES
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 ARQUITETURA E URBANISMO



Figura 14: MAPA TÉCNICO
Propriedades de terras da comunidade de Alto
Liberdade
Marilândia/ES

A Figura 15 apresenta os locais de ocorrência dos modelos socioculturais de longa duração (tradições, atividades culturais). Sua produção é realizada com base no ortofotomosaico do município de Marilândia (2012-2015). Os locais identificados, pela compreensão da autora sob a comunidade, são realizados através das estruturas onde as atividades ocorrem, e dessa forma pode ser representada por polígonos (casas), linhas (ruas) ou pontos (pessoas – local de sua residência). A ordem das camadas, para possibilitar a leitura e o entendimento das informações na área de estudo é: 1º *shapefile* dos locais dos modelos socioculturais de longa duração identificados (elaborado pela autora); 2º ortofotomosaico do município de Marilândia.



LOCALIZAÇÃO DE ALTO LIBERDADE - ES



Estado do Espírito Santo
Município de Marilândia

Município de Marilândia
Alto Liberdade

LEGENDA

Limites municipais

Modelos Socioculturais de longa duração

Edificações (pessoas e atividades)

Atividades, tradições, cultura.

DADOS CARTOGRÁFICOS:

Sistemas de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S

Limites municipais: IJSN.

Modelos digitais de terreno: Geobases (2012-2015).

Modelos socioculturais de longa duração: Autora.

MESTRANDA: KAMILA DRAGO BONA

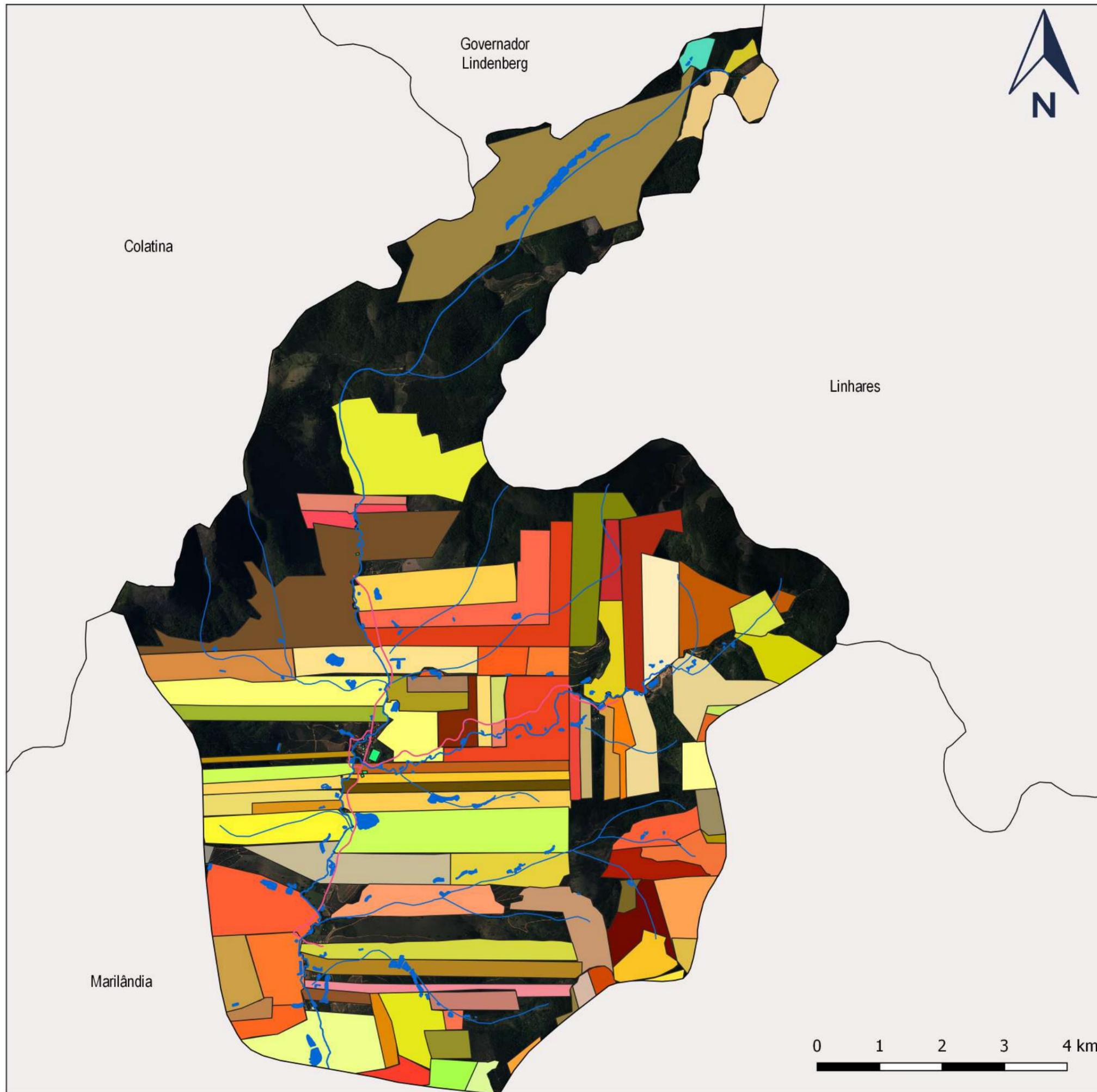
ORIENTADORA: RENATA HERMANNY DE ALMEIDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO



Figura 15: MAPA TÉCNICO
Modelos socioculturais de longa duração da
comunidade de Alto Liberdade
Marilândia/ES

O último mapa da representação técnico-científica é o mapa do Patrimônio Socioeconômico de Alto Liberdade (Figura 16), elaborado a partir das representações cartográficas individuais acima apresentadas. Os dados são dispostos de modo a possibilitar sua compreensão e, em algumas situações, são reformulados para alcançar esse objetivo. Esta representação cartográfica reúne informações a respeito dos limites das propriedades e modelos socioculturais de longa duração (tradições, atividades culturais), e permite o entendimento atual do ambiente antrópico da comunidade de Alto Liberdade.



LOCALIZAÇÃO DE ALTO LIBERDADE - ES



Estado do Espírito Santo
Município de Marilândia

Município de Marilândia
Alto Liberdade

LEGENDA

- | | |
|--|-----------------------------|
| Limites municipais | Área imóveis (propriedades) |
| Massas d'água | Propriedade (a) |
| Cursos d'água | Propriedade (b) |
| | Propriedade (c) |
| Modelos Socioculturais de longa duração | |
| Edificações (pessoas e atividades) | |
| Atividades, tradições, cultura. | |

DADOS CARTOGRÁFICOS:

Sistemas de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Limites municipais: IJSN.
Modelos digitais de terreno: Geobases (2012-2015).
Modelos socioculturais de longa duração: Autora.

MESTRANDA: KAMILA DRAGO BONA
ORIENTADORA: RENATA HERMANNY DE ALMEIDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO



Figura 16: MAPA TÉCNICO
Patrimônio Socioeconômico da comunidade de
Alto Liberdade
Marilândia/ES



3.3.2 A representação social

De acordo com Magnaghi (2005), o desenvolvimento local autossustentável só é possível se os sujeitos do lugar são valorizados e envolvidos no processo de desenvolvimento do território em que habitam. Dessa forma, a identificação do patrimônio territorial da comunidade de Alto Liberdade, objetivo do trabalho, só é viável se sua população o reconhece. Logo é necessária a identificação da percepção patrimonial que os moradores de Alto Liberdade possuem do território que vivem. Assim, realiza-se pesquisa empírica por meio de mapa cognitivo, seguida de representação em plataforma online *Google Earth Pro*, para possibilitar a representação do patrimônio nas três camadas territoriais, ambiental, territorial-paisagístico e socioeconômico. Conforme Serra (2006), o método empírico é a constatação das ideias e conhecimentos adquiridos e aprendidos com o tempo, e dessa forma afirma que “nem mesmo uma sucessão muito grande de experiências que apresentassem sempre o mesmo resultado poderia nos dar certeza absoluta de que da próxima vez o resultado seria o mesmo”. (SERRA, 2006, p. 77).

A pesquisa é realizada com os moradores da comunidade. Para tanto, divide-se a comunidade em 4 (quatro) faixas etárias: 6 a 15 anos; 16 a 30 anos; 31 a 50 anos e 51 acima. A divisão das duas primeiras faixas etárias é baseada nos períodos escolares - ensino fundamental (6 a 14 anos); ensino médio (15 a 17 anos) e ensino superior (17 anos acima). As duas últimas faixas etárias são divididas de forma a ter-se intervalo entre 20 e 25 anos.

A divulgação da pesquisa é feita na Igreja Católica da comunidade, convidando a todos a participar. A pesquisa é composta por duas atividades: i) mapa cognitivo; ii) representação de elementos/atividades da comunidade na plataforma online *Google Earth Pro*, realizadas no mesmo dia, com número máximo de 05 (cinco) participantes ao mesmo tempo, não necessariamente da mesma faixa etária. Primeiro ocorre a atividade 01, com tempo médio de 30 a 40 minutos para sua realização, e, em seguida, dá-se início à atividade 02, com tempo médio de 2 horas a 2 horas e 30 minutos. Participam da pesquisa 38 (trinta e oito) moradores divididos nas 4 (quatro) faixas etárias (Anexo I). As atividades são realizadas na Escola do Campo “EMPEF Alto Liberdade” (Figura 17 e Figura 18), localizada na comunidade, espaço cedido pela Secretaria de Educação do Município de Marilândia, na pessoa da diretora das Escolas de Campo, Scheila Pereira. Ademais, as atividades são realizadas com a colaboração das professoras da unidade escolar, Marinete Maria Casagrande Zangerólami, Maria Luiza Castro e Vanderléia Casagrande Gabriel.

Figura 17 - “EMPEF Alto Liberdade”



Fonte: Acervo da autora, 2020

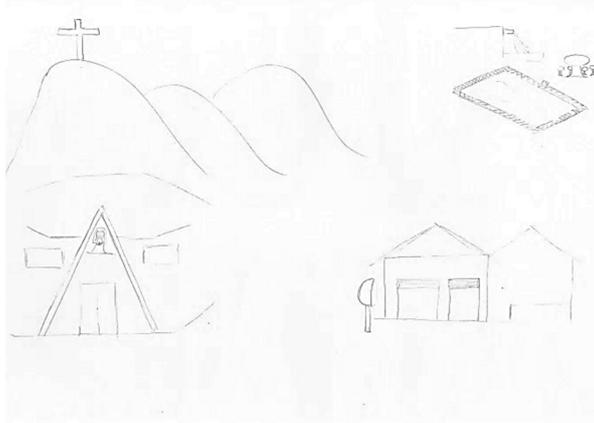
Figura 18 - Sala utilizada para realização da pesquisa (atividades 01 e 02) com os moradores



Fonte: Acervo da autora, 2020

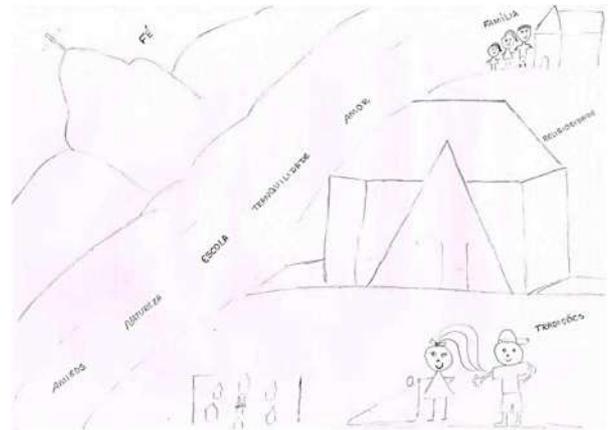
Para realização da Atividade 01, mapa cognitivo (Anexo II), é solicitado ao morador participante, de todas as faixas etárias, que represente em uma folha A3, por meio de desenhos (lugares, objetos, construções, natureza, festividades, pessoas, elementos da comunidade), palavras, frases, o que mais gosta, e o que representa a comunidade de Alto Liberdade para ele, ou seja, o que constrói sua identidade. É disponibilizado folha A3, lápis, borracha, régua e lápis de colorir para a realização da atividade (Figura 19 e Figura 20).

Figura 19 - Mapa cognitivo de um morador - representação comunidade por meio de desenhos apenas da



Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 20 - Mapa cognitivo de um morador – representação da comunidade por meio de desenhos e escritas



Fonte: Acervo da autora, 2020

A Atividade 02 é a representação de elementos/atividades da comunidade na plataforma online *Google Earth Pro*, com 10 (dez) questões sobre a comunidade de Alto Liberdade para serem indicadas no mapa segundo a visão do morador pesquisado: 1. Indique onde há rios, córregos e lagos existentes na comunidade; 2. Indique onde há montanhas, plano, vales; 3. Apresente os elementos naturais presentes na comunidade; 4. Apresente os locais onde se localizam as edificações (elementos construídos); 5. Indique as estradas, caminhos presentes na comunidade; 6. Indique os locais de cultivo (plantações) e criação de animais na comunidade; 7. Apresente os locais em que se encontram os espaços coletivos, de lazer, praças; 8. Apresente locais de realização de festividades, das tradições, dos eventos culturais na comunidade, que são de repetição (anual, mensal); 9. Indique onde estão as pessoas que desenvolvem atividades culturais e tradições presentes na comunidade; 10. Indique os locais onde há atividades econômicas e fornecimento de serviços básicos aos moradores (escolas, lojas, bares/restaurantes/mercados, posto de saúde).

Para a realização da atividade 02, é essencial a disponibilização de computadores com acesso à internet, uma vez que o programa depende da internet. Utiliza-se 3 (três) computadores da Escola do Campo “EMPEF Alto Liberdade” e 2 (dois) computadores da pesquisadora, o que justifica a pesquisa ser realizada com até 5 (cinco) moradores de uma vez. Antes do início da atividade 02, a mestranda apresenta aos moradores pesquisados mapas no município de Marilândia e da comunidade de Alto Liberdade, sendo utilizado para tal um datashow. Os pesquisados que não possuem domínio do computador respondem as questões, a pesquisadora e/ou um voluntário representam no programa (*Google Earth Pro*) as respostas dos pesquisados. A mestranda pré-determina os elementos e cores, a serem utilizados nas respostas das questões apresentadas, os quais são fornecidos pelo programa

utilizado - polígonos, linhas e marcadores (pontos). Essa definição ocorre como forma de colaborar a leitura dos resultados da pesquisa por parte da mestrandia.

As representações cartográficas sociais nas três camadas territoriais (ambiental, territorial paisagístico e socioeconômico) são desenvolvidas com suporte nas respostas das questões realizadas na atividade 02. No início dessa atividade, o pesquisado está com o programa *Google Earth Pro* aberto, ou seja, visualiza o território da comunidade de Alto Liberdade na tela. A atividade inicia-se com a exposição, por parte da pesquisadora, do primeiro questionamento ao pesquisado -tempo disponibilizado para cada questão de 10 a 15 minutos, que representa no *Google Earth Pro* o que identifica na comunidade sobre tal indagação. Deixa-se claro que a representação deve ser do que o morador conhece e lembra dos elementos existentes em Alto Liberdade, uma vez que, a partir da visualização da comunidade através do *Google Earth Pro* elementos desconhecidos podem ser identificados. As formas de representação, anteriormente determinadas pela pesquisa, são apresentadas a cada questão realizada: tipo -marcadores, polígonos ou linhas, e a cor - verde, azul, branco, rosa, etc.

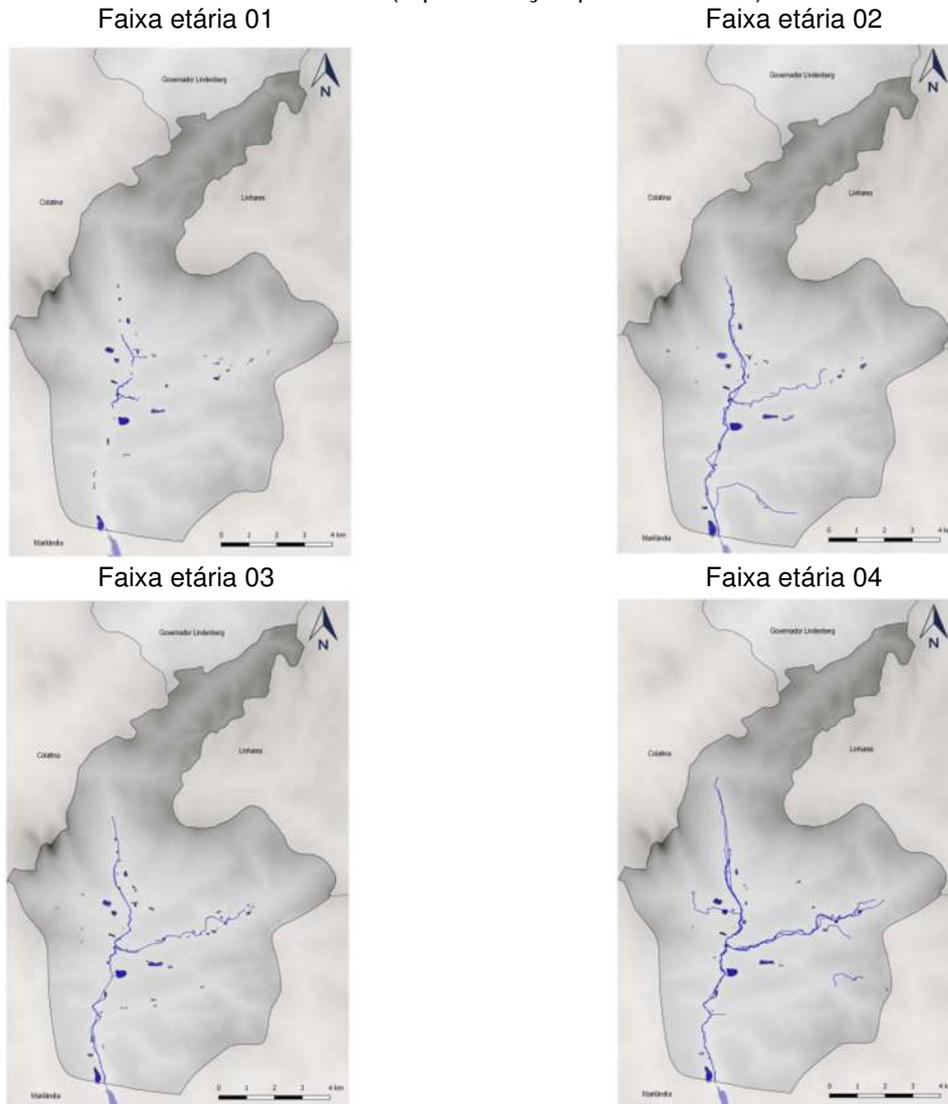
Após a realização das pesquisas no *Google Earth Pro*, é feita a transferência das respostas para o *software* livre QuantumGIS (QGIS), de forma a possibilitar a compatibilização e posteriores conclusões, entre a representação técnica realizada do patrimônio também nas três camadas territoriais. Para isso, são salvos arquivos separados de cada morador participante na extensão kml, compatível com o QGIS. A partir dessa transferência, inicia-se a produção das cartografias sociais.

Decide-se apresentar, primeiramente, os mapeamentos por faixas etárias, 01, 02, 03 e 04, por cada questão, como forma de possibilitar posteriores considerações sobre as visões dos moradores. Em seguida, é exibido um mapa síntese por cada questão, com todos os pesquisados (todas as faixas etárias). Por último, apresenta-se o mapa síntese do patrimônio social da camada territorial em questão, composto pela representação dos elementos na visão dos moradores pesquisados.

A representação do Patrimônio Ambiental da comunidade é realizada através das respostas das indagações 01, 02 e 03 (indique onde há rios, córregos e lagos existentes na comunidade; indique onde há montanhas, plano, vales; apresente os elementos naturais presentes na comunidade). A base utilizada pelas três representações é o *shapefile* de curva de nível do ES (IBGE) e os limites municipais (IJSN), além da inserção do *raster* de sombreamento associado ao modelo digital de terreno (MDT), que permite melhor entendimento do território de forma tridimensional.

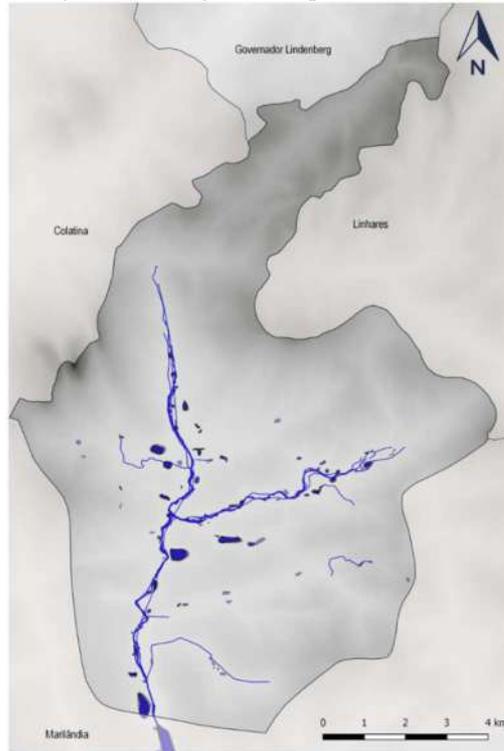
O primeiro mapa apresentado é o de cursos e massas de água (Figura 21 e Figura 22). A demarcação dos rios e córregos é feita com o comando de linha na cor azul, já a indicação das lagoas e lagos utiliza o comando de polígono na mesma cor e opacidade de 50%.

Figura 21 - MAPA SOCIAL: cursos e massas d'água da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (representação por faixa etária)



Fonte: Bona, 2020

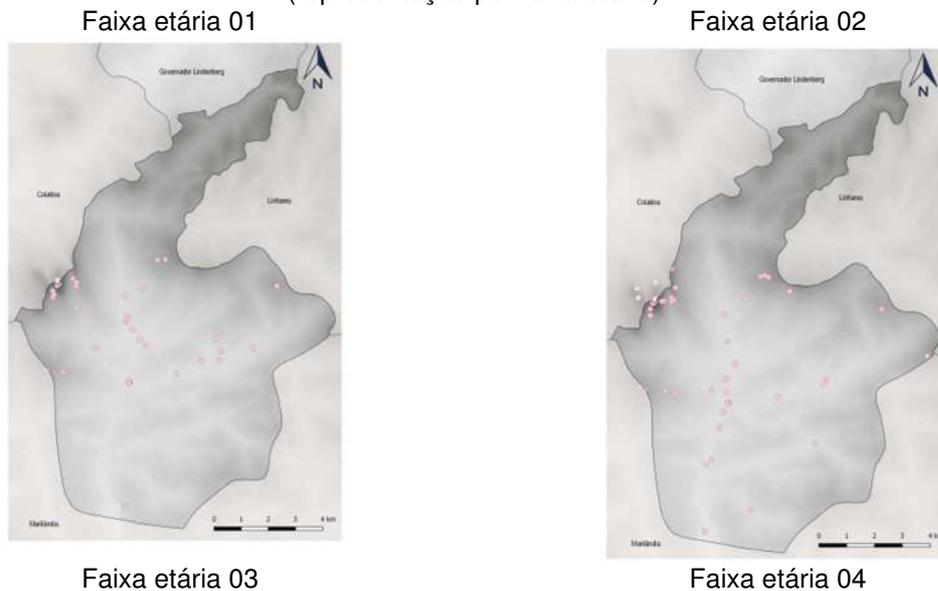
Figura 22 - MAPA SOCIAL: síntese dos cursos e massas d'água da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (união da representação de todas as faixas etária)

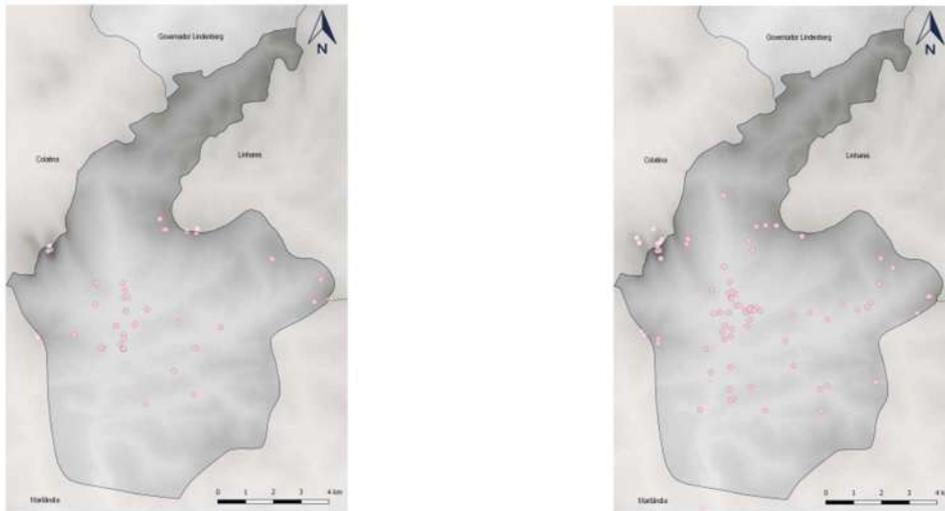


Fonte: Bona, 2020

O segundo mapa apresentado para compor a leitura do Patrimônio Ambiental da comunidade é o da geomorfologia (Figura 23 e Figura 24), onde os moradores indicam montanhas, planos e vales que associam a Alto Liberdade. A definição desses elementos no mapa é feita por marcadores (designação do programa *Google Earth Pro*) e quando transferida para o QGIS a representação é feita por um círculo na cor rosa.

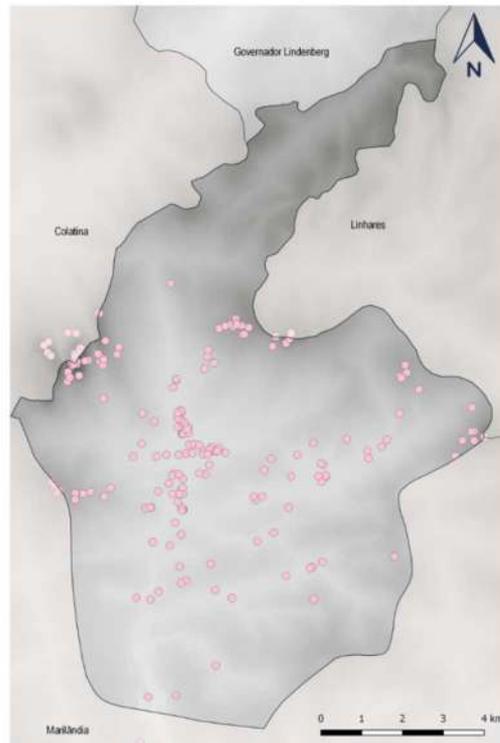
Figura 23 - MAPA SOCIAL: geomorfologia da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (representação por faixa etária)





Fonte: Bona, 2020

Figura 24 - MAPA SOCIAL: síntese da geomorfologia da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (união da representação de todas as faixas etária)

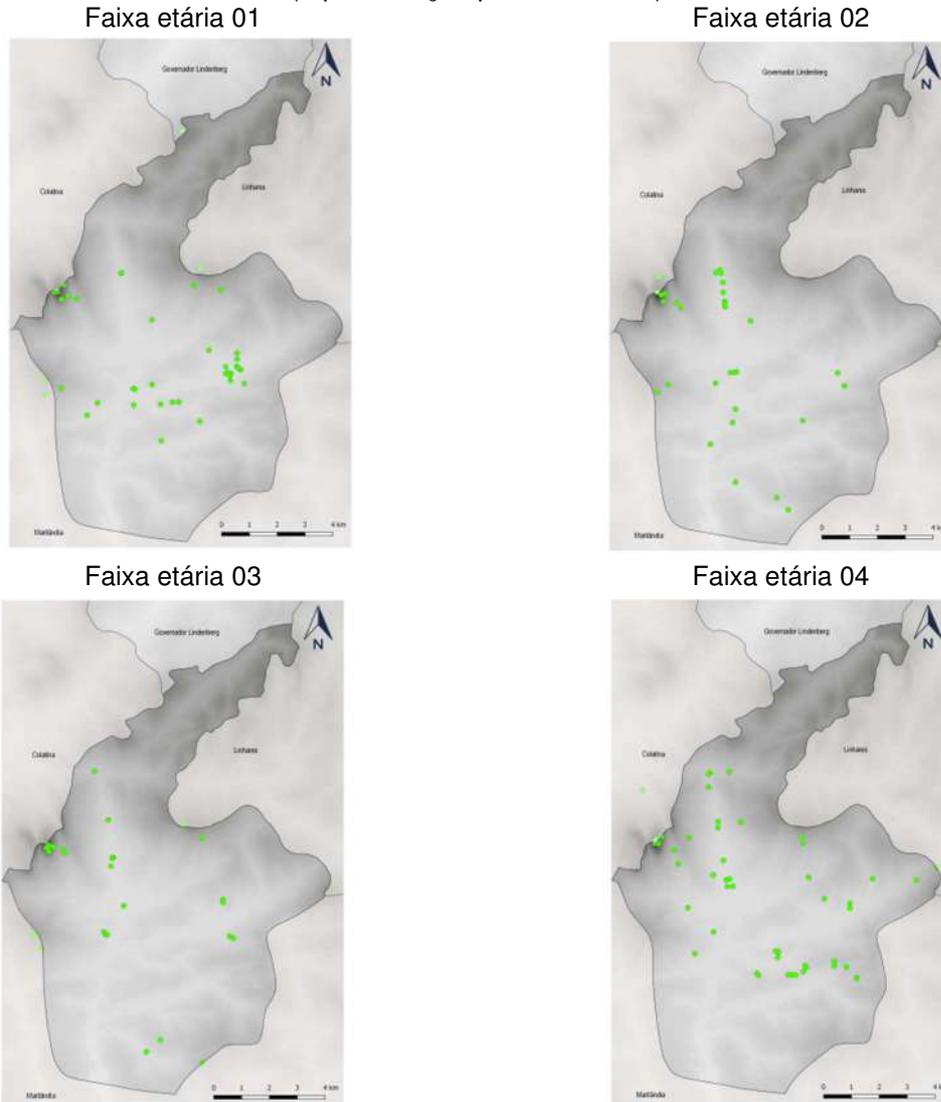


Fonte: Bona, 2020

O último mapa produzido para conceber a cartografia do Patrimônio Ambiental da comunidade é o dos elementos naturais (Figura 25 e Figura 26), onde os moradores indicam elementos como matas, nascentes, rios, montanhas, pedras, que correlacionam à comunidade. A definição desses elementos no mapa é realizada por marcadores (designação do programa *Google Earth Pro*) e quando transferida para o QGIS a representação é feita por um círculo na cor verde. Por fim, agregam-se todas as representações individuais e concebe-se a representação cartográfica do Patrimônio Ambiental de Alto Liberdade. Dessa forma, para

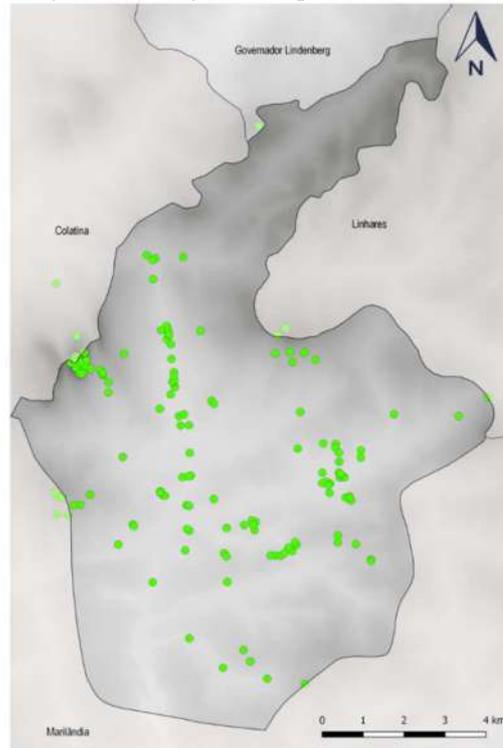
melhor visualização dos dados, utilizasse a opacidade de 80% na demarcação de cursos d'água, montanhas, plano, vales e elementos naturais presentes na comunidade e identificados pelos moradores. As massas d'água permanecem com 100% de opacidade (Figura 27).

Figura 25 - MAPA SOCIAL: elementos naturais da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (representação por faixa etária)

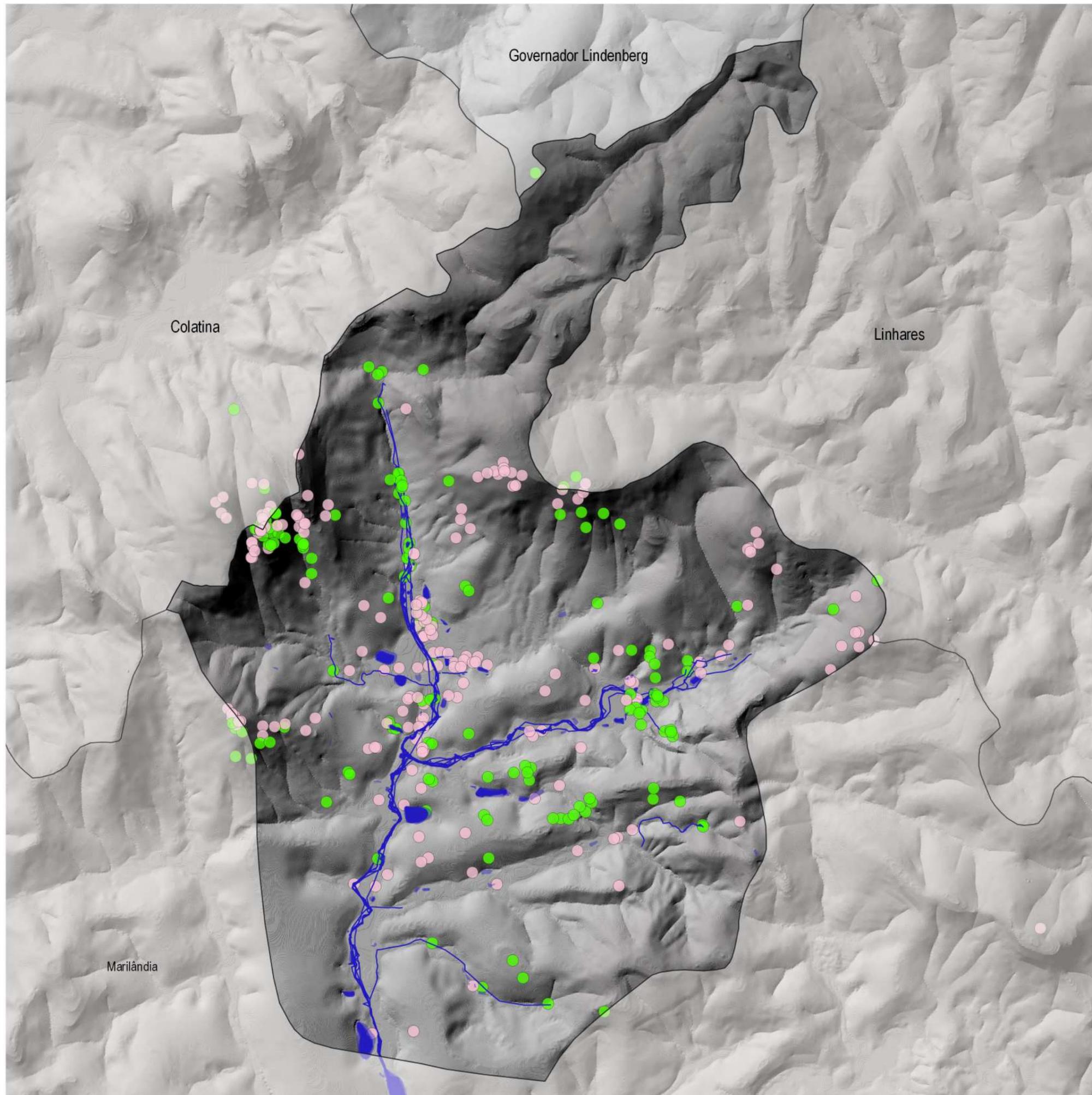


Fonte: Bona, 2020

Figura 26 - MAPA SOCIAL: síntese dos elementos naturais da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (união da representação de todas as faixas etária)



Fonte: Bona, 2020



LOCALIZAÇÃO DE ALTO LIBERDADE - ES



Estado do Espírito Santo
Município de Marilândia

Município de Marilândia
Alto Liberdade

LEGENDA

- Limite municípios
- Limite comunidade de Alto Liberdade
- Elementos Ambiente Físico**
- Massas d'água
- Rios/córregos
- Montanhas, planos e vales
- Elementos naturais

DADOS CARTOGRÁFICOS:
 Sistemas de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
 Limites municipais: IJSN.
 Modelos digitais de terreno: Geobases (2012-2015).
 Sombreamento: IEMA (2012-2015).
 Elementos Ambiente Físico: moradores pesquisados (2019).

MESTRANDA: KAMILA DRAGO BONA
 ORIENTADORA: RENATA HERMANNY DE ALMEIDA

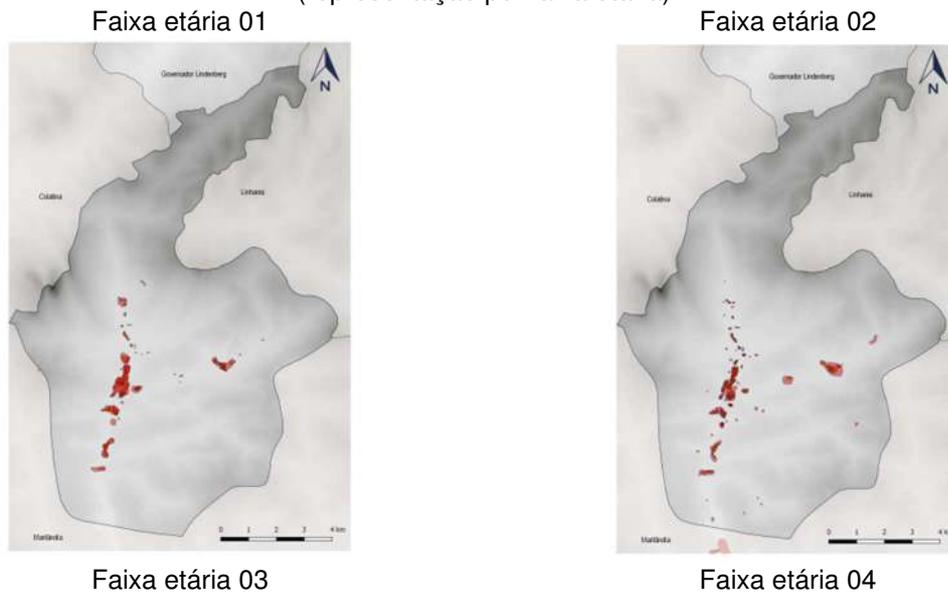
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
 CENTRO DE ARTES
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 ARQUITETURA E URBANISMO

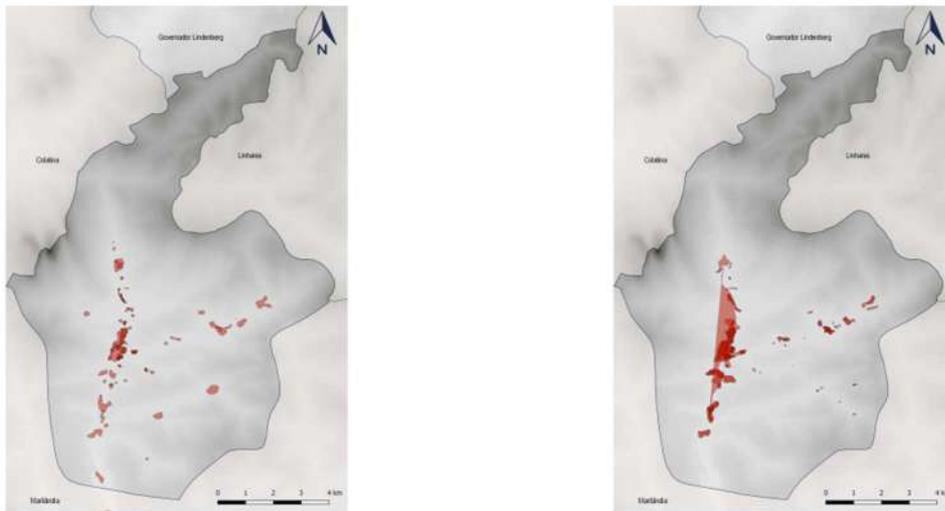


Figura 27: MAPA SOCIAL
Patrimônio Ambiental da comunidade de
Alto Liberdade
Marilândia/ES

A montagem do mapa do Patrimônio Territorial-Paisagístico da comunidade é elaborada utilizando as respostas das questões 04, 05, 06, 07 e 10 (apresente os locais onde se localizam as edificações (elementos construídos); indique as estradas, caminhos presentes na comunidade; indique os locais de cultivo (plantações) e criação de animais na comunidade; apresente os locais em que se encontram os espaços coletivos, de lazer, praças; indique os locais onde há atividades econômicas e fornecimento de serviços básicos aos moradores (escolas, lojas, bares/restaurantes/mercados, posto de saúde). A base utilizada pelas três representações é o *shapefile* de curva de nível do ES (IBGE) e os limites municipais (IJSN), além da inserção do *raster* de sombreamento associado ao modelo digital de terreno (MDT), que permite melhor entendimento do território de forma tridimensional. O primeiro mapa apresentado é o de edificações, ou seja, elementos construídos pelo homem, não se restringindo apenas a residências (Figura 28 e Figura 29). A demarcação é executada com o comando de polígono cor vinho e transparência de 50%, podendo ser feita de unidade ou grupos de edificações. Definição essa feita pelo pesquisado.

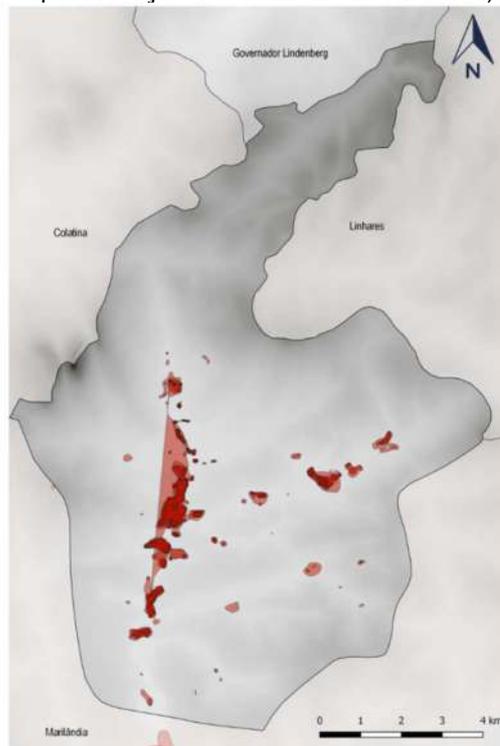
Figura 28 - MAPA SOCIAL: edificações da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (representação por faixa etária)





Fonte: Bona, 2020

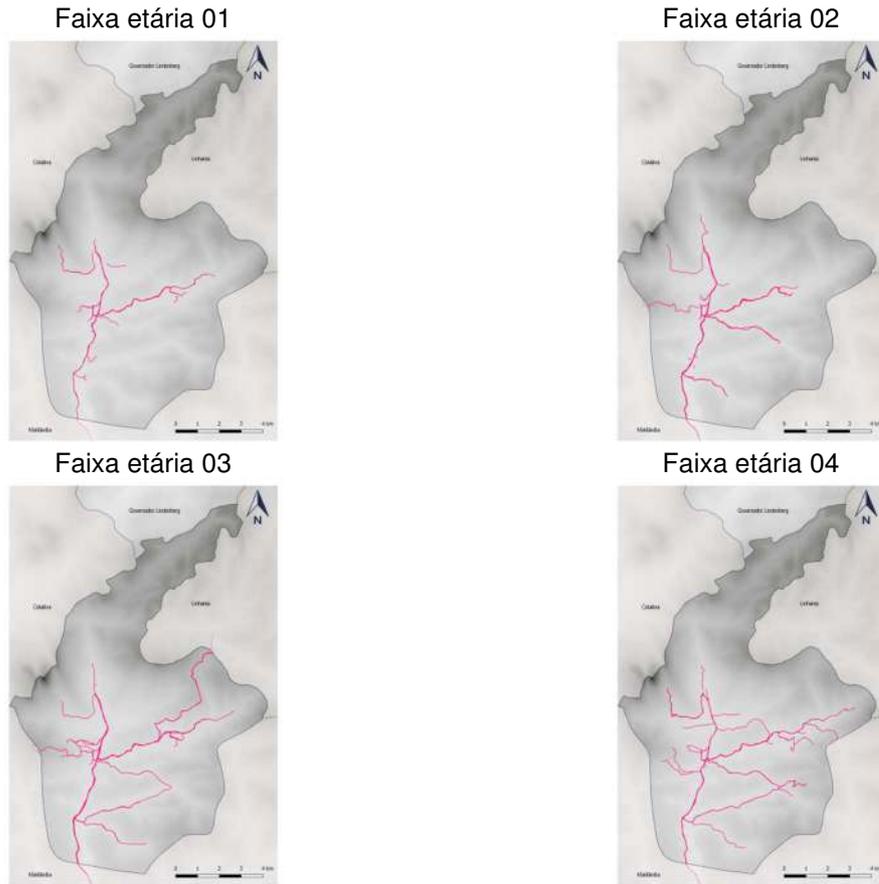
Figura 29 - MAPA SOCIAL: edificações da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (união da representação de todas as faixas etária)



Fonte: Bona, 2020

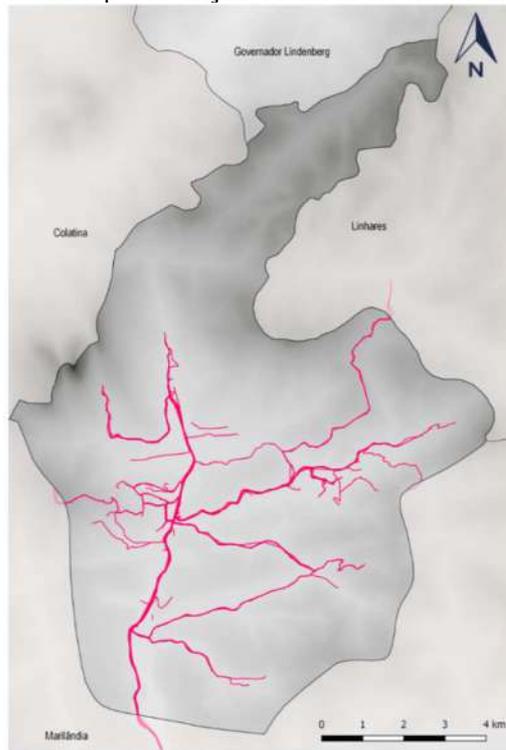
O mapa seguinte é o das estradas e caminhos característicos para os moradores pesquisados (Figura 30 e Figura 31); podendo ser vias com pavimentação (asfáltica, paralelepípedos, blocos de concreto) e de terra, principais (rodovias) ou secundárias (acesso a propriedades particulares), utilizadas como percursos diários ou não. A demarcação no mapa é feita através do comando de linha na cor rosa.

Figura 30 - MAPA SOCIAL: estradas e caminhos da comunidade da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (representação por faixa etária)



Fonte: Bona, 2020

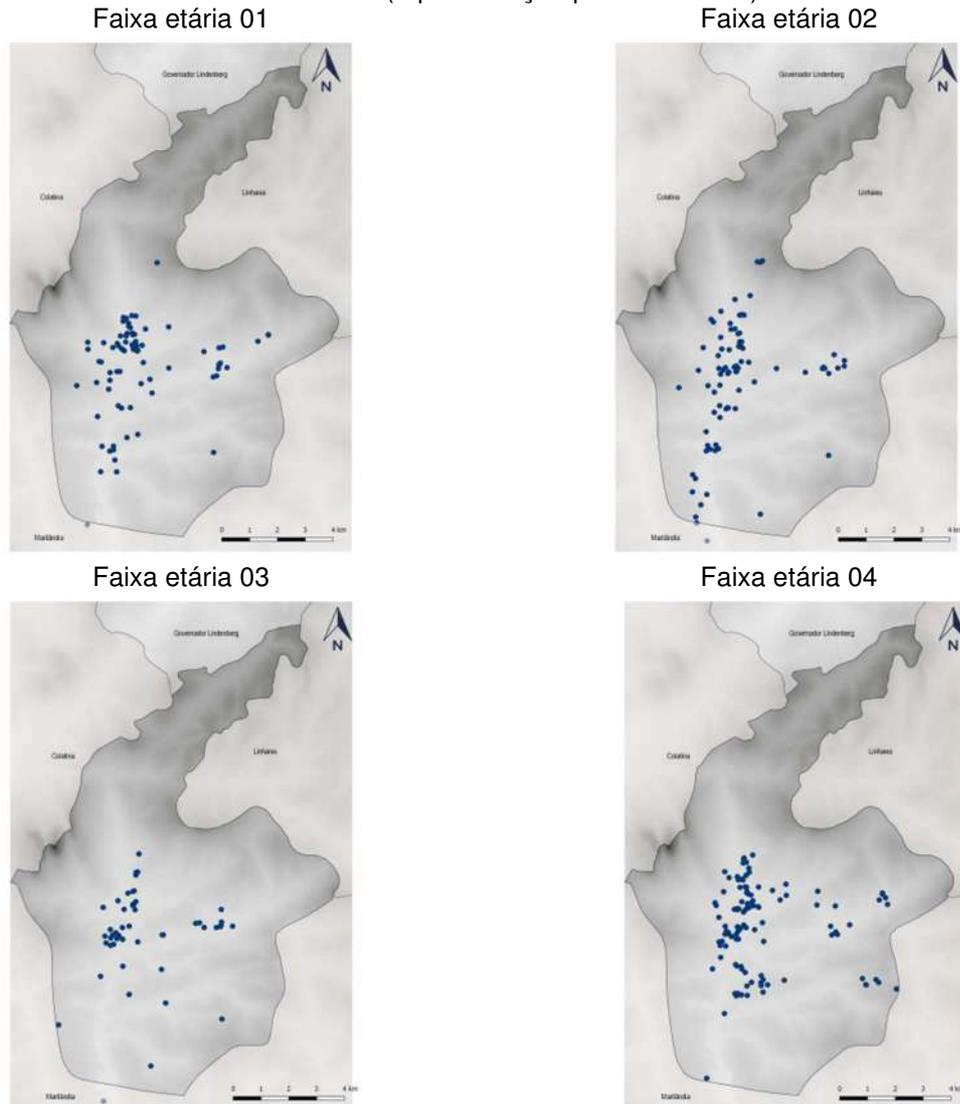
Figura 31 - MAPA SOCIAL: estradas e caminhos da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (união da representação de todas as faixas etária)



Fonte: Bona, 2020

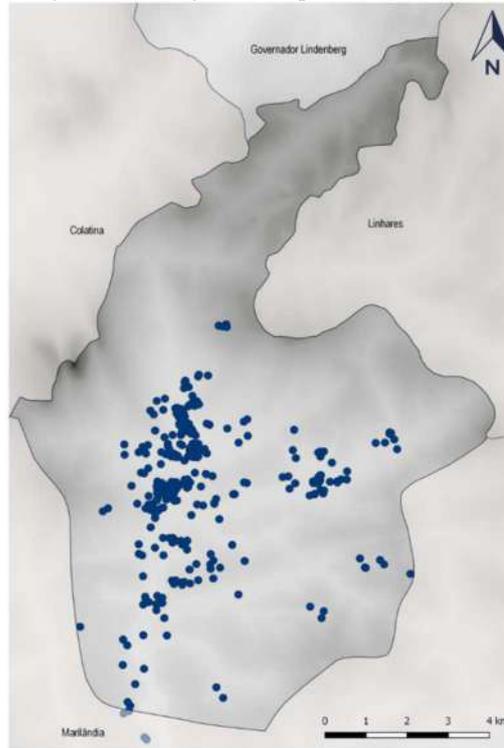
As Figura 32 e Figura 33 apresenta a cartografia dos locais identificados pelos pesquisados onde há plantações (agricultura, hortaliças) e criação de animais, na comunidade. A demarcação desses elementos é realizada através de marcadores (designação do programa *Google Earth Pro*) e quando transferida para o QGIS a representação é feita por um círculo na cor azul escuro.

Figura 32 - MAPA SOCIAL: plantações e criações de animais da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (representação por faixa etária)



Fonte: Bona, 2020

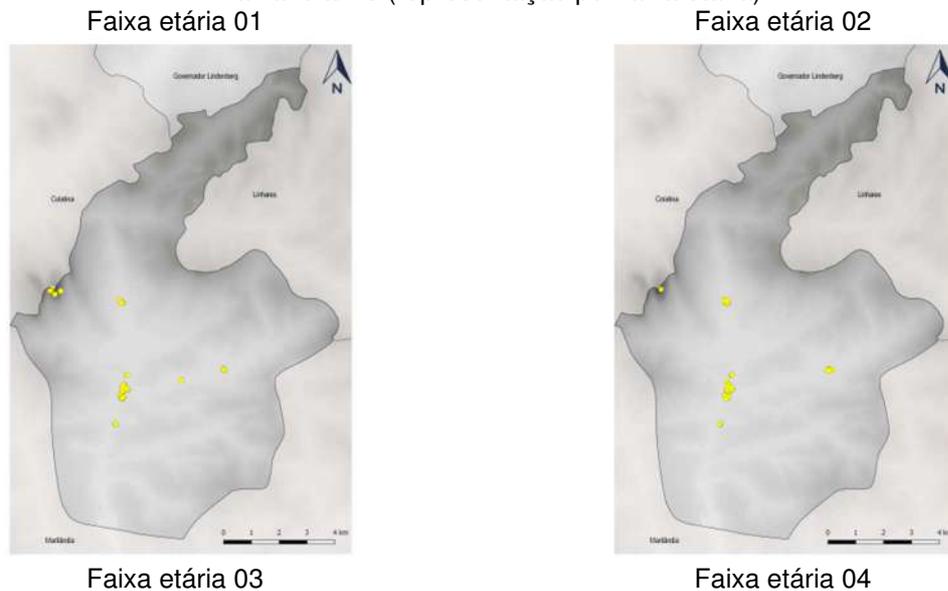
Figura 33 - MAPA SOCIAL: plantações e criações de animais da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (união da representação de todas as faixas etária)

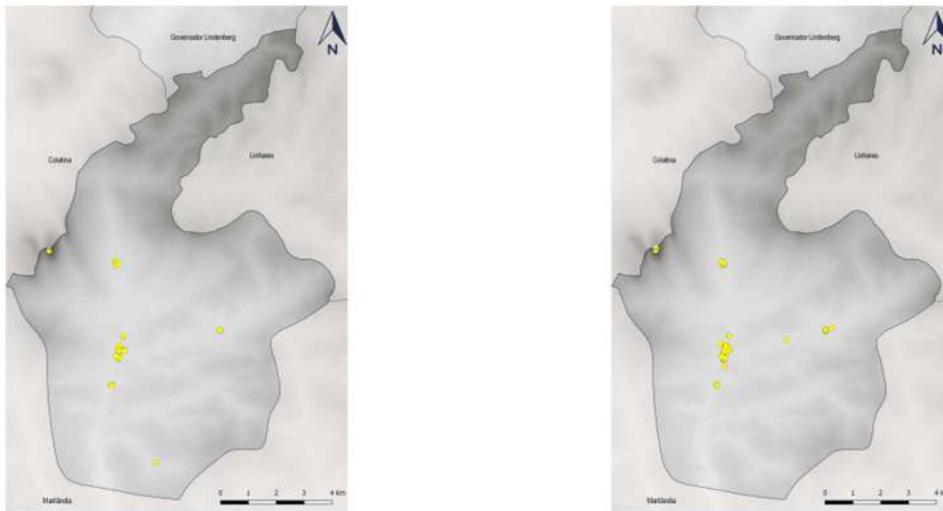


Fonte: Bona, 2020

O próximo mapa exibe os espaços públicos, de lazer e praças (Figura 34 e Figura 35). A cartografia dos locais identificados pelos pesquisados onde há plantações (agricultura, hortaliças) e criação de animais na comunidade. A indicação desses locais é feita através de marcadores (designação do programa *Google Earth Pro*) e na transferida para o QGIS a representação e feita por um círculo na cor azul escuro.

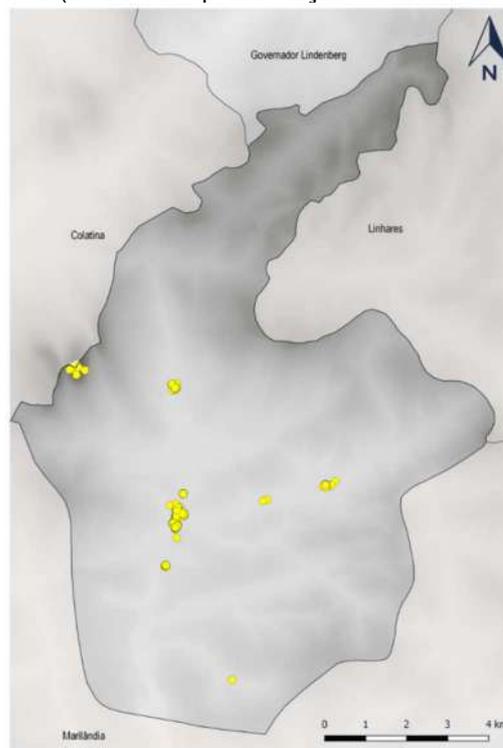
Figura 34 - MAPA SOCIAL: espaços coletivos, de lazer e praças da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (representação por faixa etária)





Fonte: Bona, 2020

Figura 35 - MAPA SOCIAL: espaços coletivos, de lazer e praças da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (união da representação de todas as faixas etária)

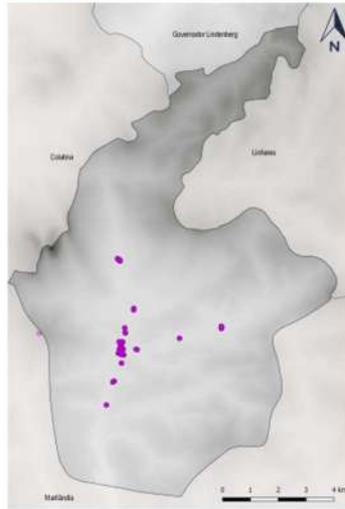


Fonte: Bona, 2020

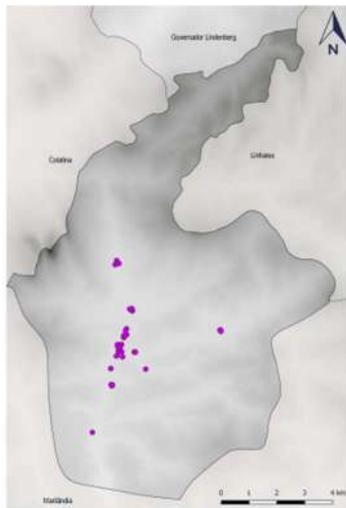
O último mapa para elaborar a cartografia do Patrimônio Territorial-Paisagístico da comunidade é o de locais de fornecimento de atividades econômicas e de serviços básicos para atender a população (Figura 36 e Figura 37). A indicação desses locais é elaborada através de marcadores (designação do programa *Google Earth Pro*) e quando transferida para o QGIS a representação é feita por um círculo na cor amarela. Todas as representações individuais referentes ao mapeamento do Patrimônio Territorial-Paisagístico da comunidade são reunidas em um mapa único de maneira a apresentar o Patrimônio Territorial-Paisagístico

de Alto Liberdade Utiliza-se para esse mapeamento cores com opacidade de 70% na demarcação dos locais de cultivo -plantações- e criação de animais; opacidade de 80% na demarcação de espaços coletivos, de lazer, praças e locais de atividades econômicas e fornecimento de serviços básicos. A identificação das edificações, estradas e caminhos presentes na comunidade é feita com 100% de opacidade. (Figura 38).

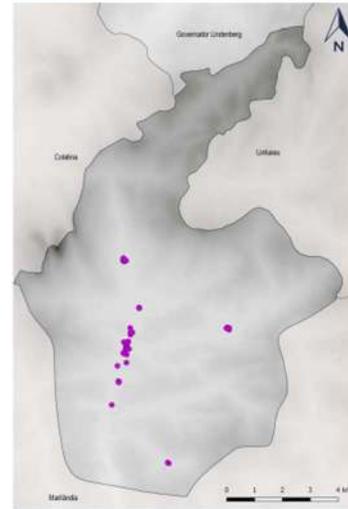
Figura 36 - MAPA SOCIAL: fornecimento de atividades econômicas e serviços básicos da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (representação por faixa etária)
Faixa etária 01



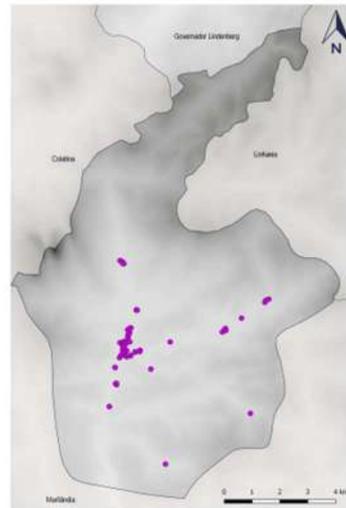
Faixa etária 03



Faixa etária 02

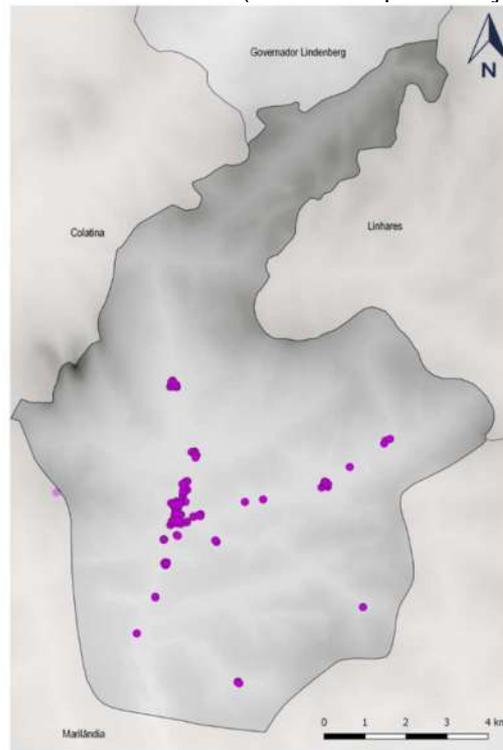


Faixa etária 04

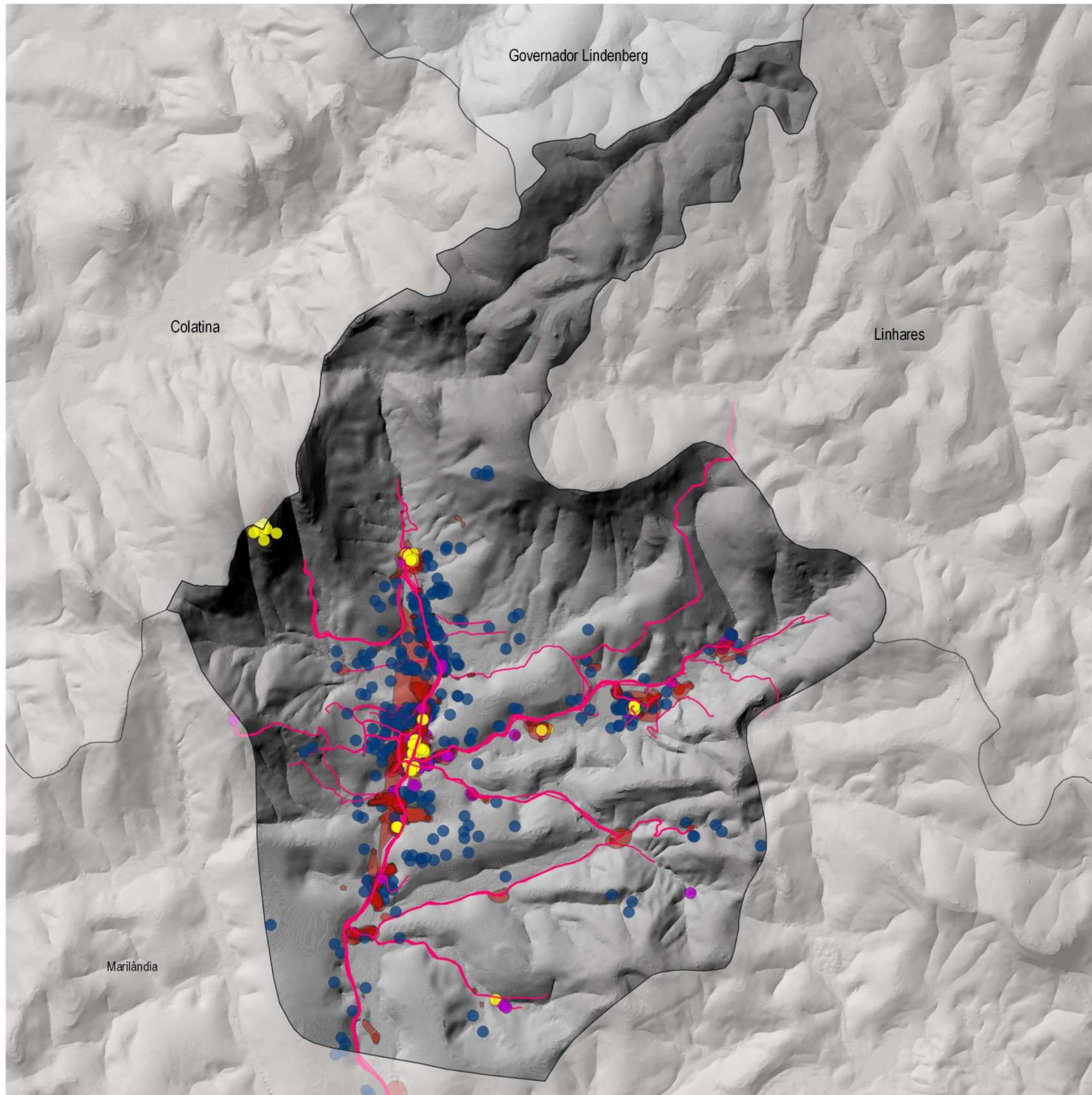


Fonte: Bona, 2020

Figura 37 - MAPA SOCIAL: fornecimento de atividades econômicas e serviços básicos da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (união da representação de todas as faixas etária)



Fonte: Bona, 2020



LOCALIZAÇÃO DE ALTO LIBERDADE - ES



Estado do Espírito Santo
Município de Marilândia

Município de Marilândia
Alto Liberdade

LEGENDA

- Limite municípios
- Limite comunidade de Alto Liberdade
- Elementos Ambiente Construído**
- Elementos construídos
- Caminhos e estradas
- Plantações e criações de animais
- Espaços coletivos, de lazer e praças
- Atividades econômicas e serviços básicos

DADOS CARTOGRÁFICOS:
 Sistemas de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
 Limites municipais: IJSN.
 Modelos digitais de terreno: Geobases (2012-2015).
 Sombreamento: IEMA (2012-2015).
 Elementos Ambiente Construído: moradores pesquisados (2019).

MESTRANDA: KAMILA DRAGO BONA
 ORIENTADORA: RENATA HERMANNY DE ALMEIDA

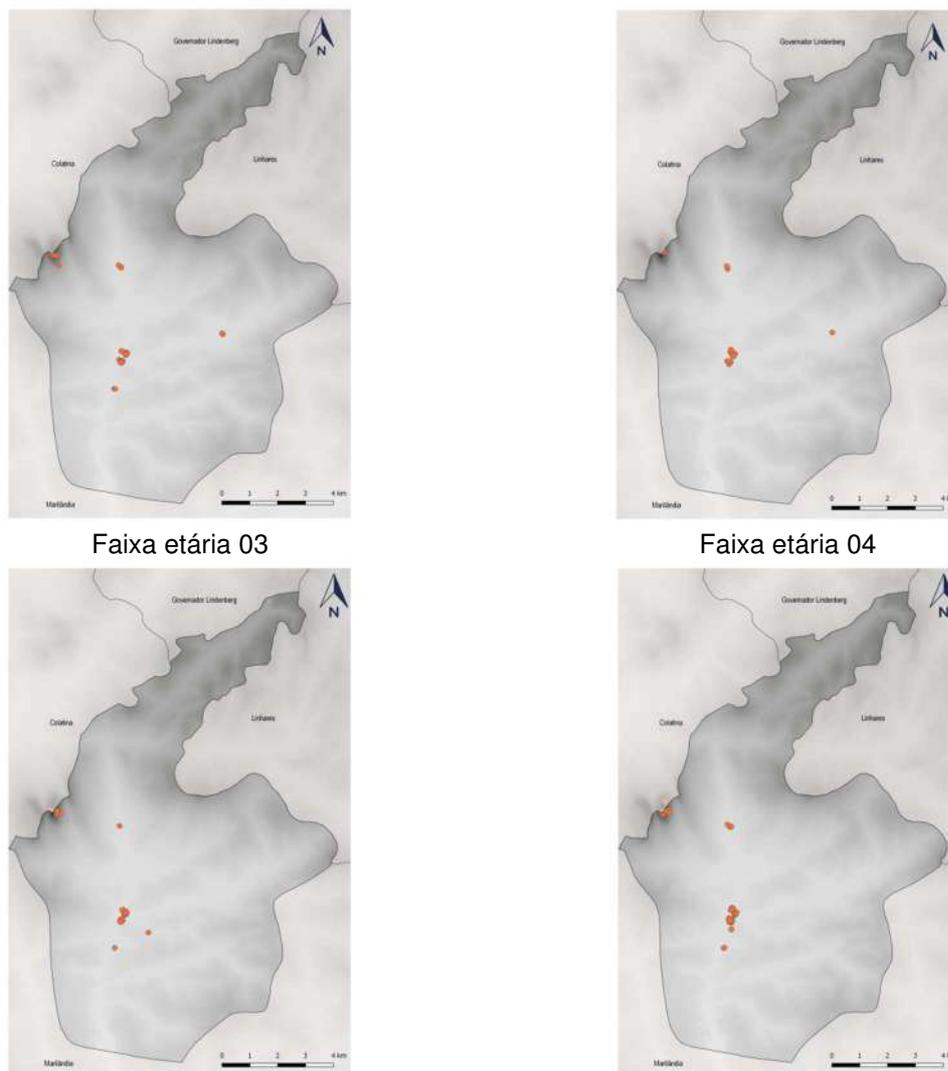
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
 CENTRO DE ARTES
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 ARQUITETURA E URBANISMO



Figura 38: MAPA SOCIAL
 Patrimônio Territorial-Paisagístico da
 comunidade de Alto Liberdade
 Marilândia/ES

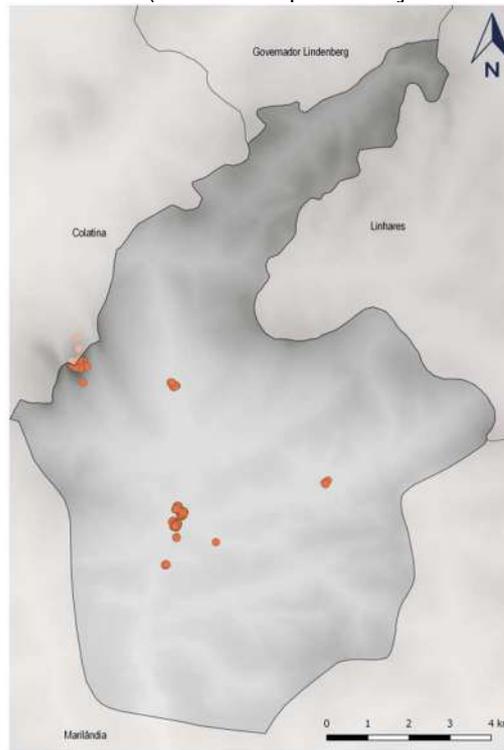
O último mapa social confeccionado é o do Patrimônio Socioeconômico, elaborado através das respostas das questões 08 e 09 (apresente locais de realização de festividades, das tradições, dos eventos culturais na comunidade, que são de repetição (anual, mensal); indique onde estão as pessoas que desenvolvem atividades culturais e tradições presentes na comunidade). A base utilizada nas representações é o *shapefile* de curva de nível do ES (IBGE) e o de limites municipais (IJSN), além da inserção do *raster* de sombreamento associado ao modelo digital de terreno (MDT), que permite melhor entendimento do território de forma tridimensional. O primeiro mapa apresentado é o de locais das atividades de repetição anual (Figura 39 e Figura 40). A demarcação é feita com o comando de marcadores (designação do programa *Google Earth Pro*) e quando transferida para o QGIS a representação se dá por um círculo na cor laranja.

Figura 39 - MAPA SOCIAL: locais de festividades e tradições de repetição anual da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (representação por faixa etária)



Fonte: Bona, 2020

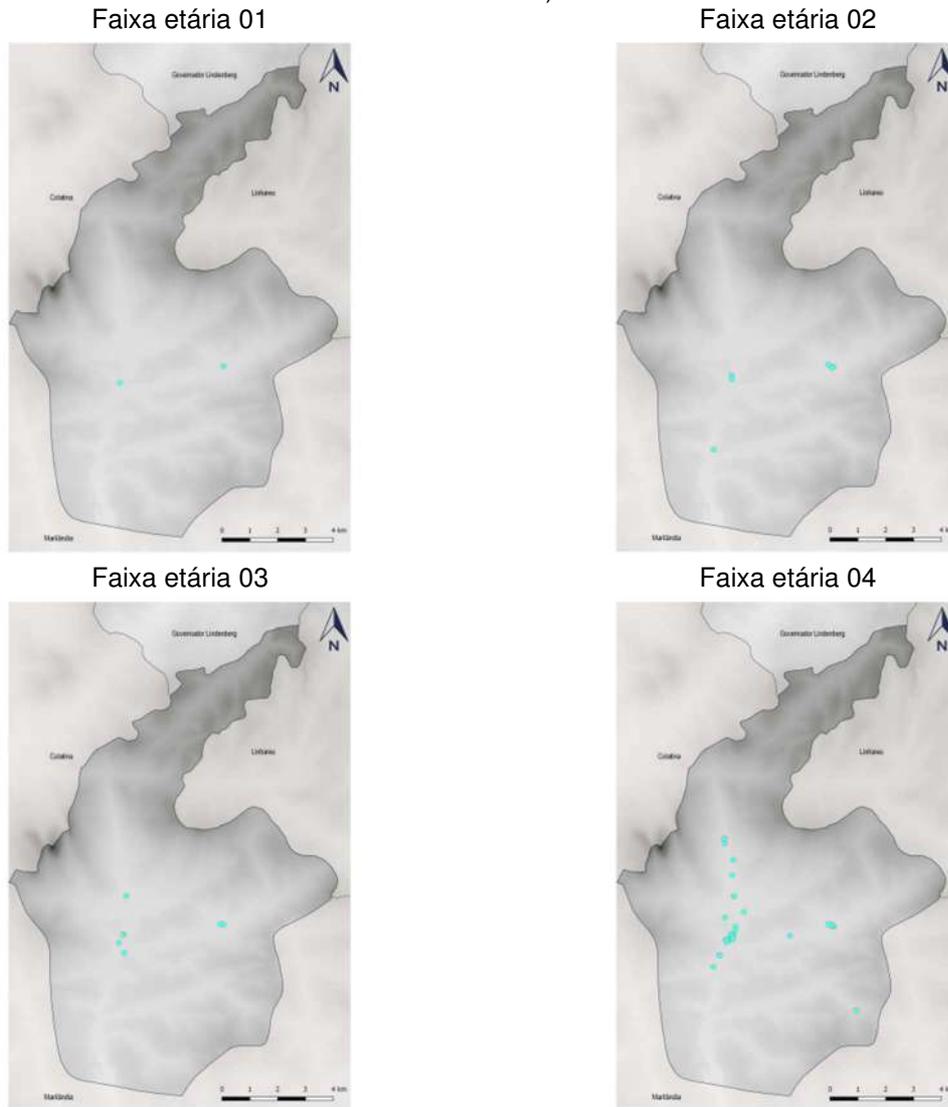
Figura 40 - MAPA SOCIAL: locais de festividades e tradições de repetição anual da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (união da representação de todas as faixas etária)



Fonte: Bona, 2020

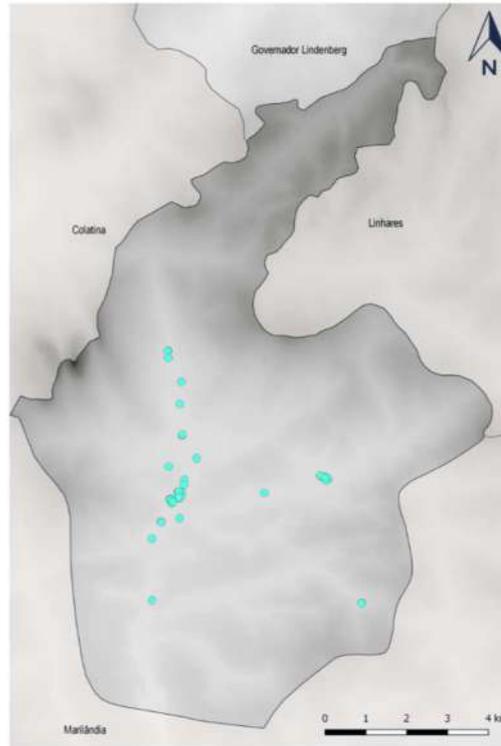
O próximo mapa indica onde estão as pessoas que desenvolvem atividades culturais e tradições, ou melhor, pessoas que possuem algum conhecimento e saber (Figura 41 e Figura 42). Marca-se a residência, como forma de indicar a existência do conhecimento. A demarcação é feita com o comando de marcadores (designação do programa *Google Earth Pro*) e quando transferida para o QGIS a representação é feita por um círculo na cor azul. Realiza-se por fim, a união dos mapeamentos individuais que permite a construção do mapa do Patrimônio Socioeconômico da comunidade de Alto Liberdade (Figura 43). Para sua melhor compreensão as cores das demarcações dos locais de realização de festividades, tradições, eventos culturais -de repetição anual, mensal- e das residências das pessoas que desenvolvem atividades culturais e tradições presentes na comunidade ocorre com opacidade de 70%.

Figura 41 - MAPA SOCIAL: pessoas que desenvolvem atividades culturais e tradições (conhecimentos e saberes) da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (representação por faixa etária)

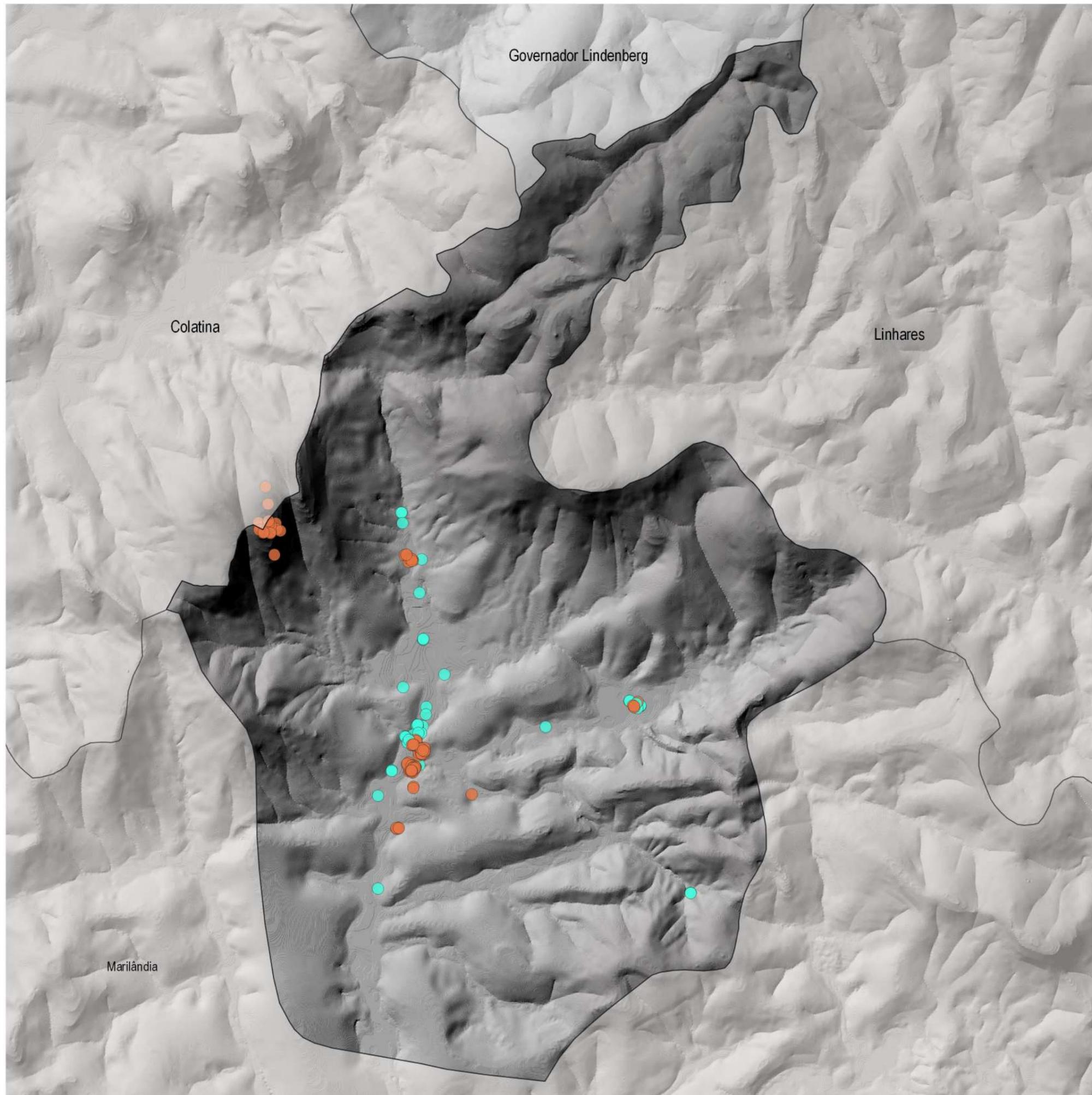


Fonte: Bona, 2020

Figura 42 - MAPA SOCIAL: pessoas que desenvolvem atividades culturais e tradições (conhecimentos e saberes) da comunidade de Alto Liberdade - Marilândia/ES (união da representação de todas as faixas etária)



Fonte: Bona, 2020



LOCALIZAÇÃO DE ALTO LIBERDADE - ES



Estado do Espírito Santo
Município de Marilândia

Município de Marilândia
Alto Liberdade

LEGENDA

-  Limite municípios
-  Limite comunidade de Alto Liberdade

Elementos Ambiente Antrópico

-  Locais de festividades e tradições
-  Conhecimentos e saberes (pessoas)

DADOS CARTOGRÁFICOS:

Sistemas de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
 Limites municipais: IJSN.
 Modelos digitais de terreno: Geobases (2012-2015).
 Sombreamento: IEMA (2012-2015).
 Elementos Ambiente Antrópico: moradores pesquisados (2019).

MESTRANDA: KAMILA DRAGO BONA
 ORIENTADORA: RENATA HERMANNY DE ALMEIDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
 CENTRO DE ARTES
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 ARQUITETURA E URBANISMO



Figura 43: MAPA SOCIAL
 Patrimônio Socioeconômico da
 comunidade de Alto Liberdade
 Marilândia/ES

4 POTENCIALIDADES DE PATRIMONIALIZAÇÃO SOCIAL EM ALTO LIBERDADE/ES

O último capítulo da dissertação, “Patrimonialização social. A comunidade como laboratório de representação identitária: experimento em Alto Liberdade – Marilândia/ES”, apresenta, primeiramente, a comunidade de Alto Liberdade, objeto de estudo do trabalho. Em seguida, respaldado no embasamento teórico apresentado no segundo capítulo e na metodologia desenvolvida no terceiro capítulo, aponta-se os elementos indicadores das potencialidades de uma patrimonialização social da comunidade, ou seja, a participação de atores sociais de Alto Liberdade no reconhecimento e contínua construção desse território.

4.1 A COMUNIDADE DE ALTO LIBERDADE: UMA TESSITURA TERRITORIAL

A apresentação da comunidade de Alto Liberdade é realizada com base nas seguintes referências: “Perfil do Município de Marilândia”, do Governo do Estado do Espírito Santo (1982); “Alto Liberdade”, livro de Gilson Gabriel (1991); trabalho sobre a comunidade de Alto Liberdade para o programa “Escola Ativa” (2010), desenvolvido pela Secretaria de Educação do município de Marilândia, ministrado pelas pedagogas Lislayni Camatta Milleri e Rita Altoé Perin e elaborado pelas professoras da escola de campo da comunidade Eliane Catelan Bertoldi, Rozilane Maria da Silva e Vanderléia Casagrande Gabriel; além de reminiscências da autora, integrante da comunidade e interessada por suas histórias.

Em vista da restrita documentação existente sobre o histórico de constituição de Alto Liberdade, busca-se, por meio de depoimento da história oral dos mais antigos moradores da comunidade, uma maneira de complementar os dados recolhidos em documentos existentes. Para tal, um roteiro (Anexo III) é elaborado de forma a possibilitar o aprofundamento no tema desejado. Assim, a entrevista é incorporada como procedimento na modalidade de história oral temática, na qual pessoas de diferentes segmentos sociais, idade, nível de escolaridade são entrevistadas visando, por meio de depoimentos individuais, alcançar uma perspectiva coletiva da compreensão e vínculo com o território da comunidade. O procedimento é aberto o suficiente para permitir uma narrativa particularizada, ou seja, contaminada pela qualidade afetiva da memória. A atividade é registrada por meio de equipamento de áudio e vídeo de forma a possibilitar a revisão do conteúdo documentado. São entrevistados 04 (quatro) moradores Antônio Casagrande (91 anos), Maria Lucy Cecato Gabriel (79 anos), Deoclécio Lorencini (76 anos) e Anadir Gaburro Casagrande (72 anos), estabelecidos em função da idade, a qual possibilita relatos das diversas fases de transformação da comunidade e de seu território.

De acordo com o “Perfil do Município de Marilândia” (1982), que tem como objetivo indicar a realidade do município, propor soluções para os problemas apresentados pelos munícipes e servir de informação sobre a nova comunidade; em 1925 chegam alguns imigrantes ao

município de Marilândia, entre os quais Alberto Ceolin, Luiz Fregona, Luiz Forte e Ozório Ferreira. Atraídos pela fertilidade dos solos da região, esses primeiros moradores são responsáveis pela construção de moradias e início do plantio de café. Em continuidade, a chegada de outras famílias contribui para a formação do povoado, inicialmente denominado Liberdade. Tal denominação é alterada, após a visita de padres salesianos, para Marilândia – “Terra de Maria” – tendo como padroeira Nossa Senhora Auxiliadora.

No ano de 1929, é instalada, em Marilândia, a primeira escola, também utilizada como capela. Em 1932, inaugura-se a estrada de ligação de Marilândia a Colatina, obra parcialmente realizada pelos próprios moradores por meio de enxadões e outra por uma companhia. Em 1934, a localidade elege dois vereadores locais para o município de Colatina, iniciando, assim, sua participação na política. No ano de 1935, é instalada a primeira farmácia e, em 1940, a primeira pensão e o correio.

Diante do crescimento do município, em 1949, através da Lei nº 265 (Diário Oficial de número 7.533), o povoado é transformado em distrito, condição que contribui para um desenvolvimento cada vez maior, com o passar dos anos.

Não existem dados estatísticos que mostrem o crescimento populacional do município na fase de colonização, porém baseados em depoimentos de moradores antigos, entre eles um pioneiro, pode-se afirmar que Marilândia conheceu um povoamento bastante intenso nas décadas de 30, 40 e 50 influenciado pelo cultivo do café, cultura absorvedora de grande quantidade de mão-de-obra. (GOVERNO DO ESTADO, 1982, p. 21).

Dessa forma, em “14 de maior de 1980, o Governador Eurico Rezende sanciona a Lei nº 3.345 que cria Marilândia, o 55º município capixaba” (GOVERNO DO ESTADO, p. 18).

Conforme Bertoldi, Silva e Gabriel (2010), em 1928, na comunidade de Liberdade, é registrada a chegada dos primeiros colonizadores italianos, dentre os quais estão as famílias Morozini, Caldara, Bôrgo, Tozatto, Bertoldi, Magnago, Lorencini, Drago, Casagrande, Salese, Gabriel, Oliari, entre outras (Figura 44). Desde o começo, despertada pela curiosidade e admirada pela beleza e importância das gigantescas pedras ali existentes, a comunidade inicialmente é chamada de “Pedras”. Anos mais tarde, por situar-se num vale singrado pelo córrego chamado Rio Liberdade, a comunidade passa a ser nominada Alto Liberdade (Figura 45).

Figura 44 - Família de Atílio Casagrande e Ângela Paier Casagrande (1946)



Fonte: Bertoldi, Silva e Gabriel, 2010

Figura 45 - Comunidade de Alto Liberdade dividida pelo Rio Liberdade



Fonte: Bona, 2020

Coberto por matas, logo o lugarejo como território físico tem sua configuração alterada pelos recém-chegados moradores, que dão início ao plantio de café, atividade implementada com vínculo maior de subsistência. Segundo Gabriel (1991), a sobrevivência se dá mediante “o plantio de arroz, milho, feijão, cana, hortaliças, mandioca, árvores frutíferas: laranja, manga, abacate, jaca, banana e outras. Os cereais rendiam muito, pois as roças eram novas e a terra fértil” (GABRIEL, 1991, p. 10). A essas atividades vinculadas à base alimentícia da comunidade, acrescia-se a criação de aves e caça. Em conjunto, as atividades são realizadas e sustentadas por uma forte religiosidade, condição por sua vez articuladora da comunidade em diversas dimensões, especialmente a social (viviam de maneira simples), mas também a econômica (cultivo das lavouras) (Figura 46).

Figura 46 - Moradores trabalhando em suas plantações, sustento da família na época



Fonte: Elza Caldara Falqueto

Inicialmente, as viagens e o transporte de cereais, café e mesmo mudanças, de acordo com Bertoldi, Silva e Gabriel (2010), são feitas por meio de tropas de animais, são difíceis e longas, podendo durar dias, pois os caminhos são estreitos e íngremes (Figura 47 e Figura 48). A estrada até o município de Marilândia é aberta manualmente, com enxadas e enxadões, com

o empenho e a força de vontade dos próprios moradores da comunidade, assim como parte da estrada feita na época para ligar Marilândia a Colatina. Na época, Marilândia é muito pequena e não tem condições de satisfazer as principais necessidades do povo: saúde e alimentos não produzidos pelas famílias. Estes só são encontrados em Colatina, por isso, suas vidas são marcadas pelo sacrifício, pois devem andar a pé ou a cavalo por mais de vinte e cinco quilômetros para conseguir os mantimentos e assistência médica necessários. Com o passar dos anos, os carros chegam à localidade e a condução se torna mais fácil (Figura 49 e Figura 50).

Figura 47 - Moradores a cavalo. Transporte da época de colonização da comunidade



Fonte: Bertoldi, Silva e Gabriel, 2010

Figura 48 - Tropa de animais do Sr. Atílio Casagrande



Fonte: Bertoldi, Silva e Gabriel, 2010

Figura 49 - Agricultores usando veículo para transporte do café



Fonte: Gilmar Inácio Bonna

Figura 50 - Transporte de café para Colatina



Fonte: Bertoldi, Silva e Gabriel, 2010

Bertoldi, Silva e Gabriel (2010) afirmam que a primeira igreja da comunidade (Figura 51) é construída em 1936, em madeira e estuque, e funciona também como escola. É substituída por uma segunda igreja, erguida em cimento e concreto, e inaugurada em 1955 (Figura 52). Em 1971, inaugura-se a terceira e atual igreja presente na comunidade de Alto Liberdade, já reformada (Figura 53). Atualmente, essa construção passa por reforma: expansão da nave, de modo a atender aos féis; pontos de iluminação; ampliação da sacristia; novas e maior quantidade de salas para catequese; rampa de pedestres para acesso a igreja; além de outras pequenas intervenções (Figura 54).

Figura 51 - Primeira Igreja da comunidade



Fonte: Bertoldi, Silva e Gabriel, 2010

Figura 52 - Segunda Igreja da comunidade



Fonte: Bertoldi, Silva e Gabriel, 2010

Figura 53 - Terceira Igreja da comunidade



Fonte: Bertoldi, Silva e Gabriel, 2010

Figura 54 - Igreja atual da comunidade com reforma em andamento



Fonte: Acervo da autora, 2020

A primeira escola da comunidade como afirmado, funciona na igreja, fundada em 1936, e conta com uma professora, Ilma Bernabé. Segundo Bertoldi, Silva e Gabriel (2010) a professora Ilma deixa a escola e Helena Maria dos Santos assume. Essa, ao se casar se muda de Alto Liberdade, sendo substituída por uma nova professora, Cleonice Giuberti Casagrande. Ainda segundo as autoras, tempo mais tarde, sente-se a necessidade de dividir a turma, uma vez que a quantidade de alunos é muito grande, sendo necessárias duas professoras para as turmas, Cleonice e Nela Giuberti. Anos mais tarde, Cleonice Casagrande, professora que leciona na região, consegue uma casa que passa a servir de escola para parte dos alunos, enquanto outros continuam na escola ao lado da Igreja.

À medida que a comunidade cresce, é perceptível a necessidade da construção de um grupo escolar, composto por 02 (duas) salas, 02 banheiros, cozinha e varanda (Figura 55). Algumas reformas são feitas e se acrescenta um salão, que funciona como refeitório e pátio para as brincadeiras dos alunos. O terreno para construção do grupo escolar é doado por família da região. No ano de 2014, a escola passa por outra reforma, ampliando seus espaços de maneira a atender melhor seus alunos. A unidade escolar conta com 4 (quatro) salas, sendo uma utilizada como biblioteca e sala de informática, e as demais como sala de aula e uma sala de professores/secretaria. Os banheiros, cozinha e despensa são alterados de lugar e

tamanho e o pátio para as atividades de educação física e brincadeiras passa a ser externo, mas privativo (Figura 56 e Figura 57).

Figura 55 - Grupo escolar, a direita da casa de comércio da família Molini (em primeiro plano)



Fonte: Bertoldi, Silva e Gabriel, 2010

Figura 56 - Espaço interno atual da escola de campo de Alto Liberdade.



Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 57 - Atual escola da comunidade.



Fonte: Acervo da autora, 2020

Conforme Gabriel (1991), a construção da escola mista de Alto Liberdade, ocorre por meio de mutirão “telhado, em duas abas, estuque, reboco, tábuas de assoalho, cobertura em tabuinhas de ipê, um quadro realmente de cor negra e rústicas carteiras, com dois lugares cada, compunham a pequena escola” (p. 16), tendo como professora Maria Helena Santos.

Mesmo com a chegada dos primeiros colonizadores, na década de 1920, percebe-se, por meio de dados do Geobases, inseridos na plataforma QuantumGIS, que na década de 1970, a ocupação da comunidade é pequena e espaçada. A resolução do ortofotomosaico de 1970 utilizado na pesquisa, não possibilita o contorno exato das construções, dessa forma, são demarcadas áreas naturais a partir da cobertura da terra – interpretada a partir de tonalidades, texturas, formas e arranjos espaciais das atividades (IBGE, 2013). As áreas não definidas são classificadas como antrópicas. Mesmo sem a demarcação das edificações na comunidade em 1970, o mapeamento (Figura 58) – das áreas naturais, permite analisar a forte relação dos moradores com a terra, que, então, é utilizada como meio de sustento básico, dado confirmado nas entrevistas orais realizadas na comunidade. A expansão da utilização da terra pelo morador ocorre, segundo os relatos, em busca de melhores produções, pois, para isso era necessário à utilização de “terra nova” e, dessa maneira, expandiam-se as áreas antropizadas. A representação das áreas naturais é feita também com o ortofotomosaico de 2012-2015 (GEOBASES), de modo a confirmar a relação dos moradores com seu território físico, ou seja, a continuidade de utilização da terra por seus moradores (Figura 59).

Figura 58 - Áreas naturais (1970)



Figura 59 - Áreas naturais (2012-2015)



Fonte: Bona, 2020

De descendência italiana, a comunidade hoje possui uma população aproximada de 213 famílias, dado obtido junto à secretária da paróquia nossa senhora Auxiliadora, do município de Marilândia, em relatório realizado em abril de 2019. A maior parte da população da comunidade se concentra no centro da localidade, contudo algumas pessoas se localizam um

pouco mais distantes e formam outros 3 (três) núcleos, Jequitibá, Jeremias e Bertoldi, pertencentes à comunidade de Alto Liberdade (Figura 60). Segundo moradores da comunidade, a denominação de Jequitibá é devido a uma árvore de mesmo nome localizada da entrada que leva ao lugar (além de muitas outras que existiam na localidade). Jeremias decorre do córrego que pertence ao lugar, enquanto Bertoldi se origina devido à grande quantidade de famílias “Bertodi” que se concentram nessa região.

Figura 60 - Núcleo da comunidade de Alto Liberdade, vista da Pedra do Cruzeiro



Fonte: Acervo da autora, 2012

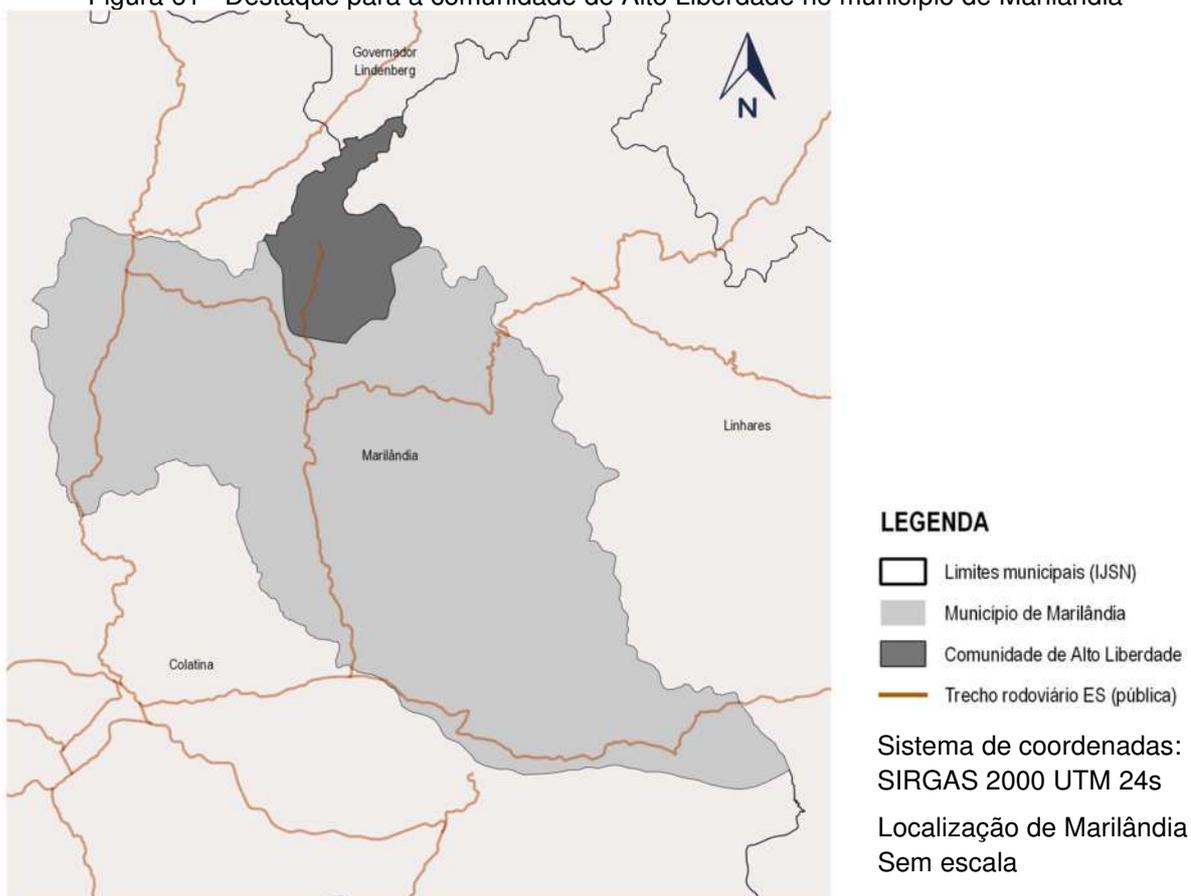
Como há época de sua formação, a base econômica da comunidade é voltada para a agricultura, sendo o principal produto o café. Há também pequenos pecuaristas. Como no passado, atualmente, os que não possuem terras trabalham como meeiros em propriedades.

As famílias não proprietárias de terra recebiam casa para morar, terra para a agricultura de subsistência, criação de aves e animais; mas do café que colhiam metade era para o proprietário. Eram os meeiros, muitos dos quais economizavam o suficiente para adquirir a sua gleba. (GABRIEL, 1991, p. 11).

As mulheres dividem-se em donas de casas, lavradoras, e as mais jovens trabalham na sede do município como secretárias, costureiras, vendedoras, professoras e outras. Existem, ainda, profissões como pedreiro, mecânico, professor, diarista, bordadeira, entre outras. De acordo com Gabriel (1991), na formação da comunidade, a vida não é fácil, mas é encarada com valentia e determinação, e, nem tudo é só trabalho. Há também formas de lazer como: “bailes”, jogos de bola de pau, jogos de cartas, os jogos de futebol, festividades do mês mariano dentre outras. A maioria dessas práticas persistem até os dias atuais, constituindo a identidade da comunidade.

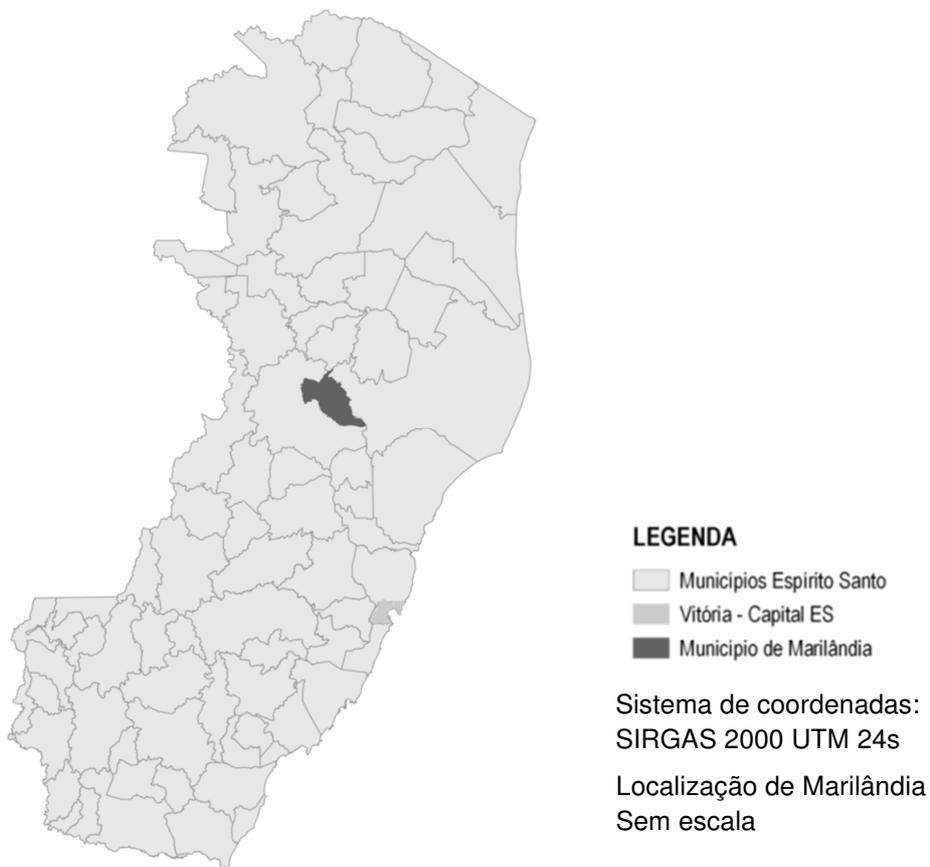
A comunidade localiza-se a noroeste do Estado do Espírito Santo, a 06 (seis) quilômetros do município de Marilândia, ao qual é pertencente. O município, por sua vez, faz limite com os municípios de Colatina, Governador Lindenberg e Linhares (Figura 61). Alto Liberdade está a cerca de 30 (trinta) quilômetros de Colatina, e a 150 (cento e cinquenta) quilômetros da capital do estado, a cidade de Vitória (Figura 62).

Figura 61 - Destaque para a comunidade de Alto Liberdade no município de Marilândia



Fonte: Bona, 2020

Figura 62 - Localização de Marilândia em relação à capital, Vitória



Fonte: Bona, 2020

Dentre os 32 (trinta e dois) povoados que compõem Marilândia, ou comunidades, como também são denominados, Alto Liberdade é muito conhecido, uma vez que possui 02 (dois) pontos turísticos do município: a Cabana Água Viva, “A Bica” (Figura 63), e a Pedra do Cruzeiro (Figura 64), que recebe muitos turistas e moradores do município. Além disso, há diversas tradições particulares e identificadoras do local, que ocorrem ao longo de todo o ano, algumas em dias específicos outras durante um mês todo. Como citado, as tradições - elementos integrantes do ambiente antrópico -, existem desde o início da formação da comunidade de Alto Liberdade e permanecem até a atualidade, são passadas de geração em geração, demonstrando, assim, sua importância na vida dos integrantes da comunidade.

Figura 63 - Cabana Água Viva



Fonte: Vanessa Lorencini

Figura 64 - Pedra do Cruzeiro



Fonte: Lucas Fiorot

Alto Liberdade possui serviços de atendimento a população como: Escola de Campo, “EMPEF Alto Liberdade” (Figura 65) e a “Unidade de Saúde Lautero Carlos Lorencini” (Figura 66). Além disso, há construções que atendem a uma grande quantidade do público da comunidade: a Igreja Católica (Figura 67), o Centro Comunitário “Pe. José de Souza Brasil” (

Figura 68), o campo de futebol (Figura 69) e bares (Figura 70).

Figura 65 - “EMPEF Alto Liberdade”



Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 66 - Unidade de saúde “Lautero Carlos Lorencini”



Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 67 - Igreja Católica



Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 68 - Centro Comunitário “Pe. José de Souza Brasil”



Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 69 - Campo de futebol



Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 70 - Bar da comunidade



Fonte: Acervo da autora, 2020

A escola da comunidade atende a alunos da educação infantil - 1º e 2º período, e do ensino fundamental - 1º ao 5º ano. segundo dados fornecidos pela diretora das Escolas de Campo do município, em 2019, Alto Liberdade tinha 7 (sete) alunos na educação infantil e 28 (vinte e oito) alunos no ensino fundamental. Após essa etapa os alunos são encaminhados à escola do município de Marilândia, que possui os anos restantes do ensino fundamental e o ensino médio, que em alguns casos é cursado no município de Colatina. Já houve na comunidade mais duas unidades escolares, em Jequitibá e Jeremias, que atendiam os moradores nos anos iniciais, mas atualmente os alunos de toda comunidade se concentram na escola localizada no núcleo de Alto Liberdade.

A unidade de saúde “Lauteru Carlos Lorencini”, inaugurada em 19 de junho de 2008, trouxe para a comunidade maior facilidade para o atendimento a saúde dos moradores, o que no passado já representou muita dificuldade. Todos os dias no período da manhã são realizados atendimentos de rotina. Já consultas específicas, possuem dia da semana determinado para atendimento.

O “Centro Comunitário” é o local onde acontecem “bailes”, festas de casamentos, aniversários entre outros eventos festivos, muitos deles ligados a Igreja Católica. Ocorre, também, reunião com moradores (associação de produtores rurais, secretária de saúde, secretária de obras, entre outras). Sua construção tem início no ano de 1997 e término em 1999. Pe. José de Souza Brasil, pároco na época, concebe o projeto da obra, executada com o trabalho doado

pelo povo da comunidade, o que permite a conclusão das obras. O cento comunitário recebe o nome “Pe. José de Souza Brasil”, em homenagem ao Pe. José, falecido em data anterior à sua inauguração.

Desde a época de constituição da comunidade, o futebol está presente como momento de lazer de seus moradores, e continua com esse objetivo até os dias atuais. No ano de 2000, o campo de futebol recebe como melhoria a construção de um “bar” em concreto que atende aos que prestigiam as partidas de futebol que ali acontecem, sendo uma maneira de arcar com os gastos para a manutenção do campo, antes o “bar” existente era de madeira. O acesso ao campo, com calçamento possibilita melhor acolhimento aos usuários, uma vez que o campo fica em nível mais elevado do que a rua principal. Em 2018 é construído um vestiário para suporte ao time visitante, além de dois banheiros para atender ao público.

A comunidade é contemplada, em 2011, com o programa “Caminhos do Campo” da Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo, com a pavimentação da estrada que a liga com Marilândia, permitindo melhor escoamento da produção, além do deslocamento dos moradores não só até a sede do município, mas para alguns, melhor acesso para o local de trabalho. Em 2019, é inaugurada na comunidade a pavimentação de uma via local solicitação antiga dos moradores.

4.2 MOTORES LOCAIS DE UMA PATRIMONIALIZAÇÃO SOCIAL

De acordo com Saquet (2009), o estudo sobre os conceitos de território e territorialidade se amplia nos últimos anos, não só no Brasil, como em outros países. Esses estudos procuram analisar características fundamentais no que diz respeito à formação do território (apropriação, dominação) bem como as relações existentes (poder, identidades simbólico-culturais, permanências, mudanças, diferenças, natureza interior e exterior do homem). Para isso alguns processos são centrais:

- a) a relação espaço-tempo como movimento condicionante e inerente à formação de cada território através das processualidades histórica e relacional (transescalar, com redes e fluxos); b) a relação idéia-matéria, também como movimento e unidade; c) a heterogeneidade correlata e em unidade com os traços comuns e, d) a síntese dialética do homem como ser social (indivíduo) e natural ao mesmo tempo. (SAQUET, 2009, p. 73-74).

É necessário o conhecimento do território e da territorialidade, tanto na condição material quanto imaterial, reconhecendo as dimensões da economia-política-cultura-natureza identificadas por Saquet (2009). O entendimento de território percorre assim diversos campos disciplinares, alcançando e incorporando a temática patrimonial. Como apontado por Poli (2015, s/p, tradução nossa), o entendimento do patrimônio assume sentido geográfico, pois “traz a atenção não só em elementos específicos (igrejas, centros, edifícios, casas de

lavagem, árvores, etc.), mas em geral leito territorial em forma unitária como uma coevolução entre natureza e cultura”.

O patrimônio passa então de objeto para processo, uma vez ser caracterizado como um vetor de conhecimento e recordação, mas, também, motivador de consciência local, por meio da construção da memória coletiva. Nessa perspectiva conceitual, o patrimônio é determinante no desenvolvimento dos territórios, não se limitando apenas em ser, “ou seja, apenas um fator reconhecido e protegido (elemento, objeto, cultura), mas entra completamente nas práticas de gestão, transformação e cuidado do território” (POLI, 2015, s/p, tradução nossa).

Ainda conforme Poli (2015), o objeto patrimonial, pode ser ou não um processo racional da patrimonialização, e inclui além da dimensão econômica, por exemplo, um valor de “existência”, ou seja, a identidade de atores locais, onde ações revelam um reconhecimento social. Esse entendimento vai ao encontro dos estudos realizados por Alberto Magnaghi, em particular à defesa do retorno aos lugares, visto que os 5 (cinco) movimentos propostos pela escola territorialista não são possíveis, conforme o autor, sem a valorização e envolvimento dos atores sociais dos lugares.

A definição que é dada na lei (artigo 3) esclarece a razão e que "patrimônio territorial significa o conjunto de estruturas de longa duração produzidas pela coevolução entre ambiente natural e assentamentos humanos, no qual é reconhecido para as gerações presentes e futuras. O reconhecimento de tal valor exige a garantia da existência do patrimônio territorial como recurso para a produção de riqueza para a comunidade". (POLI, 2015, s/p, tradução nossa).

Ou seja, a população -ator social- é central para a compreensão das dinâmicas do território, sua construção e “destruição” e, como afirma Poli (2015), são esses atores que permitem o entendimento dos recursos –elementos- de uma comunidade. Isso é comprovado por Costa (2015), quando afirma ser necessário interpretar as formas elaboradas no passado, de maneira a auxiliar o desenvolvimento do presente, ou melhor, é necessário entender que qualquer elemento da comunidade, material ou imaterial, possibilita e auxilia seu desenvolvimento e perenidade.

Diante do exposto, busca-se, por meio da representação social, o envolvimento dos atores sociais de Alto Liberdade na identificação de motores locais da patrimonialização da comunidade, ou seja, o reconhecimento do patrimônio territorial por seus habitantes e conseqüentemente o desenvolvimento local autossustentável do território – projeção de seu futuro. Essa compreensão é apresentada pela escola territorialista, uma vez que apenas a visão técnica dos elementos de desenvolvimento e continuidade do território não é suficiente para o desenvolvimento do mesmo, por não possuir a dinâmica do território, podendo então tornar-se insustentável e até desaparecer.

A comparação da representação técnica do patrimônio da comunidade com a representação social ocorre, nesse sentido, como procedimento de verificação de concordância ou não dos parâmetros estabelecidos na leitura do território da comunidade, no que diz respeito à sua sobrevivência e peculiaridades, elementos essenciais para sua longevidade.

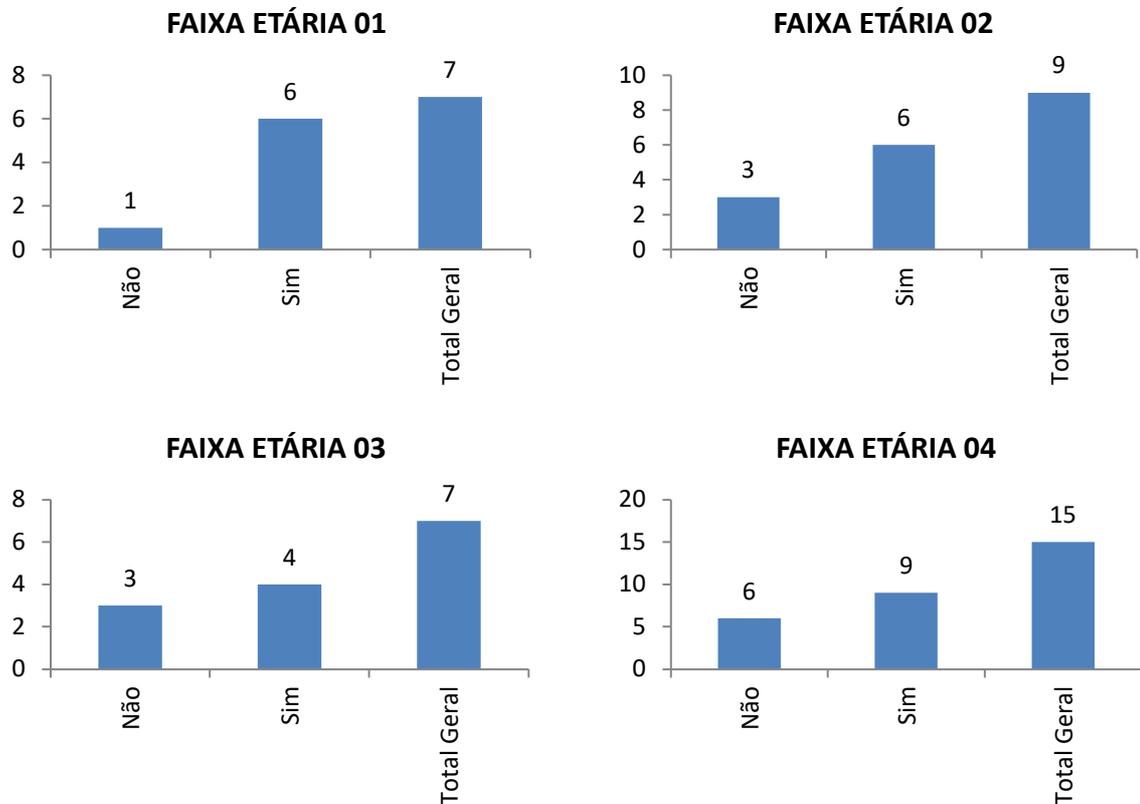
A interpretação dos recursos presentes na comunidade é realizada através do mapa do Patrimônio Ambiental – técnico e social (Figura 10 e Figura 27 – capítulo 3), sendo representados, respectivamente rios, córregos, lagos, montanhas, plano, vales, e elementos naturais presentes na comunidade; e massas d'água, curva de nível, ottobacias, geomorfologia e uso e cobertura do solo. Ou seja, permitem a visualização do ambiente físico da comunidade de Alto Liberdade.

Os mapas permitem a percepção da concordância na representação técnica e social no que se refere à indicação dos cursos e massas de água; no relevo com indicação das montanhas, planícies e vales; áreas com presença de elementos naturais (principalmente matas), o que revela o conhecimento e relação dos moradores para com o território que vivem.

A maior parcela do território de Alto Liberdade é composta por montanhas, no entanto, percebe-se não ser esta configuração um empecilho para a utilização do mesmo, uma vez que a representação do uso e ocupação da terra (Figura 9 – capítulo 3) revela uma grande porção de área antropizada, seja pelo cultivo –principalmente de café- seja por áreas de pastagens. O mapa evidencia também que o cultivo ocorre ao longo dos cursos d'água - necessidade básica para a produção, e confirma mais uma vez a relação dos moradores com o território onde habitam. Essa relação perdura no tempo, uma vez que relatos de moradores indicam que as ocupações iniciais ocorriam próximas aos cursos d'água, abundantes naquela época.

Com base no mapeamento da representação social, percebe-se a existência de um equilíbrio entre todas as faixas etárias nas indicações referentes ao ambiente físico da comunidade. Isso pode ser confirmado nas Figura 21, Figura 23 e Figura 25, do capítulo 03, que apresenta, por faixa etária, a quantidade de pontuações sobre indagações feitas ao morador no que diz respeito ao território e representada em plataforma *online Google Earth Pro*, atestando novamente o conhecimento dos habitantes acerca do lugar que vivem. O mapeamento revela, também, que a maioria das indicações se concentram em torno dos cursos d'água e, conseqüentemente, das principais estradas, ou seja, o morador pesquisado representa o que de certa forma faz parte de seu deslocamento diário, sua rotina. Por meio de pesquisas, pode-se afirmar, a familiaridade dos moradores com a comunidade em função do tempo de moradia desses pesquisados em Alto Liberdade, ou seja, a maioria sempre morou naquele território – 25 dos 38 entrevistados (Figura 72) e isso então possibilita sua compreensão.

Figura 71 - Gráfico do perfil moradores entrevistados: sempre morou em Alto Liberdade



Fonte: Bona, 2020

O ambiente construído da comunidade representado por meio do mapa do Patrimônio Territorial-Paisagístico – técnico e social (Figura 13 e Figura 38 – capítulo 3) apresenta os elementos e áreas com intervenção do homem, como estradas, edificações, atividades econômicas, espaços coletivos, de lazer e praças.

O mapeamento social revela unanimidade, em todas as faixas etárias pesquisadas (Figura 34 – capítulo 03), na indicação dos espaços coletivos, de lazer e praças: com finalidade religiosa – igreja católica, centro comunitário, Pedra do Cruzeiro; relacionados ao entretenimento – Cabana Água Viva, Boteco do Jader, Boteco do Bigode e outros. Essa indicação evidencia a restrita diversidade de opção de atividades coletivas, o que de certa forma corrobora o maior envolvimento entre seus moradores e confirma o conhecimento e envolvimento desses moradores com o território de Alto Liberdade, contribuindo então para a construção de valores identitários com a comunidade.

A indicação das estradas e caminhos pelos moradores de todas as faixas etárias é muito semelhante (Figura 30 – capítulo 03): representa os deslocamentos principais dentro da própria comunidade e com comunidades vizinhas, reafirmando, dessa forma, a familiaridade dos habitantes para com o território em vivem. Outra representação condizente em todas as

faixas etárias (Figura 36 – capítulo 03) é a de atividades e serviços existentes na região, os quais, em sua maioria, atendem os moradores locais – escola, posto de saúde, bares, costureiras entre outros. Por sua vez, a concentração da representação de plantações e cultivos ocorre também no entorno dos deslocamentos rotineiros, os quais de certo modo, promovem maior apreensão do lugar e conseqüentemente de sua evidenciação.

A representação social e técnica das áreas edificadas são equivalentes e revelam que a comunidade constrói seu ambiente em conformidade com as características físicas do mesmo, nas áreas mais planas, ao longo dos cursos d'água e estradas. A representação técnica das vias de deslocamento permite identificar a relação direta com o trabalho com a terra, ou seja, com a atividade que nela é desenvolvida (Figura 12 – capítulo 03). Essa relação é acentuada quando a conformação das estradas ocorre em função do relevo - características físicas- do território. Mais uma vez a relação do morador com a terra apresenta-se como intensa e permite afirmar a relação identitária do morador com Alto Liberdade.

O mapa técnico do Patrimônio Socioeconômico (Figura 16 – capítulo 03) indica os modelos de produção duradouros, os quais dizem respeito à relação do morador com o território - propriedades. A utilização deste território ocorre, de acordo com relatos de moradores e documentação sobre a comunidade, desde a época de sua descoberta, uma vez que identificam que as “terras eram férteis” e por isso migram para a região. Desse modo, os modelos de produção, nas propriedades, desde a época de formação da comunidade, segundo as entrevistas orais, ocorrem por meio de agricultura familiar, relação de meeiros e em casos isolados, empregados. Essa produção está associada à conformação do território, de modo que este gere melhor e maior retorno ao proprietário, possibilitando sua sobrevivência e permanência na região. Além disso, esse mapeamento identifica os locais onde ocorrem modelos socioculturais de longa duração (tradições, atividades culturais). Percebe-se, com os mapeamentos, a constituição do lugar a partir de sua configuração antrópica.

O mapa social do Patrimônio Socioeconômico (Figura 43 – capítulo 03) indica os elementos que estruturam a identidade duradoura do território, uma vez estarem representados os locais de realização de festividades, das tradições, dos eventos culturais na comunidade, que são de repetição anual, além do apontamento de pessoas que desenvolvem atividades culturais e tradições presentes na comunidade, ou seja, práticas passadas de geração em geração.

A partir do mapeamento social é possível perceber recorrência no apontamento dos locais de festividades, tradições e eventos culturais, sendo indicados, com maior relevância, a igreja católica, o centro comunitário, o campo de futebol e a Pedra do Cruzeiro. Sendo que os dois primeiros reúnem mais de um evento durante o ano, a maioria ligada à religião, como a

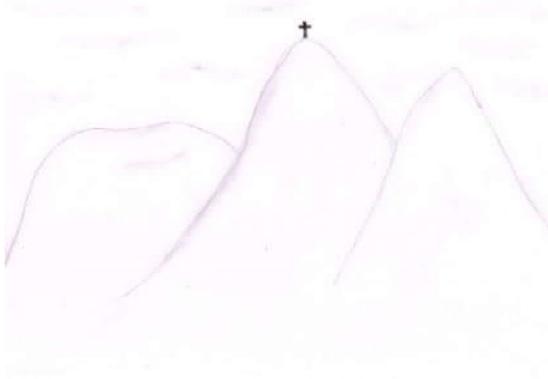
Páscoa, festa da padroeira, mês mariano (leilões), tombola. A Figura 39, do capítulo 03 apresenta o mapeamento referente aos moradores pesquisados e revela que todas as faixas etárias reconhecem esses eventos, algumas com mais apontamentos do que outras. De toda forma, a indicação em todas as faixas etárias comprova o sentimento de identidade dessa população com o lugar, o qual é transmitido de geração em geração.

A representação técnica e social dos locais onde ocorrem os modelos socioculturais de longa duração (tradições, atividades culturais - festividades, tradições) é equivalente, revelando, assim, a consciência do processo de construção de Alto Liberdade, ou seja, um reconhecimento não somente de mudanças físicas da comunidade, mas também antrópicas, que possibilitam a manutenção e crescimento do território.

A aproximação da consciência patrimonial dos sistemas territoriais locais, de acordo com Magnaghi (2005), pode ser uma forma de salvaguardar os territórios, destacando aspectos das representações identitárias, além da identificação de transformação de valores em recursos para um desenvolvimento durável e autossustentável, produzindo bem estar naquele território. Assim, os mapas cognitivos possibilitam ao morador, a representação do território em seu próprio cérebro. “Os mapas envolvem, portanto, conceitos e relações entre conceitos que são utilizados pelos sujeitos para compreender o seu ambiente e dar-lhe sentido” (BASTOS, 2002, p. 67).

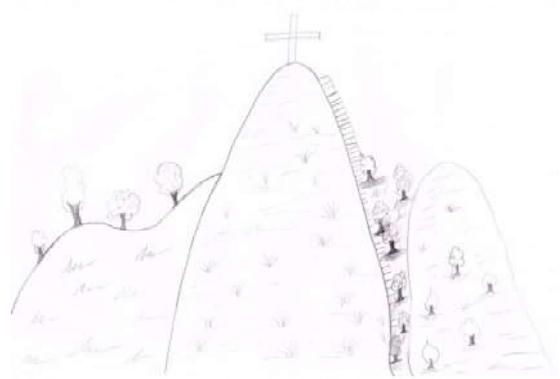
Portanto, os mapas cognitivos possibilitam a visão dos moradores sobre os processos de construção e estruturação de conhecimento de Alto Liberdade, com destaque para elementos do ambiente físico, construído ou antrópico. Os 38 (trinta e oito) moradores pesquisados produzem seu mapa cognitivo. Percebe-se que 65,7% dos mapas possuem representada a Pedra do Cruzeiro, elemento físico (pedra), construído (edificação) e antrópico (religiosidade) presente na comunidade (Figura 72 e Figura 73). Esse dado confirma a importância desse elemento para os moradores e para a comunidade – indivíduo e coletividade, além de confirmar o reconhecimento de seu território uma vez que é evidenciado em todas as faixas etárias pesquisadas.

Figura 72 - Mapa cognitivo, moradora Pâmela Monteiro (Faixa etária 01)



Fonte: Acervo da autora, 2020

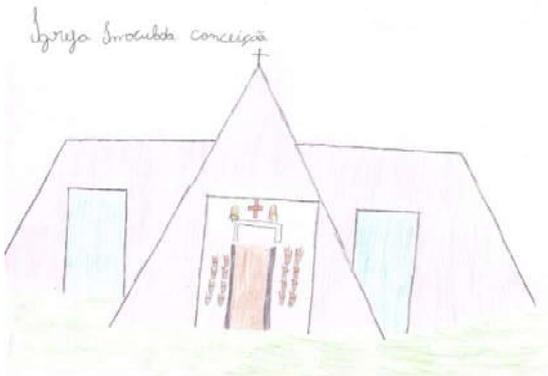
Figura 73 - Mapa cognitivo, morador Mirela Magnago Fiorot Bona (Faixa etária 03)



Fonte: Acervo da autora, 2020

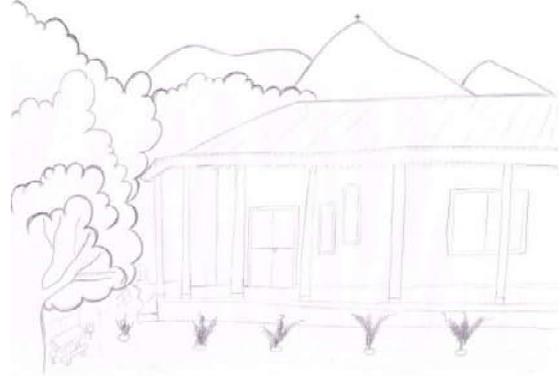
Outros itens que se destacam nas representações dos moradores são: igreja, escola, residências (casas dos pesquisados) e lazer (futebol, tradições), natureza (matas, árvores, cachoeiras) (Figura 74, Figura 75, Figura 76 e Figura 77). As representações confirmam o vínculo do morador com o território na dimensão econômica, social e espacial –um território “único”-, visto que a reinterpretção dos ciclos territorializantes anteriores (re)estruturam os territórios.

Figura 74 - Mapa cognitivo, moradora Isabela Lorencini Bertoldi (Faixa etária 01)



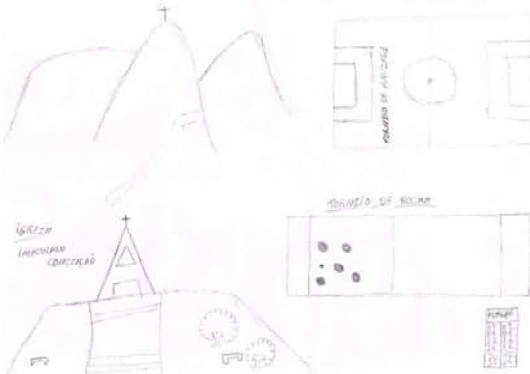
Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 75 - Mapa cognitivo, moradora Polyana Moysés Gabriel (Faixa etária 03)



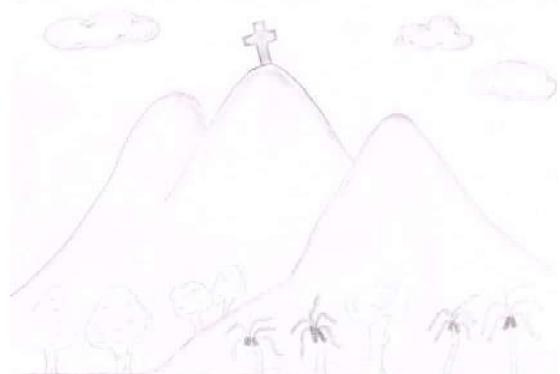
Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 76 - Mapa cognitivo, morador Rafael Smarzarzo (Faixa etária 02)



Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 77 - Mapa cognitivo, moradora Vanderléia Casagrande Gabriel (Faixa etária 04)



Fonte: Acervo da autora, 2020

4.2.1 Aproximar e envolver o patrimônio - valor de identidade

Segundo Magnaghi (2005), o Atlas do Patrimônio Territorial proposto em seus estudos procura identificar e interpretar elementos constituintes do território, os quais são entendidos como ativos patrimoniais -bens comuns dotados valores-, ou seja, mecanismos de transformação do lugar, que devem aumentar ou manter o valor.

O valor da existência do patrimônio está no reconhecimento das suas invariantes estruturais⁹ e das regras que elas contém, resultado dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização de longa duração (Magnaghi 2001, Poli 1999, 2001, 2006), que lhe denotam o valor potencial para as gerações futuras (...). (POLI, 2015, s/p, tradução nossa).

Nesse sentido, a leitura do território de Alto Liberdade por seus moradores permite o apontamento dos ativos patrimoniais presentes no seu território, e revelam assim, um valor de identidade do habitante com o território. O mapa do Patrimônio Socioeconômico revela o envolvimento dos moradores de Alto Liberdade na realização e manutenção de práticas que existem desde a época da constituição da comunidade – território como âncora na constituição do patrimônio de Alto Liberdade. Ou seja, as práticas são transmitidas de geração em geração, revelam a importância na vida dos seus habitantes, que constroem assim valor de identidade com o território que habitam - patrimônio reconhecido por seus moradores e não instituído por agentes externos. Além disso, a relação com a terra, que perdura desde a formação da comunidade, indica uma ligação não apenas econômica, mas de pertencimento a esse território, ou como afirma Magnaghi (2015), o território requer cuidado e novos sujeitos na relação assentamento humano e meio ambiente, e isso permite a afirmação do valor de existência do lugar.

A identidade dos atores sociais de Alto Liberdade com seu território pode ser confirmada também no mapa do Patrimônio Ambiental - onde é revelado o conhecimento e a interpretação do morador sobre o ambiente físico onde vive, sua proximidade com o lugar; e no mapa Territorial-Paisagístico onde as formas construídas pelo homem são partes desses, ou seja, estão envolvidas em sua existência, e como afirma Magnaghi (2015), o território do bem comum, não é doado, é uma construção duradoura e coevolutiva entre as comunidade humanas e o ambiente natural, a qual permite a compreensão da identidade dos lugares, assim o ambiente antrópico de Alto Liberdade – tradições, solidariedade, famílias,

⁹ Elementos (bens, tipologias territoriais, relações entre sistemas territoriais e ambientais, etc.) que estruturam o território, sua identidade, sua saúde, sua qualidade, sua paisagem e seu potencial como recurso patrimonial durável. O conceito de invariante pressupõe, portanto, que ele se refira a "bens" e a relações entre elementos estruturais que definem as identidades que podem ser configuradas como os personagens nos quais o lugar se baseia. (Magnaghi, 2011, p.153)

religiosidade, trabalho com a terra -, revela o envolvimento dos moradores com seu patrimônio, formado em função da transmissão entre as gerações, valor de identidade.

Para definirmos a identidade, a idade e o estado de saúde dos lugares que compõem o território será necessário estudarmos as regras de autorreprodução que permitem a sua conservação através dos vários processos de territorialização (TDR) e as permanências (físicas e cognitivas) que atravessam as civilizações. (MAGNAGHI, 2017, p. 18).

Não só o ambiente antrópico é estruturante da identidade dos lugares, as conformações físicas dos territórios permitem criar laços que influenciam a existência individual e coletiva da população em uma região. Esse fato em Alto Liberdade é visível e confirmado pelos mapas cognitivos, quando um elemento natural, a “Pedra do Cruzeiro” –denominação dada pela comunidade- é expressivamente representada na pesquisa, revelando ser não apenas um componente do ambiente físico, mas, também, parte da vida individual, um elemento vivo, que nasce e cresce com os moradores da comunidade, faz parte da história de sua existência tornando-se uma estrutura de longa duração e não apenas um elemento museográfico do passado do lugar.

Assim, como exposto, outros elementos revelados nas representações sociais, no mapeamento digital pelo *Google Earth Pro* e no mapa cognitivo –escola, igreja, matas, caminhos, rios, entre outros- são, segundo as entrevistas orais, representativos e essenciais, pois fazem parte da construção histórica da comunidade, ou seja, são destacados desde a descoberta do território, o que ratifica que a comunidade de Alto Liberdade tem a capacidade de aproximação e envolvimento do seu patrimônio, meios essenciais para construção do valor de identidade individual e coletiva.

4.2.2 Apropriar e continuar o patrimônio – valor de recurso

Poli (2012) apresenta a visão que o patrimônio territorial possui também valor de uso, ou seja, o território possui recursos que permitem a comunidade se estabelecer nesse território, desenvolvendo-se e persistindo mesmo frente a processos de globalização, que, muitas vezes, abalam as estruturas características do território. A autora deixa claro, contudo, que esse valor de uso só existe se o valor de existência for garantido, quer dizer que os elementos presentes no território devem ser reconhecidos por sua população, ser então ativos patrimoniais - bens comuns dotados valores.

Os mapeamentos sociais da comunidade de Alto Liberdade permitem afirmar que este território possui sim valor de recurso, uma vez que seus moradores se identificam e dessa forma continuam sua relação com o território mesmo diante de todas as transformações ocorridas, persistindo o vínculo da comunidade e seu contexto local. A população reconhece os sedimentos materiais e imateriais – festividades, saberes, lazer, serviços básicos de

atendimento aos moradores, cultivos, características físicas do ambiente - resultados de fases anteriores da territorialização que estruturam seu território, assumem como herança, o que oportuniza a apropriação e continuidade do território.

Mesmo quando as ações humanas transformam irreversivelmente os ambientes da Terra, eles não os destroem, apenas os levam a níveis de energia muito baixos ou muito altos para permanecerem compatíveis com a vida humana (...). Uma parte da cultura ambiental vê a restauração de bens comuns naturais superando a degradação de bens comuns territoriais. (Magnaghi, 2015, p. 142 e 143).

Dessa maneira, ainda de acordo com Magnaghi (2015), é preciso equilíbrio entre os assentamentos humanos e os recursos naturais, para que tenhamos a sobrevivência e reprodução de civilizações com processos coevolutivos sem a interferência ou interrupção da “civilização de máquinas, industriais e pós-industriais” (Magnaghi, 2015, p.143), ou seja, é preciso basear-se nas ações coletivas e dessa forma indicar ações de proteção e gestão dos bens do território que são comuns a todos seus habitantes, possibilitando sua continuidade. Alto Liberdade interfere em seu território, e ao mesmo que denigre o meio físico - ação vinculada a essa utilização-, produz seus bens, serviços e trabalho, de modo a preservar a coletividade, resultando em riquezas duráveis, o que permite elevar a qualidade de vida da população.

Segundo Haesbart (2005), o território é sempre múltiplo – diverso e complexo-, quando analisado como “espaço-tempo vivido”, o contrário da visão da lógica capitalista hegemônica, onde esse território é considerado “unifuncional”. É assim, apresentado por Haesbart, referindo-se a Lefebvre (1986), como um espaço-processo, construído, “‘um espaço feito território’ através dos processos por ele denominados de apropriação (que começa pela apropriação da própria natureza) e dominação (mais característica da sociedade moderna, capitalista)” (HAESBART, 2005, p. 6775), ou seja, é um território funcional e simbólico. Funcional quando visto como recurso, o “ter”: proteção ou abrigo; recursos naturais ou “matérias-primas”. Simbólico enquanto construção de identidades, o “ser”: cultura, atividades.

Os mapas cognitivos revelam que a população de Alto Liberdade reconhece seus recursos funcionais e simbólicos, uma vez que reproduzem suas residências, natureza, agricultura – *funcional*-, festividades, atividades culturais, pessoas, campo de futebol – *simbólico*-, fatos reveladores da importância desse recurso para a manutenção de sua existência naquele lugar.

Dessa maneira, identifica-se o território da comunidade como funcional e simbólico, onde recursos existentes desde a época de sua constituição, como a igreja, escola, a terra (agricultura), permitem a evolução da comunidade, ou melhor, um recurso não é somente a matéria em si, mas uma relação que permite responder as necessidades humanas e do lugar. Essa comunidade se apropria de seus recursos de modo funcional e mercantil, trabalha com

um território múltiplo e não imobilizado, onde processos de transformações, inovações referentes a processos anteriores de territorialização são necessários para a (re)elaboração da localidade, os quais, então, são reconhecedores de suas diferenças, apropriam-se e dão continuidade a seu patrimônio, constituído por seu ambiente físico, construído e antrópico.

Alto Liberdade, como já afirmado, redesenha seu território com o passar do tempo, mas sempre de modo, segundo definição de Magnaghi (2017), a promover o encontro do solo fértil das vidas, ou seja, a comunidade é consciente nos processos de apropriação ocorridos ao longo do tempo, uma vez que há ligação entre o passado e o presente, por entender ser essencial para sua projeção futura, os processos de desenvolvimento e transformações pelos quais o território passou.

4.2.3 Produzir e dinamizar o patrimônio – valor de capital

O patrimônio territorial tem adquirido, como apontado por Poli (2015), visibilidade no que se refere ao desenvolvimento local. E, nessa perspectiva, não é visto apenas como “desenvolvimento”, mas sobretudo vinculado a um estilo de vida que possibilita um equilíbrio do crescimento da sociedade humana, da técnica e o *milieu*¹⁰, uma abordagem coevolutiva entre sociedade e território. Nesse sentido, ainda segundo a autora, o patrimônio territorial possui, sim, uma dimensão econômica, contudo, essa deve ser elaborada de maneira a afastar um direcionamento economicista, no qual os elementos patrimoniais são explorados, e se aproximar de um desenvolvimento de reconstrução das relações de proximidade, ou seja, os recursos do território compõem o capital territorial e, dessa forma, é preciso que os sujeitos locais saibam investir nesse capital e possibilitar o desenvolvimento futuro do território.

Poli (2015) identifica dois conceitos relacionados à dimensão econômica do objeto patrimonial, um chamado de “produtivista” – voltado principalmente para as vendas-, e outro onde as melhorias do capital – incorporação do valor de existência do patrimônio territorial como um recurso complexo, duradouro e vivo - possibilitam o reconhecimento social desse recurso, por ações de atores locais que possuem identidade com o território. “O conjunto de recursos territoriais compõe o capital territorial que as entidades locais podem investir contingentemente no desenvolvimento futuro de seu território.” (POLI, 2015, s/p, tradução nossa).

Desse modo os mapeamentos permitem identificar que o território de Alto Liberdade apresenta recursos territoriais que levam a um valor de capital, onde as regras de reprodução

¹⁰ Magnaghi refere-se à definição de Giuseppe Dematteis, onde, a expressão *milieu* não significa um conjunto simples de condições materiais, mas sim, um conjunto de características socioculturais de determinada área geográfica por meio de evolução histórica de suas relações, as quais possuem relação com o uso de ecossistemas naturais locais.

interpretadas definem estratégias que permitem uma riqueza duradoura para a comunidade. São identificados, por exemplo, locais de lazer, festividades, tradições, que geram riquezas perduráveis (econômicas e culturais) para a comunidade, o que é possível em função de ocorrer em vinculação com o território e reconhecimento de seus moradores.

Um território não é adequado para o cultivo da videira, se for o caso. 'O potencial do cultivo da videira que é reconhecido, é, portanto, possível ativar uma saída entre os atores e o contexto físico e transformar esse morro em um recurso econômico, simbólico e social. (...) os autores consideram a presença de atores sociais um elemento central para "entender como o recurso emerge, sob quais condições ele é patrimonializado e também como o jogo do recurso pode, de tempos em tempos, construir e destruir dinâmicas territoriais". (POLI, 2015, s/p, tradução nossa).

De acordo com Magnaghi (2015), mais do que lutar para evitar a mercantilização dos bens comuns dos territórios, é preciso fazer com que estes sejam fundamentos das ações de patrimonialização possibilitando uma economia que seja ecológica – incorporada na natureza e territorial, de modo a possibilitar a inclusão dos moradores, ou seja, não eliminar o valor de existência em benefício do valor de recurso (uso), o que caso ocorra pode levar ao desaparecimento das comunidades. É necessário, desse modo, a conscientização de uso coletivo dos recursos territoriais, e, conseqüentemente, do capital territorial, para que novas formas de produção e dinamização possibilitem a valoração e persistência do patrimônio territorial do lugar.

Além disso, Magnaghi (2001) também apresenta a ideia de que o território pode ser dissipado segundo uma dinâmica econômica, a qual pode consumir demasiadamente os recursos ambientais e territoriais presente no lugar, e como já colocado, originar um valor de capital de mercado apenas. Assim, a contenção desses recursos é uma solução para sua preservação; contudo, é necessário chegar ao ponto da valorização desses recursos, para que se alcancem ações de bem-estar apreendendo os três ambientes – físico, construído e antrópico. A comunidade local precisa se identificar com seu território-patrimônio, o que leva ao entendimento de seus recursos não somente com valor econômico, mas também simbólico.

Mediante as pesquisas realizadas com os moradores, é notório que a produção das atividades em Alto Liberdade articula a comunidade física e socialmente, possibilitando a dinamização do território e de suas peculiaridades, com reconhecimentos simbólicos e físicos. A Pedra do Cruzeiro, os bares, os serviços comunitários – mutirões, o campo de futebol, são elementos de ordem econômica presentes na história de construção e significação da comunidade, e perduram até os dias atuais, pois, na dinâmica em que ocorrem, em primeiro plano, estão as relações sociais envolvidas na execução das atividades, reveladoras da cooperação e responsabilidades dos atores sociais para com o território, fortalecendo e viabilizando seu desenvolvimento autossustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, o patrimônio passa a ser compreendido não apenas por sua dimensão objetual – bem a ser conservado -, mas, também, e, sobretudo, como um fator determinante para o desenvolvimento dos territórios, e, nessa perspectiva, os sujeitos são determinantes para que esse processo possa acontecer. Nessa lógica conceitual, é fundamental que a processualidade histórica e relacional – material e imaterial - seja considerada, uma vez ser o território um produto dos processos coevolutivos entre os assentamentos humanos e os recursos naturais.

Os atributos dos lugares, as diferenças físicas, os saberes locais, as especificidades da natureza, por exemplo, constroem a identidade territorial e apresentam sua autonomia, suas qualidades e, conseqüentemente, seu desenvolvimento particular e peculiar; que é aumentado a partir da conscientização dos habitantes sobre o valor dos recursos presentes no território que habitam. Ademais, é necessária a possibilidade da prática desses novos processos, de maneira a alcançar as formas de desenvolvimento local autossustentável.

O trabalho intitulado, *Patrimonialização social. A comunidade como laboratório de representação identitária: experimento em Alto Liberdade – Marilândia/ES*, é estruturado com o conhecimento da existência de recursos territoriais – materiais e imateriais – presentes em Alto Liberdade, desde a época de sua constituição. Nessa abordagem, considera a comunidade como estruturadora e mantenedora de motores locais favoráveis a uma patrimonialização social e, em articulação, a um desenvolvimento autossustentável do lugar. As formas criadas pelos moradores em suas ações ao longo da duração histórica, possuem papel ativo e garantidor para a continuidade do presente e promoção do futuro de seu território-patrimônio. Além disso, a partir da pesquisa é possível identificar uma delimitação do território de Alto Liberdade diferente da estabelecida pelas instituições para essa comunidade, ou seja, o território de Alto Liberdade opera como um laboratório de estudo, por meio de observação e prática de atividades, referentes ao tema proposto como temática central do trabalho - patrimonialização.

Logo, é necessária a compreensão da indissociabilidade entre patrimônio e território, ou partindo da abordagem territorialista proposta por Alberto Magnaghi e adotada para esse estudo, a compreensão do patrimônio territorial, uma concepção das relações entre os ambientes físico, construído e antrópico oportunizadora da identidade do território, uma vez que apresenta as especificidades do lugar. Assim, a dissertação realiza a leitura do patrimônio territorial da comunidade de Alto Liberdade.

O trabalho discorre então sobre a conceituação da temática da patrimonialização, a noção de patrimônio territorial e da metodologia de representação identitária – reconhecimento sob a

ótica do habitante da comunidade. E para isso, durante a pesquisa, a comunidade de Alto Liberdade é o laboratório ou o território-laboratório, garantidor da concretização do estudo; a demonstração do patrimônio territorial, segundo parâmetros da abordagem territorialista italiana desenvolvida por Alberto Magnaghi.

Posto isso, o segundo capítulo apresenta o conceito de patrimonialização, patrimônio territorial, comunidade e assim a identificação de uma patrimonialização social dos territórios. Ou seja, o capítulo permite o entendimento de que a patrimonialização como resultado satisfatório, deve ocorrer como um processo de reconhecimento do território por seus atores sociais, de maneira a considerar então as dinâmicas locais, viabilidade da produção de comunidade –resultado de processos de territorialização do lugar.

Nessa lógica, entende-se a patrimonialização como um processo de construção dos territórios a partir dos recursos que o compõem, que englobam não apenas as “coisas duradouras”, mas também as relações sociais. Assim, a pretensão dos novos processos de patrimonialização devem ser uma totalidade – elementos sociais e institucionais, com reconhecimento das especificidades e/ou particularidades dos territórios -identificadas principalmente por seus habitantes, de modo a possibilitar o desenvolvimento e a persistência do mesmo, sua construção presente e futura.

O entendimento do território como patrimônio, de acordo com a abordagem da escola territorialista, afirma a conceituação dos novos processos de patrimonialização, uma vez que a definição por Magnaghi é de que o patrimônio territorial é uma relação de coevolução entre os ambientes físico, construído e antrópico, ou seja, a construção temporal do homem permite a sobrevivência, o crescimento e o desenvolvimento autossustentável do local. Com o reconhecimento e incorporação do território, não apenas como uma área geográfica, mas como um conjunto de relações, reflete-se na construção identitária de seus habitantes para com o lugar, aumentando a consciência dos valores patrimoniais territoriais existentes, proporcionando a manutenção, a renovação e a construção de um território entendido como bem comum, o qual deve ser salvaguardado.

Nota-se assim, ser imprescindível o entendimento completo do território de Alto Liberdade – físico, antrópico e construído, para alcançar o objetivo do trabalho: investigação e estabelecimento de motores locais em prol de uma patrimonialização social em Alto Liberdade. Para isso, aproxima-se do objeto de estudo – comunidade de Alto Liberdade-, como forma de compreensão de sua construção por meio de seus moradores, associando-a à compreensão do território na perspectiva técnico-científica. A comunidade assume a função de um laboratório de estudos, o qual deve possibilitar, por meio de instrumentos, materiais e “espaço físico”, a concretização de pesquisas.

Para tal, o terceiro capítulo conduz o desenvolvimento das metodologias para alcance do resultado final pretendido no trabalho. Assim, realiza-se em Alto Liberdade uma pesquisa qualitativa, com o intuito de conhecer o objeto através de sua descrição. A explanação das características obtidas nas análises realizadas sob o objeto de estudo ocorre por meio da representação cartográfica. A representação dos mapas técnico-científicos é realizada com dados obtidos em bases de acesso aberto com informações sobre o estado do Espírito Santo.

Na representação social, utiliza-se o método empírico – constatação das ideias e conhecimentos adquiridos e apreendidos com o tempo -, compreendendo duas atividades: mapa cognitivo e representação de elementos da comunidade na plataforma online *Google Earth Pro*. Os dados técnico-científico e social, por meio de abordagem sistêmica – definição de elementos que fazem ou não parte de um sistema -, são analisados e editados no *software* livre QuantumGIS (QGIS), para retratar o patrimônio territorial da comunidade. As atividades realizadas buscam se adaptar à realidade e aos comportamentos dos moradores de Alto Liberdade: vocabulário de fácil compreensão; voluntário para manipulação do computador, de modo a possibilitar a participação do habitante e não a preocupação quanto a “*não sei se vou saber responder*”, “*não sei se vou ajudar*”.

A metodologia visa reforçar a importância de envolvimento e valorização dos atores locais quanto ao desenvolvimento do território em que habitam, um dos movimentos propostos pela escola territorialista italiana adotada para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez serem estes os responsáveis por ações de produção e (re)produção territorial ou seja, de seu desenvolvimento local sustentável. Dessa forma, a representação no *software* QuantumGIS (QGIS), de mapas técnico-científico e social do patrimônio territorial nas 3 (três) camadas - ambiental, territorial paisagístico e socioeconômica -, tem por objetivo investigar e estabelecer motores locais de uma patrimonialização social na comunidade de Alto Liberdade, o laboratório da pesquisa.

O quarto capítulo apresenta o objeto de estudo e as interpretações dos dados produzidos por meio da abordagem metodológica adotada. Em vista da pouca documentação no que se refere à constituição histórica de Alto Liberdade, como meio de sua complementação, adota-se o recurso de entrevistas orais a moradores mais antigos da comunidade. A descrição da constituição de Alto Liberdade permite o entendimento de uma construção contínua de suas estruturas espaciais e sociais, as quais perpassam gerações e possibilitam a comunidade, uma identificação, através de seus habitantes, de valores fundamentais para sua sobrevivência individual, comunitária e territorial.

A partir da análise do mapa do Patrimônio Ambiental, identifica-se o reconhecimento da população no que diz respeito ao território em que vive, o que é reafirmado quando da

concordância de informação com a representação técnico-científico. Além disso, esse mapa revela a relação *morador x território* existente em Alto Liberdade, uma vez que desde a época de constituição da comunidade o morador se condiciona a esse espaço em uma relação de troca saudável - *sobrevivência x responsabilidade*. Sendo possível destacar nessa comunidade o vínculo com a água, elemento essencial para a sobrevivência humana, e, também, indispensável para a produção do sustento que vem da terra (produção alimento; produção financeira) -*morador x território*. Desse modo, a maioria da população se localiza nas proximidades desse recurso, o que orienta e caracteriza a ocupação existente na comunidade.

A diversidade e quantidade de atividades econômicas, serviços básicos e locais coletivos na comunidade de Alto Liberdade não é numerosa, ocorrência que pode ser verificada a partir da leitura mapeamento social do Patrimônio Territorial-Paisagístico, uma vez que a identificação desses elementos pelos moradores é coincidente com a representação técnica realizada sobre a comunidade. A comunidade, de certa maneira, por apresentar baixa densidade populacional, não necessita de grande número de estabelecimentos de oferta de serviços básicos, mas, sim, que atendam às necessidades com qualidade daquela população específica. Em vista disso, é possível afirmar haver maior envolvimento e identificação entre os moradores, além do reconhecimento e compreensão desses para com o território que habitam.

Após estudo e análise da representação social e técnico-científica do Patrimônio Socioeconômico da comunidade, identifica-se que o uso e a ocupação do solo não são inibidos pela configuração do relevo desse território, mas, revela que a população conhece muito bem esse espaço e, dessa forma, oportuniza sua utilização em face de suas necessidades, relação existente desde a formação da comunidade. Há uma construção harmônica entre o espaço e a sociedade em Alto Liberdade de modo a constituir a identidade do território e da população, o que oportuniza a construção do patrimônio territorial.

Entende-se ser possível a utilização da metodologia adotada para esse trabalho em outros territórios, de modo a possibilitar a leitura de seu patrimônio territorial, ou seja, os processos coevolutivos de longa duração existentes. Porém, o território entendido como formas físicas, obras do indivíduo, vivência, produção e ação do homem, indica que os lugares possuem suas particularidades e com isso necessidade de adaptações na sua aplicação, o que é totalmente aconselhado em casos de metodologias participativas, que respondem às dinâmicas específicas do grupo e do lugar. Isto é, a pesquisa em Alto Liberdade permite apontar o esboço do território como um laboratório de estudos -território laboratório, possibilitando respostas a questões sobre este.

As questões formuladas e apresentadas para os pesquisados-moradores da comunidade visam o entendimento do território por seus habitantes, a relação que possuem no território e com o território. Assim, conclui-se, o valor e a importância do território da comunidade de Alto Liberdade, em suas diversas manifestações, estão em sua condição de constituir a base para a vida de seus atores sociais, possibilitando afirmar o lugar como patrimônio. Ou seja, excede-se o entendimento do patrimônio na categoria de edificado, ou institucionalizado apenas, e amplia-se para a compreensão para um meio de produção durável da riqueza territorial, oportunizando o desenvolvimento autossustentável.

Portanto, afirma-se, a representação cartográfica social é um instrumento descritivo e analítico de assimilação dos pesquisados para com o território em que habitam, suas realidades e, dessa forma, associado a representação técnico-científica, viabiliza a identificação do patrimônio do lugar –patrimônio territorial. Somado a essa etapa da metodologia, no caso da comunidade em estudo, está a descrição e conseqüente entendimento da formação histórica de Alto Liberdade, que reafirma a perspectiva do patrimônio territorial, visto haver na comunidade o reconhecimento de heranças materiais e imateriais e, acima de tudo, sua valoração - relatos orais e documentos pesquisados revelam continuidade e/ou adequações de ações, elementos, modos de produção entre outros, evidenciando o valor que possui para as pessoas e o lugar, uma apropriação consciente.

Por fim, é possível afirmar, que a comunidade de Alto Liberdade possui uma identidade territorial – reconhecida por seus habitantes-, condicionada por seus recursos territoriais materiais e imateriais: elementos de longa duração (festividades, repetição anual de atividades culturais e tradições, cultivo); ambiente físico (relevo, hidrografia, componente geográfico); e locais de suporte para subsistência (espaços coletivos, atividades comerciais, edificações, serviços básicos). Portanto, pode-se afirmar, os recursos territoriais da comunidade de Alto Liberdade – ambientais, construídos e antrópicos, confirmam o caráter integrador das manifestações constituídas no passado, praticadas por seus moradores e passadas de geração em geração como ativos na elaboração do presente e com projeções para o futuro do lugar e de seus habitantes, permitindo assim a elaboração de uma patrimonialização autossustentável do lugar.

Ao final do trabalho, constata-se ser a patrimonialização um processo a ser conduzido e sustentado por uma comunidade -em suas diferentes dimensões espaço-temporais- em uma dinâmica conduzida pelas condições internas. Uma abordagem, em sua dupla perspectiva, teórica e metodológica, posiciona os habitantes – o homem comum – como o *locus* de uma possível revisão crítica de processos institucionais há muito e por muitos questionada, para assim, estabelecer vínculos na memória coletiva e valor patrimonial, recursos essenciais para a valorização e preservação do território enquanto patrimônio – identidade territorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. **Memória e novos patrimônios**. Cécile Tardy e Vera Dodebei (Org.). Open Edition Press, 2015. Disponível em:

<http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/patriminializacao-das-diferencas.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019

ACSELRAD, Henri, COLI, Luis Régis. Disputas territoriais e disputas cartográficas.

Cartografias Sociais e Território. ACSELRAD, Henri (org.). Rio de Janeiro, RJ:

UFRJ/IPPUR, p. 13-44, 2008. Disponível em:

http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_tematica/leitura%204/Cartografias%20Sociais%20e%20Territ%F3rio.pdf. Acesso em: 16 ago. 2019

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Codificação de Bacias Hidrográficas pelo Método de Otto Plafstetter**. Brasília, 2012.

ANDRADE, Bruno Amaral de. **Representando o Patrimônio Territorial com Tecnologia de Geoinformação: experimento em Santa Leopoldina/ Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes, Vitória, 2015.

BARCELOS, Beatriz Mourão. A representação como método de aproximação ao território: o patrimônio ambiental de Anchieta. In: **Anais do 1º Simpósio Científico, Icomos 2019**, Espírito Santo.

BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. Mapas cognitivos e a pesquisa organizacional: explorando aspectos metodológicos. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 7, n SPE, p 64-77, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2002000300008&script=sci_arttext&tlng=pt, Acesso em: 03 dez. 2019.

BERTOLDI, Eliane Catelan, SILVA, Rozilane Maria da, GABRIEL, Vanderléia Casagrande. **Comunidade de Alto Liberdade**. Trabalho para o programa “Escola Ativa”. Secretaria de Educação. EMPEF “Alto Liberdade”. Marilândia/ES, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**.

Brasília, DF: Presidência da República [2016]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 fev. 2019.

BUGS, Geisa, REIS, Antônio Tarcísio da Luz. Planejamento urbano participativo por meio da utilização de novas tecnologias: uma avaliação por especialistas. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 9, n. 1, p. 110-123, 2017. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692016005008101&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 03 dez. 2018.

CARVALHO, Ana. Participação: Partilhando a Responsabilidade. Edição: Acesso Cultura, 2016. Disponível em:

<https://acessoculturapt.files.wordpress.com/2015/01/participacca7acc83o-partilhando-a-responsabilidade-web.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2019.

CASTRO, Cleber Augusto Trindade, DA COSTA TAVARES, Maria Goretti. A patrimonialização como processo de produção do espaço urbano. **Sociedade e Território**, Vol. 28, n. 2, p. 117-135, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/9553/8163>. Acesso em: 27 jan. 2019.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017. 288p.

CHRISTMANN, Juliana Pugliese, DE LOURDES BORGES, Maria, GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. A Cartografia Social como possibilidade de uma Tecnologia Social. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. 2016. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/viewFile/176/168>. Acesso em: 16 ago. 2019.

CHUVA, Márcia, NOGUEIRA, Antonio Gilberto. **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. 312p.

COLCHESTER, Marcus. O mapeamento como ferramenta para garantir o controle comunitário: alguns ensinamentos do sudeste asiático. **WRM Boletim**, n. 63, 2002. Disponível em: <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/o-mapeamento-como-ferramenta-para-garantir-o-controle-comunitario-alguns-ensinamentos-do-sudeste-asiatico/>, Acesso em: 16 ago. 2019.

CURY, Marília Xavier, VASCONCELLOS, Camilo de Melo, ORTIZ, Joana Montero. **Questões Indígenas e Museus: Debates e Possibilidades**. Brodowski: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012. (Coleção Museu Aberto). 228p. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/newsite/wp-content/uploads/2013/12/Questoes_Indigenas%20_Museus_2012.pdf. Acesso em: 25 jan. 2019.

DA COSTA, Everaldo Batista. **Cidades da Patrimonialização Global: Simultaneidade totalidade urbana – totalidade - mundo**. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2015.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado do Planejamento. **Perfil do Município de Marilândia**. Coordenação Estadual do Planejamento. Departamento de Articulação com os Municípios. Vitória, 1982.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305526866005.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

GABRIEL, Gilson. **Alto Liberdade**. Vitória: Fundação Ceciliano Abeu de Almeida, 1991. 94 p.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. 2005. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/19.pdf>. Acesso em: 29 set. 2018.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 3 ed. - São Paulo: Contexto, 2012. 186 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo, 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4359772/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf. Acesso em: 21 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/marilandia/panorama>. Acesso em: 20 jul. 2019.

IVANO, Rogério. **Memória e esquecimento: argumentos de Paul Ricoeur**. II Congresso Internacional de História UEPG-UNICENTRO. Produção e Circulação do Conhecimento Histórico no Século XXI. 2015. Disponível em: <http://docplayer.com.br/26389293-Memoria-e-esquecimento-argumentos-de-paul-ricoeur.html>. Acesso em: 16 fev. 2019.

JODELET, Denise. Ponto de Vista: Sobre o movimento das representações sociais na comunidade científica brasileira. **Temas em psicologia**, v. 19, n.1, p. 19-26, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2011000100003. Acesso em: 17 ago. 2019.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n.2, p. 20-31, 2004 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822004000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 25 ago. 2019.

LABORATÓRIO PATRIMÔNIO & DESENVOLVIMENTO (Patri_Lab). **Referencial teórico traduzido**. 2019. 87 p.

LIMA, Raphael Nunes de Souza. Google Earth aplicado a pesquisa e ensino da geomorfologia. **Revista de Ensino de Geografia, Uberlândia**, v. 3, n. 5, p. 17-30, 2012. Disponível em: <http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/N.5/Art2v3n5final.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2019.

LUCCHESI, F.; CARTA, M.; VANNETIELLO, D. “**L’Atlante Del Patrimônio Territorial Del Circondario Empolese Valdelsa (FI)**”. In Atti della IX conferenza nazionale ASITA, 2005. p. 211-232.

MAGNAGHI, Alberto. **A biorregião urbana. Pequeno tratado sobre o território, bem comum**. Trad. de Fátima Vieira. Coordenação Editorial Rosa Alice Branco, Escola Superior de Artes e Design Matosinhos, 2017.

MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale: Verso la coscienza di luogo**. Florença: Bollati Boringhieri, 2010.

MAGNAGHI, Alberto. (org.) **La rappresentazione identitaria del territorio**. Atlanti, codici, figure, paradigmi per il progetto locale. Firenze: Alinea Editrice, 2005. 426 p. Disponível em: http://www.lapei.it/?page_id=755. Acesso em: 20 nov. 2018.

MAGNAGHI, Alberto. **Mettere in comune il patrimonio territoriale: dalla partecipazione all’autogoverno**. p. 139-157. 2015. Disponível em: <http://www.storiaglocale.it/glocale910%20Magnaghi.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

MAGNAGHI, Alberto. **Rappresentare i luoghi**. Metodi e tecniche. Firenze: Alinea Editrici, 2001. 480 p. Disponível em: http://www.lapei.it/?page_id=568. Acesso em 07 jan. 2019.

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo, HOLZER, Werther, OLIVEIRA, Lívia de (Org.). **Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MOURA, Ana Clara Mourão. Geoprocessamento aplicado ao planejamento urbano e à gestão do patrimônio histórico de Ouro Preto – MG. In: **Congresso Brasileiro de Cartografia**. 2003. p. 1-9. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ana_Clara_Moura/publication/228466736_Geoprocessamento_aplicado_ao_Planejamento_Urbano_e_a_Gestao_do_Patrimonio_Historico_de_Ouro_Preto-MG/links/55e625a908aeb1a7ccd65e5/Geoprocessamento-aplicado-ao-

Planejamento-Urbano-e-a-Gestao-do-Patrimonio-Historico-de-Ouro-Preto-MG.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019.

NASCIMENTO, Julia Pedruzi. **Projeto representacional pra um plano territorial-paisagístico: um estudo em Vila Velha**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

NOSSA, Damiany Farina. **Riscos territoriais em projetos representacionais: investigação do patrimônio territorial de João Neiva – ES**. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes, Vitória, 2020.

OLIVEIRA, Luciano José Cerentini de, VIANA, Otávio Gigante, POLIDORI, Maurício Couto, PERES, Otávio Martins. Sistema de informações geográficas em Jaguarão, RS. Compartilhamento de Ambiente Web. In: **Anais do 3º Encontro Internacional Cidade Contemporaneidade e Morfologia Urbana**. 2014. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/eiccmu/>. Acesso em: 03 nov. 2018.

PEIL, André Guimães, SANTOS, Glauco Roberto Munsberg dos, PERES, Otávio Martins, POLIDORI, Maurício Couto. Pepplegrid. Incluindo a opinião das pessoas no planejamento urbano. In: **Anais do 3º Encontro Internacional Cidade Contemporaneidade e Morfologia Urbana**. 2014. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/eiccmu/>. Acesso em: 03 nov. 2018

PEIXOTO, Paulo. As cidades e os processos de patrimonialização. A corrida ao estatuto de patrimônio mundial e a identidade simbólica das cidades. **Cidade e Metrópole. Centralidades e marginalidades**, p.171-179, 2001. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/35204/1/As%20cidades%20e%20os%20processos%20de%20Patrimonializa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

PEIXOTO, Paulo. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 70, p. 183-204, 2004. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/10900?mode=full>. Acesso em: 28 jan. 2019.

POLI, Daniela. Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proattiva. In: MELONI, Benedetto. **Aree interne e progetti d'area**. Torino: Rosenberg e Sellier, 2015. p. 123-140.

RIGO, Anna Biccas. **Cenários de intervenção na Barra do Jucu, Vila Velha / ES**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

ROSA, Roberto. Geotecnologias na geografia aplicada. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 16, p. 81-90, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47288/51024>. Acesso em: 07 jan. 2019.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. Quarta edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1997.

SAQUET, Marcus Aurelio. SPOSITO, Eliseu Savério (Ed.). **Territórios e territorialidades: teorias, processo e conflitos**. 1ª edição. Editoria Expressão Popular. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRA>

DUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%C1FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf. Acesso em: 18 abr. 2019.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Disponível em: <http://www.legis.cfh.ufsc.br/files/2015/04/SARLO-Beatriz.-Tempo-Passado.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018

SERPA, A. Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 18, n. 3, p. 487-495, 2014. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/83538/pdf_42 , Acesso em: 17 ago. 2019.

SERRA, Geraldo G. **Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação**. São Paulo: Edusp: Mandarin, 2006.

SILVA, Sandra Siqueira da. A PATRIMONIALIZAÇÃO DA CULTURA COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO: Considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. **Revista Aurora**, v. 4, n.1, 2010. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1248>. Acesso em: 24 jan. 2019.

SISTEMA DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR). Disponível em: <http://www.car.gov.br/#/>. Acesso em: 01 fev. 2020.

SISTEMA INTEGRADO DE BASES GEOESPACIAIS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (GEOBASES). Disponível em: <https://geobases.es.gov.br/>. Acesso em 16 maio de 2018.

TURRI, Eugenio. **La conoscenza del territorio: Metodologia per un'analisi storico-geografica**. Marsilio Editori® spa. Venezia. 2002. 190 p.

WOLKMER, Antonio Carlos. Do paradigma político da representação à democracia participativa. **Seqüência: estudos jurídicos e políticos**, v. 22 n. 42, p. 83-98, 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/Kamila/Downloads/Dialnet-DoParadigmaPoliticoDaRepresentacaoADemocraciaParti-4818464.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

ANEXO I

Pesquisadora: Kamila Drago Bona

Orientadora: Renata Hermann de Almeida

Título da dissertação: Patrimonialização Social. A comunidade como laboratório de representação identitária: experimento em Alto Liberdade – Marilândia/ES.

FAIXA ETÁRIA 01	
01	Luisa Lorencini
02	Alaan Francisco Ribeiro
03	Isabela Lorencini Bertoldi
04	Isabelly Fiorot Pessimilio
05	Carolyne Gomes Fiorani
06	Pâmela Monteiro
07	Taísa Merlo Drago
08	Naiara Maria Ribeiro
FAIXA ETÁRIA 02	
01	Brenda Merlo Pavani
02	Théo Magnago
03	Thais Bertoldi Lorencini
04	Tainara Botan Fagundes
05	Mariana Meneghini
06	Paloma Smarzaro
07	Ana Carolina de Souza Custódio
08	Debora Bertoldi
FAIXA ETÁRIA 03	
01	Rafael Smarzaro
02	Ramon Marinho Entringer
03	Emilio Gabriel
04	Lidiane Dondoni Lorencini
05	Polyana Moysés Gabriel
06	Mirela Magnago Fiorot Bona
07	Carina Magnago Fiorot Pessimilio
FAIXA ETÁRIA 04	
01	Adileuza Meneghini Smarzaro

02	Vanderléia Casagrande Gabriel
03	Jozimeris Maria Gabriel
04	Edna Lorencini
05	Arleide Lorencini Magnago
06	Adelson Luis Lorencini
07	Rosimeri Margarida Lorencini Bonna
08	Gilmar Inacio Bonna
09	Anarilda Bertoldi Lorencini
10	Idália Drago Bona
11	Conceição Zancanela Bona
12	Terezinha Bona Cecato
13	Anadir Gaburro Casagrande
14	Maria Lucy Cecato Gabriel
15	Adilon Vitor

ANEXO II

Pesquisadora: Kamila Drago Bona

Orientadora: Renata Hermanny de Almeida

Título da dissertação: Patrimonialização Social. A comunidade como laboratório de representação identitária: experimento em Alto Liberdade – Marilândia/ES.

MAPAS COGNITIVOS

(moradores de Alto Liberdade participantes da pesquisa – ordenado conforme anexo

I)

ANEXO III

Pesquisadora: Kamila Drago Bona

Orientadora: Renata Hermann de Almeida

Título da dissertação: Patrimonialização Social. A comunidade como laboratório de representação identitária: experimento em Alto Liberdade – Marilândia/ES.

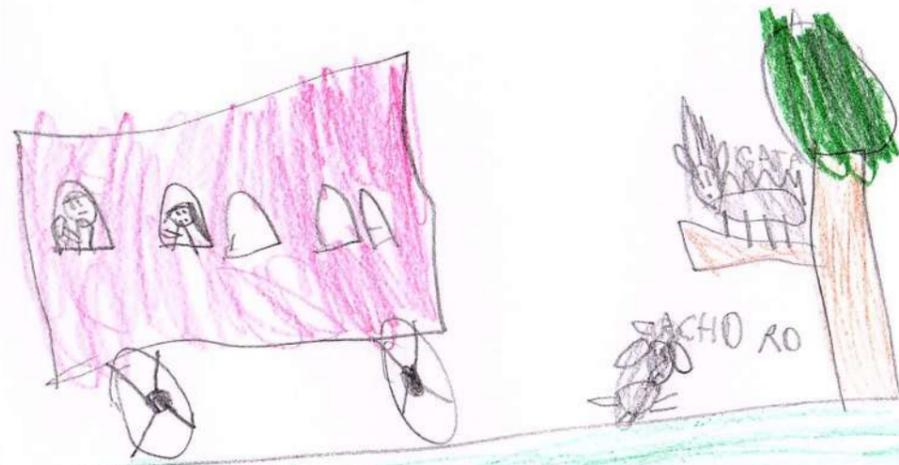
Perfil do Entrevistado – Comunidade de Alto Liberdade, Marilândia/ES
Nome:
Naturalidade (onde nasceu):
Data de nascimento:
Escolaridade:
Profissão:
Onde mora?
Há quanto tempo mora na comunidade?

Roteiro das entrevistas orais
Nome completo; data de nascimento; onde nasceu;
Quando chegou na comunidade (a quanto tempo mora na comunidade de Alto Liberdade)?
Como era a comunidade quando chegou (primeiras construções, cultivo, convivência entre as pessoas)?
Como era à saída da produção (para onde era vendida e qual o meio de transporte)?

O DIA DO GAMBÁ EM CASA



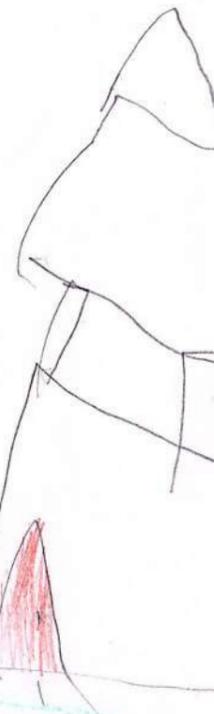
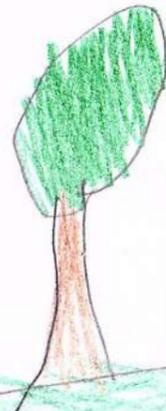
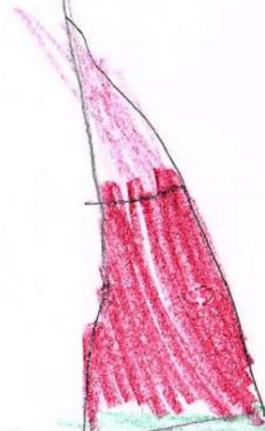
QUANDO ESTOU INDO PARA ESCOLA
BICHO E PESSOAS



AMIGOS DA ESCOLA



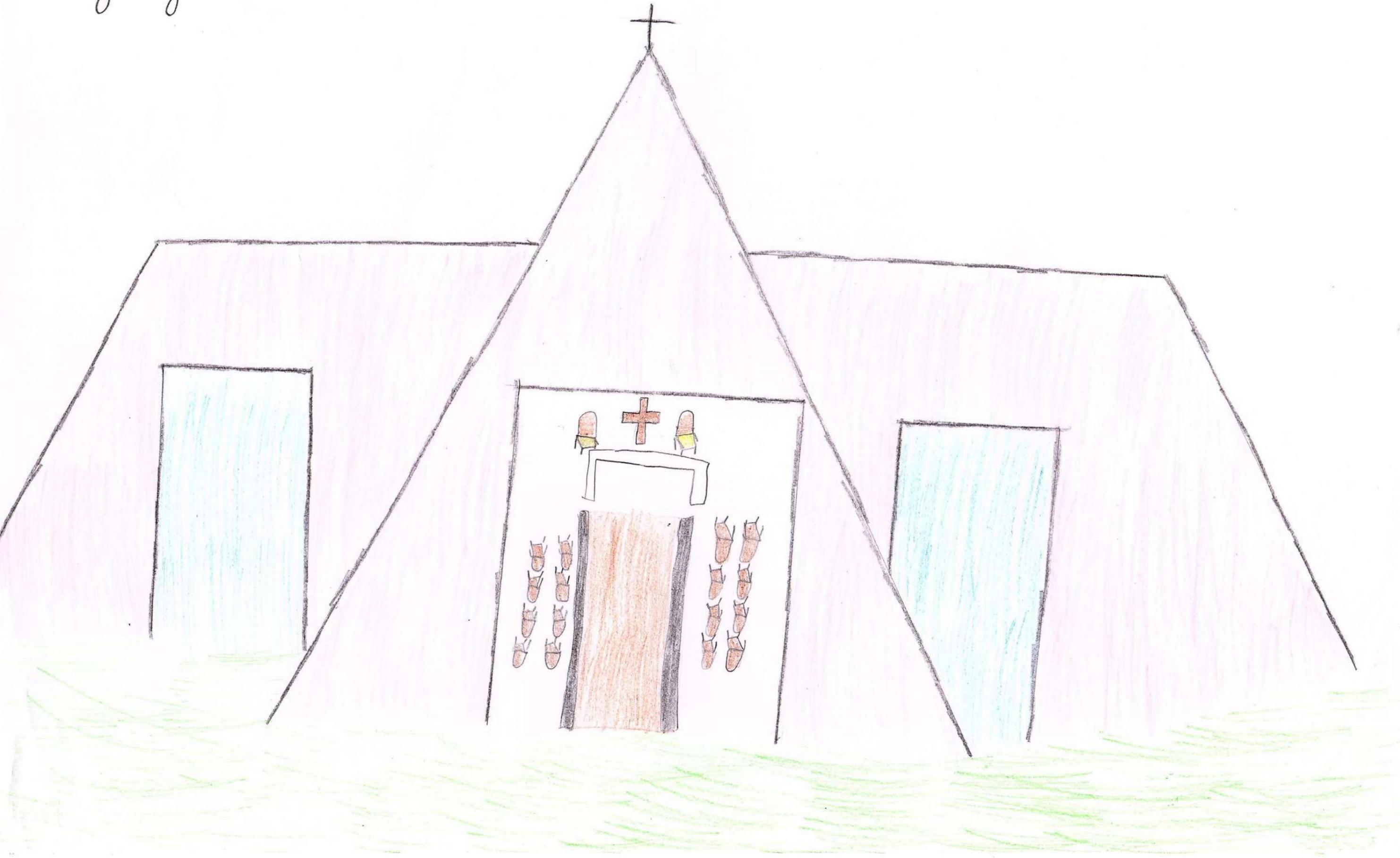
EM JEQUETIBA ~~TUDO~~

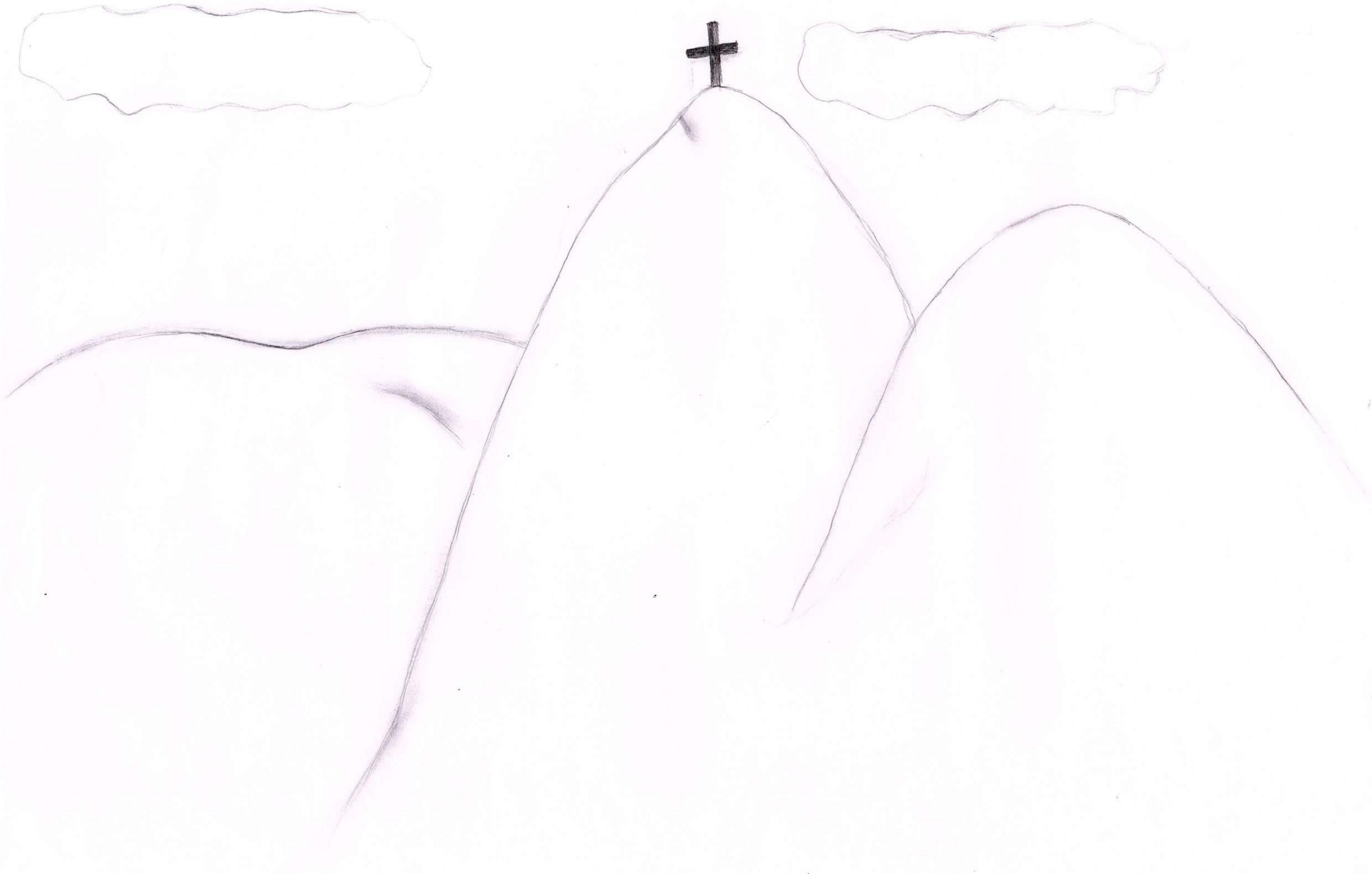


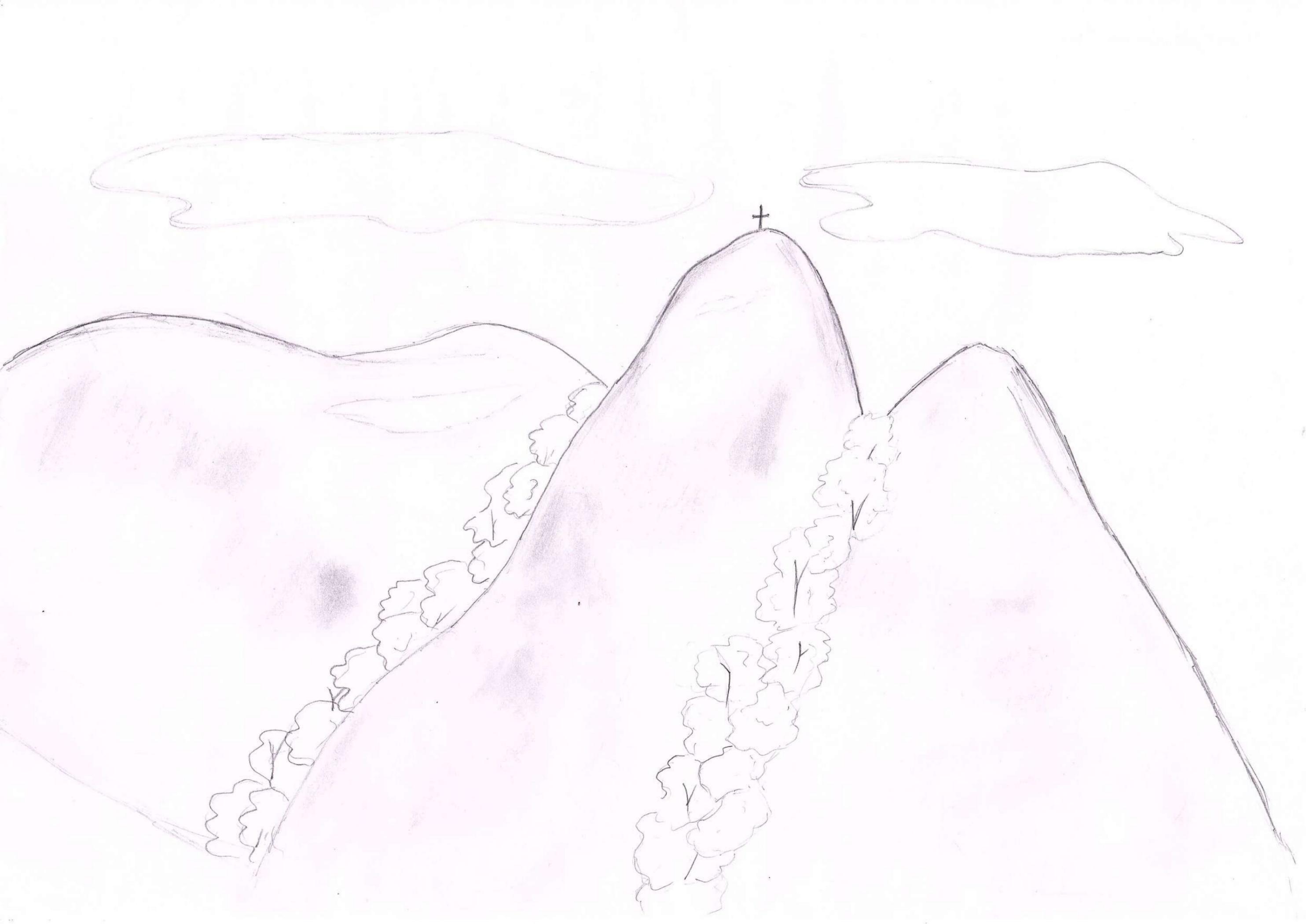
As pessoas de Sabedoria são muito simples e dividem as coisas



Igreja Imaculada Conceição

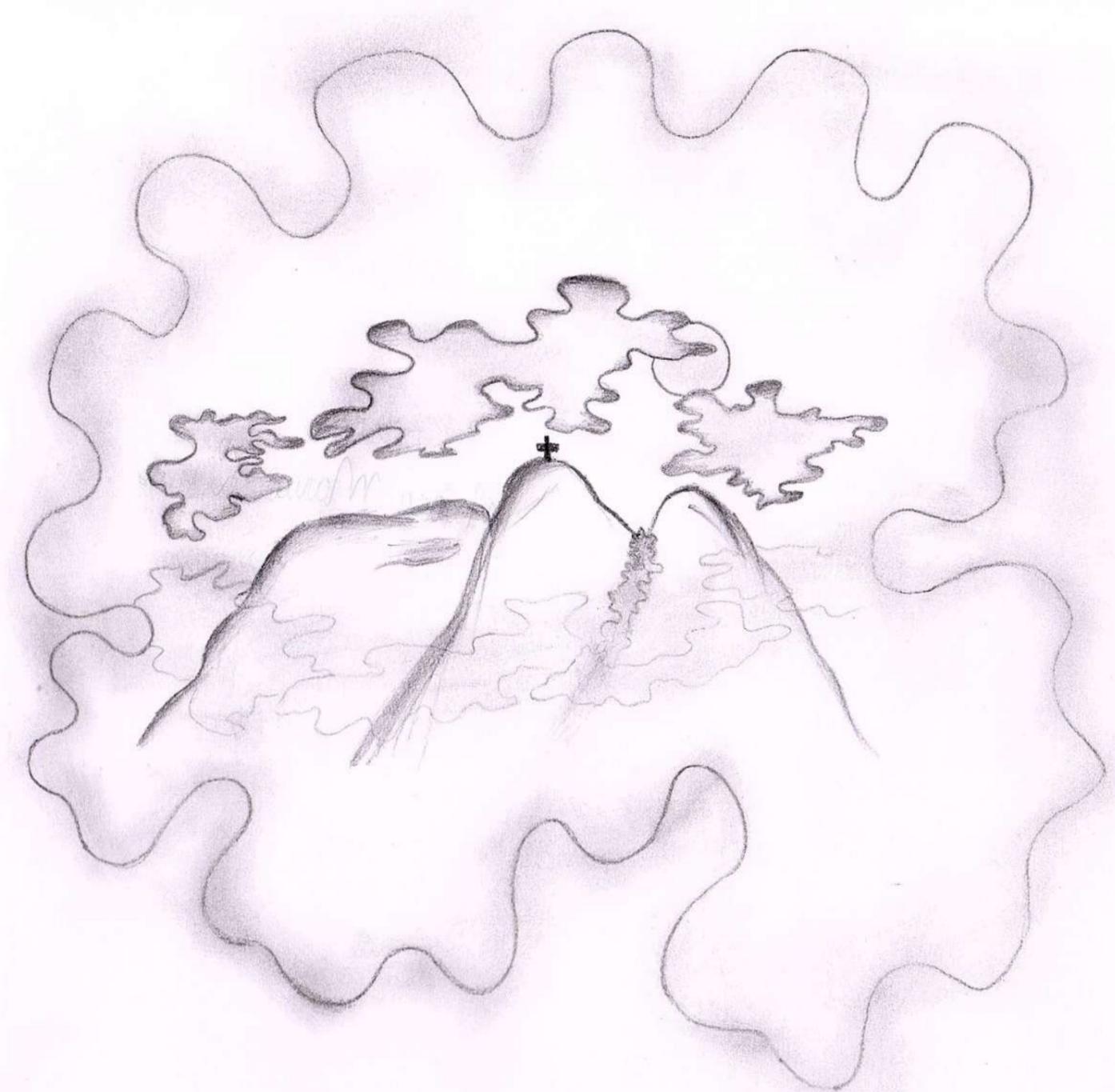






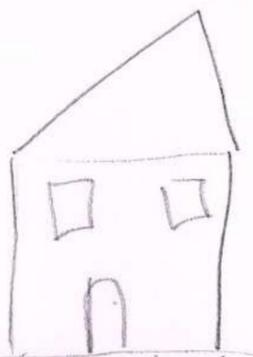
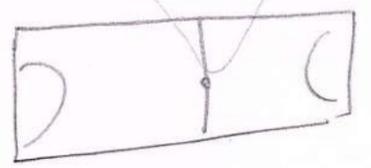






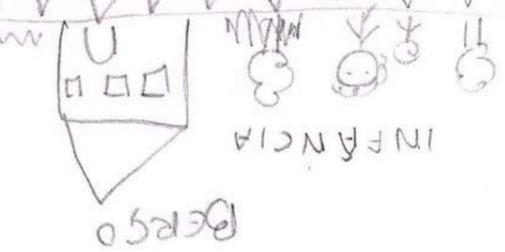
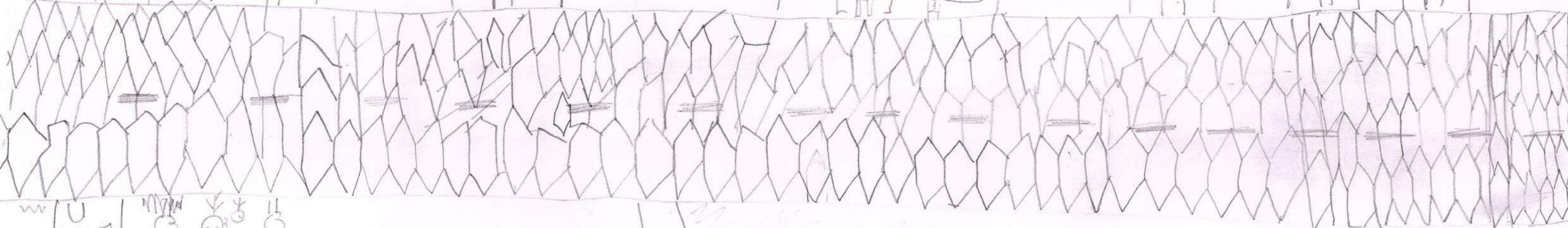


FÉ
AMOR
VALORES



LAZER

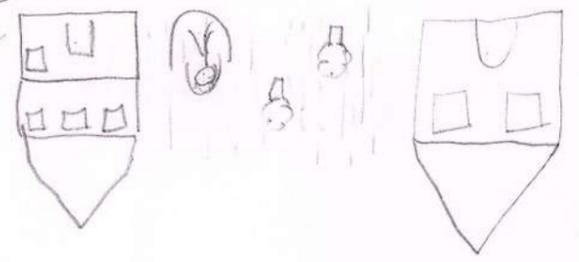
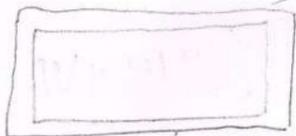
BAR



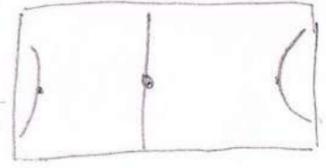
INFANCIA

RHIZ

ALTO-
LIBERDADE

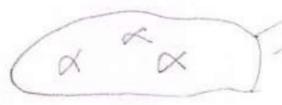
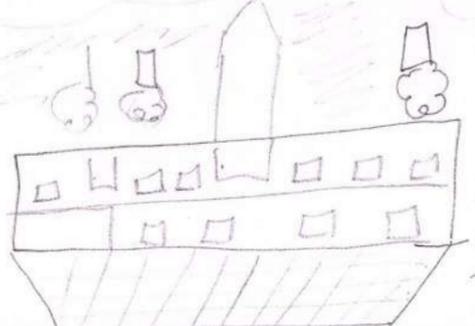


BAR



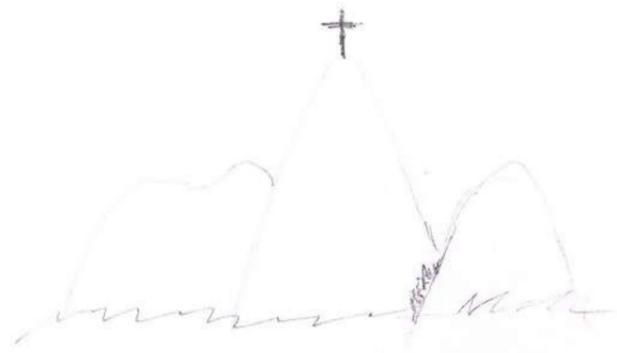
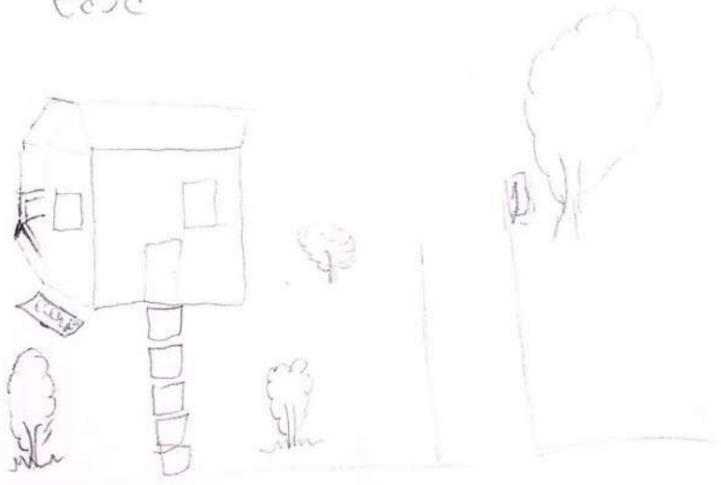
TRADIÇÃO
CULTURA
HISTÓRIA

FAMÍLIA
BASE

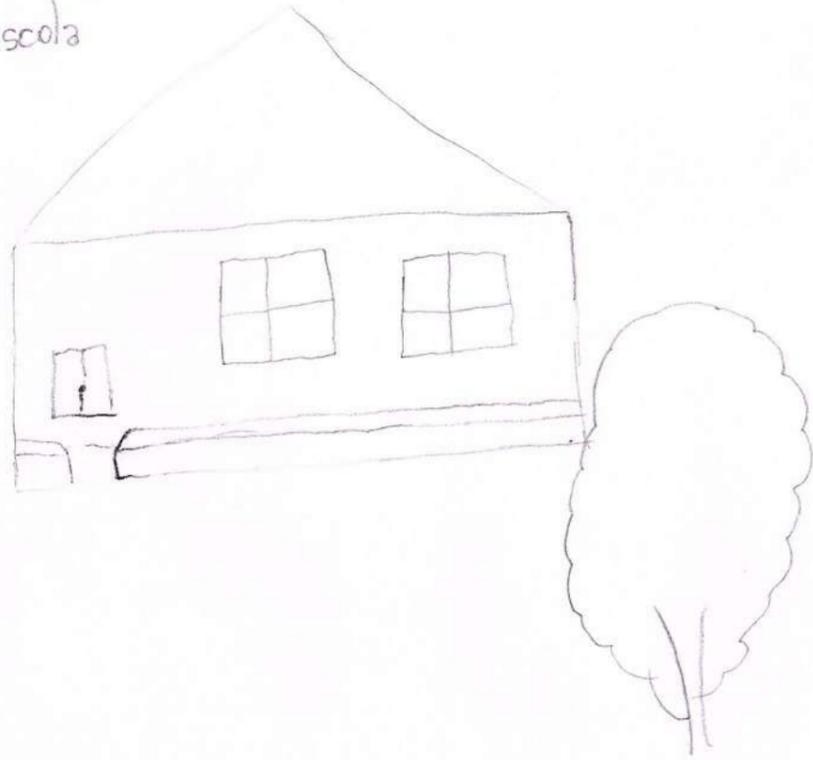


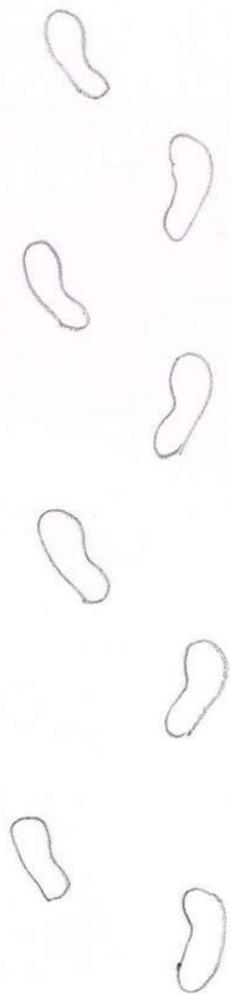
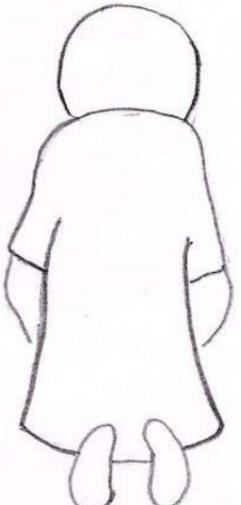
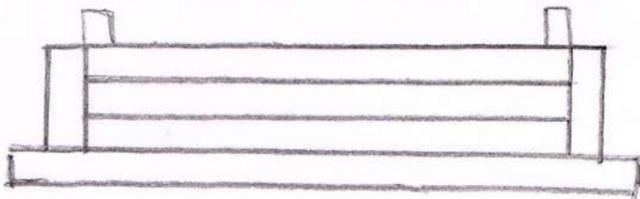
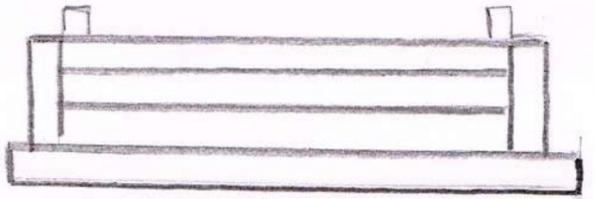
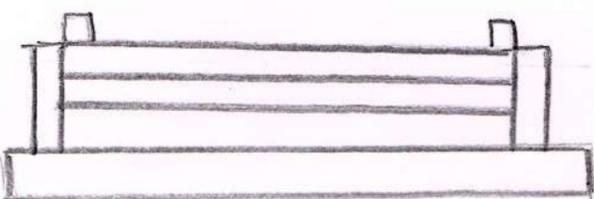
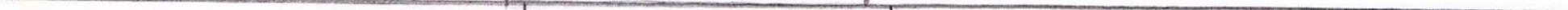
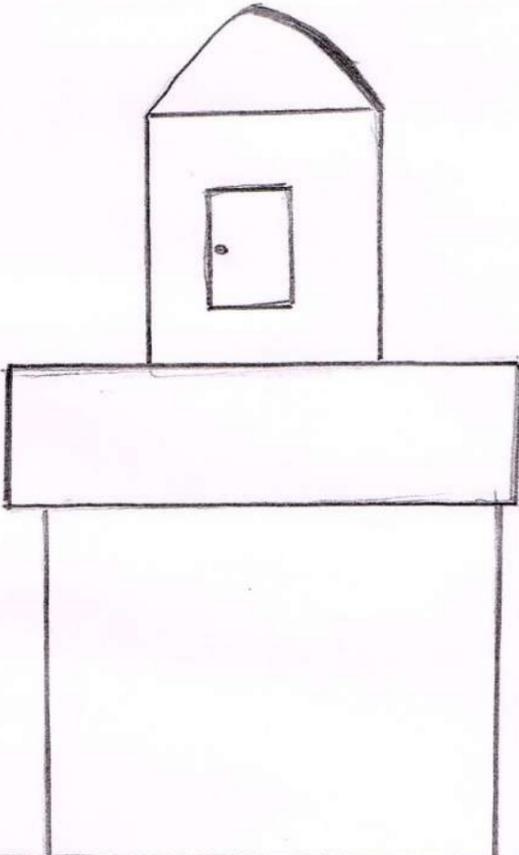
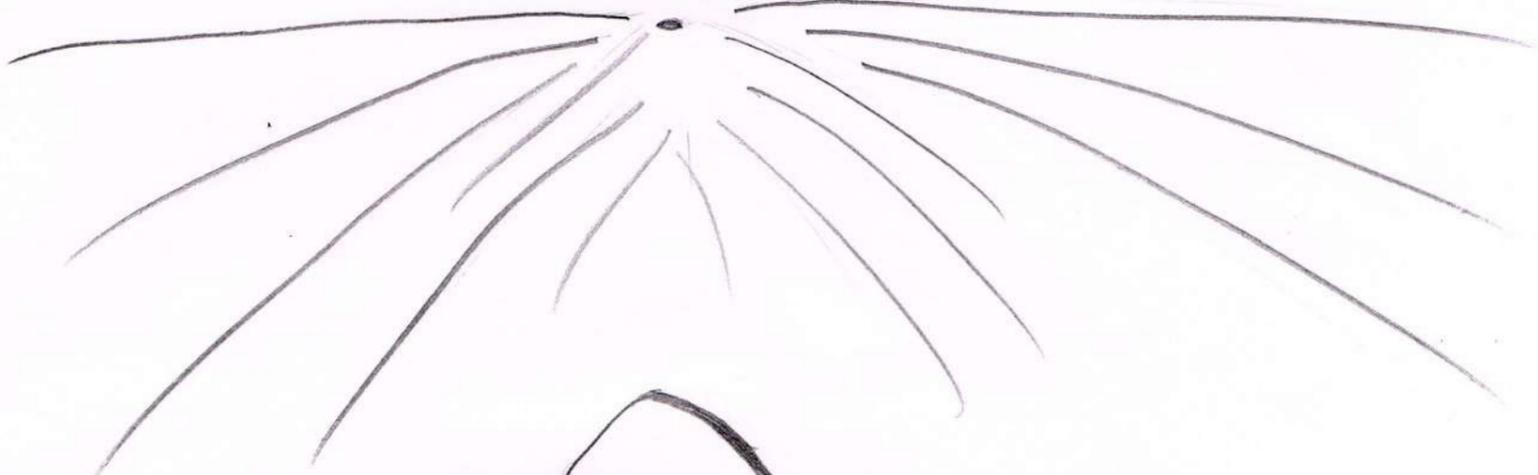
+

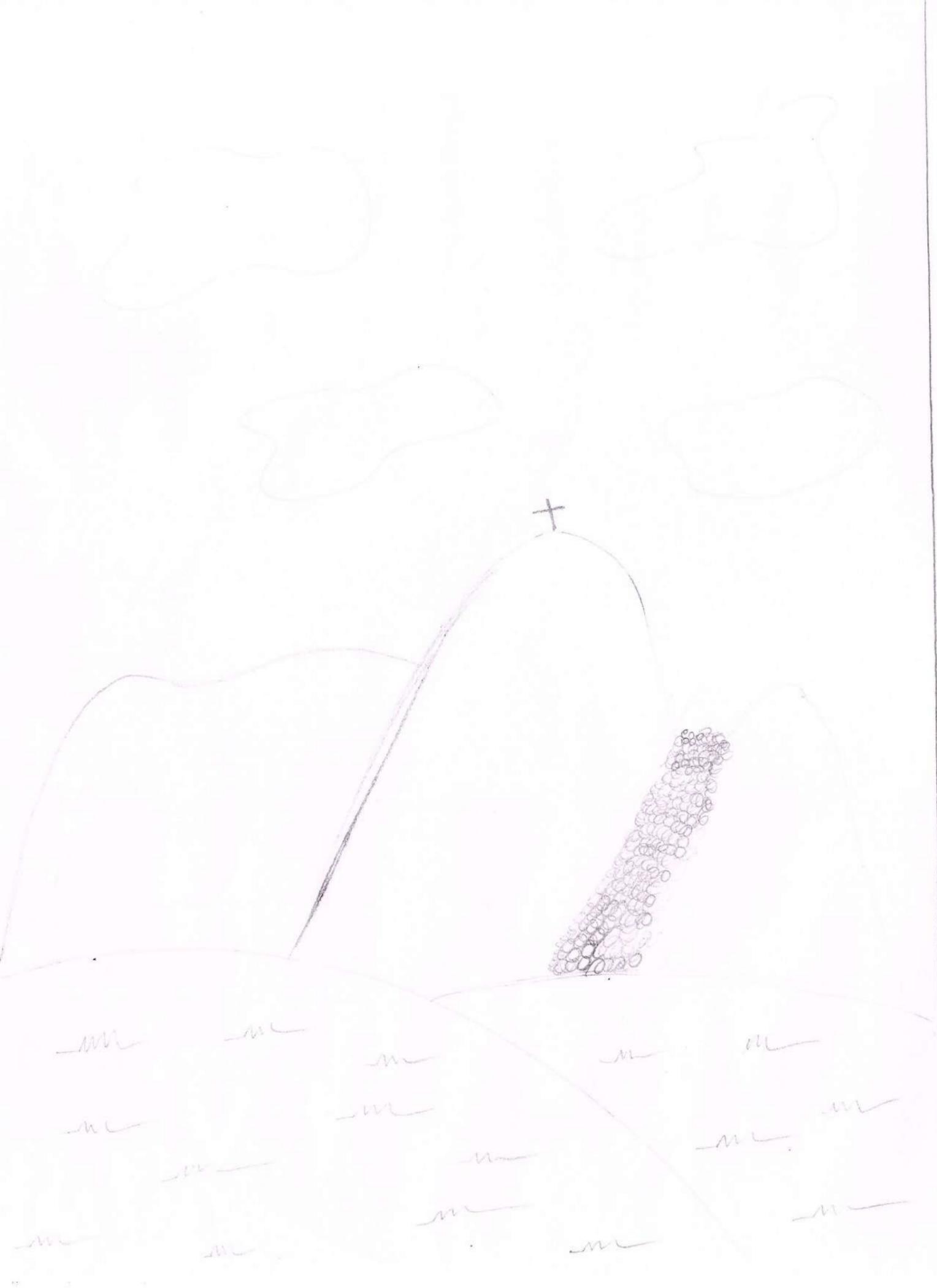
Escola



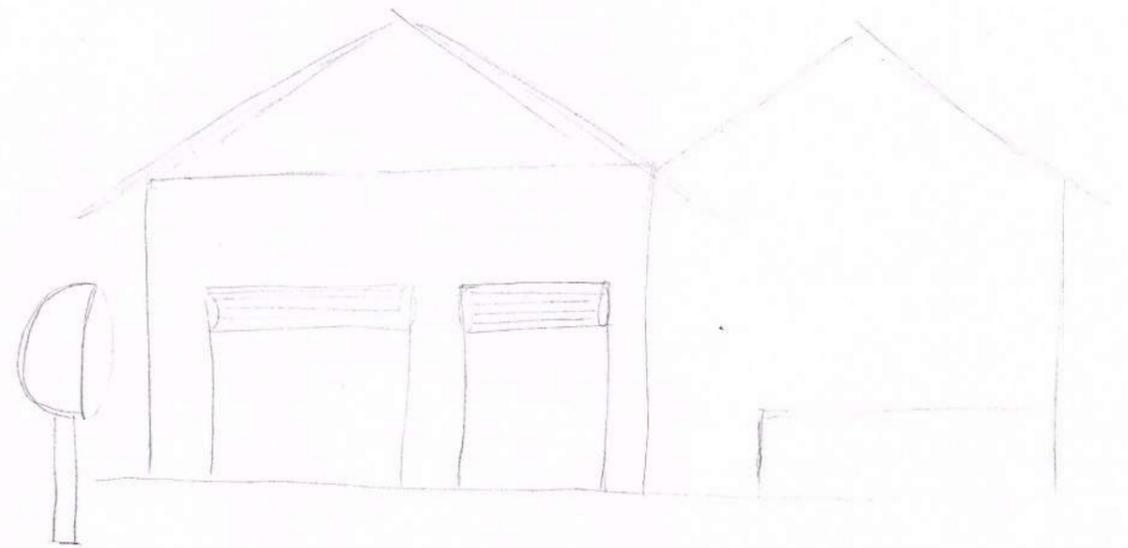
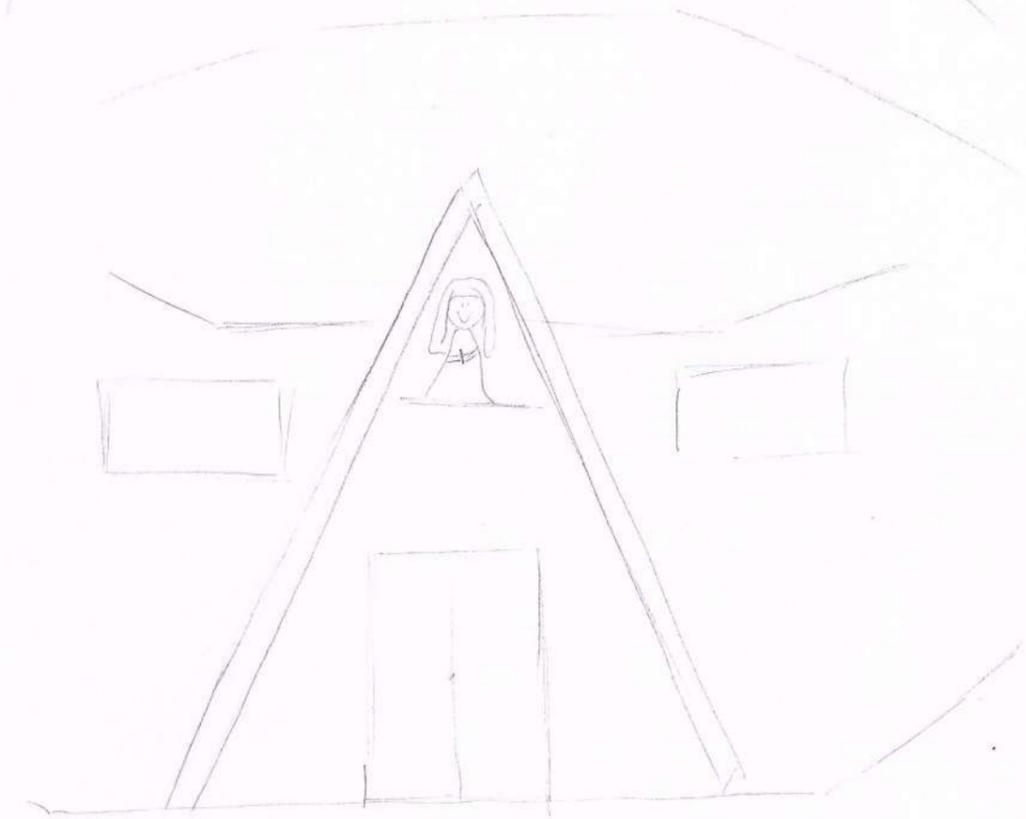
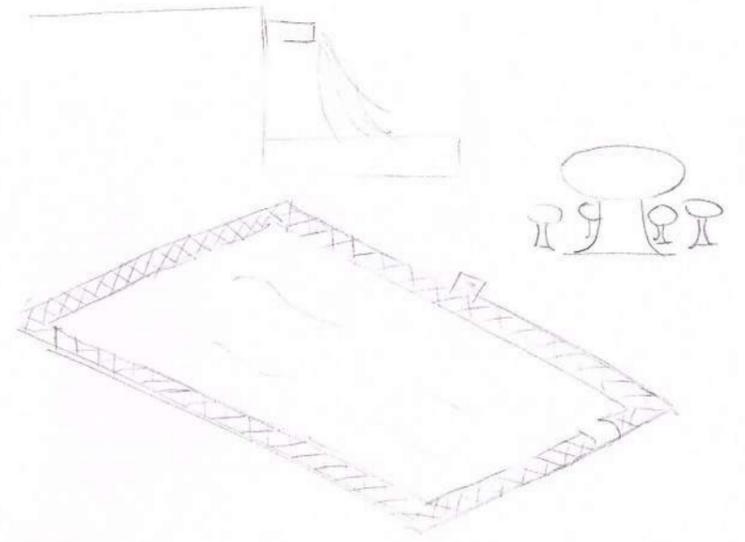
Escola





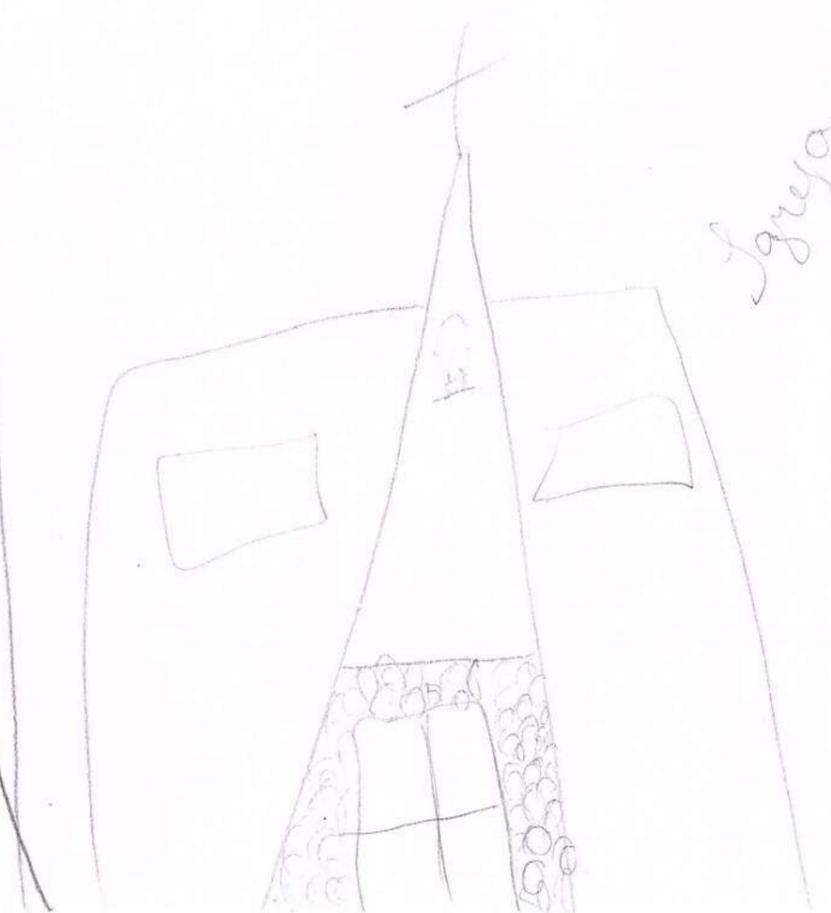








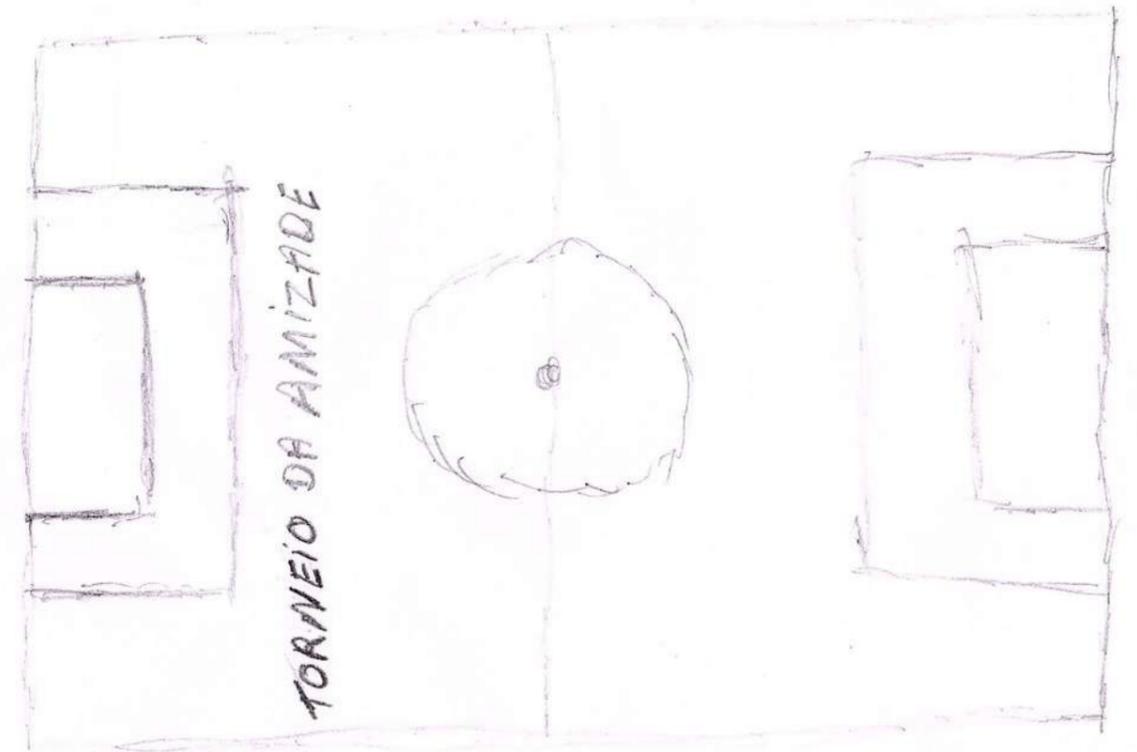
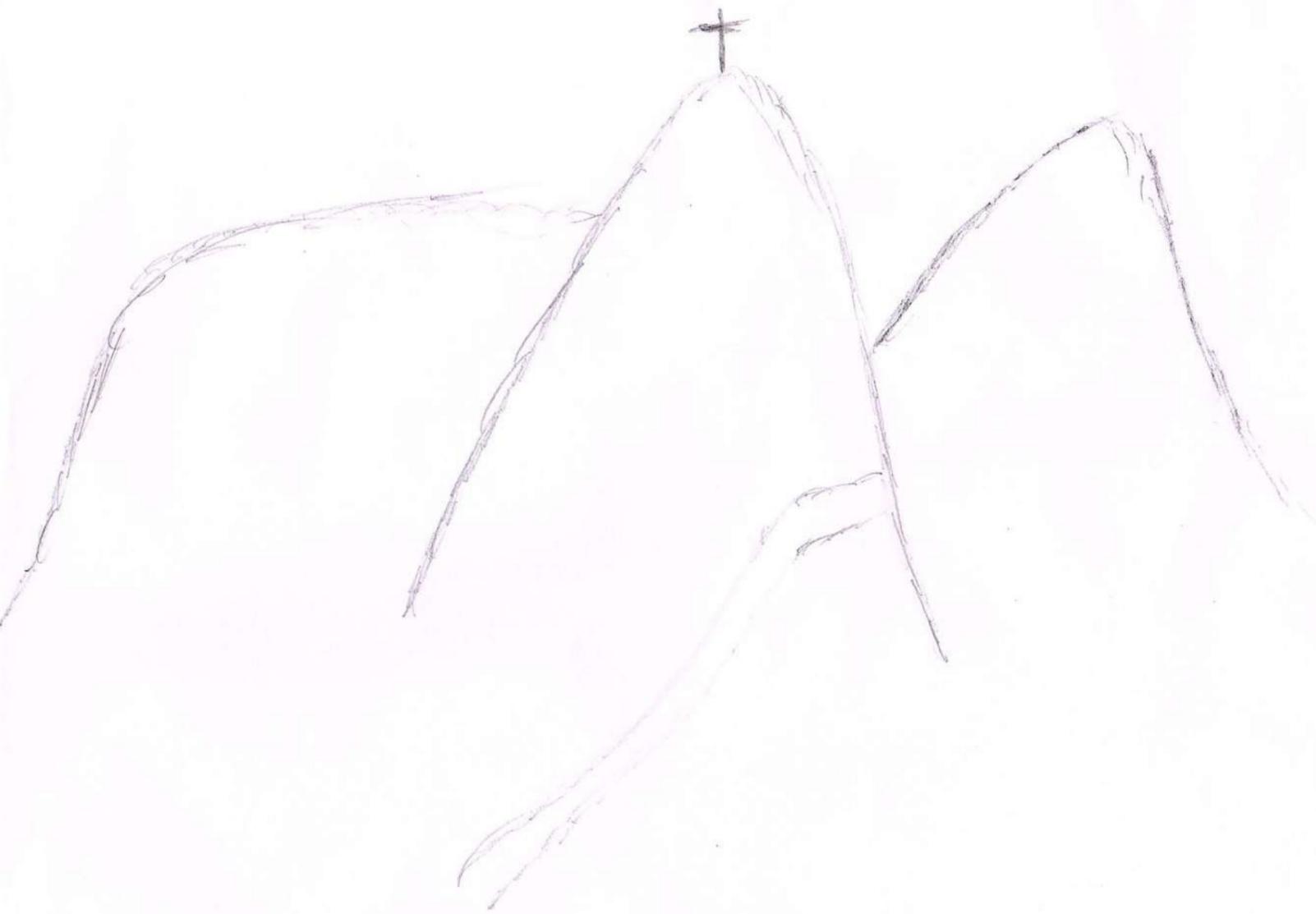
Quero ziro



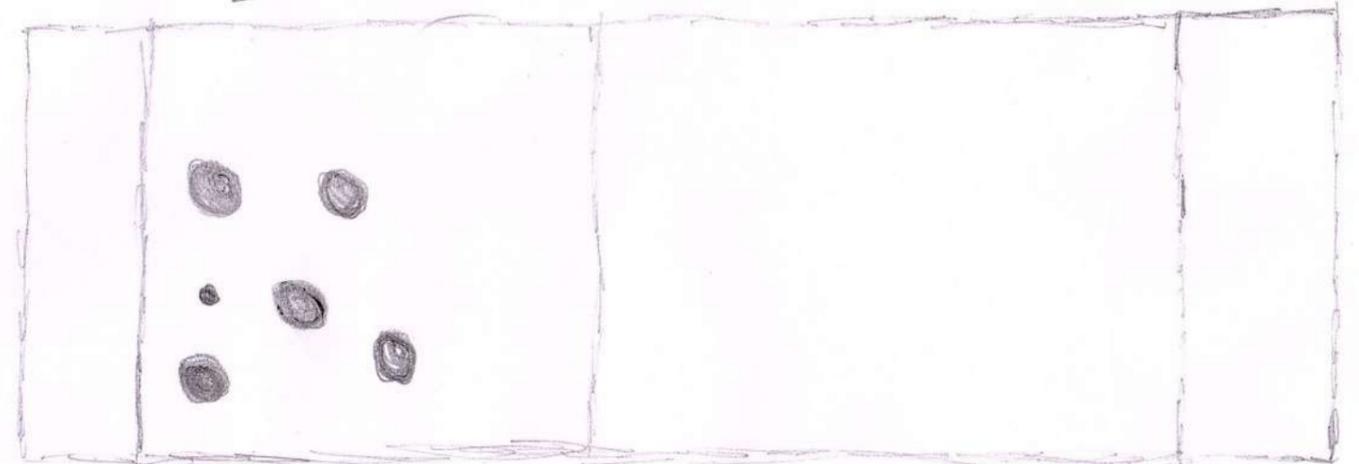
Igreja



Água Viva

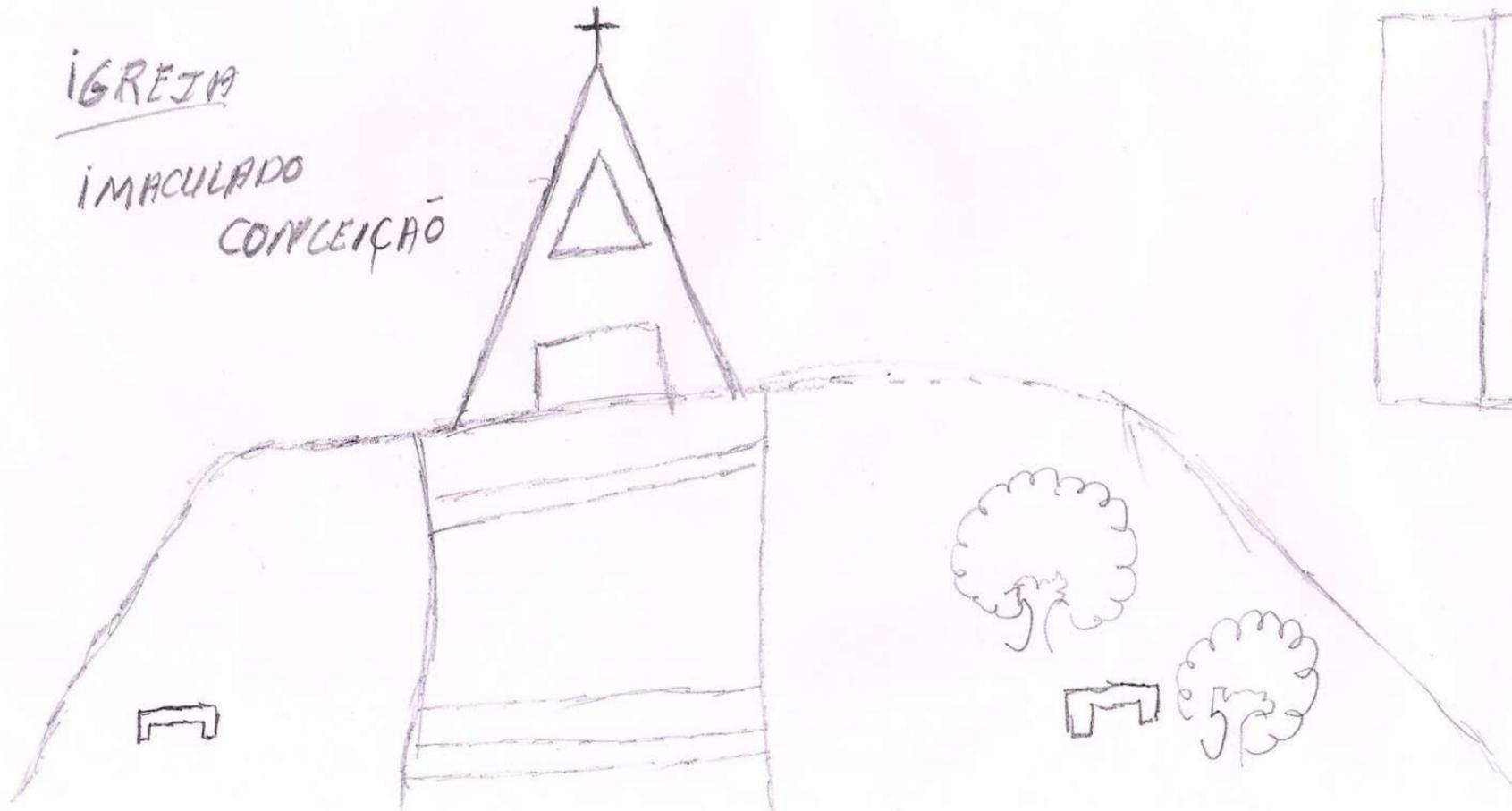


TORNEIO DE BOCHA

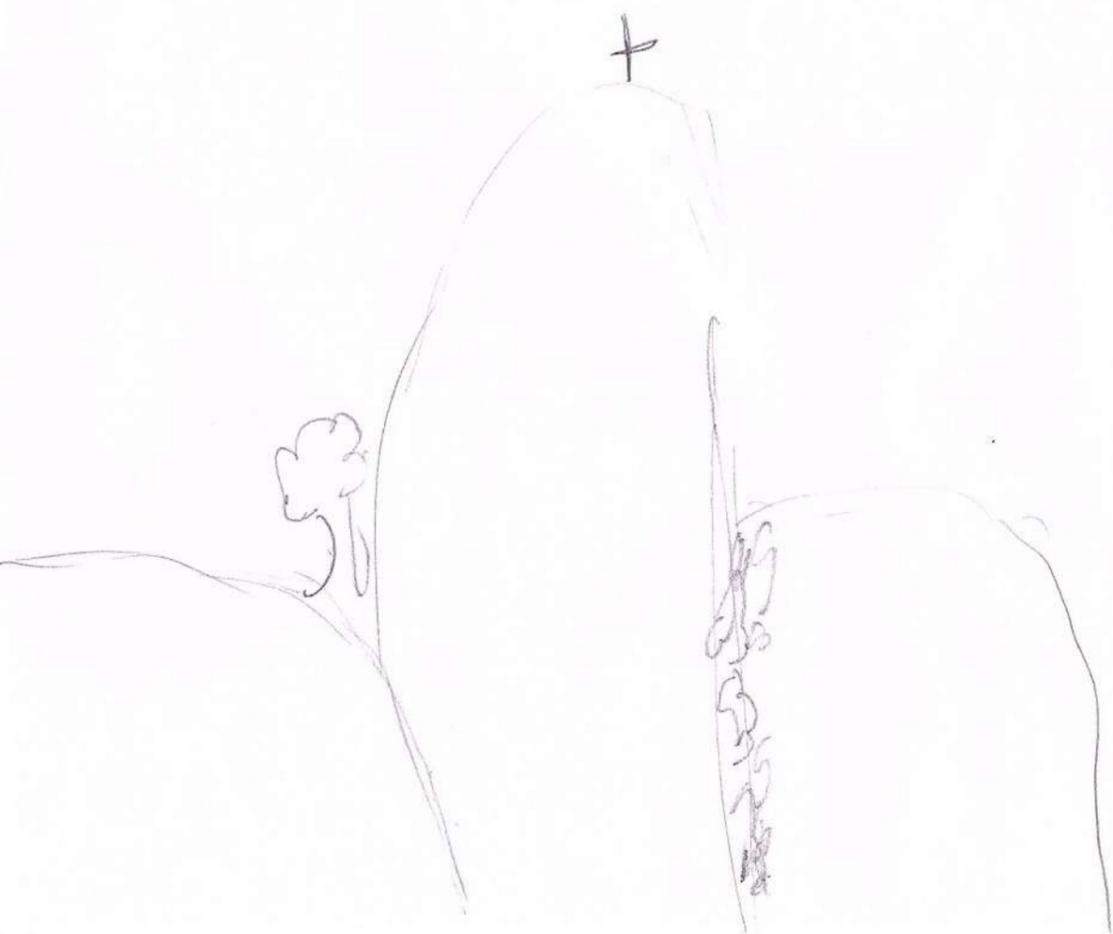


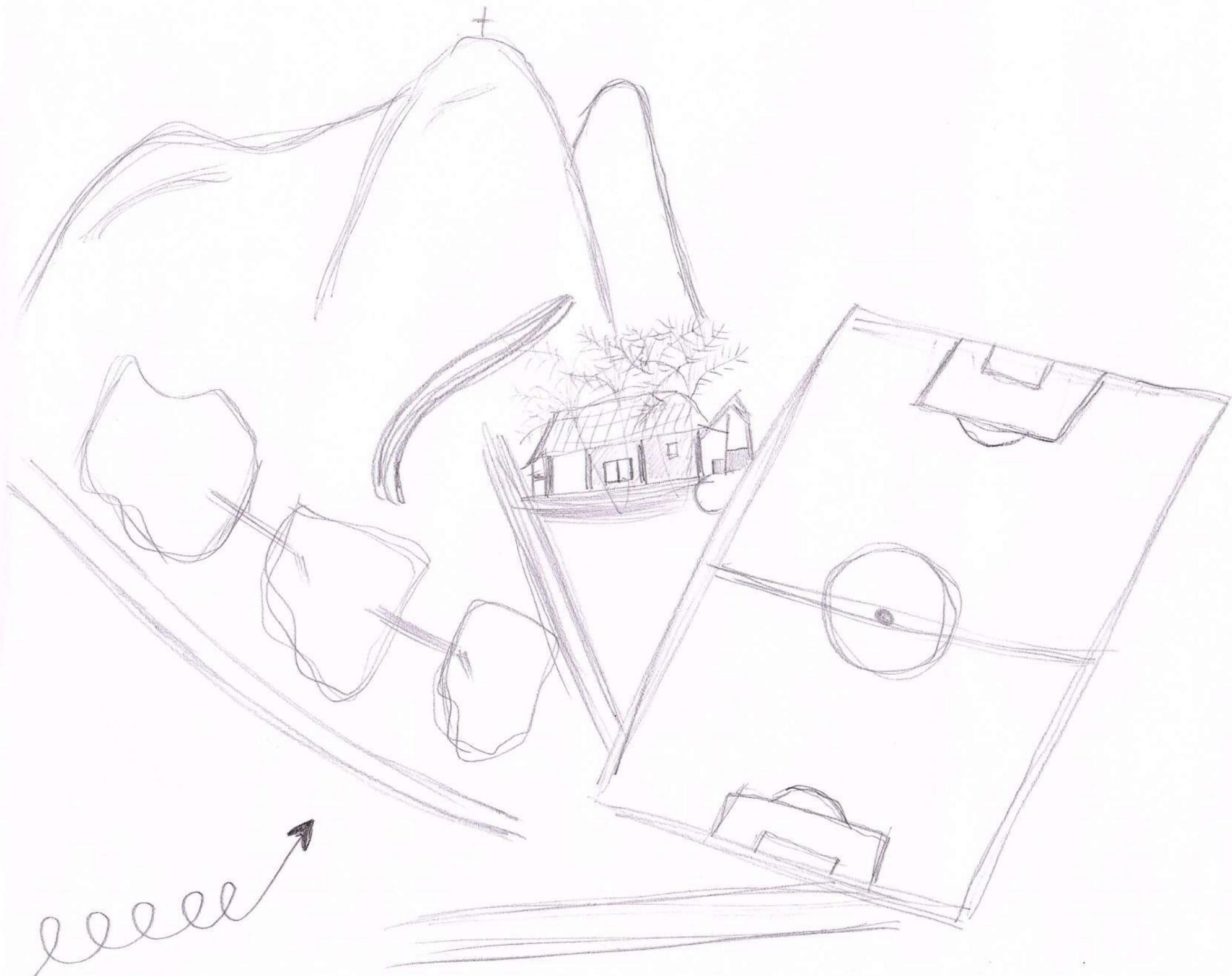
IGREJA

IMACULADO
CONCEIÇÃO



PLAGAR	
04	04
08	08
12	12
16	16
20	20
24	24







FÉ

FAMÍLIA

AMOR

RELIGIOSIDADE

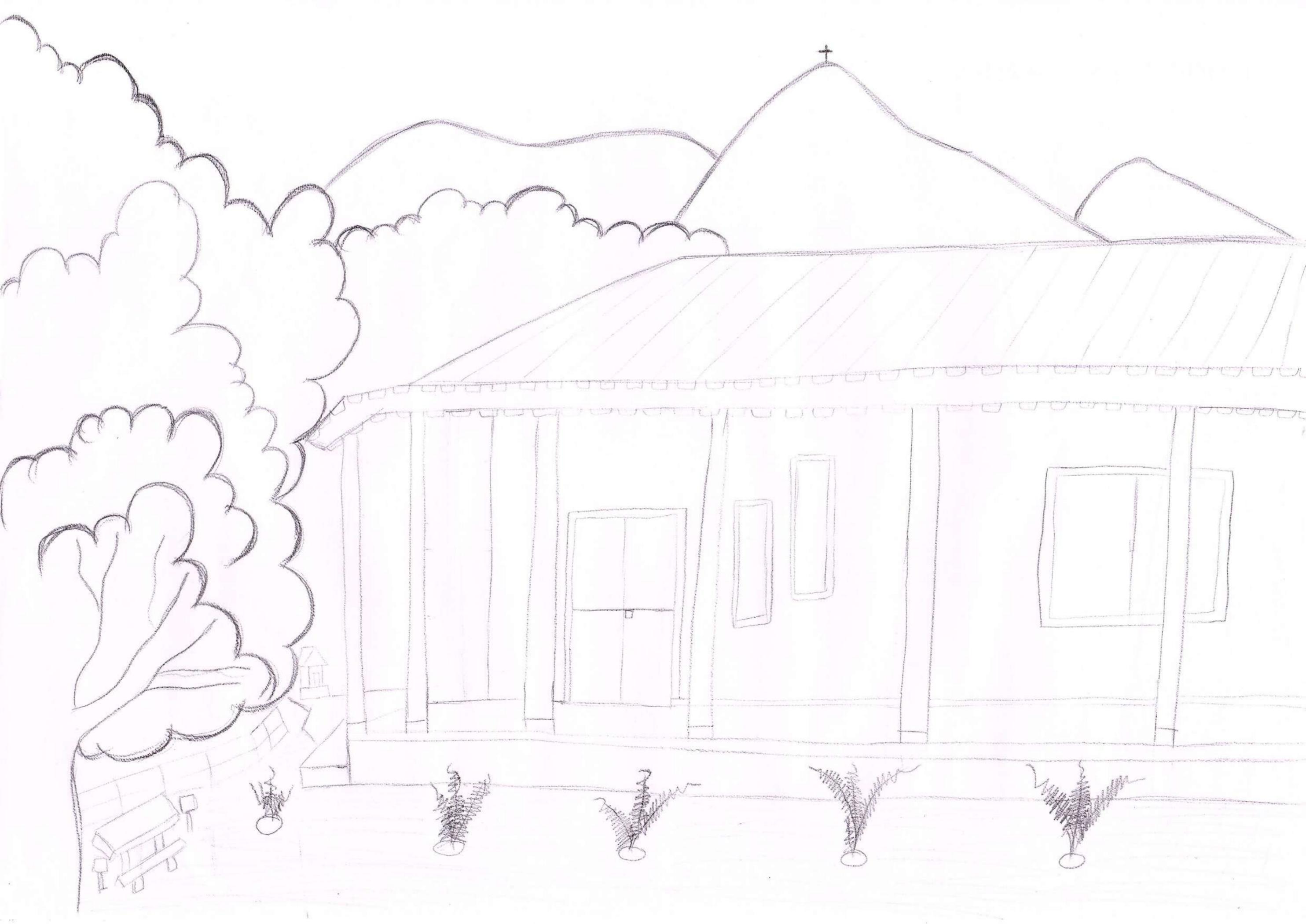
TRANQUILIDADE

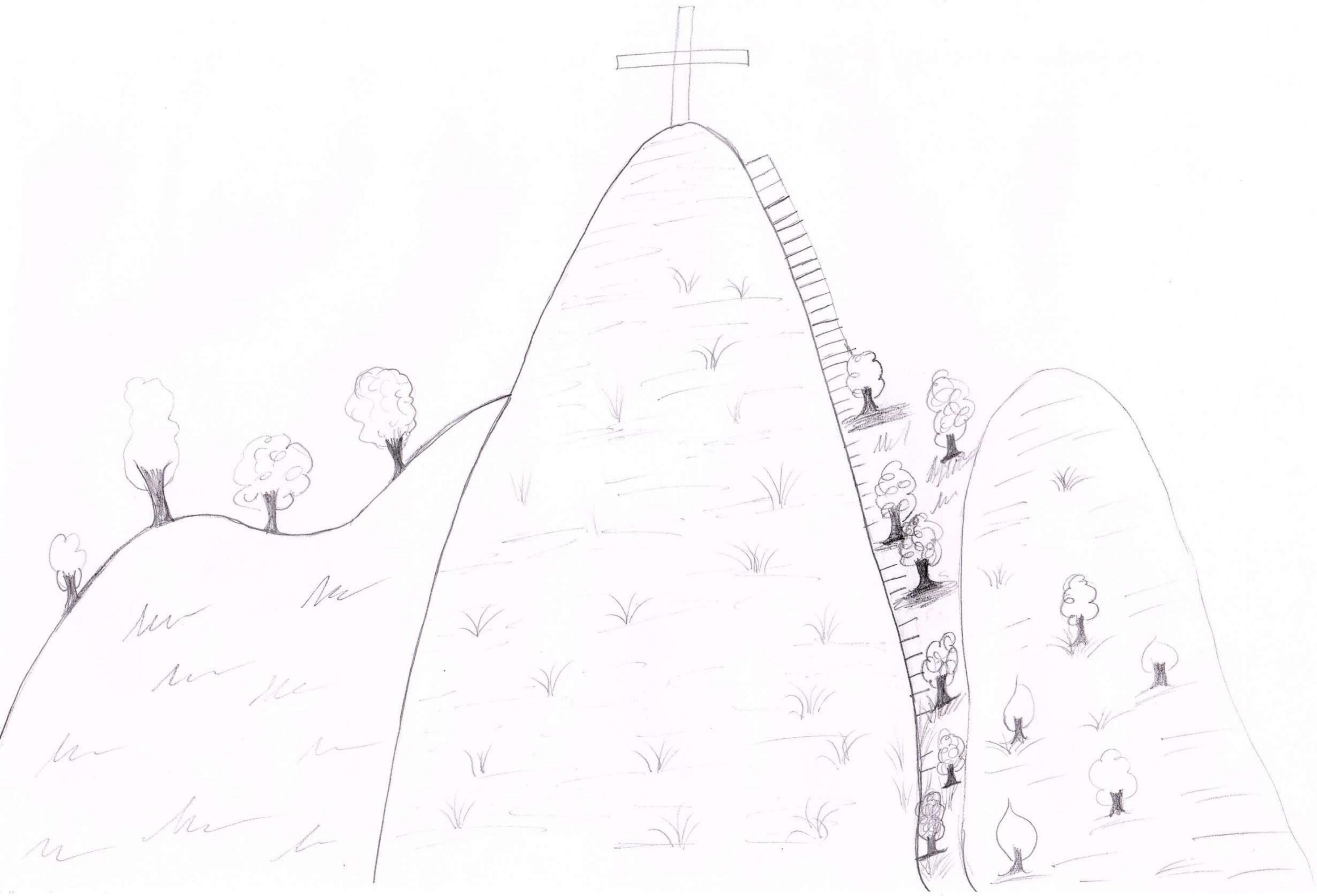
ESCOLA

NATUREZA

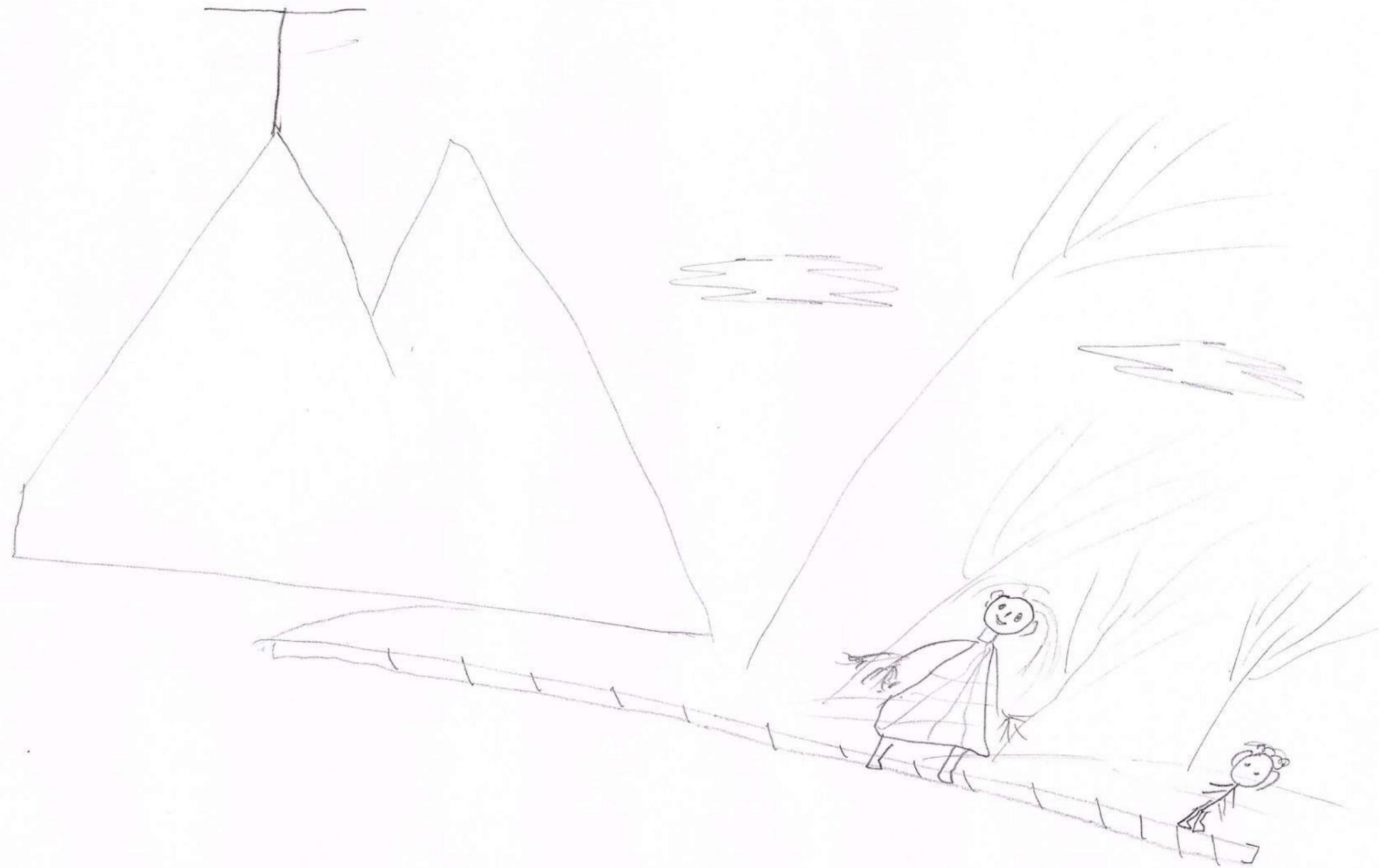
AMIGOS

TRADIÇÕES

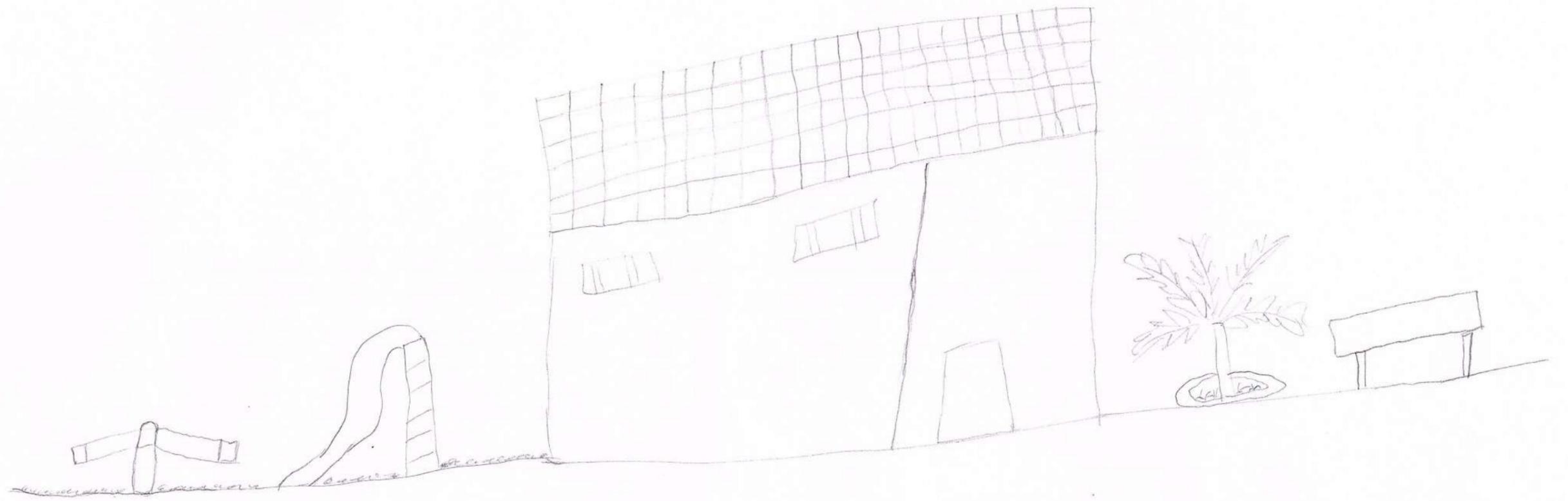
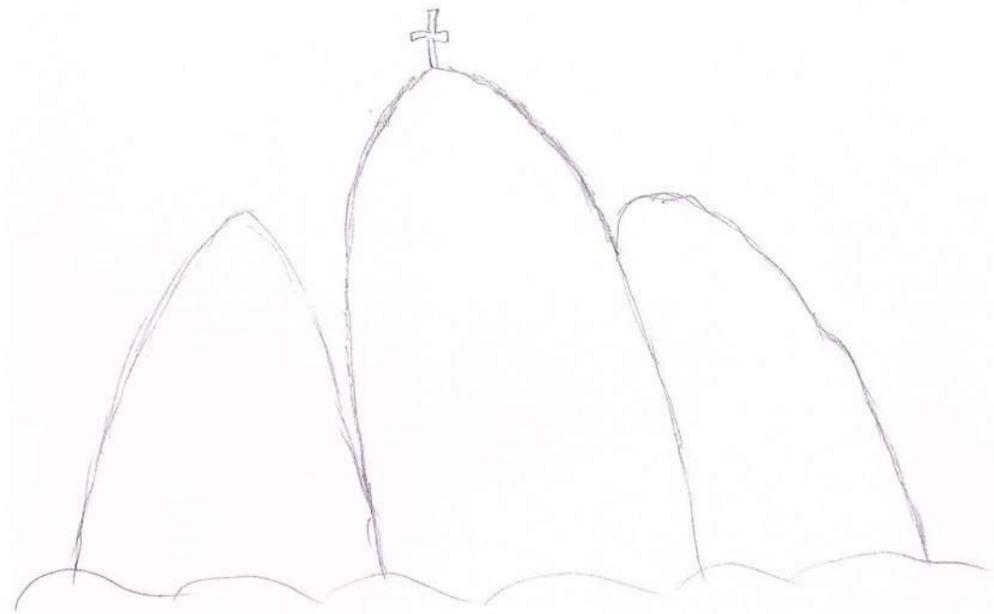


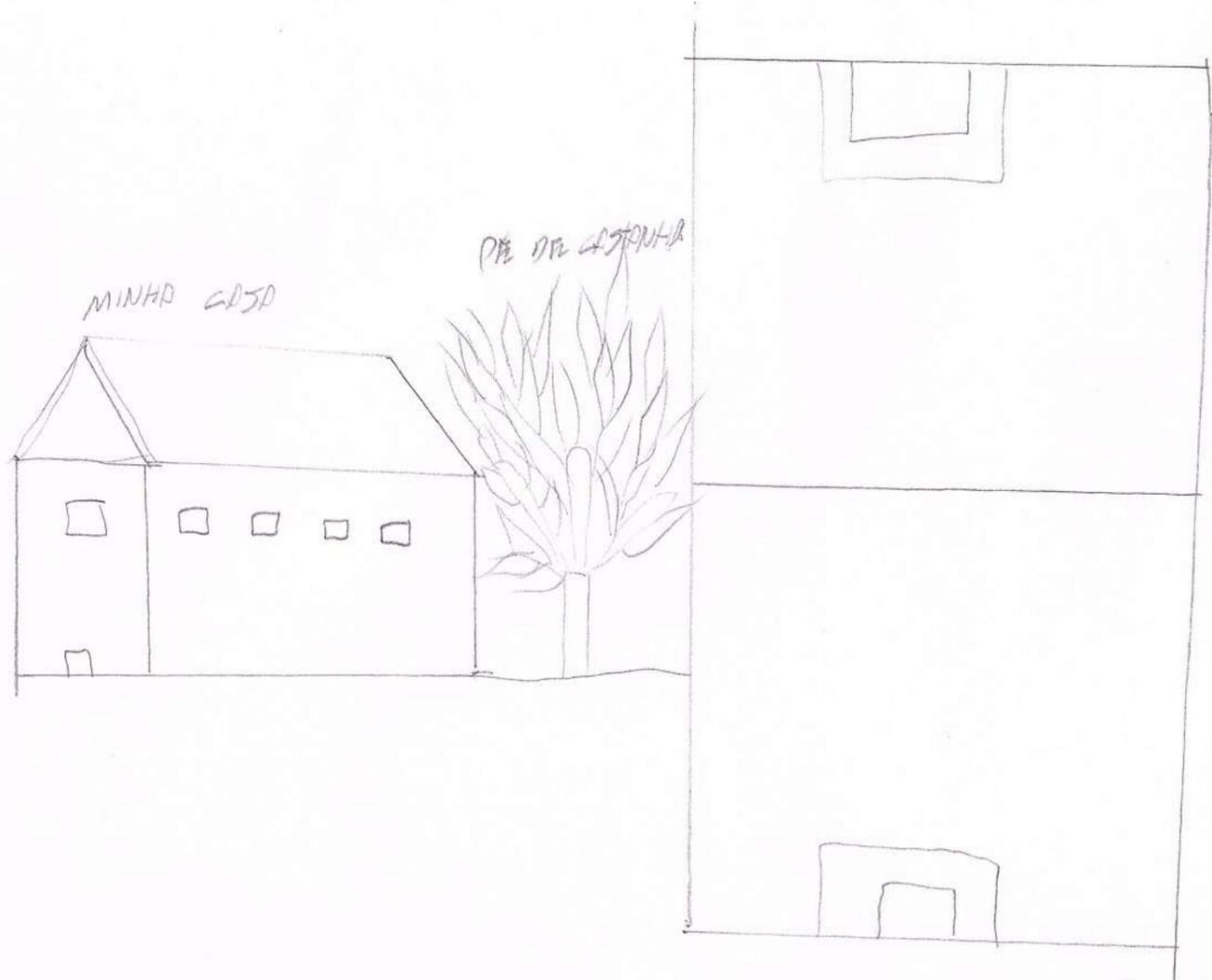






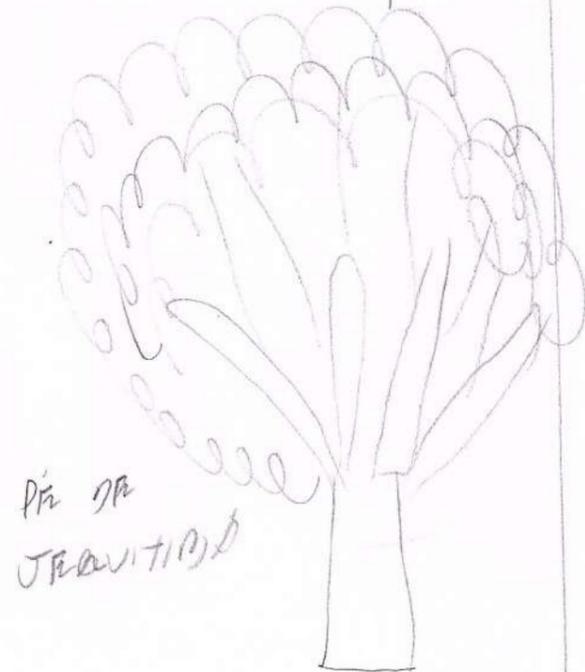
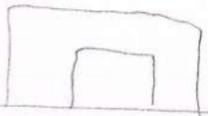






MINHA CASA

PAZ DA ESPERANÇA



PAZ DA
TRAVITIM



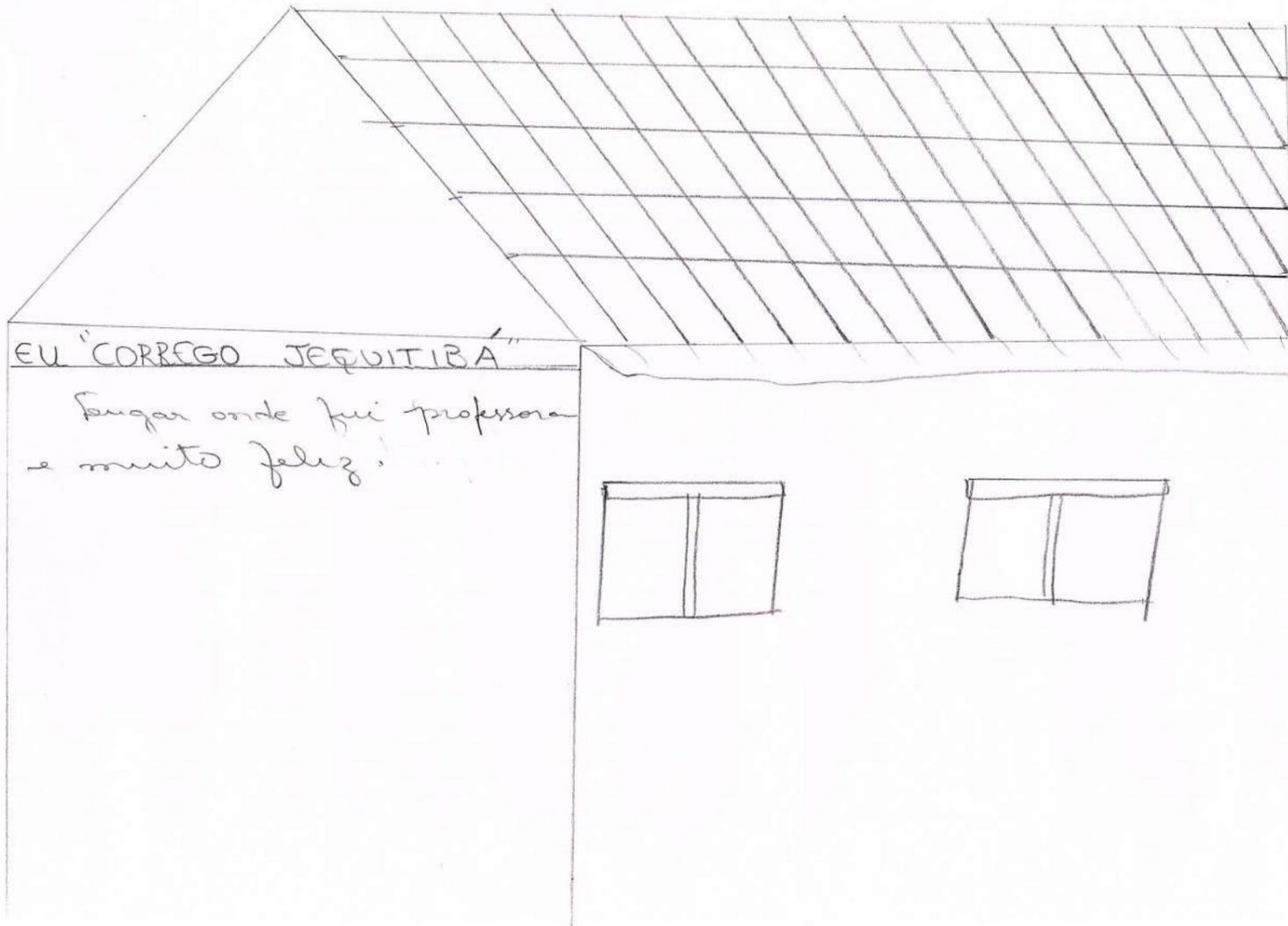
CRUZEIRO.

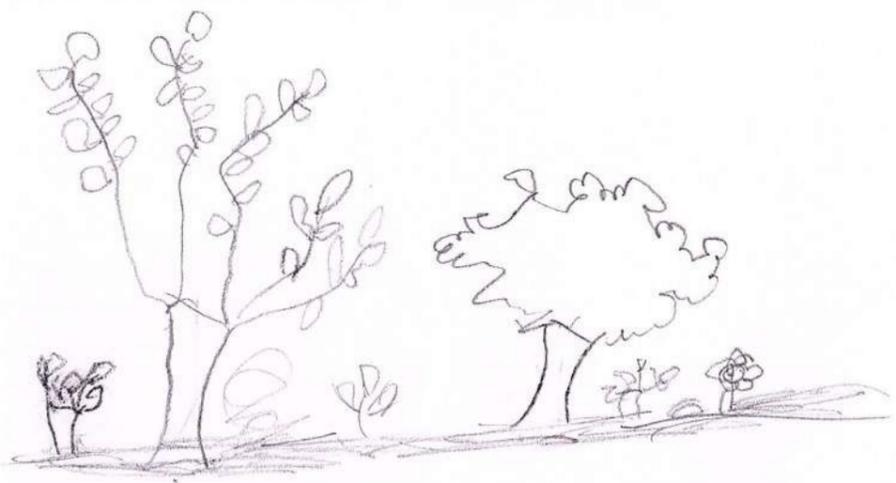
CÓRREGO JEQUITIBA

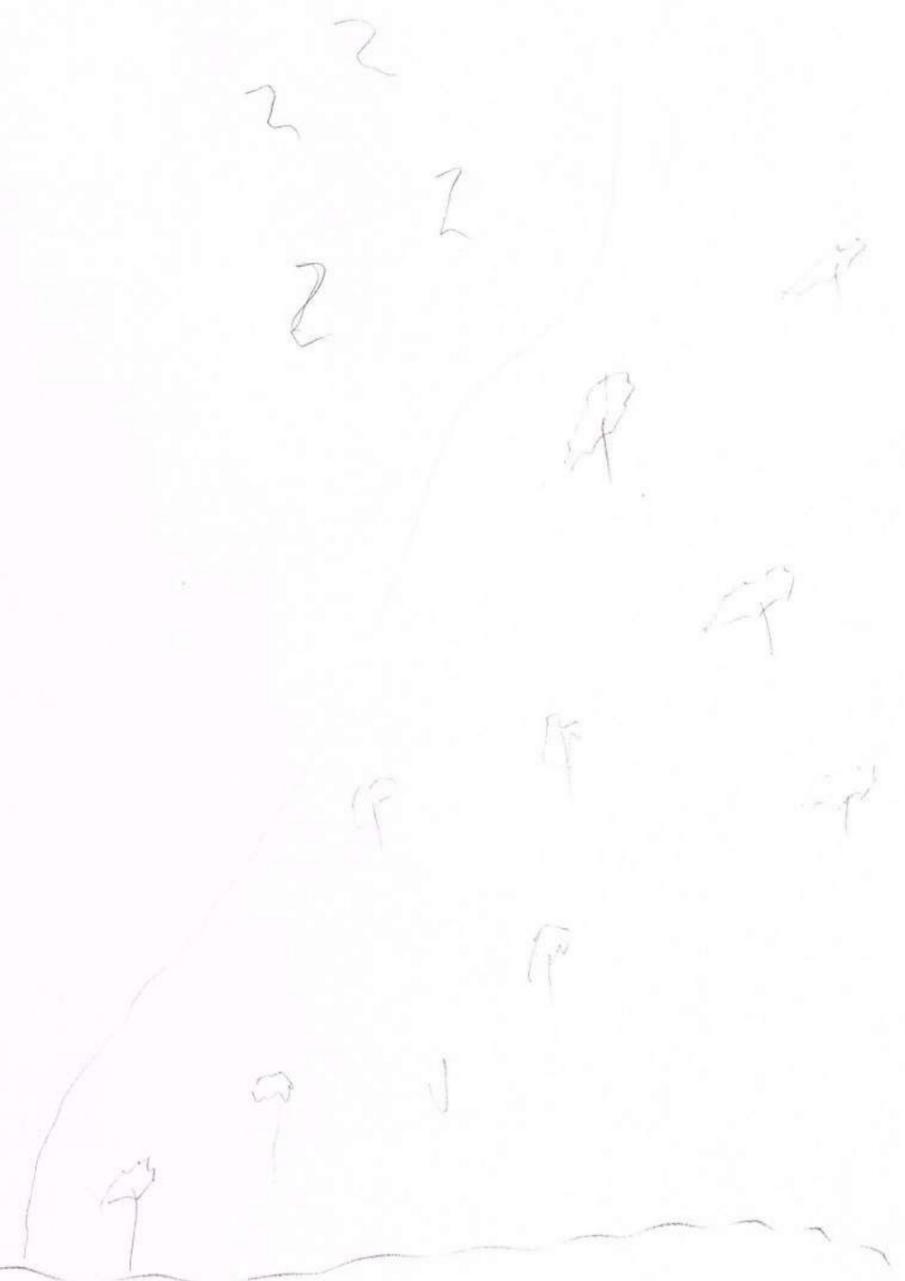
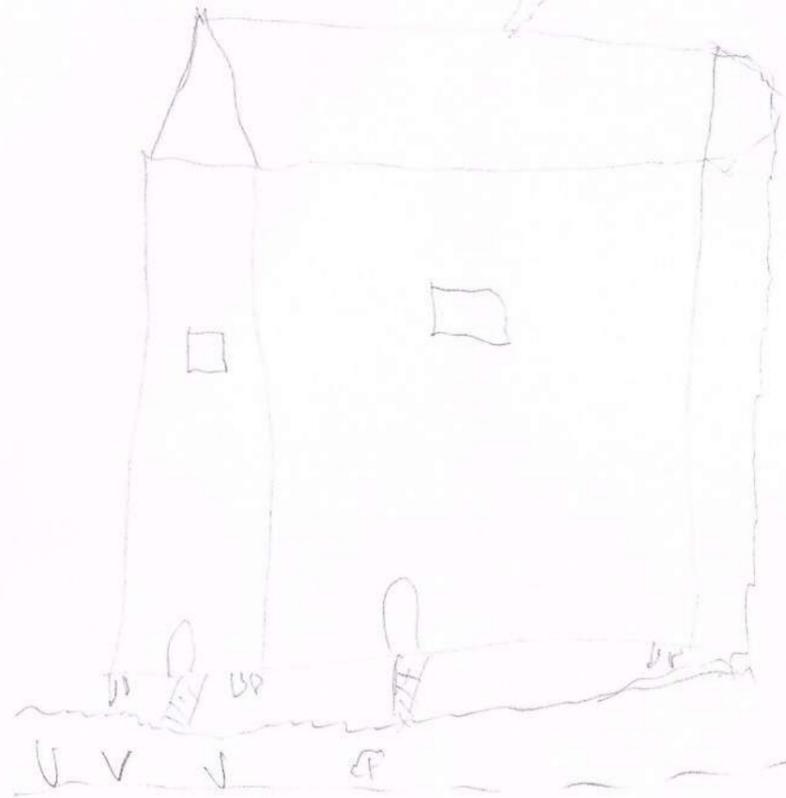
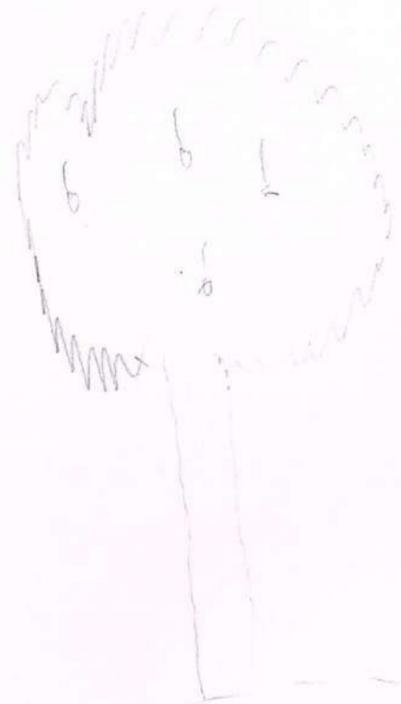
(Local onde nasci, cresci e aprendi a ser o que sou)

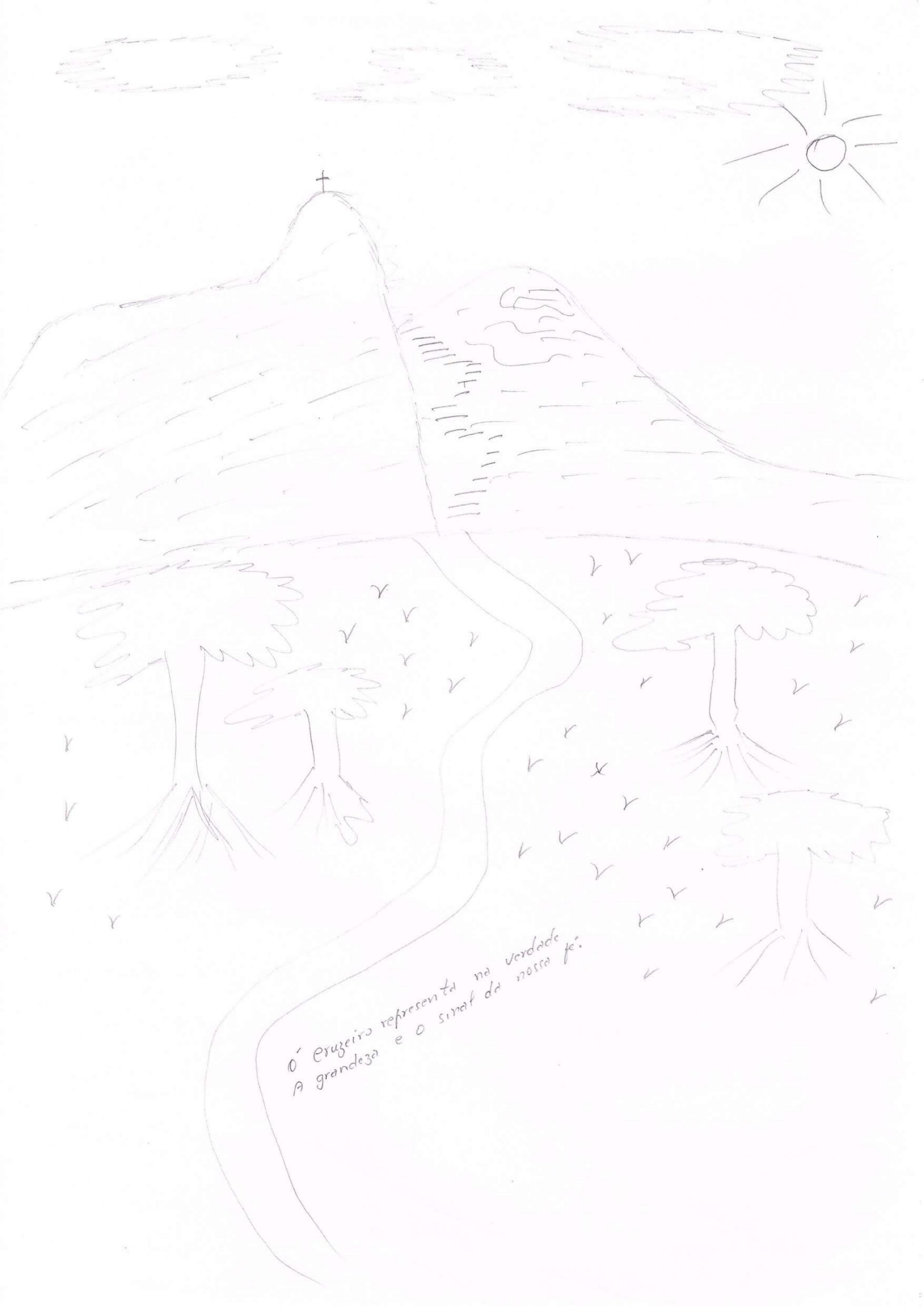
Estrada de Jacgeda

Casa dos meus pais (falecidos)
Herança material que me deixaria

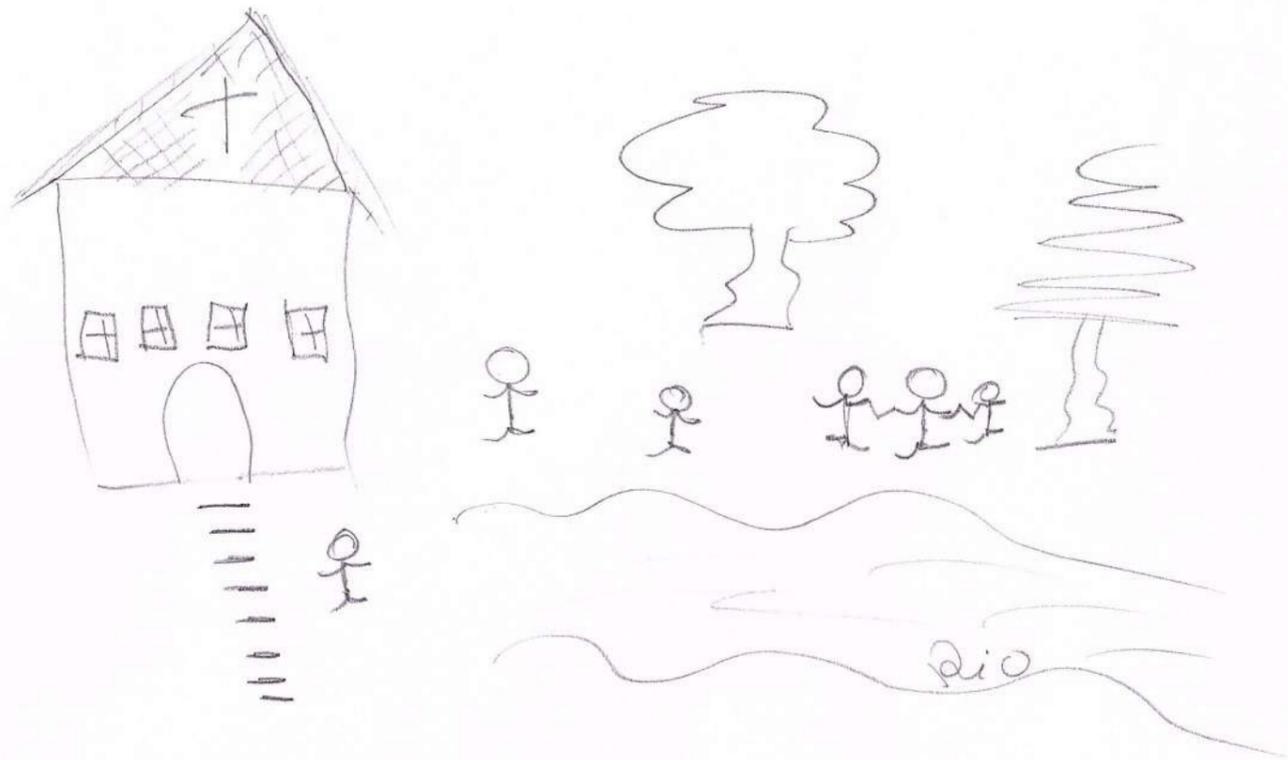


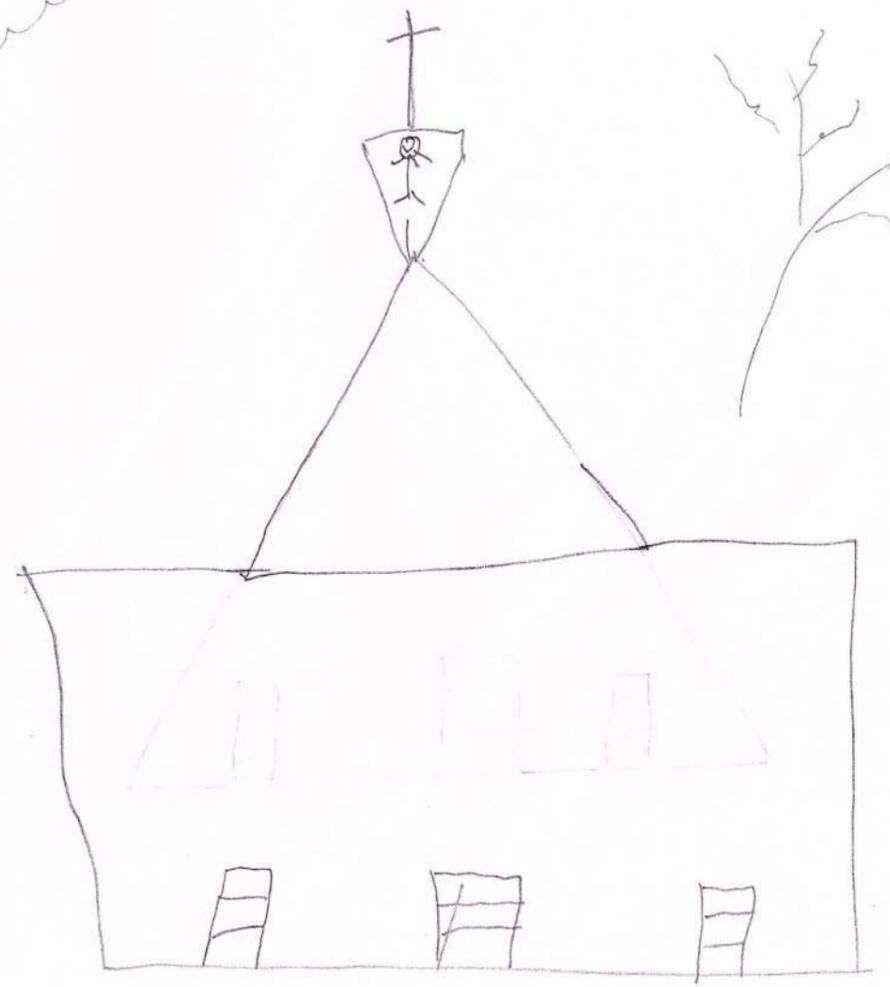
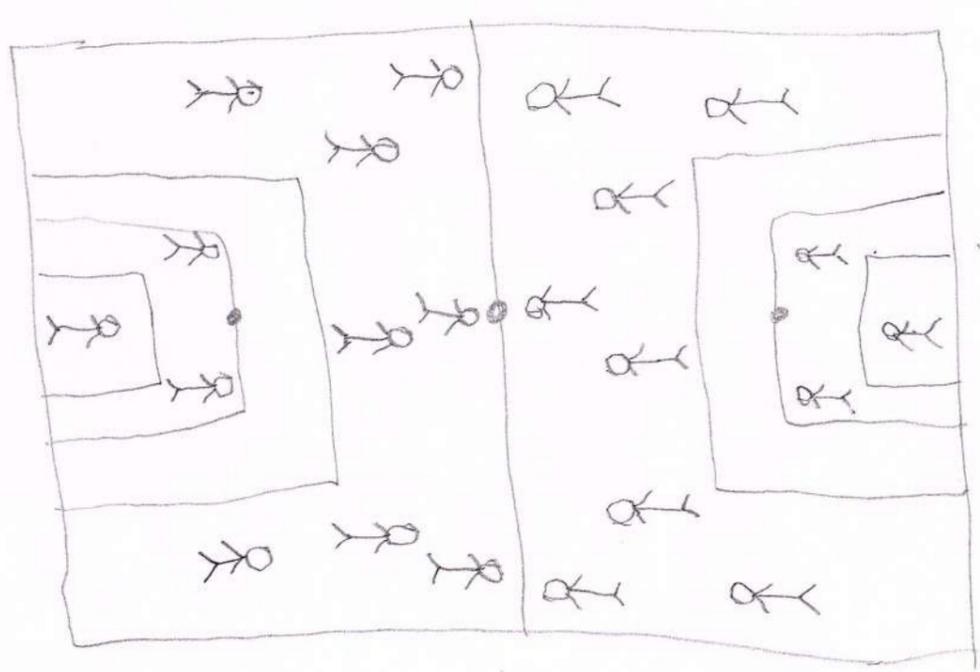
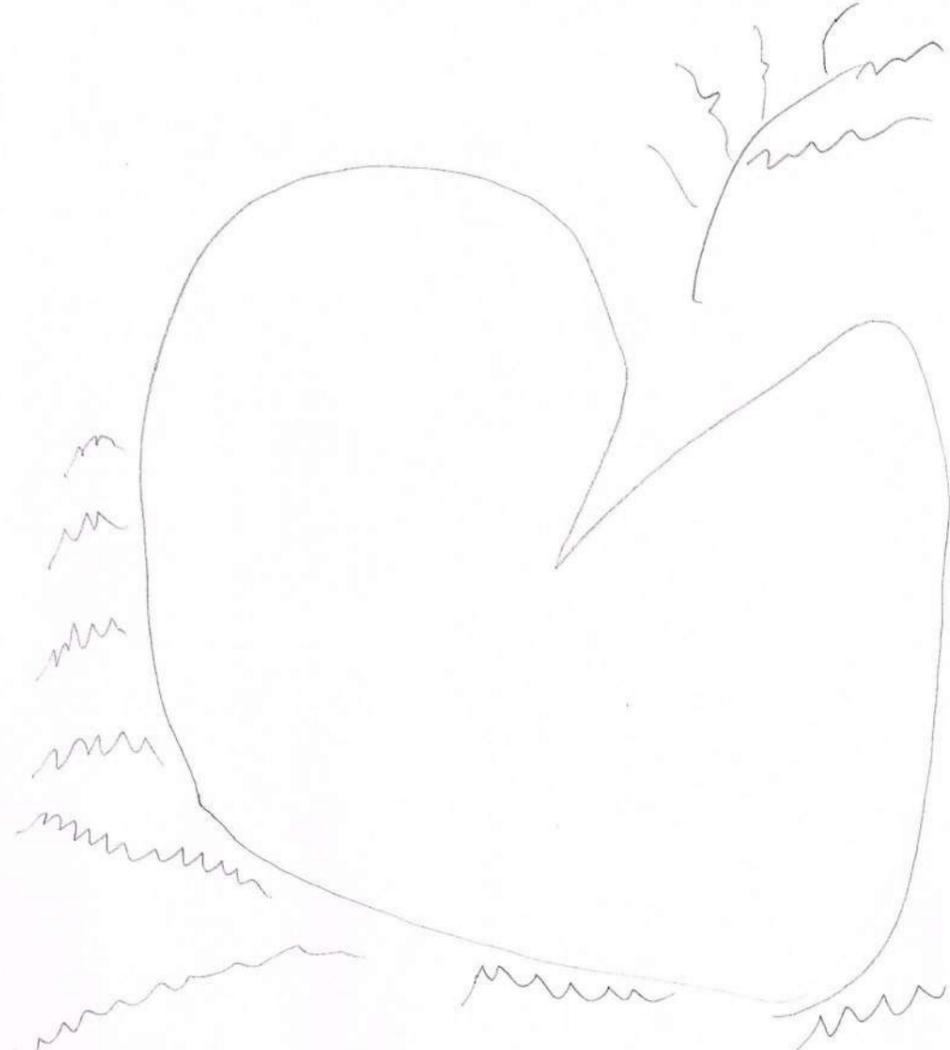
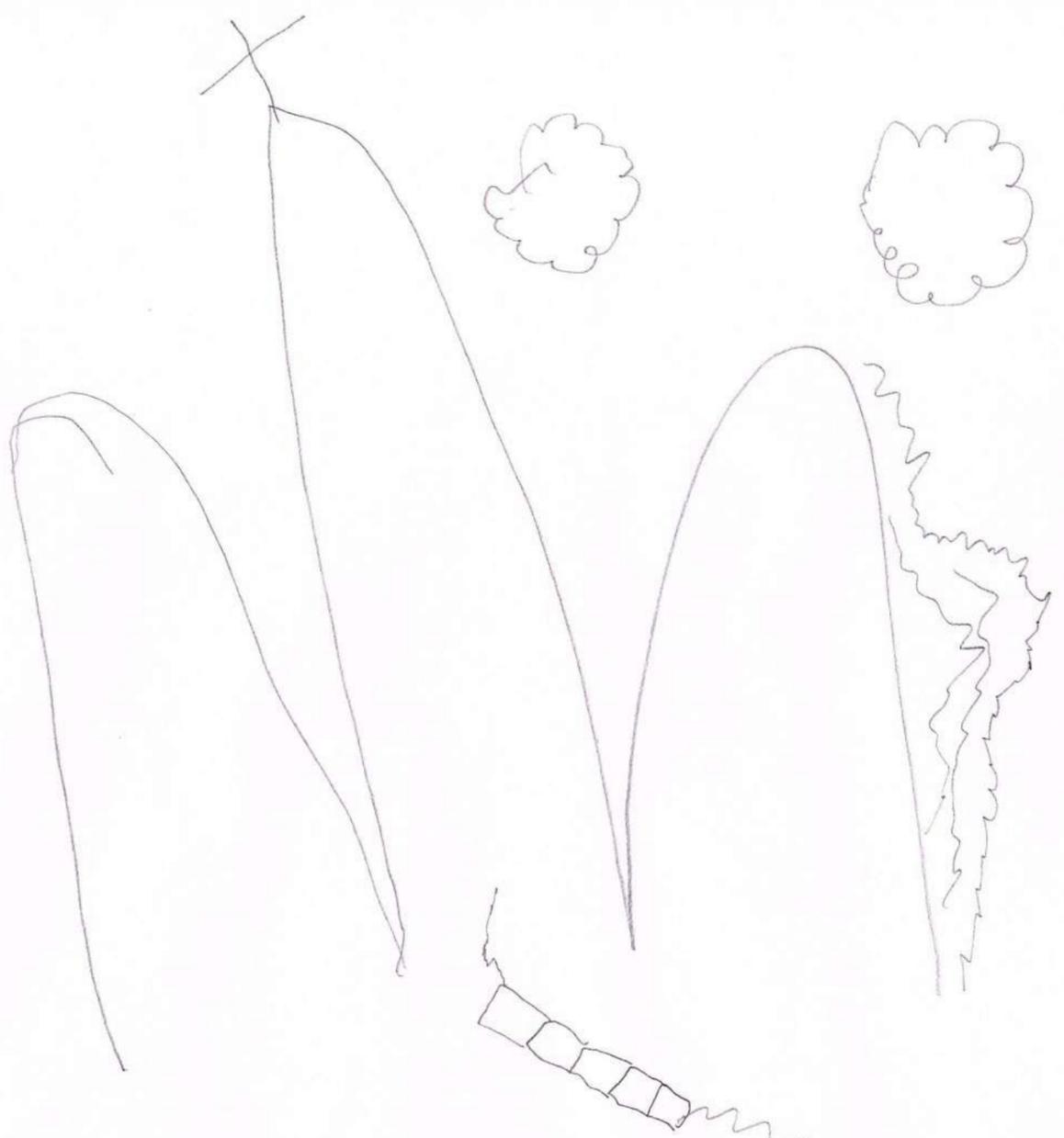


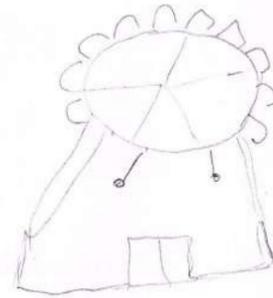
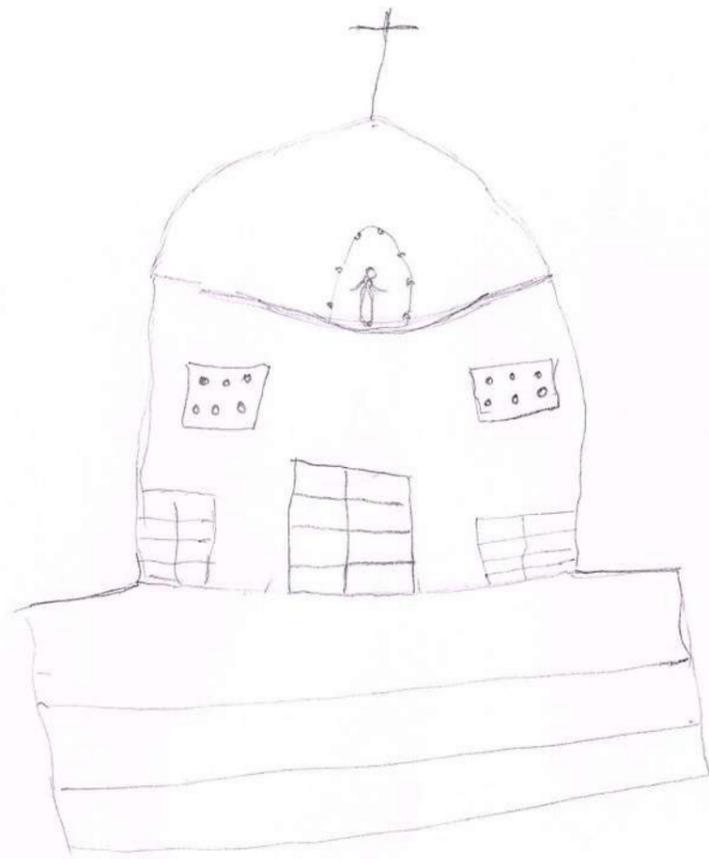


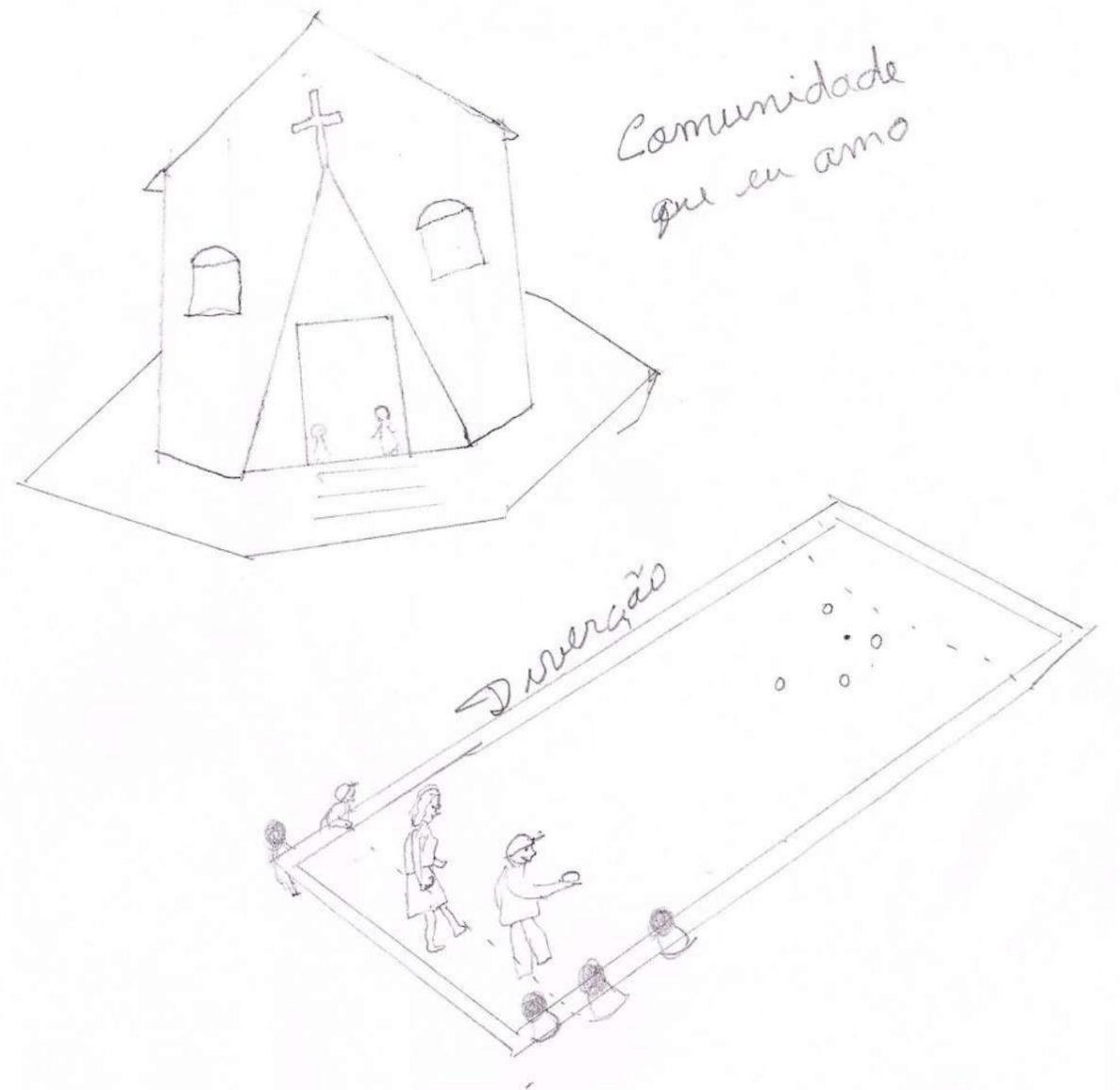
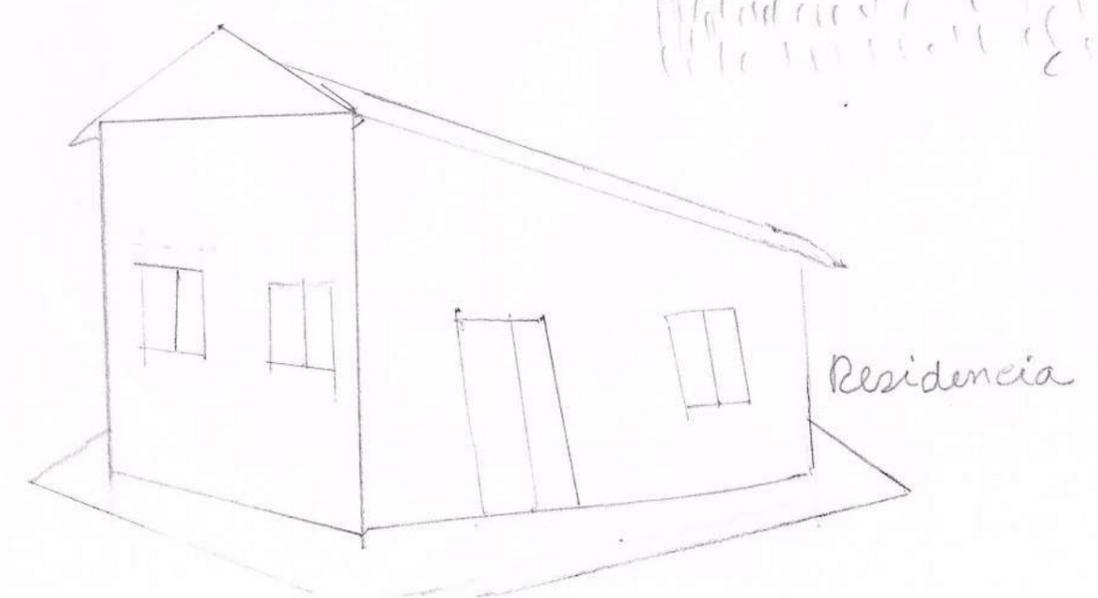
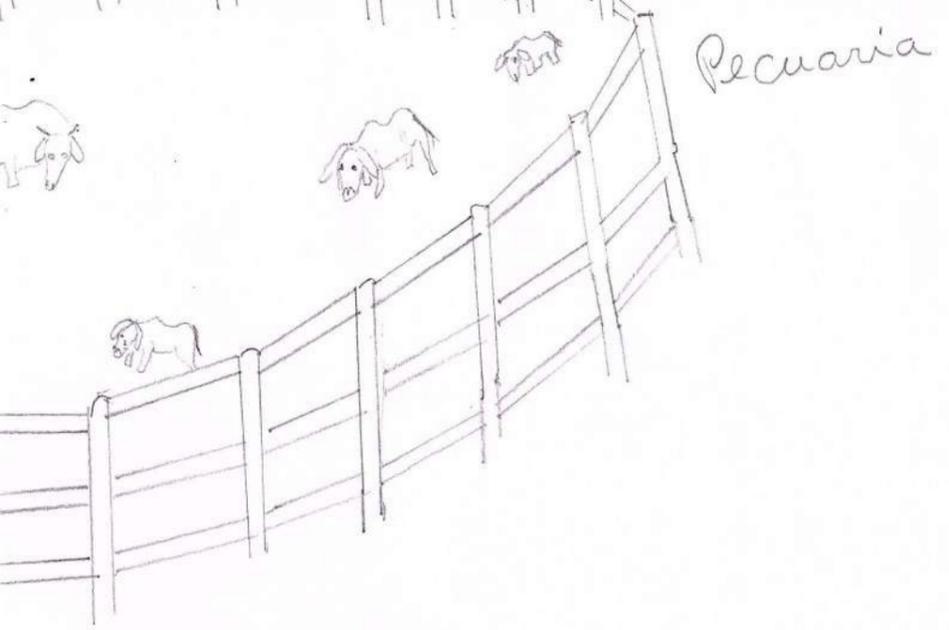


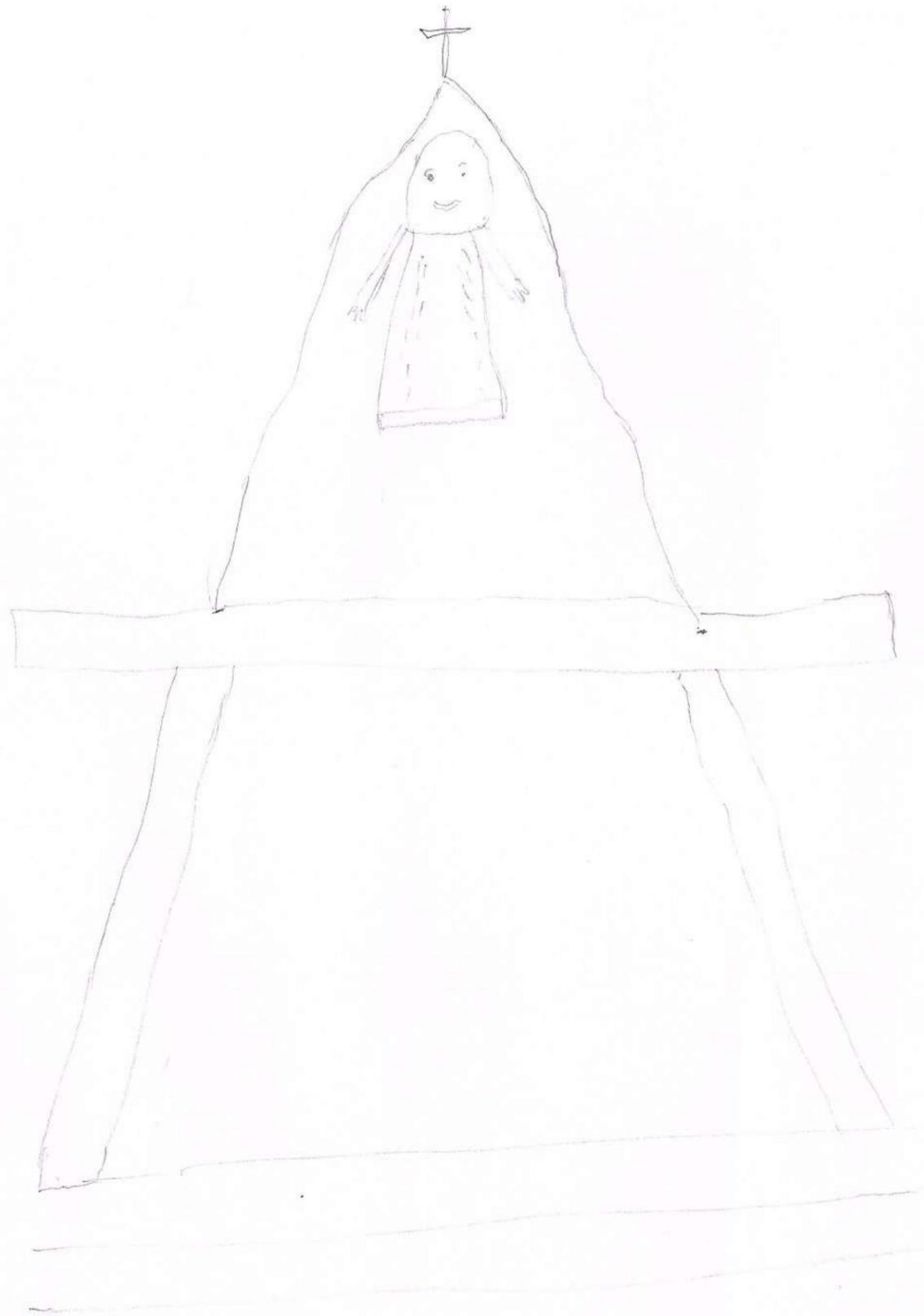
O Cruzeiro representa na verdade
A grandeza e o sinal da nossa fé.











rua alto liberdade

rua pra igreja

rua pra casa

Cadilac
Vitor

